



# Cientíssimo:

Coletânea de artigos científicos 2025

JEANE DENISE DE SOUZA MENEZES  
LUCIA MARIA SÁ BARRETO DE FREITAS  
FABRÍCIO SANTOS DE FARO

# Cientíssimo



REDE EDUCAMISSAMI  
**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**  
ALAGOINHAS-BA

|                               |                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diretora Executiva            | Lucia Maria Sá Barreto de Freitas                                                                                                                                                                                                         |
| Diretor Acadêmico             | Fabício Santos de Faro                                                                                                                                                                                                                    |
| Editora Chefe                 | Jeane Denise de Souza Menezes                                                                                                                                                                                                             |
| Conselho Editorial            | Adeildo Moacir Costa Magalhães<br>Edlan de Souza Santos<br>Edvan de Souza Santos<br>Fabício Santos de Faro<br>Leandro Carvalho Sanson<br>Manoel Messias S. de Oliveira<br>Moacir Lira de Oliveira<br>Tania Regina Leite Santos Figueiredo |
| Comitê Científico             | Marcio Vila Flor<br>Jeane Denise de Souza Menezes<br>Gabriela Vianna Guerreiro de Noronha                                                                                                                                                 |
| Secretária Executiva          | Gilmara da Glória Sá Barreto                                                                                                                                                                                                              |
| Projeto Gráfico e Diagramação | Jeane Denise de Souza Menezes                                                                                                                                                                                                             |
| Capa                          | Helena Menezes Pimentel                                                                                                                                                                                                                   |

**Jeane Denise de Souza Menezes  
Lucia Maria Sá Barreto de Freitas  
Fabrício Santos de Faro**

# **Cientíssimo**

**Coletânea de Artigos 2025**



## FICHA CATALOGRÁFICA

C569 Cientíssimo: Coletânea de artigos científicos 2025 / Organizadores: Jeane Denise de S. Menezes, Lucia M<sup>a</sup> Sá Barreto de Freitas, Fabrício S. de Faro. — Alagoinhas: Faculdade SS Sacramento, 2025.  
279p.

E-book disponível em:

<https://www.fsssacramento.br/ebook/cientissimo-vol5.pdf>

ISBN: 978-65-997645-4-7

Anual

1. Pesquisa científica I. Menezes, Jeane Denise de Souza (org) II. Freitas, Lucia M<sup>a</sup> Sá Barreto de (org) III. Faro, Fabrício Santos (org) IV. Faculdade SS Sacramento V. Título.

CDU: 001.2

Bibliotecária : Iza Christina : CRB : 5/1042

## Apresentação

O e-book CIENTÍSSIMO é uma coletânea de periodicidade anual que reúne uma coleção de artigos relevantes e variados em diversas áreas. Cada capítulo é escrito por diferentes autores, proporcionando uma abordagem única sobre os temas abordados.

Cada um dos autores é responsável por suas respectivas publicações, incluindo a correção ortográfica, conteúdos e autenticidade, eximindo a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL MARIA EMÍLIA de qualquer responsabilidade pelas informações e opiniões contidas no mesmo.

Esta obra é a quinta coletânea intitulada “Cientíssimo: coletânea de artigos científicos 2025” e apresenta quatorze artigos:

No primeiro capítulo, *“Depressão em Idosos Dentro do Contexto Pandêmico”*, os autores analisam, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, os efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de idosos. Destacam-se o aumento dos casos de depressão devido ao isolamento social, preconceito e perda de sentido para a vida, sendo a Logoterapia apontada como estratégia para amenizar os impactos e promover qualidade de vida.

No segundo capítulo, *“Intervenção Psicológica nos Cuidados Paliativos: Humanização da Morte”*, os autores realizam uma revisão de literatura sobre os efeitos da psicologia hospitalar em pacientes em cuidados paliativos e seus familiares. O estudo destaca que a intervenção psicológica contribui para o alívio da angústia, promove o bem-estar emocional e fortalece os vínculos familiares, favorecendo a continuidade do tratamento.

No terceiro capítulo, *“O Transtorno de Ansiedade Generalizada na Perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental”*, os autores realizam uma revisão de literatura qualitativa para compreender as características do TAG e discutir abordagens terapêuticas. Destacam a Terapia Cognitivo-Comportamental como uma estratégia eficaz no manejo dos sintomas e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Já o quarto capítulo, *“Formação em psicologia: impactos dos estágios no desenvolvimento profissional e estágio supervisionado em tempos de pandemia”*, analisa, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, a importância dos estágios na formação e inserção profissional de estudantes de Psicologia, com ênfase nos desafios enfrentados durante a pandemia.

No quinto capítulo, *“Os Impactos Psicossociais da Colonização no Exercício da Paternidade Negra”*, os autores discutem como a colonização afetou a construção da paternidade negra no Brasil. O estudo aponta que o resgate histórico e os espaços de troca entre homens negros são caminhos para enfrentar os impactos transgeracionais desse processo.

No sexto capítulo, *“O Cansaço dos Incansáveis: burnout em profissionais de saúde na pandemia da Covid-19”*, os autores analisam como a sobrecarga e as condições precárias de trabalho agravaram os casos de Burnout entre profissionais da linha de frente, destacando os impactos da pandemia na saúde mental desses trabalhadores.

No sétimo capítulo, *“Mapeamento da Rede de Cuidados a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Alagoinhas-BA”*, os autores investigam a oferta e os desafios do atendimento a pessoas com TEA no município, destacando a predominância de serviços privados, a ausência de CAPS infantil e a desigualdade no acesso. O estudo aponta a urgência de políticas públicas integradas e baseadas em evidências para garantir um cuidado mais equitativo e individualizado.

No oitavo capítulo, *“Traumas infantis e suas reverberações na vida adulta: uma revisão bibliográfica”*, os autores discutem como experiências de negligência na infância

impactam o desenvolvimento emocional e social na vida adulta, evidenciando a importância da psicoeducação e de intervenções preventivas para a ressignificação dos traumas.

No nono capítulo, *“Relato de Experiência em Atividades Extensionistas sobre a Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização”*, os autores compartilham a experiência de discentes de Administração da FSSS em uma palestra realizada durante a SIPAT de uma empresa de saneamento. A atividade evidenciou a relevância da extensão universitária no desenvolvimento acadêmico e profissional, promovendo a integração entre teoria e prática em um ambiente corporativo real.

No décimo capítulo, *“Transexualidade frente à bioética dos direitos humanos e apoio social”*, os autores analisam os direitos garantidos às pessoas trans pelas políticas públicas, destacando os desafios enfrentados no acesso a esses direitos e as implicações para a saúde mental. O estudo reforça a importância do apoio social como elemento fundamental para o bem-estar psicológico dessa população.

No décimo primeiro capítulo, *“Impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento da primeira infância”*, os autores analisam como a ausência paterna afeta a saúde mental e emocional da criança, comprometendo seu desenvolvimento e suas relações sociais. O estudo destaca a importância de apoio terapêutico qualificado que envolva tanto a criança quanto sua família.

No décimo segundo capítulo, *“Resistência na Filosofia Deleuziana: a fuga das subjetivações masculinas”*, os autores exploram a resistência como processo de fuga às normatividades de gênero, com base na filosofia de Deleuze e em interlocuções com pensadores contemporâneos. O estudo propõe uma crítica às formas hegemônicas de subjetivação masculina, destacando práticas micropolíticas e estéticas como caminhos de transformação.

No décimo terceiro capítulo, *“Caminhos para a sustentabilidade: uma revisão sobre logística reversa e gestão de resíduos”*, os autores investigam a correlação entre o consumo de álcool e os transtornos mentais comuns, evidenciando fatores de risco como relações familiares disfuncionais, desigualdade social e fragilidade das políticas públicas. O estudo destaca a importância do suporte aos familiares e da ampliação de políticas de saúde mental.

No décimo quarto capítulo, *“Relação entre alcoolismo e transtornos mentais comuns: uma análise bibliográfica dos fatores de risco para uma relação comorbida”*, os autores analisam a correlação entre o consumo de álcool e os transtornos mentais comuns, evidenciando fatores de risco como disfunções familiares, desigualdade social e ausência de políticas públicas eficazes. O estudo reforça a importância de ações preventivas e do suporte psicológico aos indivíduos e seus familiares.

No décimo quinto capítulo, intitulado *“O Eco do Silêncio: Uma Revisão de Literatura sobre o Impacto do TEPT em Mulheres Vítimas de Abuso Sexual”*, analisa os profundos efeitos emocionais e psicológicos vivenciados por mulheres após situações de violência sexual, com ênfase no Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Através de uma revisão da literatura, o texto evidencia como o abuso compromete a saúde mental e a reintegração social das vítimas, reforçando a importância de intervenções terapêuticas especializadas, políticas públicas eficazes e estratégias de prevenção e apoio. Trata-se de uma reflexão necessária sobre a urgência de romper o silêncio e promover uma resposta mais humana e estruturada diante dessa realidade.

Aproveite a leitura desses capítulos instigantes, que oferecem reflexões relevantes e contribuem para o avanço do conhecimento em diversas áreas.

**Profa Dra. Jeane Denise de Souza Menezes**  
Editora Chefe da Revista Cientíssimo

## **Sumário**

|                                                                                                               |                                                                                        |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1 - DEPRESSÃO EM IDOSOS DENTRO DO CONTEXTO PANDÊMICO</b>                                          |                                                                                        | <b>11</b> |
| <b>1</b>                                                                                                      | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                      | <b>12</b> |
| <b>2</b>                                                                                                      | <b>REVISÃO DE LITERATURA</b>                                                           | <b>13</b> |
| <b>2.1</b>                                                                                                    | <b>Condições de isolamento durante a pandemia</b>                                      | <b>15</b> |
| <b>2.2</b>                                                                                                    | <b>Impactos na saúde mental</b>                                                        | <b>16</b> |
| <b>2.3</b>                                                                                                    | <b>A perda de sentido e possibilidades de tratamento</b>                               | <b>17</b> |
| <b>3</b>                                                                                                      | <b>METODOLOGIA</b>                                                                     | <b>19</b> |
| <b>4</b>                                                                                                      | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                                                          | <b>19</b> |
| <b>5</b>                                                                                                      | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                            | <b>22</b> |
|                                                                                                               | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                     | <b>23</b> |
|                                                                                                               | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                                                           | <b>27</b> |
| <b>CAPÍTULO 2 - INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NOS CUIDADOS PALIATIVOS: humanização da morte</b>                     |                                                                                        | <b>28</b> |
| <b>1</b>                                                                                                      | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                      | <b>29</b> |
| <b>2</b>                                                                                                      | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                             | <b>30</b> |
| <b>2.1</b>                                                                                                    | <b>Nascimento da clínica e humanização da morte</b>                                    | <b>30</b> |
| <b>2.2</b>                                                                                                    | <b>Psicologia Hospitalar</b>                                                           | <b>31</b> |
| <b>2.3</b>                                                                                                    | <b>Benefícios dos cuidados paliativos nos pacientes terminais</b>                      | <b>33</b> |
| <b>3</b>                                                                                                      | <b>METODOLOGIA</b>                                                                     | <b>35</b> |
| <b>3.1</b>                                                                                                    | <b>Método de abordagem</b>                                                             | <b>35</b> |
| <b>3.2</b>                                                                                                    | <b>Relato de experiência</b>                                                           | <b>36</b> |
| <b>4</b>                                                                                                      | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                                                          | <b>37</b> |
| <b>5</b>                                                                                                      | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                            | <b>38</b> |
|                                                                                                               | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                     | <b>39</b> |
|                                                                                                               | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                                                           | <b>42</b> |
| <b>CAPÍTULO 3 - O TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA NA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL</b> |                                                                                        | <b>43</b> |
| <b>1</b>                                                                                                      | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                      | <b>44</b> |
| <b>2</b>                                                                                                      | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                             | <b>46</b> |
| <b>2.1</b>                                                                                                    | <b>O que é ansiedade</b>                                                               | <b>46</b> |
| <b>2.2</b>                                                                                                    | <b>O que é o transtorno de ansiedade</b>                                               | <b>47</b> |
| <b>2.2.1</b>                                                                                                  | <b>Subtipos de transtorno de ansiedade</b>                                             | <b>49</b> |
| <b>2.3</b>                                                                                                    | <b>Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG): conceito, características, sintomas</b> | <b>52</b> |
| <b>2.4</b>                                                                                                    | <b>Terapia Cognitivo Comportamental (TCC)</b>                                          | <b>54</b> |
| <b>3</b>                                                                                                      | <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>                                                     | <b>56</b> |
| <b>4</b>                                                                                                      | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                                                          | <b>56</b> |
| <b>4.1</b>                                                                                                    | <b>Tratamento da TCC para o TAG</b>                                                    | <b>56</b> |
| <b>4.2</b>                                                                                                    | <b>Intervenções da TCC para o TAG</b>                                                  | <b>58</b> |
| <b>5</b>                                                                                                      | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                            | <b>61</b> |
|                                                                                                               | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                     | <b>62</b> |
|                                                                                                               | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                                                           | <b>64</b> |

**CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: impactos dos estágios no desenvolvimento profissional e estágio supervisionado em tempos de pandemia** 65

|      |                                                |    |
|------|------------------------------------------------|----|
| 1.   | INTRODUÇÃO                                     | 66 |
| 2.   | REFERENCIAL TEÓRICO                            | 67 |
| 2.1. | Psicologia e mundo do trabalho                 | 67 |
| 2.2  | Estágios na área e aprendizagem prática        | 68 |
| 2.3  | Instituições de ensino e supervisão de estágio | 71 |
| 2.4  | Estágios supervisionados em empresas juniores  | 73 |
| 2.5  | Estágios supervisionados durante a pandemia    | 74 |
| 3    | METODOLOGIA                                    | 76 |
| 4    | RESULTADOS E DISCUSSÃO                         | 77 |
| 4.1  | Equação e fórmulas                             | 80 |
| 5    | CONSIDERAÇÕES FINAIS                           | 81 |
|      | AGRADECIMENTOS                                 | 81 |
|      | REFERÊNCIAS                                    | 82 |
|      | BIOGRAFIA DOS AUTORES                          | 83 |

**CAPÍTULO 5 - OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA COLONIZAÇÃO NO EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NEGRA** 84

|       |                        |     |
|-------|------------------------|-----|
| 1.    | INTRODUÇÃO             | 85  |
| 2.    | REFERENCIAL TEÓRICO    | 87  |
| 2.1.  | Colonialismo           | 88  |
| 2.2   | Paternidade            | 89  |
| 2.3   | Paternidade negra      | 90  |
| 2.3.1 | Impactos Psicossociais | 91  |
| 3     | METODOLOGIA            | 94  |
| 4     | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 94  |
| 5     | CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 97  |
|       | AGRADECIMENTOS         | 99  |
|       | REFERÊNCIAS            | 100 |
|       | BIOGRAFIA DOS AUTORES  | 101 |

**CAPÍTULO 6 - O CANSAÇO DOS INCANSÁVEIS: burnout em profissionais de saúde na pandemia da Covid-19** 102

|      |                                                                                |     |
|------|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.   | INTRODUÇÃO                                                                     | 102 |
| 2.   | REFERENCIAL TEÓRICO                                                            | 104 |
| 2.1. | A Covid-19 e seus impactos psicossociais                                       | 104 |
| 2.2  | A Síndrome de Burnout: causas e consequências                                  | 105 |
| 2.3  | A Síndrome de Burnout entre trabalhadores da saúde na pandemia de COVID-19     | 106 |
| 3    | METODOLOGIA                                                                    | 106 |
| 4    | RESULTADOS E DISCUSSÃO                                                         | 107 |
| 4.1  | Sobrecarga e longas jornadas de trabalho                                       | 106 |
|      | Falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e infraestrutura inadequada | 107 |
| 4.2  | Isolamento social e distanciamento familiar                                    | 108 |
| 4.3  | Impacto emocional direto: ansiedade, depressão, estresse e insônia             | 108 |
| 4.4  | Apoio psicológico estruturado                                                  | 109 |
| 4.5  | CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                           | 110 |

|                                                                                                                                                                         |                                                                                          |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>5.</b>                                                                                                                                                               | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                       | <b>110</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>BIOGRAFIA DO AUTOR</b>                                                                | <b>110</b> |
| <b>CAPÍTULO 7 - MAPEAMENTO DA REDE DE CUIDADOS À PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM ALAGOINHAS-BA</b>                                                  |                                                                                          | <b>112</b> |
| <b>1.</b>                                                                                                                                                               | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                        | <b>113</b> |
| <b>2.</b>                                                                                                                                                               | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                               | <b>114</b> |
| <b>2.1.</b>                                                                                                                                                             | <b>O Transtorno do Espectro Autista, desafios e a assistência no contexto brasileiro</b> | <b>114</b> |
| <b>2.2</b>                                                                                                                                                              | <b>Evolução histórica e compreensão contemporânea do TEA</b>                             | <b>116</b> |
| <b>2.3</b>                                                                                                                                                              | <b>TEA, legislação no Brasil e militância</b>                                            | <b>117</b> |
| <b>2.4</b>                                                                                                                                                              | <b>Desafios e melhorias na assistência do SUS às crianças com TEA</b>                    | <b>118</b> |
| <b>3</b>                                                                                                                                                                | <b>METODOLOGIA</b>                                                                       | <b>121</b> |
| <b>4</b>                                                                                                                                                                | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                                                            | <b>122</b> |
| <b>5.</b>                                                                                                                                                               | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                              | <b>125</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>AGRADECIMENTOS</b>                                                                    | <b>126</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                       | <b>126</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                                                             | <b>129</b> |
| <b>CAPÍTULO 8 - DEPENDÊNCIA EMOCIONAL: os efeitos do abandono afetivo nas relações românticas</b>                                                                       |                                                                                          | <b>131</b> |
| <b>1.</b>                                                                                                                                                               | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                        | <b>132</b> |
| <b>2.</b>                                                                                                                                                               | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                               | <b>133</b> |
| <b>2.1.</b>                                                                                                                                                             | <b>Parentalidade e apego</b>                                                             | <b>133</b> |
| <b>2.2</b>                                                                                                                                                              | <b>Emocional: dependente e dependência</b>                                               | <b>135</b> |
| <b>2.3</b>                                                                                                                                                              | <b>Dependência emocional nas relações românticas</b>                                     | <b>136</b> |
| <b>3</b>                                                                                                                                                                | <b>METODOLOGIA</b>                                                                       | <b>138</b> |
| <b>4</b>                                                                                                                                                                | <b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>                                                           | <b>139</b> |
| <b>5.</b>                                                                                                                                                               | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                              | <b>143</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                       | <b>144</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                                                             | <b>148</b> |
| <b>CAPÍTULO 9 - RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADES EXTENSIONISTA SOBRE A GESTÃO DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO (DEI) E A IMPORTÂNCIA DO RH 4.0 NA ORGANIZAÇÃO</b> |                                                                                          | <b>149</b> |
| <b>1.</b>                                                                                                                                                               | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                        | <b>150</b> |
| <b>2.</b>                                                                                                                                                               | <b>METODOLOGIA</b>                                                                       | <b>152</b> |
| <b>3</b>                                                                                                                                                                | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                                                            | <b>153</b> |
| <b>4</b>                                                                                                                                                                | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                              | <b>160</b> |
| <b>4.1</b>                                                                                                                                                              | <b>Limitações dos discentes para execução das atividades extensionistas</b>              | <b>161</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>AGRADECIMENTOS</b>                                                                    | <b>161</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                       | <b>162</b> |
|                                                                                                                                                                         | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                                                             | <b>163</b> |
| <b>CAPÍTULO 10 - TRANSEXUALIDADE FRENTE À BIOÉTICA DOS DIREITOS HUMANOS E APOIO SOCIAL</b>                                                                              |                                                                                          | <b>164</b> |
| <b>1.</b>                                                                                                                                                               | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                        | <b>165</b> |
| <b>2.</b>                                                                                                                                                               | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                               | <b>165</b> |
| <b>2.1</b>                                                                                                                                                              | <b>Transexualidade e a bioética dos direitos humanos</b>                                 | <b>168</b> |

|     |                                |     |
|-----|--------------------------------|-----|
| 2.2 | Transexualidade e apoio social | 168 |
| 3   | METODOLOGIA                    | 174 |
| 4   | RESULTADOS E DISCUSSÃO         | 175 |
| 5   | CONSIDERAÇÕES FINAIS           | 181 |
|     | AGRADECIMENTOS                 | 182 |
|     | REFERÊNCIAS                    | 183 |
|     | BIOGRAFIA DOS AUTORES          | 186 |

## **CAPÍTULO 11 - IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO AFETIVO PATERNO NO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA 187**

|     |                                                                                   |     |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.  | INTRODUÇÃO                                                                        | 188 |
| 2.  | REFERENCIAL TEÓRICO                                                               | 189 |
| 2.1 | Contextualização do desenvolvimento infantil                                      | 189 |
| 2.2 | Efeitos psicológicos do abandono afetivo paterno                                  | 191 |
| 2,3 | Contribuições da psicologia                                                       | 193 |
| 3   | METODOLOGIA                                                                       | 195 |
| 4   | RESULTADOS E DISCUSSÃO                                                            | 197 |
| 4.1 | Implicações do abandono paterno para o desenvolvimento infantil                   | 199 |
| 4.2 | Contribuições da Psicologia no auxílio às crianças afetadas pelo abandono paterno | 201 |
| 5   | CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                              | 203 |
|     | REFERÊNCIAS                                                                       | 204 |
|     | BIOGRAFIA DOS AUTORES                                                             | 207 |

## **CAPÍTULO 12 - RESISTÊNCIA NA FILOSOFIA DELEUZIANA: a fuga das subjetivações masculinas 209**

|     |                                                 |     |
|-----|-------------------------------------------------|-----|
| 1.  | INTRODUÇÃO                                      | 210 |
| 2.  | REFERENCIAL TEÓRICO                             | 212 |
| 3   | METODOLOGIA                                     | 219 |
| 4   | RESULTADOS E DISCUSSÃO                          | 222 |
| 4.1 | Resistência e o sujeito do devir                | 223 |
| 4.2 | Arte e a fabulação de si                        | 226 |
| 4.3 | Fugas, fluxos e a construção das masculinidades | 228 |
| 5   | CONCLUSÃO                                       | 230 |
|     | REFERÊNCIAS                                     | 231 |
|     | BIOGRAFIA DOS AUTORES                           | 233 |

## **CAPÍTULO 13 - CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE: uma revisão sobre logística reversa e gestão de resíduo 235**

|     |                                                                          |     |
|-----|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.  | INTRODUÇÃO                                                               | 236 |
| 2.  | REFERENCIAL TEÓRICO                                                      | 236 |
| 2.1 | Economia circular e gestão de resíduos                                   | 237 |
| 2.2 | Logística reversa e cadeias de valor                                     | 237 |
| 2.3 | Desafios técnicos e financeiros na logística reversa                     | 238 |
| 2.4 | O papel da sociedade na logística reversa                                | 239 |
| 2.5 | Políticas públicas e incentivos governamentais                           | 239 |
| 2.6 | Colaboração entre governo, universidades e empresas na logística reversa | 240 |

|                                                                                                                                                           |                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------|
| <b>3</b>                                                                                                                                                  | <b>METODOLOGIA</b>                              | <b>240</b> |
| <b>4</b>                                                                                                                                                  | <b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>                  | <b>241</b> |
| <b>5</b>                                                                                                                                                  | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                     | <b>244</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>REFERÊNCIAS</b>                              | <b>244</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                    | <b>246</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 14 - RELAÇÃO ENTRE ALCOOLISMO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS: uma análise bibliográfica dos fatores de risco para uma relação comorbida</b> |                                                 | <b>247</b> |
| <b>1.</b>                                                                                                                                                 | <b>INTRODUÇÃO</b>                               | <b>248</b> |
| <b>2.</b>                                                                                                                                                 | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                      | <b>249</b> |
| <b>3</b>                                                                                                                                                  | <b>METODOLOGIA</b>                              | <b>250</b> |
| <b>4</b>                                                                                                                                                  | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                   | <b>251</b> |
| <b>4.1</b>                                                                                                                                                | <b>Categorias de análise</b>                    | <b>254</b> |
| <b>4.2</b>                                                                                                                                                | <b>Atuação profissional do psicólogo</b>        | <b>255</b> |
| <b>4.3</b>                                                                                                                                                | <b>Relações familiares e políticas públicas</b> | <b>255</b> |
| <b>4.4</b>                                                                                                                                                | <b>Instrumentos de rastreio</b>                 | <b>257</b> |
| <b>4.5</b>                                                                                                                                                | <b>Prevenção e tratamento</b>                   | <b>258</b> |
| <b>5</b>                                                                                                                                                  | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                     | <b>259</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>REFERÊNCIAS</b>                              | <b>260</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>AGRADECIMENTOS</b>                           | <b>260</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                    | <b>260</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 15 - O ECO DO SILÊNCIO: uma revisão de literatura sobre o impacto do TEPT em mulheres vítimas de abuso sexual</b>                         |                                                 | <b>261</b> |
| <b>1.</b>                                                                                                                                                 | <b>INTRODUÇÃO</b>                               | <b>262</b> |
| <b>2.</b>                                                                                                                                                 | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                      | <b>263</b> |
| <b>2.1</b>                                                                                                                                                | <b>Transtorno de Estresse Pós-Traumático</b>    | <b>263</b> |
| <b>2.2</b>                                                                                                                                                | <b>Sinais e sintomas do TEPT</b>                | <b>264</b> |
| <b>2.3</b>                                                                                                                                                | <b>Alterações comportamentais e físicos</b>     | <b>266</b> |
| <b>2.4</b>                                                                                                                                                | <b>Intervenção Psicológica</b>                  | <b>267</b> |
| <b>2.5</b>                                                                                                                                                | <b>Pensamento Freudiano</b>                     | <b>267</b> |
| <b>2.6</b>                                                                                                                                                | <b>A necessidade de buscar uma ajuda</b>        | <b>268</b> |
| <b>2.7</b>                                                                                                                                                | <b>A alteração sistêmica do cérebro</b>         | <b>269</b> |
| <b>3</b>                                                                                                                                                  | <b>METODOLOGIA</b>                              | <b>270</b> |
| <b>4</b>                                                                                                                                                  | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                   | <b>274</b> |
| <b>5</b>                                                                                                                                                  | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                     | <b>275</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>REFERÊNCIAS</b>                              | <b>276</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>AGRADECIMENTOS</b>                           | <b>278</b> |
|                                                                                                                                                           | <b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b>                    | <b>279</b> |

## DEPRESSÃO EM IDOSOS DENTRO DO CONTEXTO PANDÊMICO

### DEPRESSION IN THE ELDERLY WITHIN THE PANDEMIC CONTEXT

DOI: 10.5281/zenodo.15786869

**Adriele Cavalcante Carvalho<sup>1</sup>**  
carvalhocavalcante25@gmail.com

**Sheila Ribeiro dos Santos<sup>1</sup>**  
psii.sheilaribeiro@hotmail.com

**Jeane Denise de Souza Menezes<sup>2</sup>**  
docente.jeannedenise@fssssacramento.br

**Samai Alcira Cunha<sup>3</sup>**  
docente.samaialcira@fssssacramento.br

#### RESUMO

O presente trabalho se deu tendo em vista os impactos desencadeados pelo coronavírus em todo o globo, principalmente a população idosa que se viu como alvo central de preocupações e críticas durante a pandemia. Este artigo teve por objetivo verificar, através de publicações, a ocorrência de depressão em idosos no contexto pandêmico de COVID-19 e os impactos desta em sua saúde mental. Para tanto, o caminho metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e a documental, em que se buscou analisar aspectos psicossociais durante o período. Sendo a depressão uma doença crônica muito predominante entre as pessoas idosas, com o surgimento da pandemia de Covid-19, devido a significativa vulnerabilidade destes, verificou-se um crescente aumento de casos de depressão nessa faixa etária em decorrência da pandemia e isolamento, preconceitos evidentes e presentes nos discursos de autoridades e meios de comunicações, aceleração no uso de telecomunicações para estabelecer contato com os outros e o mundo e a perda consequente de um sentido para vida, cuja Logoterapia surge para auxiliar na descoberta de um novo sentido a partir de um olhar e maneiras renovados visando a melhoria da qualidade de vida e amenização dos sintomas da depressão ocasionados pelo isolamento social.

**Palavras-chave:** coronavírus, idosos, depressão, isolamento social, logoterapia.

#### ABSTRACT

The present work has been carried out in view of the impacts triggered by the coronavirus worldwide, especially on the elderly population, which found itself as the central target of

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Coorientador, da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>3</sup> Orientador da Faculdade Santíssimo Sacramento

concerns and criticisms during the pandemic. The aim of this article was to ascertain, through publications, the occurrence of depression in the elderly within the pandemic context of COVID-19, as well as the impacts of this situation on their mental health. To achieve this, the methodological approach adopted was bibliographical and documentary research, in which psychosocial aspects during the period were analyzed. Given that depression is a highly prevalent chronic condition among the elderly, with the emergence of the Covid-19 pandemic and due to the significant vulnerability of this group, there was a noticeable increase in cases of depression in this age range as a result of the pandemic and isolation. This increase was also attributed to evident prejudices present in the discourse of authorities and media outlets, the accelerated use of telecommunications to establish contact with others and the world, and the consequent loss of a sense of purpose in life. Logotherapy emerges as a means to assist in the discovery of a new sense of purpose through a renewed perspective and approach, aiming to enhance the quality of life and alleviate the symptoms of depression caused by social isolation. **Keywords:** coronavirus, elderly, depression, social isolation, logotherapy.

## 1 INTRODUÇÃO

O Coronavírus trouxe enormes impactos nas vidas das pessoas de todo o globo, ressaltando tanto aspectos positivos, quanto negativos do comportamento humano em sociedade. Portanto, a busca por entender os impactos da pandemia de COVID-19 e os danos que esta causou na vida das pessoas, principalmente na vida dos idosos, que se tornaram um dos principais grupos de risco, é essencial, pois essas mudanças históricas e psicossociais irão refletir diretamente no sentido de vida destes e seus comportamentos em sociedade.

O presente trabalho aborda a saúde mental de idosos no contexto pandêmico e consequente aumento de casos de depressão em decorrência do isolamento social e da ameaça de morte pelo Coronavírus, trazendo aspectos da Logoterapia de Viktor Frankl como alternativa terapêutica e abordando os danos em decorrência do isolamento, especulações midiáticas, dificuldades, patologias e o ageísmo que observamos na “prevalência de aspectos biológicos da pandemia sob ótica negativa quanto à população idosa, reafirmando preconceito histórico associado à velhice [...]” (Leão; Ferreira; Faustino, 2020).

Em estudos recentes acerca dos impactos da pandemia à saúde e comportamento das pessoas, segundo as Nações Unidas no Brasil (2021) há indicadores de um aumento nos sintomas de depressão e ansiedade em vários países. A OMS apontou que a pandemia de Covid-19 fez aumentar em mais de 25% a quantidade de casos de depressão e ansiedade em todo o mundo em 2020. Contudo, são poucas as pesquisas sobre esse tema e seus danos à saúde mental dos indivíduos, principalmente idosos, por isso, esse estudo busca compreender e organizar informações acerca do período de isolamento social e seus danos diretos à saúde dos idosos,

trazendo-nos conhecimentos que irão ampliar os conhecimentos sobre o período e possibilitar a realização de outros trabalhos futuros, provas e exames. Diante disso, podemos partir da seguinte questão: como a pandemia afetou a qualidade de vida e saúde mental na terceira idade, modificando o sentido de suas vidas?

Com o surto do novo coronavírus, SARS-CoV-2, o mundo entrou em estado de emergência para conter a proliferação e contaminação desta em âmbito mundial, a partir disso, a população idosa se viu no cerne da questão como a faixa etária que mais corria risco de morte iminente pela doença. A proposta deste trabalho é expor as fragilidades enfrentadas pelos idosos ao lidar com o isolamento social, depressão e medo da morte que afetaram diretamente sua saúde mental e física.

Deste modo, o interesse pelo tema proposto neste projeto parte de toda a situação pandêmica vivenciada pela população mundial, onde, em janeiro de 2022 no Brasil, 63,3% das mortes por covid-19 foram de idosos com 70 anos ou mais, segundo o Registro Civil. Sendo os idosos um dos grupos mais afetados pela doença, que se viram perdidos e até obrigados a se incluírem no mundo tecnológico para não perderem contato com seus entes queridos, tendo suas vidas sociais excluídas e seu emocional afetado pelo medo de pegar a doença e todo pânico disseminado pelos meios de comunicação.

Partindo disso, o estudo pretende investigar dados acerca da pandemia, verificar, através de publicações, a ocorrência de depressão em idosos no contexto pandêmico de COVID-19, o abalo psicológico sofrido, o agravamento de patologias como a depressão e de como a abordagem logoterapêutica serve de base para tratamento. A escolha do tema teve como base a pergunta central: como a pandemia afetou a qualidade de vida dos idosos e proporcionou um aumento significativo de casos depressivos nessa faixa etária e interesse de pesquisar sobre os idosos, estes que são um grupo populacional crescente no Brasil e que sofreu diretamente as mazelas da COVID-19. Sendo um tema relacionado a Psicologia e saúde mental, tem importante relevância social e serve também de referencial e base para outros estudos e pesquisas que se relacionam com o mesmo.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto do novo coronavírus, SARS-CoV-2, constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Essa doença surgiu na China em dezembro de 2019, e desde então vem causando

grandes perdas e pânico em toda a população mundial. No Brasil, o primeiro caso de COVID19 foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro óbito no país foi registrado em 12 de março do mesmo ano, sendo este uma mulher de 57 anos em São Paulo, segundo o Ministério da Saúde.

“Embora a média de idade dos acometidos seja de 49 anos, a letalidade é maior entre pessoas de 60 anos ou mais ou com doenças pré-existentes.” (Huang *et al.*, 2020 *apud* Bezerra; Lima; Dantas, 2020). Para a Organização das Nações Unidas (ONU, 1982), em países em desenvolvimento como o Brasil, são consideradas idosos aqueles com 60 anos ou mais. Dentro desse nicho etário, encontra-se uma maior incidência de risco de morte os idosos que apresentam sistema imune já fragilizado pela idade e morbididades associadas, o que os tornam vulneráveis às doenças, incluindo a COVID-19.

“Se verificou, no Brasil, que 69,3% dos óbitos ocorreram em pessoas com mais de 60 anos; [...] entre as pessoas com 80 anos ou mais, 14,8% dos infectados morreram, 8,0% entre os idosos de 70 a 79 anos e 8,8% entre aqueles de 60 a 69 anos.” (Barbosa *et al.*, 2020). Em consequente, a pandemia veio a desencadear impactos graves, afetando a saúde tanto física quanto mental dos indivíduos, não apenas por causa do risco de contágio, mas também através das medidas sanitárias que foram tomadas para frear a proliferação e contaminação da doença em âmbito mundial, como foi o caso do isolamento social.

A partir de então, como uma das medidas restritivas necessárias impostas, o isolamento social se tornou um dos métodos mais eficazes e primordiais para impedir o avanço da contaminação e adoecimento por COVID-19, já que inicialmente não existia um conhecimento sólido sobre a doença e como tratá-la da forma mais eficiente possível. Deste modo, as pessoas deveriam permanecer em suas casas, saindo somente em situações de extrema necessidade, na tentativa de conter a disseminação do vírus e, por fim, tentar proteger os grupos de vulnerabilidade. Inicialmente essas restrições de contato social foram direcionadas aos grupos de risco, e os idosos, classificados como pertencentes a esse grupo de risco, “se tornaram alvo de “perseguição” para a maioria da população no sentido de “superproteger”, forçando-os a uma situação de isolamento social sem qualquer programação ou apoio.” (Leão; Ferreira; Faustino, 2020). Tal rotulação dada às pessoas dessa faixa etária ocasionaram um forte impacto na saúde e bem-estar psicológico, gerando consequências negativas, como estresse, ansiedade, depressão, medo e pânico.

## 2.1 Condições de isolamento durante a pandemia

O isolamento social, em especial, ao passo que se tornou necessário como medida preventiva nesse período pandêmico e como uma tentativa de diminuir o número de infectados, veio a desencadear diversas repercussões na vida dos idosos que tiveram sua rotina alterada drasticamente pela necessidade de ter que se distanciar das pessoas de seu convívio social, de seus familiares e de seus vínculos laborais. Tendo que lidar com o temor tanto de sua morte quanto de seus queridos e se vendo obrigados a se inserirem no mundo das tecnologias para não sofrerem um isolamento total.

A utilização de meios tecnológicos para a comunicação se acelerou graças a situação da pandemia, possibilitando que os idosos entrassem em “contato com parentes, amigos e outros indivíduos em um ambiente virtual de troca de ideias e informações e reduzindo, assim, o isolamento por meio da experiência comunitária.” (Kachar, 2003 *apud* Dellarmelin; Balbinot; Froemming, 2016). Partindo desse contato acelerado, se faz necessário que haja alguma vigilância ou mecanismo de controle sob os conteúdos que estes idosos entraram em contato através desse uso irrestrito e muitas vezes inexperiente com a redes sociais, pois tal espaço cibernético infelizmente se encontra contaminado com fake news e conteúdos desnecessários que só geram e geraram pânico, medo e a desinformação, principalmente acerca da COVID-19.

Em tal situação, as notícias vinculadas pelas mídias sociais também não ajudaram a passar uma imagem de uma terceira idade autônoma e passível de se cuidar. Em uma análise de artigos de jornais no mês de abril de 2020, no Distrito Federal, pôde-se notar que em seus resultados obtidos houve a “prevalência de aspectos biológicos da pandemia sob ótica negativa quanto à população idosa, reafirmando o preconceito histórico associado à velhice [...]” (Leão; Ferreira; Faustino, 2020). Isso se traduz no ageísmo, que, segundo o Dicionário online de Português, DICIO, é uma visão negativa, aversão e preconceito direcionado a pessoas mais velhas, aos idosos, também se pode efetivar pela criação de estereótipos que desvalorizam a dignidade humana dessas pessoas; preconceito por idade.

Segundo Melissa Cannabrava (2020) em uma publicação no site Museu da vida, a fragilidade dos idosos, muitas vezes, é vista com preconceito, e uma publicação do dia 7 de junho no Portal do Envelhecimento aponta essa desvalorização dos mais experientes:

Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhecer o direito à vida, à assistência médica e ao tratamento digno e igualitário ao longo da vida, durante o combate ao coronavírus o que observamos é uma discriminação cada vez maior às

peessoas idosas, discriminadas pela idade e pela saúde, muitas inclusive se encontram desprotegidas em suas residências. A violência do olhar da sociedade para com os mais velhos se espalha nas redes sociais com vídeos mostrando idosos – muitos visivelmente em situação de grande fragilidade – como se fossem crianças, ou até em discursos de homens públicos e empresários anunciando a desvalorização da vida dos mais velhos. (Portal Do Envelhecimento *apud* Cannabrava; Fontanetto, 2020)

Diante disso, se faz claro que desde quando os primeiros casos de óbito por Covid-19 foram divulgados, uma atmosfera de medo e incerteza passou a pairar no ar. Frente a essa realidade, muitas pessoas passaram a se sentir ansiosas e solitárias mais do que o normal devido à quarentena e isolamento, onde, muitas vezes, sintomas depressivos agravaram-se e não foram percebidos como sintomas patológicos por se assemelharem com sinais característicos do envelhecimento, impossibilitando assim a desassociação deste com os da depressão, e um possível diagnóstico mais rápido.

## 2.2 Impactos na saúde mental

Dentro desse contexto patológico, observou-se um aumento significativo da solidão, angústia, ansiedade, depressão, aceleração do processo de demência e agravamento de transtornos mentais em idosos que já apresentavam os mesmos. Sendo o ser humano altamente sociável, a vida em isolamento causou grande estresse, e por falta de estímulos, principalmente para os idosos que têm menores quantidade de reservas cognitivas, um aceleração do processo de demência, assim como impactos significativos na saúde mental destes pode vir a ser desencadeado. Segunda a Organização Pan-Americana da saúde (OPAS, 2022), a OMS divulgou um aumento de mais de 25% em casos de depressão e ansiedade apenas no primeiro ano da pandemia.

A depressão é uma das patologias mais comuns em pessoas idosas. A síndrome depressiva é caracterizada pela presença de humor predominantemente depressivo e/ou irritável e anedonia (diminuição da capacidade de sentir prazer ou alegria). Existe uma sensação subjetiva de diminuição de energia (cansaço, fadiga), desinteresse, lentificação, pensamentos pessimistas e ideias de ruína. Em geral, esses sintomas são acompanhados de modificações no sono e apetite, prejuízo cognitivo, alterações comportamentais e sintomas físicos (Paradela, 2011, P. 31).

No Brasil, de acordo com o IBGE de 2019, em uma pesquisa nacional de saúde, verificou-se que havia uma maior prevalência da depressão sobre pessoas do sexo feminino, 14,7%, contra 5,1% dos homens, sendo a faixa etária com maior proporção a de 60 a 64 anos de idade (13,2%), ou seja, os idosos se veem no centro, como o grupo populacional que mais sofre com a depressão, conhecida como o mal do século. A depressão, segundo Dalgalarrodo (2019), “causa considerável impacto na saúde física e mental e na qualidade de vida das pessoas acometidas”. E seus elementos principais são “o humor triste e o desânimo em uma intensidade

e durabilidade maior do que as respostas normais de tristeza que ocorrem em decorrência de vivências ao longo da vida.” (Del Pino, 2003 *apud* Dalgalarrrondo, 2019).

Em uma pesquisa realizada por Oliveira, acerca dos impactos mentais da pandemia e isolamento social em idosos, concluiu-se que:

O isolamento social intensificou problemas que atingem a saúde mental dos idosos, como a fragilidade do sistema imunológico associado a outras comorbidades, o preconceito de idade, a perda de autonomia e as dificuldades encontradas nas relações de comunicação sociais, principalmente com a família. O estudo destacou, portanto, que essas medidas, quando prolongadas, trouxeram impactos ainda mais sérios, como crises de ansiedade, depressão, ideação suicida e o suicídio real (Oliveira *et al.*, 2021).

Portanto, durante esse período de isolamento, tal faixa etária tivera suas vidas modificadas devido a diversos fatores que se interligaram a essa situação. O distanciamento social da família, a solidão, a sensação de abandono, ansiedade, o medo de morrer ou perder um ente querido, se tornaram fatores estressores do cotidiano, além dos riscos de sofrerem acidentes domésticos por terem que cuidar de si, muita das vezes, sozinhos, e as dificuldades financeiras, que contribuíram para o surgimento ou acentuação da sintomatologia depressiva. Nesse contexto, “o sentimento de desesperança e inutilidade se faz presente, o idoso não considera alternativas além de esperar pela morte, sem planos a longo prazo.” (Manhães *et al.*). Segundo Frankl (1985), “entre as coisas que parecem tirar o sentido da vida humana estão não apenas o sofrimento, mas também a morte.”. Diante dessa realidade, do medo da morte iminente, a abordagem da Logoterapia surge como uma alternativa positiva no tratamento e prevenção do transtorno da depressão.

### **2.3 A perda de sentido e possibilidades de tratamento**

“A depressão atinge diretamente o afeto com choro, tristeza, apatia; a cognição com desesperança, culpa, sentimentos de inutilidade, menos valia, ideias de morte e a somatiza com falta energia, dores difusas, alterações no sono, apetite e hábito intestinal e diminuição da libido.” (Paradela, 2011, p. 32). Quando uma pessoa enfrenta tal condição, pode experimentar uma sensação avassaladora de vazio, desesperança e falta de propósito. A perda do sentido da vida manifesta-se de diversas formas, desde a falta de interesse em atividades que lhe eram prazerosas até a incapacidade de encontrar significado em interações sociais e em objetivos pessoais. “O quadro depressivo se intensifica quando não se percebe um sentimento de futuro. A pessoa deixa de responder ao presente de forma significativa, o que agrava e reforça a sensação de falta de sentido.” (Lukas, 1990 *apud* Aquino *et al.*, 2016).

Segundo Manhães (2018), “o idoso muitas vezes se vê excluído da sociedade como alguém que já viveu a vida e que não possui mais expectativas, [...] é tido como um inútil, vulnerável e dependente através da diminuição da aptidão física e a redução de seu ciclo de amizades e da aposentadoria.”. Diante de todo contexto atual, observaram-se como os desafios enfrentados dentro dessa faixa etária e na atualidade os levam a questionar o real sentido da vida e de sua existência nesse momento, quando se sentem mais próximos da morte, na qual, muitas das vezes, pode ser percebido um vazio existencial. “Ancoradas na perspectiva da logoterapia de Viktor Frankl, podemos afirmar que tal fato pode estar correlacionado a um fundo de vazio existencial e perda de sentido da vida.” (Oliveira; Silva, 2013, p. 135).

Partindo de toda uma perspectiva pandêmica extremamente patológica para os idosos, Manhães (2018), traz no e-book *Envelhecimento Humano em Processo*, a seguinte colocação:

Como a ideia de envelhecimento é ambígua e estigmatizada, repleta de estereótipos negativos, o “ser velho” se torna sinônimo de vulnerabilidade, de incapacidade e de dependência da ordem do indesejável. [...] Promovendo vazio existencial, sentimento de inutilidade e desprezo pela própria vida, fazendo-o desistir de viver plenamente (Manhães *et al.*, 2018).

Deste modo, a Logoterapia, desenvolvida pelo renomado psiquiatra Viktor Frankl, surge como uma abordagem psicoterápica que se concentra no sentido da existência humana, bem como na busca da pessoa por este, e segundo ele, sua tarefa é ajudar o paciente a encontrar sentido, o conscientizando do logos oculto de sua existência, em um processo analítico. Para a logoterapia, “a busca de sentido na vida da pessoa é a principal força motivadora no ser humano.” (Frankl, 1949). Portanto, este método atua com estratégias que apontam causas do vazio existencial da pessoa que está em sofrimento em decorrência da depressão e auxilia na identificação dos valores e motivações intrínsecas, incentivando assim uma adoção de atitude responsável em relação à própria vida. Desta forma cada pessoa em depressão será motivada a buscar por um propósito, um sentido, tornando-se mais resiliente às adversidades encontradas.

No que se refere no processo, que se encontra relacionado ao conceito de motivação, pode-se considerar que a vontade de sentido seria um fenômeno primário para o ser humano. Não agir no mundo, de constituindo-se como principal mola propulsora da existência. Assim, para essa perspectiva, o ser humano é atraído para o que tem sentido e valor (Aquino *et al.*, 2015, p. 51).

Nessa perspectiva, a logoterapia trabalha com estratégias que estejam voltadas para a pessoa para que ela possa aprender a ressignificar e encontrar o sentido da vida, possibilitando a promoção do bem-estar físico, mental e social. Sendo um estado desafiador de adoecimento que exige uma abordagem holística para tratamento, para além da Logoterapia, os medicamentos e apoio social se faz necessário para ajudar esses indivíduos a recuperarem sua perspectiva e redescobrir um senso renovado de propósito e significado.

### 3 METODOLOGIA

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados do Google Acadêmico, Scielo, sites oficiais da ONU, OMS, Ministério de Saúde e IBGE, com a finalidade de pesquisar sobre as condições de isolamento durante a pandemia de COVID-19 que afetaram diretamente a vida das pessoas idosas levando a um quadro depressivo. Foram empregados os descritores “Coronavírus”, “Isolamento social”, “idosos”, “Logoterapia” e “Depressão”. Descartando pesquisas não relacionadas aos idosos, ao período pandêmico e abordagens terapêuticas dentro do escopo psicológico que não se relacionam com a Logoterapia com o tema.

A abordagem da Logoterapia de Viktor Frankl foi acrescentada como uma alternativa eficaz para compreensão e tratamento da depressão, além de oferecer um viés de significado para uma vida no contexto pandêmico. Em perspectiva, a Logoterapia de Frankl poderia contribuir nos quadros de depressão junto a sua obra literária “Em busca de sentido” como requisito acadêmico para o embasamento do artigo e enquadre para todas as consequências à saúde mental de idosos durante o período da pandemia e o consequente aumento de casos de depressão.

A construção desse trabalho teve como objetivo verificar, através de pesquisas, a ocorrência de depressão em idosos no contexto pandêmico de COVID-19, sobre as condições de isolamento social e a aderência da população idosa frente as medidas sociais restritivas, os quais afetaram diretamente a saúde mental destes e agravaram ainda mais o contexto situacional. Ainda são poucas as pesquisas sobre esse tema e seus danos à saúde mental dos indivíduos, por isso esse estudo busca compreender e organizar informações acerca do período de isolamento social e seus agravantes à saúde das pessoas, trazendo-nos informações que irão ampliar os conhecimentos sobre o período e possibilitar a realização de outros trabalhos futuros, provas e exames, objetificando elucidar as dúvidas surgidas

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos durante a pesquisa podemos compreender que o tema ainda é pouco explorado no âmbito acadêmico. Levando em consideração o quão recente é a pandemia de COVID-19 que só foi oficialmente declarada finalizada em 5 de maio de 2023,

## Capítulo 01 – Depressão em idosos dentro do contexto pandêmico

quando a Organização Mundial da Saúde (OMS), anunciou o fim da emergência de saúde pública de importância Internacional, no entanto, há ainda a existência de casos ativos de infecção pela doença e novas variantes.

Tabela 1 - Números de casos e óbitos por COVID-19 nos estados brasileiros. Brasil, 2020.

| Estado              | Casos Totais | Óbitos Totais | Casos Idosos | Óbitos Idosos | Proporção de Casos | Proporção de Óbitos | Pop. Total | Pop. Idosos |
|---------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------------|---------------------|------------|-------------|
| São Paulo           | 82161        | 6163          | -            | 4495          | -                  | 72,94%              | 45.919.049 | 6.993.969   |
| Rio de Janeiro      | 39298        | 4105          | 5823         | 2801          | 14,82%             | 68,23%              | 17.264.943 | 2.893.098   |
| Ceará               | 35947        | 2330          | 6896         | 1602          | 19,18%             | 68,76%              | 9.132.078  | 1.148.430   |
| Pernambuco          | 27759        | 2200          | 4546         | 1853          | 16,38%             | 84,23%              | 9.557.071  | 1.213.174   |
| Amazonas            | 29867        | 1758          | 2091         | 662           | 7,00%              | 37,66%              | 4.144.597  | 311.473     |
| Pará                | 26077        | 2375          | 5830         | 1673          | 22,36%             | 70,44%              | 8.602.865  | 763.716     |
| Maranhão            | 22786        | 784           | 4063         | 560           | 17,83%             | 71,43%              | 7.075.181  | 722.295     |
| Bahia               | 13899        | 460           | 542          | 306           | 3,90%              | 66,52%              | 14.873.064 | 1.919.264   |
| Espírito Santo      | 10007        | 447           | 1678         | 327           | 16,77%             | 73,15%              | 4.018.650  | 566.931     |
| Paraíba             | 7823         | 272           | -            | 174           | -                  | 63,97%              | 4.018.127  | 546.557     |
| Santa Catarina      | 6696         | 105           | 919          | 74            | 13,72%             | 70,48%              | 7.164.788  | 1.043.218   |
| Minas Gerais        | 6668         | 226           | 1091         | 171           | 16,36%             | 75,66%              | 21.168.791 | 3.315.874   |
| Rio Grande do Sul   | 6470         | 180           | 1151         | 152           | 17,79%             | 84,44%              | 11.377.239 | 2.069.569   |
| Distrito Federal    | 5902         | 98            | 795          | 74            | 13,47%             | 75,51%              | 3.015.268  | 328.379     |
| Alagoas             | 6214         | 316           | 1087         | 215           | 17,49%             | 68,04%              | 3.337.357  | 370.746     |
| Sergipe             | 5314         | 93            | 507          | 59            | 9,54%              | 63,44%              | 2.298.696  | 253.134     |
| Rio Grande do Norte | 4709         | 184           | 779          | 118           | 16,54%             | 64,13%              | 3.506.853  | 445.618     |
| Piauí               | 3550         | 110           | 644          | 77            | 18,14%             | 70,00%              | 3.273.227  | 411.268     |
| Paraná              | 3212         | 153           | 595          | 106           | 18,52%             | 69,28%              | 11.433.957 | 1.712.479   |
| Rondônia            | 3201         | 121           | 359          | 73            | 11,22%             | 60,33%              | 1.777.225  | 169.913     |
| Goiás               | 2518         | 96            | 401          | 66            | 15,93%             | 68,75%              | 7.018.354  | 836.663     |
| Roraima             | 2514         | 86            | 198          | 43            | 7,88%              | 50,00%              | 605.761    | 41.240      |

Fonte: Barbosa *et al.* (2020)

Segundo estudo realizada por Barbosa *et al.* (2020), que teve por objetivo analisar a incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa no Brasil e sua relação com variáveis contextuais, se utilizando para isso de dados obtidos em 22 estados federativos do Brasil, considerando as variáveis como taxas de incidência acumulada, mortalidade acumulada e letalidade acumulada em idosos; observou-se que a letalidade do coronavírus se deu em maior porcentagem com pessoas de 60 anos ou mais, com alguma comorbidade associada. Em decorrência de toda a vulnerabilidade imunológica, do acesso limitado de cuidados médicos, falta de medicação efetiva e vacinação na época, o número de mortes só aumentou ao longo de 2020 e 2021, sendo os idosos um dos primeiros a serem imunizados. Desse modo, nota-se que

os idosos inicialmente foram o grupo que mais se viu atingido pelos efeitos do vírus e pela opinião pública, jornalística e científica em geral, junto com toda incerteza e notícias falsas que se propagaram na época.

O isolamento social em decorrência da COVID-19 e as incertezas por falta de conhecimento sobre a doença, provocaram impactos diretos na saúde mental do público geral, de acordo com Moura (2021), os primeiros impactos na população idosa pertencente aos grupos de risco e mais vulnerável seriam “sentimentos de medo, ansiedade, estresse e mesmo raiva.”. Segundo Barros *et al.* (2020), em um estudo transversal, com questionário aplicado via web a adultos e idosos, coletando informações sobre condições de vida, saúde e comportamento durante a pandemia, se verificou que “durante o período, 40,4% se sentiram frequentemente tristes ou deprimidos, e 52,6% frequentemente ansiosos ou nervosos; [...] sendo os idosos 20,3% dos 45.161 respondentes [...], 27,5% dos idosos relataram sentir-se muitas vezes ou sempre tristes ou deprimidos”. Tal situação se deu graças a posição de risco em que se viam e o isolamento social prolongado, que afetou diretamente a saúde destes.

Os sintomas e manifestações da depressão são variados e podem afetar os indivíduos de formas diferentes, no entanto compreende-se que ela “influencia diretamente o humor, a cognição e somatização em idosos, que podem incluir tristeza, desesperança, culpa, falta de energia e anedonia.”, segundo Dalgalarrodo (2019). Tal quadro depressivo se intensifica ainda mais quando não há perspectiva de futuro, o que resulta em uma resposta pouco significativa ao presente, agravando deste modo a sensação de falta de sentido. Romero *et al.* (2021), que realizou um estudo transversal com idosos brasileiros que participaram de um inquérito de saúde utilizando-se o método de amostragem “bola de neve virtual”, apontou que “a pandemia aprofundou a desigualdade ao afetar os idosos mais vulneráveis, acarretar diminuição da renda em quase metade dos domicílios dos idosos, e a ocorrência de sentimentos de solidão, ansiedade e tristeza frequentes, especialmente entre as mulheres.”.

A situação se agravou ainda mais pelas ocorrências do etarismo direcionada ao público da terceira idade, onde se viu frequentemente a exclusão desse público, considerando-os vulneráveis demais, e até certo ponto inúteis e dependentes. “Vários discursos governamentais têm banalizado a ideia de idosos como um “fardo social”, produzindo a percepção preconceituosa e perigosa de que vidas velhas seriam dispensáveis, pouco relevantes, indignas da proteção coletiva e do Estado” (Henning, 2020). Sendo esta perspectiva um fator que contribuiu para aumentar o vazio existencial e a sensação de desistência de viver plenamente

neste grupo etário que se encontrava em uma situação angustiante e de risco, além do isolamento e a falta de interações sociais presenciais.

Partindo dos resultados obtidos, a Logoterapia surge como uma estratégia terapêutica eficaz e condizente com um período de extrema angústia existencial. Desenvolvida por Viktor Frankl, esta abordagem se concentra no sentido da existência humana e na busca por um propósito, sendo então uma alternativa de tratamento, pois a busca por sentido na vida é uma força motivadora primária no ser humano, assim afirma em sua obra *Em busca de sentido*, um psicólogo no campo de concentração. O foco da Logoterapia está na ajuda aos pacientes a encontrar significado e valores intrínsecos, incentivando assim atitudes responsáveis em relação à vida, onde estratégias terapêuticas que focam na busca de sentido podem ajudar a redefinir um senso renovado de propósito e significado para esta pessoas.

Para além desta, há o tratamento farmacológico que engloba medicamentos específicos para a patologia, e o apoio social que tanto faltou durante o período pandêmico e que é de extrema importância para a saúde humana, coisa muito difícil de ocorrer no período mais crítico da pandemia. “As possibilidades de apoio social nos momentos de crise ou mudança podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto.” (Juliano; Yunes, 2014). Deste modo, os medicamentos servem para alívio dos sintomas depressivos, enquanto o apoio social proporciona um ambiente de compreensão e conforto. Portanto a combinação destes busca auxiliar os idosos a recuperar suas perspectivas e encontrar um novo senso de significado em suas vidas.

Por fim, tal artigo ainda se vê limitado pela escassez bibliográfica porque a pandemia de COVID-19 ainda é um acontecimento recente na história. Ainda há carência de uma maior visibilidade a este grupo tão afetado que foram os idosos e todas as consequências e impactos para sua saúde que a pandemia proporcionou. Por tanto, o presente trabalho busca trazer luz ao tema e visibilidade as dificuldades sofridas e impactos proporcionados pelo isolamento, depressão e preconceitos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os impactos da pandemia e do coronavírus na saúde mental de todos, os idosos estiveram o tempo inteiro no cerne da questão como o grupo que mais corria riscos de vida e que trazia consigo agora a necessidade de serem superprotegidos pelos outros que inicialmente

não foram apontados como grupo de risco, o que abalou muito a saúde mental desta faixa etária. Ao longo do trabalho observamos as condições de isolamento, a ocorrência de uma agilização no acesso as tecnologias, o preconceito perante a terceira idade, a disseminação de notícias falsas em larga escala, e claro, o aumento exponencial de casos de depressão.

O distanciamento social tornou-se a medida de prevenção mais significativa no controle do avanço da Covid-19. Dentro desse contexto, tornou-se evidente o impacto que houve no estado emocional da população, em especial as pessoas idosas. O envelhecimento em si já possui grandes desafios adaptativos devido ao fato de ter que lidar com o luto, a perda de pessoas amadas, a mudanças de status social e limitações funcionais. Deste modo, a junção desses desafios aos sentimentos de solidão e isolamento social, ocasionaram em quadros de ansiedade e depressão e aumento significativo destes.

Diante desse cenário, buscou-se encontrar o que mais influenciou toda a situação pandêmica e o aumento exponencial de casos de depressão e ansiedade, principalmente no público idoso. Como a pandemia afetou a qualidade de vida destes idosos e proporcionou um aumento significativo de casos depressivos nessa faixa etária, e como a Logoterapia pode ser um excelente método terapêutico para tal contexto trazendo à tona a importância crucial de encontrar significado e propósito em momentos de crise e desespero.

Por fim, se faz necessário o reconhecimento de que a pandemia evidenciou a necessidade de um foco mais atento a questões relacionadas a saúde mental dos idosos, o estigma, os ageísmos, e a falta de políticas de apoio específicas, por isso, é imperativo que a sociedade, os profissionais de saúde e os governantes atuem de forma mais efetiva na promoção do bem-estar mental destes. Em suma se faz necessário a ampliação de pesquisas nesse campo, aprofundando o entendimento dos desafios específicos enfrentados e a eficácia de abordagens terapêuticas diversas; tendo em vistas os desafios que vão além da esfera física, somente por meio de esforços colaborativos e compreensivos será possível enfrentar os desafios impostos por essa crise e oferecer aos idosos um caminho para a recuperação e a renovação do sentido de vida.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, T. A. A. D.; DARÁ, D. M. B.; SIMEÃO, S. D. S. S. Depressão, percepção ontológica do tempo e sentido da vida. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 12, n. 1, p. 35-41, 2016.

BARBOSA, I. R. *et al.* Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 07 outubro 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562020023.200171>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BARROS, M. B. DE A. *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e serviços de saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil**, v. 29, n. 4, p. e2020427, 2020.

BEZERRA, P. C. L.; LIMA, L. C. R.; DANTAS, S. C. Pandemia da covid-19 e idosos como população de risco: aspectos para educação em saúde. **Revista Cogitare enfermagem**, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.73307>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Governo do Brasil. **OMS declara emergência de saúde pública internacional para novo coronavírus**. Publicado em 30/01/2020 17h47Atualizado em 16/03/2020 11h06. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/oms-declara-emergencia-de-saude-publica-internacional-para-novo-coronavirus>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial 16**, 07 maio 2021. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/>. Acesso em: 29 out. 2021.

CÂMARA *et al.* As dificuldades dos idosos com dispositivos móveis. **Revista Ceuma Perspectivas**, v. 30, 2017.

CANNABRAVA, M.; FONTANETTO, R. A vida dos idosos durante a pandemia. **Museu da vida**, 12 de junho 2020. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1477-a-vida-dos-idosos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 03 nov. 2021.

**COVID-19 pandemic triggers 25% increase in prevalence of anxiety and depression worldwide**. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/02-03-2022-covid-19-pandemic-triggers-25-increase-in-prevalence-of-anxiety-and-depression-worldwide>>. Acesso em: 23 set. 2023.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

DELLARMELIN, M. L.; BALBINOT, V. A.; FROEMMING, L. M. S. Análise do comportamento e utilização das redes sociais pelos idosos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 30, n. 1, p. 174-184, 2017.

FRANKL, V. E. **Em Busca de Sentido**: Um Psicólogo no Campo de Concentração. Porto Alegre: Editora Vozes, Coeditora Sulina, 1987.

HENNING, C. E. Nem no Mesmo Barco nem nos Mesmos Mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da COVID-19. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 150-155, 2020. DOI:

10.11606/issn.2316-9133.v29i1p150-155. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170798>. Acesso em: 23 set. 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019, Percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo%3Fview%3Ddetalhes%26id%3D2101764&sa=U&ved=2ahUKEwiR5o-6vqD0AhUkC9QKHb7UCIIQFnoECAIQAg&usg=AOvVaw3JmoWjDscBlte07W5kF1Y5>. Acesso em: 06 nov. 2021.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & sociedade**, v. 17, n. 3, p. 135–154, 2014.

JUN, 17. **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção**.

Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>>. Acesso em: 23 set. 2023.

LEÃO, L. R. B.; FERREIRA, V. H. S.; FAUSTINO, A. M. O idoso e a pandemia do Covid-19: uma análise de artigos publicados em jornais. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 6, n. 7, p. 45123–45142, 2020.

LENARDT, M. H. *et al.* Idosos Distanciados da Sociedade e o Sentido Da Vida: Cuidados Direcionados ao Risco de Síndrome do Idoso Frágil. In: Santana R. F. (Org.). **Enfermagem gerontológica no cuidado do idoso em tempos da COVID 19**. Brasília, DF: Editora ABEn, 2021. p.171. Disponível em: <https://doi.org/10.51234/aben.21.e05.c10>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MADEIRO, C. **Covid: 63% de mortes no país em janeiro foram de idosos com 70 anos ou mais**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2022/02/08/covid-63-de-mortes-no-pais-em-janeiro-foram-de-idosos-com-70-anos-ou-mais.htm>. Acesso em: 23 maio. 2023.

MAIO, 5. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância**

**Internacional referente à COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>>. Acesso em: 23 set. 2023.

MANHÃES, M. M.; OLIVEIRA, J. P. C.; BARRETO, É. C. Logoterapia: uma abordagem eficaz no tratamento do idoso em depressão. In: ISTOE, R. S. C.; MANHÃES, F. C.; DE SOUZA, C. H. M. (org.). **Envelhecimento humano em processo**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 96-111.

MOURA, M. L. S. Idosos na pandemia, vulnerabilidade e resiliência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 21 de maio 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562021024.210060>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MAR, 2. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo.** Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>>. Acesso em: 25 set. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS: ‘O impacto da pandemia na saúde mental das pessoas já é extremamente preocupante’.** Casa ONU Brasil, Brasília (DF), 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85787-oms-o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-das-pessoas-ja-e-extremamente-preocupante#:~:text=Durante%20a%20pandemia%2C%20na%20China%2C%20os%20profissionais%20de,psicol%C3%B3gico.%20Crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20tamb%C3%A9m%20est%C3%A3o%20em%20risco>. Acesso em: 25 nov. 2021.

OLIVEIRA, E. K. S.; SILVA, J. P. Sentido de vida e envelhecimento: relação entre os pilares da logoterapia e bem-estar psicológico. **Revista Logos & Existência**. v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2Jnic6t>. Acesso em: 04 nov. 2021.

OLIVEIRA, V. V. *et al.* Impactos do isolamento social na saúde mental de idosos durante a pandemia pela Covid-19. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.1, p.3718-3727, fevereiro 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/viewFile/25339/20220>. Acesso em: 04 nov. 2021.

OLIVEIRA, V. V. *et al.* Impactos do isolamento social na saúde mental de idosos durante a pandemia pela Covid-19. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.1, p.3718-3727, fevereiro 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/viewFile/25339/20220>. Acesso em: 04 nov. 2021.

ONU-Organização das Nações Unidas. **Assembleia mundial sobre envelhecimento: resolução 39/125.** Viena, 1982.

ONU-Organização das Nações Unidas. **Assembleia mundial sobre envelhecimento: resolução 39/125.** Viena, 1982.

PARADELA, E. M. P. Depressão em idosos. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 31-40. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/article/view/8850/6729>. Acesso em: 05 de nov. 2021.

**Portal da Transparência - Registro Civil.** Disponível em:

<https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/especial-covid>. Acesso em: 23 maio. 2023.

ROMERO, D. E.; SILVA, D. R. P. Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro RJ, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00216620>. Acesso em: 04 nov. 2021.

RIBEIRO, D. Dicionário online de Português. **DICIO**, outubro de 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ageismo/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

## **BIOGRAFIA DOS AUTORES**

### **ADRIELE CAVALCANTE CARVALHO**

Bacharela em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2025). Psicóloga clínica, atua no atendimento a adolescentes e adultos por meio da abordagem cognitivo-comportamental (TCC).

### **SHEILA RIBEIRO DOS SANTOS**

Bacharela em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2025). Psicóloga clínica, atua no atendimento adolescente, adultos e idosos por meio da abordagem cognitivo-comportamental (TCC) no Instituto Vida e Saúde desde 2025.

### **SAMAI ALCIRA CUNHA**

Mestre em Psicologia pela UFBA. Possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia (2003). Especialista em Gestalt-Terapia pelo Instituto de Gestalt Terapia da Bahia. Psicóloga clínica, atua no atendimento à adultos. Docente do ensino superior desde 2006.

# INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NOS CUIDADOS PALIATIVOS: humanização da morte

## PSYCHOLOGICAL INTERVENTION IN PALLIATIVE CARE: humanizing death

DOI: 10.5281/zenodo.16938082

Ana Victória Gomes de Mello Amorim <sup>1</sup>  
psi.avgomes@gmail.com

Samai Alcira Cunha <sup>2</sup>  
docente.samaialcira@fssssacramento.br

### RESUMO

A psicologia hospitalar consiste na implementação da ciência psicológica no meio hospitalar, visando proporcionar conforto e apoio emocional aos pacientes em um tratamento intensivo e diante da possibilidade da morte não apenas. Este artigo traz os efeitos nos pacientes em cuidados paliativos, bem como nos familiares, amenizando a angústia e possibilitando mais bem estar, a partir de um equilíbrio na sua saúde mental em meios às circunstâncias de desalento. Tratando-se de uma revisão de literatura com levantamento bibliográfico, esta pesquisa toma como base estudos, artigos e pesquisas feitas sobre o tema da intervenção psicológica hospitalar em tratamentos intensivos. Com os resultados encontrados, pode-se constatar que muitos são os efeitos positivos na relação familiar com o paciente através do suporte oferecido, com melhoras em sintomas emocionais e favorecendo o seguimento do tratamento.

**Palavras-chave:** Cuidados Paliativos. Hospitalização. Humanização. Morte. Psicologia.

### ABSTRACT

Hospital psychology involves the application of psychological science within the hospital setting, aiming to provide comfort and emotional support to patients undergoing intensive treatment and facing the possibility of death, among other challenges. This article discusses the effects of psychological intervention on patients receiving palliative care, as well as on their families, helping to alleviate distress and promote greater well-being by fostering a balance in mental health amidst circumstances of despair. This study is a literature review based on bibliographic research, drawing on studies, articles, and research related to psychological intervention in intensive treatments. The findings reveal numerous positive effects on the family-patient relationship through the support offered, leading to improvements in emotional symptoms and facilitating the continuation of treatment.

**Keywords:** Palliative Care. Hospitalization. Humanization. Death. Psychology.

---

1 Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

2 Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

## 1 INTRODUÇÃO

Em meio a diagnósticos que lhes dão poucas esperanças de cura, e por vezes em meio a uma assistência não adequada para aliviar seu sofrimento, com foco na parte biológica fazendo uso de inovadoras tecnologias, mas com métodos um pouco invasivos e sem atentar-se a sensibilidade dos pacientes, o desânimo dos pacientes fica cada vez mais crescente. Em meio a esse contexto de exageros apesar de bem intencionados, mas ausentes de atenção ao emocional destes, o sintoma que vem a ser o mais sentido e que traz peso, a dor, é ignorado. (Matsumoto, 2012)

Com a doença e a morte, vem a comprovação da impotência e finitude humana e que já não se é mais o que era, além de desfazer diante de si o desejo de ter controle sobre a vida (Melo *et al*, 2013). A notícia do adoecimento traz inumeráveis consequências nos diversos níveis da vida do indivíduo, atingindo a área familiar, social e econômica, podendo eclodir numa crise familiar por todos viverem de forma coletiva a doença e ser dificultoso processar a aceitação de uma possível perda. É comum que o adoecido e os familiares queiram afastar a ideia da morte, pois, como afirma Freud (1920), é irrepresentável o sentimento despertado diante da morte. A sociedade não costuma falar a respeito, porque não suporta a ideia de enfrentar a morte, pois esta traz a finitude da vida, castrando o desejo de controle e trazendo a impotência à tona (Kovács, 1992).

Considerando a delicadeza do momento ao receber um prognóstico ruim e as angústias consequentes por enfrentar a morte – cuja fugimos durante a vida, inclusive para tão somente falarmos dela – os Cuidados Paliativos trazem uma proposta diferente de enfrentamento para essa experiência que é vivida de forma singular para cada paciente, bem como aos familiares e a equipe multidisciplinar associada ao tratamento.

Através de pesquisas e análises de materiais coletados, o seguinte artigo traz em forma de revisão de literatura a suma importância da atuação desses profissionais para o curso da doença e seus sintomas serem controlados, garantindo ao doente mais conforto e qualidade de vida, além de auxiliar na aceitação e elaboração.

Trazendo brevemente a história da clínica na história da humanidade e a sua relação com a morte, o surgimento e papel da Psicologia da Saúde nos hospitais, e os benefícios de quem desfruta desse serviço, é elucidado sobre essa atividade ainda não tão conhecida entre a população, profissionais de saúde de outras categorias, e inclusive entre os próprios psicólogos devido a uma falta de maior exploração do tema ainda na graduação.

O ponto norteador deste trabalho parte do seguinte questionamento: qual o impacto físico e psicológico da atuação do psicólogo em meio a tratamentos intensivos em ambiente hospitalar? Este artigo tem por objetivo mostrar a importância acerca da necessária atuação do psicólogo para amenizar o árduo processo de fazer um tratamento, humanizando a convivência com o diagnóstico trazendo um novo significado ao que está vivenciando, proporcionando minimizar as dores e desconfortos e melhor qualidade de vida e bem estar, obtendo respostas positivas no decorrer do tratamento.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Nascimento da clínica e humanização da morte**

A história dos hospitais começa na antiguidade, onde era exercida a medicina teúrgica em santuários e templos, mais servindo como centros de aconselhamento e de cura, sem espaço específico para os enfermos. Era comum os doentes serem colocados juntos ao miseráveis, órfãos e viajantes. Somente a partir de 100 a.C., houve uma introdução dos chamados valetudinários pelo povo romano, locais voltados aos cuidados dos soldados feridos (Laprega, 2015).

Com a expansão do cristianismo no século IV, hospitais foram expandindo-se e monastérios serviam de refúgio para aqueles que fossem peregrinos, doentes e pobres, seguindo a visão cristã de tornar o cuidado mais humano ajudando aos necessitados. Após isso, o desenvolvimento dos hospitais veio por meio do aprimoramento da medicina e com as reformas sanitárias que surgiram no decorrer dos anos (Brasil, 1965).

No Brasil, a história da clínica inicia-se com a fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, o primeiro no país e sendo inaugurado em 1540, mas tendo funcionado até 1630 após sofrer saqueamento e sendo incendiado pelos holandeses. Já a Santa Casa de Misericórdia de Santos é considerada a mais antiga ainda em atividade nos dias atuais. Construída em 1543, o improvisado foi a base do seu funcionamento em razão da falta de médicos dispostos a deixar seus países e virem ao Brasil, levando os jesuítas a responsabilidade do atendimento, realizando trabalhos como médicos, farmacêuticos e enfermeiros (Santa Casa, 2022)

## 2.2 Psicologia Hospitalar

A Psicologia da Saúde no Brasil fundamenta-se na concepção da inter-relação de todos os aspectos considerados no processo saúde e doença, também conhecido como princípio da integralidade (Mattos, 2003). Tais aspectos favorecem o diálogo nas práticas de cuidado à saúde, levantando outras possibilidades de estratégias. Dentro dessa área, surge a psicologia hospitalar como uma especificidade no setor terciário de atenção à saúde, tendo iniciado na década de 50, com suas primeiras atividades executadas em um hospital geral sob uma perspectiva de prática clínica. Contudo, diante da demanda hospitalar tão complexa, o modelo clínico tradicional mostrou-se incapaz para atender as necessidades, erguendo discussões e reflexões a respeito da atuação do psicólogo, sobretudo no que concerne à sua adaptação nas equipes de saúde, a qual se deu de maneira gradual tendo em vista a exclusividade das ciências biomédicas dentro desse campo, gerando dificuldades.

Sendo utilizada somente no Brasil para se referir ao psicólogo que atua no hospital geral, a terminologia Psicologia Hospitalar é considerada inadequada para se referir a esta atividade profissional, considerando-se mais adequado a expressão Psicologia da Saúde por englobar sua atuação nos muitos contextos de saúde, sendo a atuação no hospital uma especialidade da área (Azevêdo; Crepaldi, 2016).

Sob uma fundamentação analítica, Simonetti (2004) enfatiza que a psicologia hospitalar busca identificar os pensamentos e sentimentos do paciente em um primeiro nível para, em seguida, dar início ao acompanhamento com técnicas psicológicas, assim propiciando a compreensão de alterações emocionais diante da situação do adoecimento e morte, acompanhando a evolução da elaboração dessa vivência.

A partir de uma perspectiva fenomenológica existencial, para Angerami-Camon (2010), a atuação nessa especialidade vem a proporcionar a diminuição do sofrimento decorrente da internação, escutando-o atentamente para estimular a ressignificação da experiência. Quanto aos autores da teoria sistêmica, reconhecem e encorajam a presença do psicólogo nos hospitais considerando ser um espaço dinâmico, com múltiplos significados nas relações ali estabelecidas entre o paciente, a sua família e toda a equipe multiprofissional (Azevêdo, 2010). Para os cognitivistas comportamentais, esse acompanhamento propõe a minimizar tensões, sofrimentos e angústias resultantes do ocorrido, reestruturando cognições,

fortalecendo estratégias de enfrentamento e aplicando técnicas que minimizem o estresse (Azevêdo; Santos, 2011).

Assim, nota-se que a partir de distintas abordagens, o ponto central sempre será em focalizar na relação entre paciente, família e a equipe de saúde, disponibilizando-se para este indivíduo para escutá-lo com empatia, reorganizando sua tensão emocional e elaborando o que pode estar agravando o sofrimento, motivando a comunicação e relacionamento familiar.

Ao utilizar certa abordagem em sua intervenção, o psicólogo segue diretrizes conforme a teoria aplicada. Tendo como exemplo aquele que segue a teoria cognitivo comportamental, a linha adotada será de identificar situações, pensamentos, sentimentos e comportamentos a respeito da doença, reestruturando sua cognição de pensamentos de modo a atribuir novos significados para haver adaptação e amenizar o sofrimento (Azevêdo; Crepaldi, 2016).

Se o paciente relata que não acredita em perspectivas de recuperação, provavelmente surgirão sentimentos de tristeza e comportamentos os quais dificultam sua inserção nos procedimentos do setor, mas se, por outro lado, o psicólogo começa a explorar esse ponto, existe a possibilidade do paciente buscar informações sobre a evolução clínica, manter contato com os profissionais de saúde e verificar que o processo de recuperação implica necessariamente a participação coletiva. As mudanças na maneira de interpretar os eventos possibilitam desenvolver flexibilidade diante das situações vivenciadas. (Azevêdo; Crepaldi, 2016).

Quanto aos settings de atendimentos, eles podem ser realizados nos corredores, no leito, na Sala de Serviço de Psicologia, unidades de internação ou ambulatorios, sendo definido de acordo com a demanda apresentada pelo paciente ou família, verificando o contexto mais apropriado para a pessoa acolhida (Azevêdo; Santos, 2011). A importância dos familiares também receberem assistência reside no papel desempenhado por estes e suas reações, implicando nas reações do próprio paciente e contribuindo no caminho do tratamento, além da relevância em tê-los por perto para resolver os problemas não tratados anteriormente e tranquilizar o doente.

Ademais, o papel do psicólogo no ambiente hospitalar vem também a atuar de forma conjunta com os outros profissionais, numa dinâmica multiprofissional, participando na definição dos procedimentos e tratamentos escolhidos para o paciente. Para isto ocorrer de forma saudável, é primordial que os membros da equipe de saúde sejam cooperativos, haja uma

comunicação aberta, visando esclarecer todos os procedimentos técnicos de acordo com cada especialidade (Tonetto; Gomes, 2007).

Para um bom desenvolvimento do acompanhamento psicológico, é imprescindível que o profissional observe e acate o tempo e limite do paciente, respeitando-o, tendo em vista a resistência tão comumente ocorrida diante de sofrimentos não verbalizados por não encontrarem palavras. No primeiro contato, deve-se compreender os comportamentos, sentimentos, crenças, vontades, expectativas e explicações para os ocorridos, a fim de recolher o máximo possível de informações do paciente (Melo *et al* 2013).

Sendo assim, a contribuição do psicólogo nos cuidados paliativos parte do princípio de carregar uma perspectiva da doença como pertencente à mente e expressões desta pelo corpo, tendo a sua prática fundamentada em: oferecer suporte familiar para que compreendam com clareza as fases da doença; elucidar a morte como processo inescapável da vida; fornecer qualidade de vida o quanto for possível para o paciente, afetando positivamente no tempo que o resta; trabalhar de forma dinâmica e integral, incluindo aspectos sociais e espirituais; minimizar sintomas estressantes e que desencadeiam maior sofrimento (ANCP, 2007; CRM-SP, 2008).

O psicólogo deve estar atento em detectar os conteúdos envolvidos na queixa, no sintoma e na patologia, permitindo assim uma atenção integral e a identificação de desordens psíquicas que geram sofrimento, estresse e também aos mecanismos de defesa negativos que costumam surgir; isso favorece a reorganização da vivência de doença e o uso de recursos adaptativos no sentido de manter o paciente participativo no processo de tratamento (Othero; Costa, 2007)

Desse modo, são minimizados os efeitos provocados pelo adoecimento, evitando-se o aparecimento de complicações psicológicas que afetam o afetivo, social e o tratamento do paciente, bem como pensando também nos familiares que vivenciam a doença em coletivo. (Ferreira; Lopes; Melo, 2011) Para isto, a compaixão deve ser norteadora na prática profissional para a compreensão da dor do outro, guiando os cuidados paliativos realizados por qualquer outra especialidade.

### **2.3 Benefícios dos cuidados paliativos nos pacientes terminais**

Os Cuidados Paliativos nasceram no Reino Unido, na década de 60, após a fundação do St. Christopher Hospice com o propósito de reunir conhecimentos diversos voltados a prestar uma assistência humanizada a todos os envolvidos no processo de adoecimento e aproximação do falecimento do paciente, incluindo os seus acompanhantes. Dessa forma, surge

um conceito de terapia vinculada à assistência técnica biomédica. (Silva, 2010) Um pouco mais a frente, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) designa cuidados paliativos como uma assistência para valorização da vida do paciente e sua família, aliviando o sofrimento de ambos na fase final da doença.

Cuidados Paliativos (...) objetiva a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante de uma doença que ameace a vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais. (WHO, 2002)

Os princípios gerais dos cuidados paliativos são fundamentados em: promover alívio da dor e sintomas estressantes relacionados ao tratamento ou evolução da doença; afirmar a morte e a vida como inevitáveis, parte de um processo natural; integrar aspectos psicossociais e espirituais aos cuidados do paciente; oferecer suporte que possibilita ao paciente viver o mais ativamente possível; não acelerar ou adiar a morte; proporcionar um sistema de apoio aos familiares para lidar com a doença e enfrentar o luto; fazer uso de uma abordagem multiprofissional voltada a focar nas carências da família e paciente, incluindo o suporte ao luto; ampliar a qualidade de vida no ambiente para que influencie de maneira positiva o rumo da doença. (INCA, 2021)

Tendo como base uma abordagem holística, enxerga o indivíduo muito mais do que um ser biológico, mas alguém com desejos e necessidades, de modo a respeitá-los e assim moldar o curso da doença para que possa prolongar sua sobrevida com qualidade, controlando os sintomas, convivendo com familiares e resgatando pendências com a sua família. No caso de câncer, por exemplo, a dor é a principal queixa do paciente, interferindo na qualidade dos seus dias e afetando diretamente no humor, sono, alimentação, podendo inclusive desencadear problemas de depressão, constipação, ansiedade, dispnéia, dentre outros. Assim, controlando os sintomas, o sofrimento do paciente é minimizado (Ferreira; Lopes; Melo, 2011).

O Cuidado Paliativo resgata a possibilidade da morte como um evento natural e esperado na presença de doença ameaçadora da vida, colocando ênfase na vida que ainda pode ser vivida. (...) Enfatiza-se desta forma que Cuidado Paliativo nada tem a ver com eutanásia, como muitos ainda querem entender. Esta relação ainda causa decisões equivocadas quanto à realização de intervenções desnecessárias e a enorme dificuldade em prognosticar paciente portador de doença progressiva e incurável. (Matsumoto, 2012, p.27)

Considerando o aspecto espiritual que influencia nesse processo, a religião é vista como geradora de alívio às angústias, dando conforto diante do enfrentamento da doença. Sabendo que as religiões trazem explicações para a doença de forma mais próxima para o

paciente, gerando identificação por ser fazer parte do seu contexto, isso pode gerar uma compreensão mais fácil do que a explicação simplista por vezes fornecida pela medicina. Sendo assim, é relevante que os profissionais de psicologia visem tratar esse lado na vida do paciente ao planejar as intervenções psicológicas no acompanhamento realizado, de forma que se estabeleça um vínculo terapêutico construído com respeito e confiança (Aquino; Zago, 2007). Além desse fator a examinar, tem-se também o significado particular que cada paciente atribui à doença, conforme suas vivências pessoais e conforme a cultura na qual está inserido. (Schmidt; Gabarra; Gonçalves, 2011)

Além de tudo, beneficiam-se de tais intervenções o paciente bem como a família em virtude da redução de riscos de apresentarem sintomas psicológicos futuros por causa do falecimento, como a depressão e ansiedade. Sendo o sofrimento familiar um dos temores mais comuns dos doentes, ao abrir espaço para expressão de sentimentos a esse respeito pode ser realizada uma liberação de emoções reprimidas, tornando a relação mais clara e tranquilizando-o (Melo *et al* 2013).

É preciso um olhar ao paciente como dono de uma história de vida e não como um ser limitado ao diagnóstico de uma doença, pois embora traga algumas incapacitações, há chances de resgate de dignidade e qualidade de vida, oferecendo escuta acolhedora de modo a adentrar seus conteúdos internos e iniciar um processo de aceitação e elaboração da situação.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Método de abordagem**

Este trabalho é embasado na revisão da literatura, construído em cima de leituras de estudos, artigos e pesquisas feitas sobre o tema da intervenção psicológica hospitalar em tratamentos intensivos. Além disso, é realizada uma análise sobre relato de caso, a fim de observar e discutir os impactos desse trabalho realizado com pacientes hospitalares.

Como base de dados no meio eletrônico, foi feito o uso dos descritores cuidados paliativos e neuropsicologia, psicólogos e pacientes com covid, intervenção psicológica em cuidados paliativos, neuropsicologia e tratamento hospitalar, melhora de quadro de pacientes com psicólogo, quadro terminal e intervenção psicológica, cuidados paliativos e equipe interdisciplinar, acompanhamento psicológico durante doença física, humanização da morte, história hospitalar no Brasil, ritual de despedida, no ano de 2020 através do Google Acadêmico.

O material de estudo encontrado com estas pesquisas foi recolhido, analisado e selecionado, sendo mencionados nas referências desse artigo.

O relato de experiência foi escrito pelos autores Beatriz Schmidt, Letícia Macedo Gabarra e Jadete Rodrigues Gonçalves, descrevendo os resultados do acompanhamento psicológico realizado em hospital público no Sul do Brasil, em 2008.

### **3.2 Relato de experiência**

Neste relato apresentado, temos Ivo, de 47 anos de idade, casado com Marisa, pai de dois filhos e padrasto do filho da sua esposa. Sua internação foi em consequência a uma ida ao hospital para investigação diagnóstica, descobrindo-se ter adenocarcinoma gástrico com metástase hepática, isto é, câncer no estômago que avançou para o fígado. Sem possibilidade de cura, mas apenas cuidados paliativos, todos os familiares estavam cientes do prognóstico grave. Durante os 22 dias que precederam a internação até o óbito, Ivo recebeu acompanhamento psicológico juntamente a seus familiares, através do serviço de psicologia disponibilizado pelo hospital no qual estava.

Os atendimentos foram realizados entre o casal Ivo e Marisa, entre eles e seus filhos e de forma individual a cada um, tendo por objetivo elucidar acerca do tratamento dele; ampliar a qualidade de vida para que possa ser minimizado o sofrimento dos efeitos da doença; estimular a comunicação entre membros familiares e profissionais da equipe de saúde; possibilitar o suporte emocional necessário, inclusive incentivando que abracem crenças pessoais como apoio; estimular comunicação e reaproximação familiar e o paciente, buscando a resolução de possíveis conflitos abertos; prevenir que ocorram sintomas psicológicos em consequência do forte impacto do luto mal elaborado.

No início da intervenção psicológica, a psicóloga que os acompanharia prestou suporte emocional após o casal ficar bastante abatido com o prognóstico desagradável, encorajando a expressão de sentimentos do momento e que compartilhassem a dor, prestando escuta empática e atenta a verbalização dos seus medos e sofrimentos. Observou-se por meio dos atendimentos que a família teria capacidade de enfrentamento para a despedida, tendo condições emocionais para o ritual de despedida por terem aceitado o rumo da doença. A partir disso, foi dado início ao ritual, suscitando a comunicação na família, pedidos de desculpas, agradecimentos, resgatando tudo aquilo que não foi dito.

A esposa relata a psicóloga que tudo isso a fez se sentir mais tranquila, pois esclareceu questões conjugais com o marido, lembraram bons momentos e confessou que sentia-se culpada pela doença por acreditar que tenha sido desencadeada devido ao estresse com o filho biológico dela, após ele ter sido preso, fazendo com que fosse tranquilizada pelo esposo e diminuísse sua sensação de culpa.

Outros efeitos do trabalho da psicóloga foram: a possibilidade do contato de Ivo com seu enteado, que enviou uma carta para ele visto que não tinha como sair da penitenciária; atendimento psicológico à filha que vinha queixando-se de problemas para dormir e se alimentar, sendo acolhida e tirando sentimento de culpa que também sentia; prestar assistência a Marisa que sentia-se insegura quanto ao futuro da família tendo em vista que teria de tomar muitas decisões agora; possibilitou Ivo ser visitado pela mãe, com quem não tinha uma boa relação há muito tempo. Logo após esse último acontecimento, ele veio a falecer.

Com este relato do ritual de despedida aplicado, auxiliando a lidar com a situação vivenciada, todos foram beneficiados, pois tornaram-se mais próximos ao passo em que se planejam e aceitam para a separação em breve, apontando mudanças significativas a partir dos relatos dos envolvidos no processo (Schmidt; Gabarra; Gonçalves, 2010).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No caso apresentado, foi relatado pela esposa do paciente que todo o processo de comunicação gerou tranquilidade frente às questões conjugais e culpa que vinha carregando. O autores Wright e Nagy (1994) enfatizam sobre a relevância de proporcionar novas interações entre o paciente e seus familiares a partir de um esclarecimento da morte e adoecimento, resultando restabelecimento de relacionamentos interrompidos ou cortados, resolução de pendências familiares, reconstruindo a confiança e reduzindo a ansiedade para ambos, podendo desfrutar melhor do momento de despedida para lembrar lembranças e estreitar relações.

Preocupações com o futuro, cuidados com os filhos, são exemplos de questões comumente levantadas pelos pacientes, podendo receber segurança e conforto da família diante desses questionamentos. Também é importante destacar as necessidades que muitas vezes surgem a respeito de problemas conjugais e sentimento de culpa, acompanhado de uma sensação de terem falhado. Questões pendentes não resolvidas podem prejudicar o

relacionamento entre o familiar e a pessoa que está falecendo, sendo preciso trabalhar nesses pontos conforme a demanda vai surgindo com a intermediação do psicólogo.

No relato de experiência foram pontuados alguns efeitos do trabalho da psicóloga, como restabelecimento de contato entre o paciente e o enteado, suporte a filha, apoio também a esposa, e resolução de pendência entre Ivo e sua mãe. A partir disso, pode-se discutir acerca da relevância do psicólogo nos cuidados paliativos, estendendo para a família os cuidados, sendo essencial escutar o paciente sobre suas necessidades, validando sua capacidade de se conhecer, ofertando dignidade e individualidade e auxiliar na resolução dos problemas por ele postos na escuta psicológica. (Lisbôa, 2002)

O profissional de psicologia desenvolve um trabalho de aceitação conforme a qualidade do relacionamento entre os membros e a pessoa adoentada, e também fazendo uma análise da capacidade entre estas pessoas sobre a capacidade em resolver problemas e o nível de vínculo afetivo, ofertando oportunidade de expressão das suas muitas emoções, como raiva, culpa, tristeza, facilitando a comunicação entre o paciente e o familiar diante de qualquer questão mal elaborada, possibilitando um adeus. (Worden, 1998)

Por ritual de despedida entende-se a maneira variada como a família se despede do ente querido. Na verbalização predomina a vontade dos membros da família em tranquilizá-lo sobre o bem estar de todos e outras preocupações que ele apresenta, trazendo alívio no sentimento de impotência, pedidos de perdão gerando restabelecimento de vínculos perdidos e agradecimentos pelos bons momentos construídos. Neste processo a religião tem grande importância para consolo e apoio, sendo fundamental considerar esse aspecto nas intervenções em suas diferentes formas de expressão e as mais diversas religiões e crenças (Lisbôa, Crepaldi, 2003).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse artigo teve como objetivo responder ao problema de pesquisa acerca da atuação do psicólogo nos hospitais, tendo o foco em humanizar o adoecimento e a vivência da morte. Tendo em vista os aspectos apresentados, observamos que é de suma importância a atuação desses profissionais para que o paciente receba um acompanhamento mais acolhedor, mais humano, completo, ativo, empático e uma boa relação seja gerada entre a equipe e familiares,

levando-os a tomarem as melhores decisões e mais seguras, tendo em vista o objetivo no bem estar do indivíduo.

Além disso, elucida a respeito de qual seria o papel do psicólogo nesse contexto, explicando como iniciou-se e quais seus princípios norteadores, além de explanar acerca da história dos hospitais e o entendimento da morte para as pessoas. Em virtude disso, pôde-se analisar que a morte é um tema que sempre esteve presente na vida dos humanos, embora somente recentemente tenha-se aprofundado para entendê-la com mais naturalidade e tornando um momento propício de reflexões, aproximações, acolhimento e não limitar a pessoa como um caso onde “não tenha mais nada a fazer”.

Embora esta seja uma área ainda passando por aperfeiçoamentos e sendo compreendida pela população e dentro da equipe de saúde com a qual atua em conjunto, é imprescindível que o incentivo para sua presença nos ambientes de tratamentos intensivos seja cada vez mais expandido, garantindo a todos envolvidos uma escuta empática e acolhimento ao luto para os familiares.

Desta maneira, o trabalho dessa classe profissional ganha mais visibilidade e valorização em razão do esclarecimento da sua atuação, que às vezes ainda é escasso e um espaço é dado para equívocos. Com o conhecimento ampliado, um público maior pode se permitir a conhecer o serviço de um psicólogo, ou indicar para alguém que esteja necessitando de tal suporte, contribuindo, assim, que este trabalho seja disseminado de forma crescente, quebrando preconceitos e viabilizando aos pacientes hospitalares cada vez mais sejam ofertado a terem acesso ao serviço.

Esta área pode levantar novos estudos trazendo benefícios aos pacientes e familiares, alargando o canal de comunicação entre estes e a equipe hospitalar, facilitando a identificação das suas necessidades para aumentar o bem estar, reconhecendo quais são os seus medos, inseguranças, anseios. Assim, com um número maior de informações bem esclarecidas acerca do tratamento e da doença, é oferecido um suporte aos familiares e reduzindo a ansiedade e estresse desencadeados quando não entendido acerca das condições do paciente. (Ferreira; Lopes; Melo, 2011)

## REFERÊNCIAS

ANCP (Academia Nacional de Cuidados Paliativos). **Critérios de qualidade para os cuidados paliativos no Brasil**. Rio de Janeiro: Diagraphic. 2007. Disponível

em: <https://docplayer.com.br/3506365-Criterios-de-qualidade-para-os-cuidados-paliativos-no-brasil.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.

-CAMON, Valdemar Augusto *et al.* **Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 1994.

AQUINO, Verônica Vrbán; ZAGO, Márcia Maria Fontão. O significado das crenças religiosas para um grupo de pacientes oncológicos em reabilitação. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 1, p. 1-6. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2395>. Acesso em: 13 jun. 2021.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos; SANTOS, Ana Flávia Trindade dos. Intervenção psicológica no acompanhamento hospitalar de uma criança queimada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 2, p. 328-339. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9MGXsVn9dMRndhFk46sTFfw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2021.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos. Construção do protocolo de avaliação psicológica hospitalar para a criança queimada. **Avaliação Psicológica**, v. 9, n. 1, p. 99-109. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712010000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, Departamento Nacional de Saúde - Divisão de Organização Hospitalar. **História e Evolução dos Hospitais**. Edição de 1965, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04\\_08.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_08.pdf). Acesso em: 20 set. 2022.

CRM-SP (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo). **Cuidado Paliativo**. São Paulo: CREMESP. 2008. Disponível em: [https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Publicacoes&acaDiso=detalhes&cod\\_publicacao=46](https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Publicacoes&acaDiso=detalhes&cod_publicacao=46). Acesso em: 22 jun. 2021.

FERREIRA, Ana Paula de Queiroz; LOPES, Leany Queiroz; MELO, Mônica Cristina Batista de. O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer. **Revista da SBPH, versão impressa** ISSN 1516-0858 Rev. SBPH v.14, n.2 Rio de Janeiro dez. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582011000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200007). Acesso em: 18 jun. 2021.

HERMES, Héli da Ribeiro; LAMARCA, Isabel Cristina Arruda. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 9, p. 2577-2588, 2013, Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Sociais, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n9/2577-2588/&gt;>. Acesso em: 13 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Cuidados Paliativos**. Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/controlado-cancer-do-colo-do-utero/acoes-de-controlado-cuidados-paliativos>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAPREGA, M. R. **Os Hospitais de Ensino no Brasil: História e Situação Atual.** [s.l.] Universidade de São Paulo Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 2015. Disponível em: <https://www.santacasarecife.org.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 20 set. 2022.

LISBÔA, Márcia Lucrécia. **Dizendo Adeus: efeitos terapêuticos do ritual de despedida na iminência da morte, em familiares de pacientes com prognóstico reservado.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82690/181042.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

LISBÔA, Maria Lucrecia; CREPALDI, Maria Aparecida. **Ritual de despedida em familiares de pacientes com prognóstico reservado.** Paidéia (Ribeirão Preto), v. 13, n. 25, p. 97-109. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/4nL7kbrXkHNPfTF8yLZhtgB/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2021.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 1992. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746705/mod\\_resource/content/3/KOV%C3%81CS%2C%20M.%20J.%20-%20Morte%20e%20Desenvolvimento%20Humano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746705/mod_resource/content/3/KOV%C3%81CS%2C%20M.%20J.%20-%20Morte%20e%20Desenvolvimento%20Humano.pdf). Acesso em: 22 jun. 2021.

MATSUMOTO, Dalva Yukie. **Cuidados Paliativos: conceito, fundamentos e princípios.** Manual de Cuidados Paliativos ANCP, 2. ed. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MATTOS, Ruben Araujo de; PINHEIRO, Roseni. Integralidade e a formulação de políticas específicas de saúde. **Construção da integralidade:** cotidiano, saberes e práticas em saúde, p. 45-99. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/wp-content/uploads/2017/12/Constru%C3%A7%C3%A3o-da-Integralidade-cotidiano-saberes-e-pr%C3%A1tica-em-sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 22 jun 2021.

MELO, Adriana Fernandes Vieira de *et al.* **A importância do acompanhamento psicológico no processo de aceitação de morte.** Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. v. 13, n. 1 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7929/5722>. Acesso em: 13 jun. 2021.

OTHERO, M. B.; COSTA, D. G. Propostas desenvolvidas em cuidados paliativos em um hospital amparador – terapia ocupacional e psicologia. **Revista prática Hospitalar**, Ano IX (52), p. 157-160, Jul./ Ago. 2007.

PORTO, Gláucia; LUSTOSA, Maria Alice. Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jun. 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582010000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582010000100007). Acesso em: 13 abril 2020.

**SANTA CASA de Misericórdia do Recife.** 2022. Disponível em: <https://www.santacasarecife.org.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 20 set. 2022.

SCHMIDT, Beatriz; GABARRA, Letícia Macedo; GONÇALVES, Jadete Rodrigues. Intervenção psicológica em terminalidade e morte: relato de experiência. **Paidéia** (Ribeirão Preto) v. 21, n. 50, pp. 423-430. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/dbsQVPZGrztvjikNhj4ScDh/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2021

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 201p. Disponível em: [https://www.academia.edu/34332157/Manual\\_de\\_Psicologia\\_Hospitalar\\_O\\_Map\\_da\\_Doen%C3%A7a](https://www.academia.edu/34332157/Manual_de_Psicologia_Hospitalar_O_Map_da_Doen%C3%A7a). Acesso em: 22 jun 2021.

TONETTO, Aline Maria; GOMES, William Barbosa. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 89-98. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/gJLwDT5TZhyVXTRW7CZKLgG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2021.

WORDEN. J. W. **Terapia do Luto: um manual para o profissional de saúde mental**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **National cancer control programmes: policies and managerial guidelines**. 2nd. ed. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42494>. Acesso em: 20 abril 2022.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### ANA VICTÓRIA GOMES DE MELLO AMORIM

Bacharel em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2023). Psicóloga clínica com atuação no público adulto e de adolescentes, palestrante, integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Processos Psicossociais e Trabalho (NEPPT) da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Formações em Psicopatologia, Obesidade e Emagrecimento, e atualmente se especializando em Psicopatologia na pós graduação da Dra. Fernanda Landeiro. Foi uma das participantes do Projeto de Extensão no Grupo Reflexivo de Homens, intitulado “Redescobrimos meus lugares” do Prof. Me. Itamar Carneiro no primeiro semestre de 2023, em parceria com a 2ª Vara Criminal de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Alagoas.

### SAMAI ALCIRA CUNHA

Mestre em Psicologia pela UFBA. Possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia (2003). Especialista em Gestalt-Terapia pelo Instituto de Gestalt Terapia da Bahia. Psicóloga clínica, atua no atendimento à adultos. Docente do ensino superior desde 2006.

## O TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA NA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

### GENERALIZED ANXIETY DISORDER FROM THE PERSPECTIVE OF COGNITIVE BEHAVIORAL THERAPY

DOI: 10.5281/zenodo.16934809

**Augusta Coelho Santana<sup>1</sup>**

augustasantana@soumaissantissimo.com.br

**Jacqueline Silva Dantas Lima<sup>1</sup>**

jacquelinelima@soumaissantissimo.com.br

**Jeane Denise de Souza Menezes<sup>2</sup>**

docente.jeannedenise@fsssacramento.br

**Rafael Santos de Oliveira<sup>3</sup>**

docente.rafaeloliveira@fsssacramento.br

#### RESUMO

A ansiedade é um fenômeno muito presente na sociedade contemporânea, tornando-se um grave problema de saúde mental. Conforme o grau e a constância com que os sintomas ocorrem, a ansiedade passa a constituir-se como amplo transtorno psicopatológico, derivando, inclusive, outros transtornos patológicos, dos quais ressalta-se o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), o mais prevalente dentre eles, acometendo grande parte da população na atualidade. Dado a relevância pela sua gravidade, este trabalho terá por objetivo compreender conceitos, características do TAG e evidenciar possibilidades terapêuticas na perspectiva da Teoria Cognitivo Comportamental (TCC). Para tanto, foi empreendido revisão de literatura, com enfoque qualitativo sobre o tema proposto.

**Palavras-chave:** Transtornos de ansiedade. Transtorno de ansiedade generalizado. Teoria cognitiva comportamental.

#### ABSTRACT

Anxiety is a highly prevalent phenomenon in contemporary society, becoming a serious mental health problem. Depending on the degree and frequency of symptoms, anxiety can develop into a broad psychopathological disorder, giving rise to other pathological disorders. Among them,

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Coorientadora, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>3</sup> Orientador, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

the most prevalent disorder that affects a large portion of the population today is Generalized Anxiety Disorder (GAD). Given its severity and relevance, the objective of this work is to understand the concepts and characteristics of GAD and highlight therapeutic possibilities from the perspective of Cognitive Behavioral Therapy (CBT). To achieve this, a qualitative literature review was conducted on the proposed topic.

**Keywords:** Anxiety disorders. Generalized anxiety disorder. Cognitive behavioral theory.

## 1 INTRODUÇÃO

A ansiedade é um fenômeno muito presente em nossa sociedade, acometendo grande parte dos indivíduos e impactando sobre suas vidas, de diferentes formas. Suas implicações vão desde a incapacitação para o trabalho, a inadequação à vida social, a dificuldade nos relacionamentos, ou até mesmo comprometimentos com tarefas mais simples e necessárias do cotidiano.

O progresso e as exigências da vida moderna impõem um ritmo acelerado às pessoas, as quais refletem uma sociedade composta por pessoas doentes, frágeis, inseguras, estressadas, que vivenciam o cotidiano com muito medo das incertezas, convivendo com incessantes preocupações e não confiantes de sua capacidade de realização.

Conforme o grau e intensidade de como a ansiedade ocorre, bem como a constância dos sintomas, a ansiedade poderá ser enquadrada como um transtorno: o transtorno de ansiedade (TA). Na qualidade de transtorno, adentra o campo da ciência buscando respaldo na Psiquiatria, na Psicologia, entre outros, para compreensão dos processos envolvidos, tais como identificação de sintomas, diagnóstico, tratamentos, etc.

No campo da Psicologia, sabemos que esta se apresenta múltipla em suas abordagens e atuante em diferentes vertentes, foi estruturada como campo do conhecimento a partir do final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Ao longo da sua trajetória, vem conquistando espaço em diferentes contextos, bem como notoriedade, principalmente na área de saúde mental. Sua atuação na psicopatologia é intensa e neste campo, oferece recursos e propõe tratamentos para os diversos transtornos e síndromes que acometem o homem moderno.

Neste contexto dos transtornos psiquiátricos e psicopatológicos, uma abordagem ganha notoriedade: a Teoria Cognitiva Comportamental, mais conhecida como TCC. Trata-se de uma abordagem nova com pouco mais de 50 anos, que ao longo de sua existência vem comprovando sua eficácia no tratamento de diversos transtornos psiquiátricos e psicopatológicos tornando-se

uma das abordagens mais validadas da atualidade, com comprovados resultados positivos no tratamento de uma ampla gama de problemas psicopatológicos em clientes.

Pondera-se que de 1 a cada 5 adultos durante sua vida manifestam transtornos de ansiedade. Segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) a depressão e a ansiedade aumentaram mais de 25% apenas no primeiro ano da pandemia. Diante dos números, o Brasil é o país com o maior número de casos de pessoas que sofrem de ansiedade no mundo, alcançando em 2022 a marca de 18,6 milhões de pessoas com este transtorno. (OMS, 2023).

Os dados alarmantes confirmam que o Transtorno de Ansiedade (TA), que engloba mais de uma dezena de subtipos, é um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, acarretando enormes impactos nocivos à saúde mental. Ademais, a manifestação da ansiedade ocorre de diversas formas, tais como o transtorno do pânico, do estresse pós traumático, de ansiedade generalizada, no transtorno obsessivo e compulsivo e fobias específicas, entre outros (Teles, 2018).

Dentre a gama de transtornos e síndromes que acometem o homem moderno, ressalta-se, neste trabalho, o tipo de transtorno de ansiedade mais comum, o Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG), o qual tende a durar anos e apresenta reemissão relativamente baixa, associada a comprometimentos importantes na qualidade de vida do sujeito.

Consoante a prevalência dos dados apontados nas estatísticas sobre o assunto, afirma-se a relevância do estudo do Transtorno de Ansiedade (TA), mais especificamente o Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG), visto ser um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, acarretando enormes impactos nocivos à saúde mental.

Neste aspecto, dentre as inúmeras abordagens psicoterápicas no campo da Psicologia, a literatura afim ressalta o indubitável sucesso da TCC no tratamento de grande parte dos transtornos psicopatológicos, dentre eles, com notoriedade, o objeto de estudo deste trabalho, o TAG. Por conseguinte, a temática deste trabalho enfatiza dois pontos centrais a serem abordados: o Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG) e a Teoria Cognitiva-Comportamental (TCC), como abordagem psicoterapêutica aplicada ao tratamento do referido transtorno.

Mediante o exposto, o desenvolvimento deste estudo, justifica-se pela alta prevalência do acometimento do TAG na atualidade, causando dor e sofrimento a um percentual significativo de pessoas acometidas com este transtorno e seu tratamento sob a perspectiva da TCC, dado a sua eficácia nos casos de transtornos psicopatológicos, configurando-se como uma terapia eficaz por apresentar resultados satisfatórios em evidências em poucas sessões,

utilizando estratégias teoricamente embasadas no empirismo experimental e tratamento cognitivo, e por permitir um estudo que compreenda os conceitos, as características e eficácia das possibilidades terapêuticas na perspectiva da TCC.

Com efeito, esse estudo pretende responder ao problema de pesquisa, qual seja a contribuição da TCC no tratamento do TAG. Por conseguinte, como objetivo, pretende-se compreender conceitos e características do TAG, de modo geral, sem adentrar as especificidades de faixa etária ou outras classificações, evidenciando, contudo, possibilidades terapêuticas na perspectiva da Teoria Cognitivo Comportamental (TCC).

Em consonância com o objetivo, este estudo buscou revisar a literatura referente à investigação, partindo de pesquisas preliminares sobre o tema, as quais versam acerca da discussão do TA, TAG, TCC, enfatizando as características, tratamento, descrição e eficácia da terapia cognitiva para o TAG.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O que é Ansiedade**

Sentir ansiedade é algo muito presente em nossa sociedade e de certa forma, necessária, quando ocorre pontualmente, por determinada circunstância do cotidiano. Leahy (2011, p.14) esclarece a origem da ansiedade como parte de nossa herança biológica. Segundo este mesmo autor, desde os primórdios da humanidade, “nossos ancestrais viviam em um mundo repleto de perigos que ameaçavam suas vidas: predadores, fome, plantas tóxicas, vizinhos hostis, alturas, doença, afogamentos. Foi em face desses perigos que a psique humana evoluiu”.

Teles (2018), complementa tal entendimento quando define a ansiedade como fenômeno biológico universal, e por isso uma reação natural do ser humano, em que o indivíduo aciona sua percepção antecipatória tanto para eventos bons quanto para eventos potencialmente ruins.

Nesse sentido, percebe-se que o medo é um fator muito presente no contexto da ansiedade, pois, diante de um cenário hostil, prevalece como um fator de proteção e autopreservação da espécie. Assim, compreende-se que a ansiedade se constitui como uma reação natural do ser humano, sendo necessária para nossa sobrevivência, além de ser um objeto da experiência humana, pois diante do perigo precisamos nos colocar em um estado de alerta para luta ou fuga. (Clark; Beck, 2012). O mesmo autor mostra que a ansiedade seria um conjunto de emoções e modificações físicas que antecedem situações ou experiências de

novidade, de estresse ou de risco, nos fazendo evitar um assalto ou acidente, por meio de uma resposta emocional às pressões diversas, aos perigos reais ou imaginários e estresses intensos.

Definida por Clark e Beck (2012) como um sistema complexo de respostas cognitivas, afetivas, fisiológicas e comportamentais evocado geralmente quando se estimula o medo, sendo “ativado quando eventos ou circunstâncias antecipadas são consideradas altamente aversivas porque são percebidas como eventos imprevisíveis, incontroláveis que poderiam potencialmente ameaçar os interesses vitais de um indivíduo”. (Clark; Beck, 2012, p.17)

Note-se que a ansiedade, para Barlow em 2002 (*apud*, Clark; Beck, 2012, p.16), seria “uma emoção orientada ao futuro, caracterizada por percepções de incontrabilidade e imprevisibilidade sobre eventos potencialmente aversivos e perigosos”, a qual se apresentará na forma de sintomas físicos, psíquicos e cognitivos, manifestada diante do perigo, deixando o indivíduo em alerta para o enfrentamento ou para fuga do problema.

Diante do exposto, percebe-se, portanto que há uma diferença entre ansiedade e transtorno de ansiedade.

## **2.2 O que é o Transtorno de Ansiedade**

Permanecer num estado constante de ansiedade torna-se doloroso, doentio, comprometendo a qualidade de vida do indivíduo. Desencadeando graves sofrimentos, com consequências devastadoras, contaminando a forma de pensar, comprometendo a qualidade do sono, sequestrando a imaginação, impedindo o sujeito de encontrar soluções. Neste estágio, a pessoa vive em estado de preocupação constante e um medo generalizado de quase tudo, passando a não pensar direito, além da completa dificuldade de encontrar saída para os desafios que enfrenta.

Os indivíduos que diagnosticados com TAG, apresentam pensamentos catastróficos, criando novos problemas reais e imaginários, em meio a tudo isso, o sofrimento é real. Nesse tocante, a ansiedade passa a ser considerada patológica caracterizada como um transtorno, quando acrescenta demasiada dose de medo e preocupação, causando sérias perturbações comportamentais assinalados por sua permanência, alimentando um estado constante de angústia antecipatória.

Note-se que o medo, a preocupação e a ansiedade são ingredientes necessários às demandas do dia-a-dia, existindo em todas as culturas. Todavia, a forma como o medo é ativado, sua duração e o grau como é experienciado bem como a maneira que impacta no

comprometimento da qualidade de vida do indivíduo, determina se essa sintomatologia é um mecanismo de defesa ou se é uma patologia. Quando o medo passa a ser excessivo ou quando persistir além de períodos apropriados ao nível de desenvolvimento, passando a ser persistente, geralmente com duração superior a seis meses, configura-se então, como transtorno, a exemplo do TAG.

Segundo Clark e Beck (2012), a intensidade e o tempo de permanência do quadro de ansiedade poderão desencadear algum tipo de transtorno. Identificar a diferenciação dos transtornos de ansiedade dependerá dos tipos de objetos ou situações que provoca o comportamento de evitação, ansiedade ou medo.

Conforme apresentam-se em suas peculiaridades, o TA distingue-se em tipos específicos:

[...] diferem entre si nos tipos de objetos ou situações que induzem medo, ansiedade ou comportamento de esquiva e na ideação cognitiva associada. Assim, embora os transtornos de ansiedade tendam a ser altamente comórbidos entre si, podem ser diferenciados pelo exame detalhado dos tipos de situações que são temidos ou evitados e pelo conteúdo dos pensamentos ou crenças associados (DSM-5 2014, p. 189).

Por meio de um exame minucioso feito pelo clínico pode-se diferenciar se o medo ou ansiedade consiste em ser persistente, desproporcional ou excessivo. Assim, “cada transtorno de ansiedade é diagnosticado somente quando os sintomas não são consequência dos efeitos fisiológicos do uso de uma substância/medicamento ou de outra condição médica ou não são mais bem explicados por outro transtorno mental”. (DSM -5, 2014, p.233).

Segundo Teles (2018) os transtornos de ansiedade são extremamente prejudiciais, causam uma perturbação no nosso equilíbrio, existe uma ativação excessiva do sistema simpático que ativa o alerta do organismo, com reações corporais exageradas. Os sintomas dos transtornos de ansiedade são numerosos e podem se manifestar de infinitas maneiras. Cada sintoma pode aparecer com uma intensidade e em momentos específicos para cada tipo de cliente.

Nesse contexto, o reconhecimento do transtorno é a base do diagnóstico e do tratamento adequados. O Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V), classifica alguns tipos distintos, mais comuns de TA: transtorno de ansiedade generalizada (TAG), transtorno de ansiedade social (fobia social), transtorno de pânico, ansiedade de separação, agorafobia, fobias específicas, transtorno de ansiedade induzido por substância/medicamento e mutismo seletivo.

### **2.2.1 Subtipos de transtorno de ansiedade**

Os transtornos de ansiedade incluem transtornos que compartilham características de medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionados. Conforme o DSM-V, os distúrbios são apresentados de acordo com algumas especificidades descritas em relação aos tipos de transtorno de ansiedade, a frequência, as situações em que os sintomas surgem e o impacto na qualidade de vida.

O DSM-V, na sua versão mais atual apresenta os seguintes subtipos de Transtorno de Ansiedade: Transtorno de Ansiedade de Separação, Mutismo Seletivo, Fobia Específica, Transtorno de Ansiedade Social (Fobia Social), Transtorno de Pânico, Agorafobia, Transtorno de Ansiedade Generalizada, Transtorno de Ansiedade Induzido por Substância/Medicamento, Transtorno de Ansiedade Devido a Outra Condição Médica, Outros Transtorno de Ansiedade Especificado.

Segundo o DSM-V, o Transtorno de Ansiedade de Separação, envolve o medo ou a ansiedade excessiva, com no mínimo três sintomas, sofrimento ou aflição recorrente ante a separação de casa, de indivíduos ou figuras de apego. Apresentam preocupação com o bem-estar ou a morte de figuras de apego, quando separados desejam permanecer com elas. Além disso, ocorre à preocupação com os acontecimentos indesejados com ele próprio, a exemplo de ser sequestrado, sofrer acidente, um evento que possa os impedir de se reunir a tais figuras.

Em crianças, os casos mais comuns são dificuldade de ficarem na escola. Elas exibem comportamento de agarrar-se, nos pais se recusam a dormir quando não ficam perto da figura de apego. Nos adultos podem se sentirem desconfortáveis ao viajarem sozinhos. As consequências do transtorno de ansiedade por separação limitam executar atividades fora de casa ou longe da figura apegada, como não ir para universidade, não trabalhar fora e sair da casa dos pais.

O Mutismo Seletivo é apresentado como sendo um fracasso persistente para falar em situações sociais específicas em que existe a expectativa para tal, embora consiga falar em outras situações. Essa perturbação pode interferir na comunicação social, na realização educacional e profissional. Geralmente, a duração mínima da perturbação leva um mês. Além disso, ocorre uma intensa ansiedade social.

As crianças com mutismo seletivo habitualmente se recusam a falar na escola, tendo danos educacionais, pela dificuldade de professores avaliarem suas habilidades de leitura. O começo do transtorno geralmente ocorre antes dos 5 anos de idade, não tem causa específica,

porém pode estar relacionada com alguma experiência negativa ou com traumas pela qual a criança vivenciou. As consequências do mutismo seletivo pode ser prejuízo social.

O Transtorno de Ansiedade Social (TAS), também chamado de fobia social, seria um medo intenso ou ansiedade acentuada que acontece em situações sociais diversas, a exemplo do medo do indivíduo falar em público, de dar sua opinião em determinado assunto ou ser avaliado pelos outros. Essa preocupação ou temor ocorre na maneira do indivíduo agir podendo transparecer alguns sintomas de ansiedade e posteriormente ser constrangido ou avaliado negativamente em diversas situações sociais.

O TAS em crianças, geralmente é expresso por comportamento de se agarrar ou se encolhe em ocasiões sociais, choro, ataques de raiva, imobilização. Além disso, esse transtorno pode surgir após uma experiência humilhante ou estressante, desenvolvendo-se lentamente, ao passo que interfere na vida profissional, em atividades sociais e relacionamentos, trazendo muito sofrimento ou prejuízo nas relações sociais do indivíduo. As consequências do TAS trazem altas taxas de evasão escolar, perdas no bem-estar, emprego, na qualidade de vida e no *status* socioeconômico.

O Transtorno de Pânico (TP) ocorrem a partir de ataques de pânico periódicos e repentinos, um surto abrupto de medo ou um desconforto muito intenso que alcança um pico em minutos, apresentando quatro ou mais sintomas físicos e cognitivos. O TP apresenta uma lista de treze desses sintomas, a saber: “palpitações, taquicardia, sudorese, tremores ou abalos, sensações de falta de ar ou sufocamento, sensações de asfixia, dor ou desconforto torácico, náusea ou desconforto abdominal, sensação de tontura, instabilidade, vertigem ou desmaio, calafrios ou ondas de calor, parestesias (sensações de formigamento), desrealização (sensações de irreabilidade) ou despersonalização (sensação de estar distanciado de si mesmo), medo de perder o controle ou “enlouquecer”, medo de morrer” (DSM-5, 2014, p. 252).

Sua consequência se relaciona com preocupação física, em geral com a saúde, como as doenças ameaçadoras à vida, preocupações pessoais e com a saúde mental em específico. Ainda, esse transtorno se associa a níveis altos de incapacidade social, física e profissional; custos econômicos consideráveis. Geralmente o pico de intensidade do ataque de pânico dura dez minutos, não passando mais do que vinte ou trinta.

Por fim, o diagnóstico se baseia na descrição dos ataques de cada pessoa e no medo manifestado de futuros ataques, que vai variar de indivíduo para indivíduo. Em termos de frequência e gravidade os ataques são variáveis, pode haver pequenos surtos diários,

moderadamente frequentes semanal, durante meses, separadas por semanas, ainda meses sem ataques ou ataques menos frequentes durante muitos anos.

Outro transtorno é a Agorafobia, que corresponde ao temor ou ansiedade intensa e acentuada ocorrendo diversas situações, tais como usar transporte público; permanecer em espaços abertos, locais fechados; em fila ou ficar em meio a uma multidão e até sair de casa sozinho. Ainda, o indivíduo na maioria das vezes pensa que algo terrível possa acontecer, acreditando ser difícil escapar ou receber ajuda quando apresenta sintomas do tipo pânico nessas situações. Portanto, as consequências da agorafobia são associadas ao prejuízo e incapacidade em termos de produtividade no trabalho, desempenho de papéis, prorrogando sua incapacidade por dias ou meses. Sabe-se que mais de um terço das pessoas que apresenta tal transtorno, fica totalmente restrito em casa e incapaz de trabalhar.

O Transtorno de ansiedade generalizada (TAG), objeto desse estudo, também classificado como um TA será diagnosticado quando apresentar à ansiedade intensa e constante, preocupação e apreensão excessiva, na maioria dos dias por pelo menos seis meses, com variados eventos ou atividades do cotidiano. O indivíduo acha muito difícil controlar a preocupação e geralmente apresenta entre três a seis sintomas, como perturbação do sono, fadigabilidade, dificuldade de concentração, irritação ou inquietação, tensão muscular entre outros.

Ademais, as consequências no TAG estão associadas à preocupação excessiva que prejudica seu funcionamento psicossocial, comprometendo a agilidade do indivíduo em executar atividade na escola, em casa, no trabalho, relacionamentos e vida social. Abordaremos informações de maneira mais intensa sobre o TAG, no item 2.3 desse trabalho.

Por fim, além desses transtornos citados existem o Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) e o Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), que foram introduzidos como um construto no manual diagnóstico oficial de transtornos mentais. Assim, segundo o DSM-5 o TOC apresenta a presença de obsessões, compulsões ou ambas, apresentando maior grau de heterogeneidade de sintoma, sendo considerado um agrupamento de subtipos de sintomas.

Como obsessão são os pensamentos e imagens persistentes, repetitivos e indesejados, causando ansiedade ou sofrimento. O indivíduo tentará ignorar ou suprimir sintomas com outro pensamento ou ação. Além disso, as compulsões são definidas por comportamentos repetitivos ou atos mentais, que o indivíduo executa em resposta a uma obsessão. A consequência no TOC se associa a uma reduzida qualidade de vida e um elevado nível de prejuízo social e profissional a depender da gravidade do sintoma.

Por fim, o TEPT seria uma resposta do indivíduo a um evento específico, que envolve intenso medo, impotência ou horror. O diagnóstico ocorre mediante a apresentação de exposição de ameaça de morte ou experiência de um evento traumático e exposição a eventos muito aversivos. Podendo ocorrer ao testemunhar um evento traumático que ocorreu com o outro. Os sintomas de TEPT podem durar três meses, até 12 meses e às vezes por mais de 50 anos. São diversas as consequências do TEPT, gerando incapacidades da saúde física, prejuízo nas relações sociais e familiares, e ainda, profissionais, com ausências ao trabalho, renda baixa e menor êxito acadêmico.

Diante das diversas síndromes ansiosas: transtorno de ansiedade generalizada (TAG), Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), transtorno de pânico (TP), síndrome do estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de ansiedade social (TAS) etc. Um cliente pode apresentar mais de um transtorno, associadamente, seja diferentes épocas ou no mesmo momento. Sendo comum que um cliente com TAG tenha uma crise de pânico, ou outro transtorno de ansiedade. (Teles, 2018).

Diante da extensão da temática que envolve o Transtorno de Ansiedade, o objeto de estudo deste trabalho será delimitado ao Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG), tipo mais comum de comorbidade do TA. O TAG é um transtorno crônico caracterizado por uma preocupação excessiva e hiperexcitação que ocorre na maioria dos dias, no mínimo seis meses e vem acompanhada por sintomas como: inquietação, tensão muscular, irritabilidade, fadiga, agitação, falta de concentração e problemas com o sono. Percebe-se que quanto mais cedo for diagnosticado e tratado, menor é o comprometimento na saúde mental.

### **2.3 Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG): conceito, características, sintomas**

O TAG pode ser entendido como um transtorno multidimensional com três sistemas de ansiedade: fisiológico, cognitivo e comportamental (Knapp, 2004, p. 209). Dentre os diferentes tipos de TA relacionados, o mais prevalente é o TAG, o qual caracteriza-se pela existência de comportamentos patológicos crônicos, pois se fazem presentes na maioria dos dias, com duração mínima de pelo menos, seis meses, com apresentação de sintomas múltiplos como ansiedade acentuada, preocupação excessiva e persistentes, angústia intensa e significativa, caracterizando a patologia e consequente sofrimento, com implicações na redução da qualidade de vida do indivíduo por tempo consideravelmente prolongado.

O DSM-5 (2014, p. 223), assim caracteriza o TAG:

As características essenciais do transtorno de ansiedade generalizada são ansiedade e preocupação excessivas (expectativa apreensiva) acerca de diversos eventos ou

atividades. A intensidade, duração ou frequência da ansiedade e preocupação é desproporcional à probabilidade real ou ao impacto do evento antecipado. O indivíduo tem dificuldade de controlar a preocupação e de evitar que pensamentos preocupantes interfiram na atenção às tarefas em questão.

Para que se confirme o diagnóstico do TAG, faz-se importante perceber, nos sintomas ansiosos presentes, um grau de sofrimento clinicamente significativo. O DSM - 5 (2014, p.266) define que além dos sintomas de ansiedade e preocupação, deve haver pelo menos três dos seguintes sintomas, presentes na maioria dos dias, nos últimos seis meses: “inquietação ou sensação de estar com os nervos à flor da pele, fadigabilidade, dificuldade de concentrar-se ou sensações de “branco” na mente, irritabilidade, tensão muscular, perturbação do sono”.

O indivíduo tem dificuldade de controlar a preocupação e de evitar que pensamentos preocupantes interfiram nas suas atividades. Tais ocorrências causam sofrimento clínico e prejuízo nas diversas áreas da vida, visto que há implicações comprometedoras na capacidade de fazer as coisas de forma rápida e eficiente, bem como perda de tempo, irritabilidade excessivas, intenso cansaço, tensão muscular etc.

Outro sintoma determinante para o estabelecimento do quadro clínico é o pensamento pessimista e dramático, persistente e recorrente acerca de situações e eventos futuros, causando prejuízos ao indivíduo em sua vida social, pessoal e ocupacional, visto que o indivíduo com TAG apresenta uma preocupação exagerada por diversos temas e assuntos rotineiros em diversos contextos.

Leahy (2011, p. 31) ainda traz outras informações complementares que esclarecem este quadro clínico: “As pessoas com TAG se preocupam com muitas coisas – ou com tudo – não só com um ou dois problemas específicos”. Com frequência, exibem sintomas relacionados: indigestão, fadiga, dores, tensão muscular, tontura frequente e desorientação. Além disso, os indivíduos com TAG expõem sofrimento subjetivo devido à preocupação excessiva e prejuízo relacionado ao funcionamento profissional, social, e outras áreas relevantes de sua vida.

O mesmo autor destaca que afora os prejuízos citados, no âmbito pessoal e familiar, também fazem considerações ao alto custo deste transtorno para os cofres públicos, visto que os transtornos que envolvem depressão e ansiedade oneram sobremaneira a rede de saúde, visto uma maior propensão na utilização dos serviços médicos e as emergências, elevando os custos médicos, psiquiátricos e psicológicos.

Outro aspecto afetado diz respeito à produtividade, visto que as pessoas com transtornos de ansiedade tornam-se menos produtivas no trabalho, apresentando maior propensão ao afastamento no trabalho, mediante o uso de licenças e atestados, impactando também nos custos

previdenciários, com a culminância de licenças prolongadas e aposentadorias por tais transtornos.

Diante da gravidade do grau de sofrimento de uma pessoa portadora de TA e da ampla variedade de sintomas, é preciso admitir que o TAG pode ser uma doença incapacitadora, com alto poder limitador nas mais diversas áreas da vida do indivíduo diagnosticado com este transtorno. Suas consequências vão desde o medo, a preocupação excessiva e sem motivo justificado, bem como a depressão e até mesmo o suicídio. (Dalgalarondo, 2014).

Ocorre muita resistência ao tratamento, já que para algumas pessoas a preocupação excessiva, é percebida como positiva, indicando uma maneira responsável de lidar com a vida (APA, 2002). Fatores importantes na manutenção do TAG seria a intolerância à incerteza “preocupando-me evito que coisas ruins aconteçam”, crenças sobre a preocupação “pessoas com TAG detectam perigo em várias situações”.

Tal comprometimento psicológico é mais comum do que se imagina ou se percebe, podendo perdurar por anos, caso não seja tratado adequadamente. “Isso é realmente uma infelicidade, porque as indicações são as de que a ansiedade é agora altamente tratável. Formas mais novas de terapia cognitivo-comportamental provam ser eficazes no tratamento de transtornos de ansiedade maior” (Leahy, 2011, p. 17).

Contudo, a Medicina, a Psicologia, a Ciência em geral têm revelado muito sobre a ansiedade e seus transtornos, descortinando conhecimentos sobre sua origem e suas intrincadas engrenagens cerebrais. Se não podemos exterminar a ansiedade, podemos “neutralizá-la, controlá-la e impedi-la de ser uma força debilitante que restringe nossa saúde e liberdade” (Leahy, 2011, p. 14).

Diante da expertise da Teoria Cognitiva Comportamental no tratamento da maioria dos transtornos, e em especial aos transtornos que envolvem a depressão e a ansiedade, passaremos a compreender como a TCC se estrutura para o atendimento às demandas do TAG.

## **2.4 Terapia Cognitivo Comportamental (TCC)**

No decurso da década de 1960 e 1970, o americano Aaron T. Beck, psicanalista voltou seus esforços para uma nova técnica psicoterápica de curta duração voltada para o tratamento da depressão estruturada. Essa nova abordagem foi denominada originalmente como “terapia cognitiva”, tendo como ponto inicial o transtorno depressivo, cujo sucesso expandiu-se para o tratamento de outros transtornos e problemas. Posteriormente, a teoria nascente, passou a ser denominada “Terapia Cognitivo-Comportamental” (TCC), caracterizando-se por ser uma

psicoterapia fundamentada teoricamente com forte comprometimento com a abordagem clínica científica.

Diante dos resultados bem-sucedidos, a TCC é muito recomendada para o tratamento dos transtornos de ansiedade, sendo apontada como uma das principais abordagens cognitivas da atualidade, cuja teoria está fundamentada na reestruturação de crenças e de pensamentos disfuncionais (Beck, 2022).

Sobre o sistema cognitivo, Judith Beck (2022, p. 4), esclarece que as cognições tanto as adaptativas quanto as mal adaptativas ocorrem em três níveis: 1) pensamentos automáticos, que estão no nível mais superficial; 2) crenças intermediárias; 3) crenças nucleares, sobre si mesmo, sobre as outras pessoas e sobre o mundo. Sendo relevante a modificação dos pensamentos automáticos e das crenças disfuncionais subjacentes.

Nesse sentido, os terapeutas cognitivo comportamentais podem trabalhar em todos os três níveis, citados acima, para que haja melhora e mudança duradoura no humor e no comportamento dos clientes. Guiado pela conceitualização cognitiva de cada indivíduo, emprega-se técnicas de modalidades psicoterápicas diversas, utilizadas no tratamento individualizado dos seus clientes.

A TCC compreende que “não é o evento em si que gera as emoções e os comportamentos, mas sim o que nós pensamos sobre os eventos” (Knapp, 2009, p. 21). Na ansiedade há um conteúdo prevalente, de pensamentos distorcidos e disfuncionais relacionados ao perigo e ameaça, responsáveis pela catastrofização das experiências vividas.

Dessa maneira, a TCC ao promover avaliações adaptativas e realistas dos fatos experienciados, apresentados pelo cliente através das distorções mentais que alicerçam os transtornos, propõe uma dinâmica terapêutica que prima pelo trabalho conjunto com o cliente, visando “identificar, examinar e corrigir as distorções do pensamento que causam sofrimento emocional ao indivíduo” (Knapp, 2009, p. 21), utilizando a psicoeducação como recurso para o tratamento, a qual visa ensinar o cliente a partir de cinco passos, a saber:

Monitorar pensamentos automáticos; segundo, reconhecer a relação entre cognições, afeto e comportamento; terceiro, testar a validade dos pensamentos automáticos; quarto, substituir os pensamentos distorcidos por cognições mais realistas; e quinto, identificar e alterar crenças pressupostos ou esquemas subjacentes aos padrões errôneos de pensamentos (Kendall; Bemis, 1983).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este trabalho propõe uma revisão de literatura, com enfoque qualitativo sobre o tema proposto. Foram pesquisados e selecionados artigos nas plataformas de publicações acadêmicas como o Google Acadêmico, SciELO, PEPSIC, utilizando palavras-chave tais como TCC, transtorno de ansiedade, TAG, Psicoterapia. Foram selecionados 08 artigos e alguns livros abordando a temática proposta, utilizando filtros de “Ano” (2004 a 2024) e “Resumo”, com as palavras-chave citadas, para embasamento do conteúdo a ser desenvolvido.

O DSM-V também compõe o referencial teórico deste trabalho, que juntamente com os demais artigos serão utilizados para embasamento da temática, conforme segue: 1. Transtorno de ansiedade - conceito, características e tipos e modelo cognitivo de ansiedade. 2. Transtorno de Ansiedade Generalizado – conceito, características, sintomas 3. A Terapia Cognitivo Comportamental – características, avaliação clínica, tratamento, modelo cognitivo do TAG, roteiros de segurança e orientação ao problema, descrição, intervenção psicológica e eficácia da TCC para o TAG.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **4.1 Tratamento da TCC para o TAG**

Segundo, Kapczinski e Margis (2004) o TAG é um transtorno multidimensional, que envolve três sistemas: cognitivo, fisiológico e comportamental. Dentre os inúmeros sintomas, os autores ressaltam a predominância da ansiedade e da preocupação excessiva, na maioria dos dias, por pelo menos seis meses, trazendo ao indivíduo sofrimentos significativos ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional.

Importante saber que há tratamentos eficazes para os TA. A busca por tratamentos altamente efetivos e acessíveis para o TA é de extrema relevância e tem sido uma iniciativa na área da saúde em vários países do mundo. No caso da avaliação desses transtornos é necessário incluir uma avaliação completa que apresente “a frequência e a gravidade dos sintomas fisiológicos vivenciados durante episódios de ansiedade aguda, bem como a interpretação do cliente desses sintomas” (Clark; Beck, 2012, p. 30).

A TCC, uma das mais novas abordagens da Psicologia, apresenta um novo olhar para o TAG e sugere técnicas psicoterápicas diferentes, baseadas em evidências, dentro de uma

estrutura cognitiva e de conceitualizações individualizadas para cada tipo de cliente. Esta nova abordagem prevê, a existência de um pensamento disfuncional, que influencia o humor e o comportamento do cliente, notadamente presente em todos os transtornos psicológicos. Tais transtornos passam a ser trabalhados à medida que as pessoas aprendem a avaliar seu pensamento de forma consciente e adaptativa, fato este que promove um decréscimo na emoção negativa e no comportamento questionado (Beck, 2022).

Dessa forma, o mesmo autor mostra que para obter a melhora duradoura no humor e no comportamento dos clientes, a TCC propõe atuação do terapeuta em três níveis, buscando a modificação dos pensamentos automáticos e das crenças disfuncionais subjacentes, substituindo-os por pensamentos automáticos e crenças intermediárias e nucleares positivas. Ao promover modificação na crença geral, de ver a si mesmo de forma mais realista, ocasiona consequentemente, alterações qualitativas na forma de perceber os eventos cotidianos.

Isto posto, a intervenção psicológica para tratamento do TAG, conforme a abordagem da TCC deve ajudar o cliente a encontrar uma maneira melhor de fazer as coisas, aumentando o controle e encontrando soluções.. Assim, “a TCC postula que as emoções e comportamentos estão subordinados às percepções, e que as percepções errôneas sobre a realidade, normalmente acarretam o desenvolvimento de problemas, visto que a realidade passa a ser distorcida” (Marques; Borba, 2016, p. 87)).

Desta maneira, Dugas, Gagnon, Ladouceur e Freeston. (1998), destaca quatro componentes para o tratamento; a intolerância à incerteza, crenças distorcidas sobre a preocupação, evitação cognitiva e a baixa orientação para o problema. Outro autor, Borkovec *et al.* (2002) buscou identificar componentes importantes do tratamento cognitivo-comportamental do TAG. Entre as principais técnicas utilizadas estão: descatastrofização, formulação de pensamentos e crenças alternativas, exame de evidências e probabilidades dos eventos etc.

Corroborando com essa compreensão, Knapp (2004) propõe que o manejo terapêutico dentro da abordagem da TCC deve inicialmente buscar identificar a relação entre pensamento e ansiedade através da identificação de indícios que funcionam como gatilhos (internos ou externos), bem como de eventos estressores ou potencialmente ameaçadores, buscando corrigir tais distorções cognitivas.

Caso o cliente venha aprender a avaliar seu pensamento disfuncional ou inútil, de forma mais realista e adaptativa, poderá então, experimentar uma diminuição da emoção negativa e do comportamento mal adaptativo, obtendo mudanças positivas e duradouras no

humor e no comportamento. De modo recente, “acrescentou-se à TCC tradicional um foco na orientação para a recuperação, enfatizando os valores e aspirações, tirando conclusões positivas das atividades cotidianas e experimentando emoção positiva dentro e fora da sessão” (Beck, 2022, p.14).

Destarte, o conteúdo trazido pelo cliente embasará ações com propósitos de psicoeducação, visto que um dos propósitos da TCC para os transtornos de ansiedade é levar o cliente a reconhecer os sinais de sua ansiedade e, a partir desses sinais, incentivá-lo ao enfrentamento. O tratamento deverá incentivar o cliente a prestar mais atenção em seus próprios pensamentos, seu estado de humor e seus comportamentos diante das diversas situações (Melo e Lourenço, 2020).

O enfrentamento do TAG, apresenta grandes desafios a serem superados, visto que as pessoas com o TAG devem ser compreendidas e tratadas conforme procedimentos adequados, evitando assim problemas diversos na vida pessoal, profissional e social do cliente. Bem como o seu quadro não degenere para complicações mais severas tal qual o suicídio (D’ávila, et al., 2019).

Ademais a descrição da terapia cognitiva para TAG, evidencia que a meta principal da TCC, seria reduzir a frequência, intensidade e duração de episódios de preocupação que levariam a uma redução dos pensamentos intrusivos ansiosos automáticos e na ansiedade generalizada. Dessa maneira, para alcançar as metas estabelecidas da terapia cognitiva para TAG, “um curso típico de terapia incluirá uma série de estratégias de intervenção que serão empregadas dependendo do caso individual” (Clark; Beck, 2012, p. 425).

#### **4.2 Intervenções da TCC para o TAG**

Segundo Melo e Loureço (2020), a intervenção psicoterápica terá como objetivo a redução da ansiedade, bem como buscar proporcionar ao indivíduo um conhecimento e compreensão do seu sistema cognitivo. Dessa maneira, as primeiras sessões são destinadas a uma avaliação funcional do problema do cliente, por meio de uma coleta de informações, que deverá ser incentivado a descrever os fatores causais de seus comportamentos problemáticos, identificando sua queixa principal.

Isto posto, segundo Clark e Beck (2012) uma avaliação para o TAG precisa levar em conta o ambiente familiar, a cultura do indivíduo e sua influência na experiência subjetiva além de considerar o desenvolvimento da doença. Dessa maneira, “deve incluir uma avaliação

completa do tipo, frequência e gravidade dos sintomas fisiológicos vivenciados durante episódios de ansiedade aguda, bem como a interpretação do cliente desses sintomas” (Clark; Beck, 2012, p. 30).

Há alguns aspectos importantes a considerar na intervenção terapêutica do TAG, tais como a preocupação incontrolável e a hiperexcitabilidade persistente, cujos sintomas ocorrem mediante manifestações físicas incontroláveis, relacionadas à tensão; distorções cognitivas como pensamento catastrófico com percepção de elevado perigo ou ameaça a ocorrências menores; bem como uma apreensão constante em relação ao futuro. Em todos os casos, “é importante ressaltar que é a interpretação da situação, que induz e mantém a ansiedade” (Knapp, 2004, p. 210).

Cabe ressaltar que segundo Knapp (2004, p. 211) para a eficácia da intervenção psicoterápica da TCC, os fatores de relacionamento entre terapeuta e cliente, tais como a empatia e assertividade do terapeuta, são de fundamental importância para o sucesso do tratamento. Deve-se fortalecer o vínculo entre ambos durante todo o processo terapêutico, visto que para a TCC ser efetiva e eficaz é primordial o fortalecimento dessa relação. A frequência e duração da terapia, poderá seguir o “protocolo de tratamento para a TAG com duração de 12 a 15 sessões individuais, com uma hora de duração e com frequência semanal (exceto as duas últimas sessões individuais, que ocorrem com frequência quinzenal).” Cabe ressaltar, que as sessões podem ser estendidas variando de acordo com a necessidade de cada cliente.

Além disso, no manejo terapêutico, o protocolo oferece diferentes componentes de tratamento, conduzido a cada um dos três sistemas de ansiedade, a saber:

Cognitivo - reestruturação cognitiva. Comportamental - prevenção do comportamento de preocupação, solução de problemas e manejo do tempo. Fisiológico - treinamento em relaxamento muscular progressivo. [...] técnicas cognitivas e comportamentais que visam ao tratamento dos sistemas de resposta cognitivo e fisiológico dos indivíduos com TAG (Knapp, 2004, p. 211).

Para todas as ocorrências sintomáticas do TAG, a TCC propõe técnicas, recursos e instrumentos específicos, os quais o psicólogo poderá lançar mão para fins terapêuticos. Beck (2022) propõe procedimentos e técnicas que vão desde o treinamento para a percepção do pensamento e da preocupação que gera angústia, através da reestruturação cognitiva que induz à descatastrofização da preocupação e do pensamento, até o processamento forçado autodirigido de sinais de segurança; além de reestruturação cognitiva de crenças metacognitivas negativas; processamento elaborativo do presente, técnicas de relaxamento dentre outros.

Isto posto, Clark e Beck (2012, p. 427) evidencia a fase de educação fazendo uso do questionamento socrático e do ensino ao cliente, enfatizando a importância da redução na preocupação crônica, possível pela mudança nas avaliações e crenças mal adaptativas, “bem como as estratégias mentais e comportamentais ineficazes responsáveis pela manutenção de sua preocupação patológica”, como tendência a catastrofização ou busca constante de segurança e certeza no resultado. O mesmo autor mostra que o treinamento em relaxamento propõe alívio ao sistema fisiológico, tendo como objetivo o alívio dos sintomas ligados a este sistema. Esta técnica pretende levar o cliente a aprender diferentes métodos de relaxamento, seja com a respiração diafragmática, seja com o relaxamento muscular progressivo (RMP).

Nesse sentido, o *mindfulness* constitui-se outra técnica utilizada pela TCC para o TAG. Clark e Back (2012, pag. 437) propõem sua utilização nas sessões finais da terapia, com o objetivo de treinar e encorajar os clientes a “desviar sua atenção de pensamentos ameaçadores orientados ao futuro e prestar mais atenção a seus pensamentos sentimentos e sensações no momento presente”.

Corroborando com essa compreensão, o terapeuta pode se utilizar de um arsenal de técnicas terapêuticas da TCC seguindo o protocolo proposto. Para isso é necessário o uso de ferramentas básicas da TCC, como a reestruturação de crenças sobre a preocupação desconfirmando crenças negativas, estas que levam a ansiedade.

Ainda, técnicas de relaxamento aplicado, biofeedback, processamento emocional para tratar os problemas interpessoais. Nesse sentido, a técnica de exposição à preocupação como uma estratégia descondicionante, outras técnicas cognitivas, treino de relaxamento como o relaxamento muscular progressivo; treino respiratório e meditação, que auxiliam ao cliente permanecer no presente.

O terapeuta poderá utilizar a técnica seta descendente, que envolve fazer sucessivas perguntas aos pensamentos dos clientes, o Registro Pensamentos Disfuncionais; Manejo do tempo; Treino de Habilidades Sociais; Exposição à Preocupação; Treino em solução de problemas; Curtograma entre outras. Por fim, o terapeuta precisa levar em consideração as particularidades e subjetividade, fundamentadas na individualidade de cada cliente, espera-se que possam maximizar os efeitos da terapia para o sucesso do tratamento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ansiedade é um dos males do século, visto que os números crescentes deste transtorno assomam as estatísticas e acomete pessoas indistintamente nos mais variados posicionamentos, afetando inclusive crianças, constituindo-se, por isso um grave problema característico da modernidade, com sérios impactos no cotidiano dos indivíduos e na sociedade como um todo. Não há dúvida que o ritmo acelerado da nossa sociedade repercute no nível de estresse que impacta em cada indivíduo e reflete-se em um estresse coletivo.

Isto posto, ansiedade aparece como um termo usual, com muitos significados, utilizados em diversos contextos e por este motivo, sua compreensão escapa ao senso comum. Nos manuais de psicopatologia e de saúde mental, este termo “ansiedade” surge como sintoma em diversas comorbidades. A forma como se apresenta, o grau de sofrimento que provoca no indivíduo, a constância com que ocorre, entre outros aspectos, o transporta da condição de sintoma e como consequência o eleva para a categoria de desenvolver sérios transtornos, dentre eles o TA e mais especificamente, o TAG.

Apesar de ser um dos tipos de ansiedade mais prevalentes entre a população, o TAG é uma das psicopatologias mais subdiagnosticadas na atualidade, pois geralmente o indivíduo vai buscar na Medicina o paliativo para suas dores físicas, já somatizadas em complicações secundárias, bem como buscam a solução, por exemplo, para os distúrbios do sono, apenas na farmacologia. Entretanto, o TAG é sobretudo um transtorno psicopatológico, não podendo ser restringido a apenas uma condição médica geral, e como tal deve ser tratado (Dalgarrondo, 2014).

Tomar a iniciativa de enfrentar a ansiedade já é um bom começo, entretanto as estatísticas mostram que a maior parte das pessoas que sofrem de ansiedade, principalmente de TAG, não fazem tratamento ou recebem um tratamento inadequado e, mais agravante, não sabem que estão acometidas destes transtornos. Como resultado, essa problemática tende a tornar-se crônica, perdurando por longos anos ou durante a vida inteira.

Por sua vez, a TCC se apresenta como uma abordagem altamente referendada para o tratamento dos transtornos de ansiedade, por diversas razões. Constitui-se um tratamento de curta duração (entre 12 a 15 sessões estruturadas), com protocolos específicos, que podem e devem ser adequados a singularidade de cada cliente, apresentando melhoras significativas já

nas primeiras sessões. Não faz uso de medicação e busca capacitar o cliente a desenvolver estratégias efetivas para lidar com os sintomas da ansiedade.

Visando melhorar a resposta ao tratamento, é importante o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a etiologia, fatores de manutenção do TAG, bem como, sobre as ferramentas baseada em evidências que têm maior probabilidade de serem efetivas na remissão dos sintomas, propiciando mais qualidade de vida, bem estar e saúde mental as pessoas com este transtorno.

Ademais, quando comparada com outras abordagens da Psicologia, a TCC apresenta um número reduzido de horas destinadas ao tratamento de uma gama de transtornos psicológicos e, logo, necessitando de um número menor de sessões. Por consequência, haveria uma redução de custos sem, no entanto, deixar de oferecer um repertório de técnicas e um tratamento terapêutico mais eficaz e resolutivo aos clientes.

Seu diferencial é levar o cliente a acreditar que é possível sua melhora e que o recurso para este progresso e a garantia da melhoria da sua qualidade de vida repousa na conscientização e prática da capacidade de ajudar a si mesmo, através da capacidade de corrigir as distorções do seu pensamento e das suas crenças nucleares. O foco terapêutico será dirigido ao pensamento e não apenas ao comportamento observado.

## REFERÊNCIAS

BECK, Judith S. **Terapia Cognitiva-Comportamental: teoria e prática**. 3. Ed. Porto Alegre. Artmed, 2022.

CLARK, David A.; BECK, Aaron T. **Terapia Cognitiva para os Transtornos de Ansiedade**. Tradução: Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CLARK, David A.; BECK, Aaron T. **Terapia Cognitiva para os Transtornos de Ansiedade: Guia do Terapeuta**. Tradução: Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CASTILLO, A. R. G., RECONDO, R., ASBAHR, F. R., & MANFRO, G. G. 2000. Transtornos de ansiedade. **Brazilian Journal of Psychiatry**, 22 (Braz. J. Psychiatry, 2000 22 suppl 2), 20–23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600006>. Acesso em: 05 abr. 2023.

D'AVILA, Livia Ivo *et al.* Processo patológico do transtorno de ansiedade segundo a literatura digital disponível em português - revisão integrativa. **Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande**, v. 12, n. 2, p. 155-168, jun. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2020000200011&lng=pt&nrm](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2020000200011&lng=pt&nrm). Acesso em: 03 abr. 2023.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FERMANN, Ilana Luiz. Eficácia da terapia cognitivo-comportamental no transtorno de ansiedade generalizada. **Rev. Bras.Ter.Cogn.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 49-54, jun. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872017000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872017000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 abr. 2023.

KAPCZINSKI, Flávio; MARGIS, Regina. Transtorno de ansiedade generalizada. In: **Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica**. KNAPP, Paulo e colaboradores. (Org.). Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 209-216.

KNAPP P.(org.). **Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed; 2009. p.19-41.

KENDALL, P. C. & Bemis, K. M. Thought and action in psychotherapy: The cognitive-behavioral approaches. In: M. Hersen; A. E. Kazdin; A. S. Bellack (Eds.), **The eclinical psychology handbook**, p. 565–592. New York: Pergamon, 1983.

LEAHY, R. L. **Livre de Ansiedade**. São Paulo: Editora Artmed, 2011.

DSM-V. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. American Psychiatric Association, tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.*, revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARQUES, Eunaihara Ligia Lira; BORBA Silvana. Como lidar com o transtorno de ansiedade generalizada na perspectiva da terapia cognitivo. **SynThesisRevista Digital FAPAM**, Pará de Minas, v.7, n.7, p. 82-97, dez. 2016. ISSN 2177-823X.

MELO, Luísa Caetano; LOURENÇO, Lélío Moura. Terapia cognitivo-comportamental no tratamento de um caso de transtorno de ansiedade generalizada - um relato de caso. **Portal dos Psicólogos**. 2020u 2020. Documento publicado em 01.06.2020. ISSN 1646-6977. Acesso em 10 jun 2023.

MOURA, I. M., ROCHA, V. H. C., BERGAMINI, G. B., SAMUELSSON, E., JONER, C., SCHNEIDER, L. F.; MENZ, P. R. A terapia cognitivo-comportamental no tratamento do transtorno de ansiedade generalizada. **Revista Científica Da Faculdade De Educação E Meio Ambiente**, 9(1), 2018, p. 423–441. <https://doi.org/10.31072/rcf.v9i1.557>. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/557/495>. Acesso em: 04 abr. 2023.

OLIVEIRA, Maria Ines Santana de. Intervenção cognitivo-comportamental em transtorno de ansiedade: relato de caso. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 30-34, jun. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872011000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 abr. 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde/OMS. Disponível em: <https://www.paho.org>. Acesso em: 10 abr. 2023.

TELES, Leandro. **O cérebro ansioso**: Aprenda a reconhecer, prevenir e tratar o maior transtorno moderno. São Paulo: Alaúde, 2018.

## **BIOGRAFIA DOS AUTORES**

### **AUGUSTA COELHO SANTANA**

Possui graduação em Psicologia (2025), Mestrado no Núcleo de Pós Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia-UFBA Turma 2014.1; Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Montes Claros (2005). Especialista em Gestão de Negócios pela UNIMONTES/MG. Possui Graduação em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento - Alagoinhas/BA Inglês Avançado. Tem experiência na área de Administração, Gestão Pública (Relações Institucionais), Logística, Suprimentos, Recursos Humanos, Comercial. E experiência no Ensino Superior, lecionando as disciplinas: Orçamento e Finanças Públicas, Administração, Planejamento Empresarial, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Gestão Pública, Administração da Produção e Operações, Organização Sistemas e Métodos; Administração Mercadológica I e II; Gestão Estratégica, Análise e Melhoria de Processos; Sistema Qualidade; Implantação Sistema Qualidade; Gestão de Pessoas; Segurança no Trabalho; Administração e Empreendedorismo e Inovação Tecnológica.

### **JACQUELINE SILVA DANTAS LIMA**

Psicóloga, com atuação na área clínica e organizacional, envolvida com projetos que envolvem saúde mental e emocional do indivíduo, bem como mantém interesse em ações que promovam autoconhecimento com vista ao autodesenvolvimento. Desde o início de sua carreira atuou na área de Treinamento e Desenvolvimento. Na Caixa Econômica Federal foi iniciou na área de Desenvolvimento de Recursos Humanos, foi instrutora da Universidade Caixa, ministrando cursos em diversos estados do país, além de ocupar a função de Gerente de Atendimento, fazendo gestão de processos e pessoas. É pós-graduada em Gestão de Pessoas, pós graduanda em TCC, cursando atualmente formação em Psicologia Analítica.

### **JEANE DENISE DE SOUZA MENEZES**

Possui graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (CAPES/UFBA). É professora do curso de Engenharia de Produção, de Enfermagem e de Psicologia na Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) e editora-chefe da revista Cientíssimo. Possui experiência nas áreas de Meio Ambiente e Sustentabilidade, com ênfase em Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Aproveitamento de Resíduos, Geoprocessamento Ambiental.

### **RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA**

Mestre em psicologia social e do trabalho, especialista em psicoterapia cognitivo-comportamental com formação em terapia do esquema, graduado em psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2008). Atua como psicólogo clínico atendendo adultos e adolescentes e como docente no Centro Universitário UNIME e na Faculdade Santíssimo Sacramento como docente, supervisor de estágio clínico e coordenador de pós-graduação em psicoterapia cognitivo-comportamental e neuropsicologia.

## **FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: impactos dos estágios no desenvolvimento profissional e estágio supervisionado em tempos de pandemia**

## **PSYCHOLOGY TRAINING: impacts of internships on professional development and supervised internship in times of pandemic**

DOI: 10.5281/zenodo.16937484

**Débora Evellin Valença Andrade<sup>1</sup>**  
psi.deboraandrade1@gmail.com

**João Francisco Nery Rocha Dias<sup>1</sup>**  
joaodias@soumaissantissimo.com.br

**Thais Camila Braz Simões Santos<sup>1</sup>**  
thaissantos11318@soumaissantissimo.com.br

**Fabianno Andrade Lyra<sup>2</sup>**  
docente.fabiannolyra@fsssacramento.br

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo geral apresentar uma revisão bibliográfica e pesquisa realizada no município de Alagoinhas-Ba, direcionada a análise da importância e oportunidades de estágios oferecidas aos estudantes de Psicologia. Para tanto, o caminho metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e a documental, considerando as normatizações da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A perspectiva do estágio como possibilidade de inserção no mercado de trabalho e de percurso de formação, torna-se uma prática valiosa para a história profissional dos estudantes de Psicologia e propor uma análise referente à supervisão de estágio durante a pandemia.

**Palavras-chave:** Estágio. Estudantes. Pandemia. Psicologia.

### **ABSTRACT**

The general objective of this work is to present a bibliographic review and research carried out in the city of Alagoinhas-Ba, aimed at analyzing the importance and opportunities of internships offered to Psychology students. To this end, the methodological path adopted was bibliographic and documentary research, considering the standards of the Brazilian Association of Technical Standards. The perspective of the internship as a possibility of insertion in the job market and of a training path, becomes a valuable practice for the professional history of Psychology students and proposes an analysis regarding internship supervision during the pandemic.

**Keywords:** Internship. Students. Pandemic. Psychology.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Orientador docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos Psicólogos recém formados durante o processo de inserção no mercado de trabalho, se torna necessário observar o discente de psicologia enquanto formando e as suas necessidades de preparo para a prática. Sob essa perspectiva, qual a importância dos estágios na graduação em Psicologia para esses profissionais em formação? Como está constituída a demanda dessas ofertas? As oportunidades são as mesmas? Além da clínica, quais áreas podem ser exploradas? Sob diferentes contextos, atualmente remotos ou não, como se dá esse processo?

Aos acadêmicos de Psicologia é comum a percepção de que, durante a graduação, o “fazer psicológico” não é, em grande parte dos casos, entregue aos discentes como desejado, e isso culmina na necessidade de buscar alternativas capazes de complementar sua formação acadêmica, por iniciativa própria, sobretudo através de estágios, os quais podem fornecer vivências referentes ao desenvolvimento profissional.

No decorrer dos anos, os estudantes fazem contato com disciplinas teóricas e com estágios supervisionados, que por sua vez apresentam atividades de realização prática. É indiscutível que a graduação em Psicologia abrange várias disciplinas e atividades extracurriculares de importância para a formação profissional, inclusive o estágio específico realizado nos 9º e 10º semestres do curso, o qual proporciona as primeiras vivências na atuação profissional.

Nem todas as instituições permitem ou oferecem a possibilidade para os estudantes aprenderem no cotidiano de outras organizações, ainda mais quando paramos para refletir nos recentes contextos onde devido à Pandemia, muito dessa ação foi reduzida a contatos realizados de forma online. Sob essa perspectiva é necessário ponderar sobre a falta de compreensão, planejamento e disponibilidade de estágios para atender a essa demanda pouco dialogada nas instituições de ensino, também escassa nas empresas privadas, organizações sem fins lucrativos, clínicas, e no próprio sistema público que possui, em sua estruturação, secretarias de saúde, educação e de assistência social para atender a comunidade.

É evidente no mercado de trabalho ainda a desvalorização da Psicologia, não somente por ser uma área “recente”, mas por falta de conhecimento da população em relação ao papel do Psicólogo na sociedade. Dito isso, torna-se clara a necessidade de direcionar esses futuros profissionais ao mercado de trabalho, a partir da formação acadêmica, para que esses estudantes aprendam mais sobre a sua profissão, desenvolvam mais facilidade na escolha de abordagens e contextos de ação, e compreendam as demandas da sociedade a fim de,

posteriormente, atuarem de maneira fidedigna. Esse trabalho busca revisar e analisar a literatura sobre as oportunidades e modalidades de estágios na formação de psicólogos(as) e, a quantidade de vagas de estágios oferecidas aos estudantes de Psicologia na cidade de Alagoinhas/Bahia. Bem como, refletir, a partir de pesquisas publicadas, sobre as formas de acesso de graduandos em Psicologia a estágios e práticas extracurriculares na área, assim também considerando o cenário pandêmico contemporâneo, e as circunstâncias extraordinárias que foram criadas durante esse contexto para os processos de estágios supervisionados; além de levantar bibliografia e identificar as demandas de graduandos em Psicologia sobre a aprendizagem prática em campos do exercício profissional; identificar e analisar os investimentos das Instituições de Ensino Superior em firmar convênios e parcerias para promover possibilidades de estágios e práticas extracurriculares ao longo processo de formação; analisar as oportunidades de estágios ofertadas por instituições públicas e privadas destinadas para os futuros profissionais de Psicologia.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Psicologia e mundo do trabalho**

A profissão de Psicólogo foi regulamentada em 27 de agosto de 1962, por meio da Lei 4.119, que estabelecia o currículo mínimo para formação em Psicologia. De acordo com o currículo mínimo, a formação em Psicologia previa três terminalidades: bacharelado, que formava o pesquisador, licenciatura, que formava o professor de Psicologia, e formação de psicólogos, que habilitava ao exercício profissional (Cury; Ferreira Neto, 2014).

A formação acadêmica em Psicologia consiste em processos pedagógicos específicos, são 5 (cinco) anos de estudos teóricos e práticos disponíveis na grade curricular do curso para a preparação dos estudantes, por meio de reflexões sobre a existência e desenvolvimento humano, atividades extracurriculares, testes psicológicos e estágios. Proporcionando conhecimentos necessários para que se escolha uma abordagem da área que esteja de acordo com a identidade e interesses constituídos no decorrer dessa graduação.

A formação profissional na Psicologia deve ser entendida como um importante meio de construção subjetiva sobre o que é ser psicólogo e, como deve ser a sua prática (Yukimitsu, 1999). Tais questionamentos, surgem por meio de valores gerencialistas, que buscam um modelo desenvolvido do estado de bem-estar social, assim sendo, criam-se

novas demandas que se desdobram aos serviços de Psicologia, principalmente no crescente contexto organizacional, que prepara o indivíduo para a iniciação profissional.

Nesse contexto, novas questões são postas pelas organizações aos Psicólogos: como liderar? Como motivar? Como combater a rotatividade? Como preparar gerentes? Quais as habilidades gerenciais? Como as organizações podem mudar para adaptar melhor seus empregados? Como negociar? Como tornar as comunicações internas da organização mais eficientes? Como funcionam as redes informais de comunicação dentro da organização? Como selecionar, tendo em vista um emprego de longo prazo? Como atrair pessoal para a empresa? Quais as condições ideais de trabalho? Qual o efeito das relações interpessoais no desempenho? Qual a medida certa de incentivo para cada empregado? Questões como essas sublinham as mudanças de demanda que tiveram implicações tanto na atuação profissional quanto na produção de conhecimentos da Psicologia (Anthony, 1977).

A importância do investimento da saúde mental nas organizações, aumentou consideravelmente a produtividade do trabalhador, a sua autonomia, reconhecimento e autoestima. Torna-se pertinente compreender que o ser humano não é mercadoria no qual só está buscando salário e benefícios, mas um ser que busca melhorar suas relações interpessoais e desempenho geral grupal, assim construindo relacionamentos proveitosos.

No campo de saúde mental e trabalho, destacamos, a título de exemplo, estudos como os de Jahoda (1987), sobre os efeitos do desemprego sobre o bem-estar psíquico; os de Kohn e Schooler (1983), que, por meio de design longitudinal, demonstram que a complexidade dos postos de trabalho afeta características de personalidade, como a flexibilidade intelectual e a autodireção, mais do que o contrário.

Assim, em movimento dialeticamente relacionado, à medida que se esgotava o modelo do Estado de Bem-estar, as organizações também se transformavam: a adoção de novas tecnologias na produção – informática e automação –, a revolução nos meios de comunicação e o surgimento de novos estilos de gestão estão entre as mudanças de maior impacto (Castells, 1999; Mattoso, 1995).

## **2.2 Estágios na área e aprendizagem prática**

A aprendizagem é um processo de sobrevivência dos seres humanos, que se desenvolve a partir das experiências o tempo todo e em qualquer lugar, os resultados da aprendizagem humana são os conhecimentos e habilidades que são desempenhadas no trabalho.

Mesmo nos trabalhos mais simples e repetitivos, as pessoas são expostas a ambientes complexos. Imagine-se, pois, o que poderia acontecer com aquelas encarregadas de operar máquinas complexas, como navios com vários andares de passageiros, que planejam usinas elétricas, que precisam tomar decisões sobre aplicações financeiras no mercado de bolsas, ou o que poderia acontecer com as que, de alguma forma, dependem dos que realizam tais trabalhos. Assim, os seres

humanos precisariam contar com um Sistema de Processamento de Informações (Klatzky, 1975).

A principal referência legal sobre estágios no país é a Lei No 11.788, publicada em 25 de setembro de 2008 e comumente denominada Lei de Estágio. Em seu artigo 1º. encontra-se a seguinte definição:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008).

O estágio em si tem como objetivo propiciar a formação técnico-profissional, ao integrar a teoria discutida em sala de aula por meio de contextos verossímeis, e isso permite ao aluno/estagiário a obtenção de maior contato com a área escolhida, além de promover o desenvolvimento profissional do estudante através da aprendizagem prática.

O vínculo do indivíduo com o seu trabalho pode ser estudado por meio da sua relação com o emprego, com a equipe de trabalho, com a carreira ou a ocupação, com o sindicato e com a organização propriamente dita.

Os vínculos são constructos que, na relação indivíduo-trabalho, se caracterizam pela possibilidade de gerar satisfação e envolvimento e que, em relação à organização, podem ser expressos por meio de quatro outros constructos: o comprometimento, as percepções de suporte, a reciprocidade e a justiça organizacional (Siqueira; Gomide Jr., 2004).

Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso (Conselho Nacional de Educação, 2004, p.6) Em seu artigo 8, definem que o Núcleo Comum da formação deve desenvolver, no estudante, as competências que definem o perfil profissional do psicólogo. E reza o parágrafo 1º desse artigo que o conjunto de competências básicas deve assegurar a possibilidade de prestação de serviços psicológicos à sociedade em diferentes domínios, atendendo as demandas sociais concretas em contextos de trabalho nos quais o psicólogo se insere (Conselho Nacional de Educação, 2019).

Três áreas fundamentais compunham a experiência pré-profissional (de estágio): Clínica, Escolar e Industrial. Na prática, no entanto, era a área clínica a que recebia a maior

carga horária, tanto de disciplinas quanto de estágios (Boarini, 2007; Prates; Feitosa; Monteiro; Branco, 2019).

A estrutura do curso de psicologia apresenta em seu currículo a obrigatoriedade e necessidade da realização de estágio, através da clínica e demais áreas, permitindo ao estudante a inserção no mercado de trabalho de forma supervisionada. O ensino para a formação profissional deve propiciar ensinamentos para a capacitação de competências e melhorias nas habilidades sociais dos alunos, o “fazer psicológico” deve ser aplicado durante os estágios ou laboratórios sob a orientação dos professores nas disciplinas ofertadas ao longo do curso. Verifica-se, portanto, essa preocupação com as possibilidades de carreira durante a aprendizagem acadêmica.

As principais motivações relacionadas ao que significa estagiar para os acadêmicos estão de acordo com o objetivo de se estagiar, sendo: a criação de um vínculo educativo-profissionalizante para a articulação, junto a equipe pedagógica do curso, e a trajetória formativa do aluno de acordo com os interesses de sua formação profissional.

A motivação como processo psicológico básico pode ser definida como uma ação dirigida a objetivos, sendo autorregulada, biológica ou cognitivamente, persistente no tempo e ativada por um conjunto de necessidades, emoções, valores, metas e expectativas (Salanova; Hontangas; Peiró, 1996, p. 216). No entanto, recentemente, as teorias da motivação têm sido discutidas em novos tipos de arranjos, mais complexos, tentando avançar para além de uma concepção centrada somente no instinto (direção ativada biologicamente), na homeostase (busca de retorno a um estado de equilíbrio) e no hedonismo (busca pelo aperfeiçoamento próprio contínuo), bem como tentando alcançar uma compreensão da motivação em seu contexto (Schunk, 2012).

No caso do estagiário de psicologia, uma das competências acadêmicas envolve comportamentos do terapeuta para garantir adequada relação terapêutica, a qual para Rangé (1995) refere-se a características do terapeuta e do cliente e à interação estabelecida entre ambos, a qual auxilia no processo terapêutico de forma a aumentar o valor reforçador do terapeuta e evocar atitudes colaborativas por parte do cliente.

O estágio vem se aproximando cada vez mais das atividades desenvolvidas por profissionais da área, os estagiários buscam o conhecimento e vínculo para permanecer no local de estágio, outrora por serem remunerados, pela possibilidade de efetivação na mesma organização e/ou por trabalharem em ambientes de trabalho agradáveis de seu interesse.

### **2.3 Instituições de ensino e supervisão de estágio**

A universidade é a instituição responsável pela preparação do aluno para o âmbito profissional, deste modo, a construção das ferramentas de apoio auxiliam na prática realizada por seus estudantes em suas vivências profissionais de estágio. O desenvolver das atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, são proporcionadas ao estudante na sua participação em situações reais de vida e de trabalho, para que seja possível o aprendizado de competências próprias dessas experiências.

Nos cursos de graduação em Psicologia, que são aqui nosso objeto de atenção, a presença dos estágios é obrigatória desde sua criação. O Parecer do Conselho Federal de Educação No 403/62, publicado logo após a regulamentação da profissão, estabeleceu o currículo mínimo para os cursos, do qual fazia parte, obrigatoriamente, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado (Jacó-Vilela, 1999).

Ao longo da graduação em Psicologia, o aluno tem contato com diferentes estilos pessoais de professores supervisores, muitas vezes dentro das mesmas áreas de atuação. Os estagiários precisam aprender um método e definir um estilo pessoal, para isso, necessitarão de orientação e acompanhamento para guiar seus primeiros passos no amadurecimento profissional e pessoal.

Segundo Freitas (2008):

Existem três maneiras distintas de se avaliar o desempenho do aluno: o modo como o próprio aluno se avalia, o modo como o seu supervisor o avalia e a avaliação do cliente. Mas a forma primordial de avaliação ocorre por parte do supervisor, pois é ele quem estabelece as metas a serem cumpridas e o desempenho a ser alcançado.

Na disciplina de estágio, de acordo com Távora (2002):

O estagiário faz a escolha de seu supervisor ou área em que deseja atuar seguindo alguns critérios: área de atuação preferida, abordagem teórica de maior identificação, simpatia e/ou afinidade com o supervisor e disponibilidade deste. De acordo com a mesma autora, os vínculos estabelecidos entre estagiário e supervisor facilitam a elaboração das escolhas feitas pelo estudante durante o processo de treinamento.

A supervisão visa facilitar para o aluno de psicologia a integração de dois aspectos constituintes da prática clínica: o conhecimento teórico e o autoconhecimento (Aguirre; Pinto; Becker; Carmo e Santiago, 2000).

A supervisão pode ser definida como um processo de ensino-aprendizagem por meio

de diversas abordagens para atuação em uma área da Psicologia, realizado por um supervisor e seu supervisionando (Zaslavsky, 2003).

Segundo Marques (2000):

A supervisão não é um lugar para o supervisionando aprender uma forma de trabalhar, ou uma forma de interpretar. Ela é um espaço de criação de novas possibilidades de pensar em que se tenta desfazer a ilusão e a crença na existência de uma interpretação soberana e toda poderosa. Não se busca, portanto, estabelecer o que é certo ou errado em cada situação narrada pelo supervisionando, nem encontrar significações fechadas e absolutas para os acontecimentos psíquicos, mas sim construir enigmas que permitam novas interpretações.

Diante da dificuldade de adaptação do estudante universitário, seria esperado que a universidade se preocupasse em ajudar esse estudante, mas infelizmente, como apontam Gerk e Cunha (2006), as universidades não preparam o indivíduo para as mudanças que ocorrem após o ensino médio, não oferecem investimentos em recursos humanos, nem financeiros em práticas pedagógicas de currículos, bem como deixam de promover programas que favoreçam a adaptação psicossocial dos estudantes.

Dentre as atividades executadas durante os estágios pode-se ressaltar as análises de casos e artigos relacionados à área. A observação e discussão desses casos com o supervisor é fundamental para promover mais clareza na compreensão das contingências de cada paciente, e possibilitar mais eficácia no planejamento de possíveis intervenções, dramatizações e técnicas pertinentes a cada contexto. Toda a parte pedagógica reflete na aprendizagem das funções/papel do terapeuta, portanto, o supervisor oferece todo o suporte necessário, desde a observação até à correção de relatórios das sessões cedidas pelos estagiários.

O interesse pelo estudo das interações sociais dos estudantes se justifica porque o ingresso na universidade traz mudanças e transformações sociais, à medida que este novo contexto exige novas demandas de conhecimento, habilidades e competência, requerendo um processo de adaptação para se obter sucesso acadêmico (Gerk; Cunha, 2006; Furtado; Cols, 2003 e Cole; Lazarich; Howard, 1986).

Afirmam que as vivências acadêmicas, quando não garantem ao universitário uma boa qualidade de vida, tornam-se experiências estressantes e até depressivas, além de influenciar no rendimento acadêmico.

As relações interpessoais permeiam a vida pessoal e profissional (Caballo, 1996)

e cabe à universidade, sobretudo ao professor, ensinar não apenas comportamentos diretamente envolvidos na prática profissional, mas também estimular a aprendizagem de comportamentos que favoreçam interações sociais mais satisfatórias, pois são repertórios importantes na adaptação à universidade (Baker, 2003; Del Prette, 1999; Gerk; Cunha, 2006), à saúde mental (Baker, 2003; Ciarrochi; Cols, 2002; Veenman; Cols, 2004) e após a formatura dos universitários (Del Prette; Cols, 1998).

## **2.4 Estágios supervisionados em empresas juniores**

A formação universitária é construída através da ampliação do esqueleto teórico/conceitual do aluno juntamente à experiência gradual da prática profissional, com o intuito de possibilitar momentos reflexivos e uma prática que conduza o graduando à construção de sua identidade profissional. Feiras, cursos e estágios, são excelentes atividades que guiam para a formação de uma rede de contatos dos acadêmicos, permitindo assim um campo mais vasto de oportunidades.

Neste contexto, as Empresas Juniores, que são um dispositivo institucional facultativo no percurso de formação, oferecem aos alunos a possibilidade de ocuparem funções organizacionais análogas às que se dedicarão no futuro profissional, bem como a troca de conhecimentos com as empresas às quais prestarem serviços enquanto extensionistas.

A empresa júnior é caracterizada pela estrutura de uma empresa real, ou seja, possui todos os setores como diretoria executiva, conselho de administração, estatuto e regimentos próprios, com uma gestão independente em relação à direção da faculdade, centro acadêmico ou qualquer outra entidade acadêmica. O principal objetivo das empresas juniores é promover experiência de mercado aos alunos graduandos da instituição à qual ela está vinculada, fomentando o crescimento pessoal e profissional do aluno membro (Brasil Júnior, 2011).

Mas como funciona o desempenho de um estudante inserido numa empresa júnior na prática? No sentido direto, a empresa proporciona a aplicação prática do conhecimento teórico relativo à área de formação que esse aluno tem dentro da universidade, ou seja, os estudantes que se inserem em empresa júnior levam uma grande bagagem de experiências ao término da sua graduação, pois têm a possibilidade de participar de decisões como líderes de uma empresa, desenvolvem habilidades gerenciais, oratória, criatividade, liderança e o respeito à liderança, proatividade, capacidade de trabalhar em grupo e de negociar com clientes e fornecedores, sendo uma experiência que antecipa funções profissionais que se estabelecem no mercado de trabalho e nas organizações (Oliveira *et al*, 2009).

## 2.5 Estágios supervisionados durante a pandemia

Quando pensamos em analisar as implicações dos estágios na formação, entendemos como esse processo diverge num longo espectro de contextos de atuação, que, a depender do momento, tendem a mudar. Temos como um exemplo recente, em 2020, com a eclosão da pandemia e como medida de diminuição da taxa de contágio, a Organização Mundial de Saúde orientou que a população de todo o mundo adotasse o isolamento físico, o comércio e o transporte coletivo tiveram seus horários de funcionamento reduzidos. Por meio dessas e outras políticas, muitas pessoas passaram a realizar o seu trabalho em casa, home office. No contexto das formações acadêmicas, o resultado não foi diferente, os maiores desafios nos cursos de graduação, foi a adaptação dos estágios supervisionados à realidade virtual.

Independentemente de ser obrigatório ou não, o estágio pode ser compreendido como uma forma de preparação do estudante para o ambiente de trabalho. Além de ser uma oportunidade de aprender novos conhecimentos teóricos e práticos, há a possibilidade também de aperfeiçoar habilidades de relacionamento humano exigidas no contexto de trabalho. (Silva, Corrêa, Júnior, Silva, Fonseca, 2016).

De acordo com um projeto de Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia, publicado em 2019 pelo Conselho Nacional de Educação Superior, 20% da carga total da graduação em Psicologia devem ser destinados aos estágios supervisionados, cujas supervisões devem ocorrer presencialmente. (Brasil, 2019).

Dentre as diretrizes da profissão estão a capacidade de mobilizar saberes, habilidades, atitudes, bem como lidar com os fatores contextuais, transformando-os em ação efetiva diante dos desafios profissionais que lhe serão apresentados” (Art. 6º, parágrafo único).

Saber ministrar os dados obtidos dentro de determinado contexto ante os desafios profissionais impostos, além de “demonstrar flexibilidade e capacidade de lidar com mudanças nas diferentes esferas da vida profissional” (Art. 8º, § 4º, II, h). (Brasil, 2019). No entanto, antes mesmo que pudesse entrar em vigor, a medida foi alterada, em caráter excepcional em março de 2020, por decorrência do COVID-19. Frente ao desafio da oferta de estágios por meio remoto, em agosto de 2020, o CFP, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), publicou o caderno intitulado “Recomendações de Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19”. Tais recomendações visam garantir que o ensino de Psicologia, realizado nos estágios remotos, pautados nos princípios éticos da profissão, sem que haja a precarização da educação

superior. Assim sendo direcionado para o público coordenadores, orientadores, supervisores, professores e também estudantes do curso de Psicologia.

Visto que essa condição remota é extraordinária, e até então inédita em muitos ensinos superiores de Psicologia, exigindo bastante tanto da equipe técnica/docente quanto dos alunos em si, de que forma isso pode ter impactado no desenvolvimento profissional e formação acadêmica?

Como forma de elucidar tal questão, podemos citar o estágio supervisionado do curso em saúde mental ofertado de forma online por uma universidade particular em Belo Horizonte (MG) no ano de 2020. A turma, supervisionada pela professora contava com 15 estudantes, sendo 2 do 10º período e o restante do 6º. Ocorrendo assim a supervisão através de uma plataforma escolhida pela instituição, e com duração de 1h40min. As aulas eram de cunho expositivo-participativo, acompanhadas de indicação de leituras, discussão de textos e um documentário, construção de mapa dos serviços em saúde mental do município, entrevista com psicóloga que atuava em algum desses serviços, atendimento psicológico e supervisão do caso atendido. Sendo tais temáticas divididas em quatro unidades: 1) Histórico da Saúde Mental; 2) O fazer da Psicologia na Saúde Mental; 3) Conhecer a prática da Psicologia na Saúde Mental e 4) Realização de atendimento psicológico *on-line*.

Na primeira unidade, foram realizadas discussões acerca do processo da Reforma Psiquiátrica brasileira, onde cada aluno ficou responsável por apresentar um texto que abordasse a temática discutida e posteriormente realizar uma roda de conversa com o que foi abordado.

Na segunda unidade, acerca do fazer da psicologia na Saúde Mental, novamente cada aluno leu e apresentou um texto que tratasse da teorização e apresentasse uma prática sobre o acolhimento, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade no contexto da saúde mental.

Já a terceira unidade, que buscou conhecer a prática da Psicologia na Saúde Mental, teve a turma dividida em trios. No primeiro momento, esses grupos realizaram entrevistas com psicólogas que atuavam nos diferentes dispositivos da Saúde Mental. Com base nos textos estudados, as alunas produziram um roteiro de entrevista semiestruturada que foi apresentado e discutido com toda a turma.

Por fim, na quarta e última unidade, as estudantes foram divididas em duplas (sendo necessário que uma delas participassem em duas duplas, devido ao número ímpar de estudantes) e realizaram uma entrevista inicial e uma devolutiva com uma pessoa que procurou a clínica escola de Psicologia da faculdade. Os atendimentos foram feitos através

de plataformas que possuem o artifício de videoconferência, como Google Meet ou Whatsapp, de acordo com a escolha dos clientes. Cada atendimento teve a duração média de 50 minutos, após isso os casos foram discutidos dentro da supervisão e todos foram encaminhados para a psicoterapia.

É válido destacar que, apesar de trazerem demandas iniciais distintas, todos os clientes queixaram-se das consequências do isolamento físico: solidão, desemprego, ansiedade, falta de convívio social com outros indivíduos, um aumento dos conflitos familiares e incerteza em relação ao futuro profissional e o medo de morrer ou da morte daqueles que amam. Muitas dessas demandas também sendo encaradas pelas próprias alunas. A questão é, ainda que as medidas de flexibilização para o atendimento online fossem cômodas até certo ponto, pois há uma redução no gasto do transporte dos estudantes até os ambientes de supervisão, implicando no atendimento sendo feito a partir de uma zona de conforto, os pontos negativos, se sobressaem.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa atribui sua metodologia de natureza básica, ao considerar sua busca por gerar conhecimentos científicos com perspectiva teórica através da revisão bibliográfica, mas sem a aplicação de atividades práticas.

Em relação aos objetivos a obra possui caráter descritivo por priorizar o levantamento de dados para elucidar o fenômeno estudado, a abordagem da temática visa identificar quais fatores estão diretamente ligados ao problema analisado e, por essa perspectiva, visa-se também descrever como ele ocorre e quais as formas mais comuns.

Quanto à abordagem é possível classificá-la com qualitativa, uma vez que a pesquisa possui foco em quantificar aspectos relacionados ao problema, além de trazer as subjetividades, após a análise do referencial bibliográfico e de pesquisa documental.

Já em respeito aos procedimentos, a obra visa utilizar pesquisa bibliográfica para a construção de uma fundamentação teórica pautada no conhecimento de autores sobre a importância e oferta de estágios aos acadêmicos de Psicologia e como a supervisão beneficia esses profissionais em formação. Além disso, para atingir à abordagem qualitativa, busca-se realizar um levantamento das vagas de estágio ofertadas em Alagoins-BR para mensurar quantas são pertinentes aos discentes de Psicologia, através dos registros iconográficos publicados na rede social Instagram por páginas responsáveis em divulgar essas vagas.

Com a expectativa de atingir os objetivos estabelecidos, além do estudo do referencial

teórico, realizou-se um levantamento, de cunho qualitativo, na cidade de Alagoinhas-BA, para analisar a quantidade de vagas de estágio disponibilizadas aos acadêmicos de Psicologia. Foram levadas em consideração apenas os estágios pertinentes à Psicologia, e descartados os anúncios de outras modalidades, como CLT.

Levantamentos foram realizados com o auxílio de duas empresas de recrutamento e seleção de pessoas, empresa X com 10 anos de mercado e empresa Y com mais de 16 anos de mercado. E também, uma investigação nas maiores indústrias de Alagoinhas, que fazem seleções a parte, seja pelo LinkedIn ou sua própria plataforma, todas voltadas para 14 o ramo de cervejarias, a empresa B desde 2013 atuando na fabricação com capital 100% nacional e a empresa C que está na cidade desde 2010 e com 80% de seus trabalhadores todo da cidade de Alagoinhas.

A pesquisa em questão fez a investigação no período de janeiro à agosto de 2022, referente a quantidade de ofertas para estágios direcionados aos estudantes de Psicologia. Verificou-se anúncios das vagas de estágio em sites e páginas de redes sociais na região, totalizando "50" vagas dirigidas aos estágios na área de Psicologia, em indústrias, setor público e em terceirizadas, ambas as oportunidades não correspondem ao estágio voltado para o estudante de psicologia, seja em clínicas, organizacional ou apoio a algum psicólogo autônomo.

Cerca de 20% dessas vagas podem ser direcionadas ao profissional, mas elas não estão disponíveis para estudantes de Psicologia, já que as vagas que corresponderam foram vagas CLT, levando em consideração as vagas de estágio apenas 1% deu a exatidão para a pesquisa, que seria a vaga de aprendiz de Analista de Recursos Humanos, que ficou voltado para a área de Psicologia por causa de uma das colaboradoras que auxiliou a empresa. Analisou-se também, mediante análise com a ajuda de uma Analisa de Recursos Humanos de uma das empresas, foram pesquisadas 500 vagas que foram abertas, fechadas ou ainda estão em processo de fechamento.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com o relato da analista e auxílio do banco de dados da empresa de uma recrutamento e seleção de pessoas, conseguimos ter acesso as vagas que foram ofertadas, essas vagas correspondem à: Atendimento ao público, Auxiliar Administrativo (voltado à atendimento em geral), Serviços Gerais, estágio na área de Produção e Vendas e atendimento

ao Público, foi aplicado um filtro para as áreas voltadas para os estudantes de Psicologia e infelizmente, o que era esperado, a única solicitação feita foi recentemente para a vaga CLT de Psicólogo.

Em pesquisa com agências (X e Y) não haviam sido feitas solicitações de vagas, as vagas são ofertadas pelas empresas parceiras que tem interesse de achar um profissional de uma forma mais fácil, utilizando empresas de recrutamento e seleção de pessoas para fazer a triagem dos mesmos. A vaga em questão foi aberta para os estudantes desta graduação, e 15 curiosamente a mesma vaga de Psicólogo CLT foi aberta em duas agências de empregos em Alagoinhas. Algumas indústrias e a maioria das vagas abertas, sempre são focadas para os estudantes de Administração ou Ciências Contábeis. As vagas de rotatividade de estagiários com a triagem feitas por uma empresa de recrutamento e seleção de pessoas, sempre é voltada para estudantes de Ensino Médio, mais precisamente “Vendas e Atendimento ao Público, é muito comum ver estudantes de Psicologia ingressando nessas vagas, um total de rotatividade de mais de 1.000 vagas de estágio por ano.

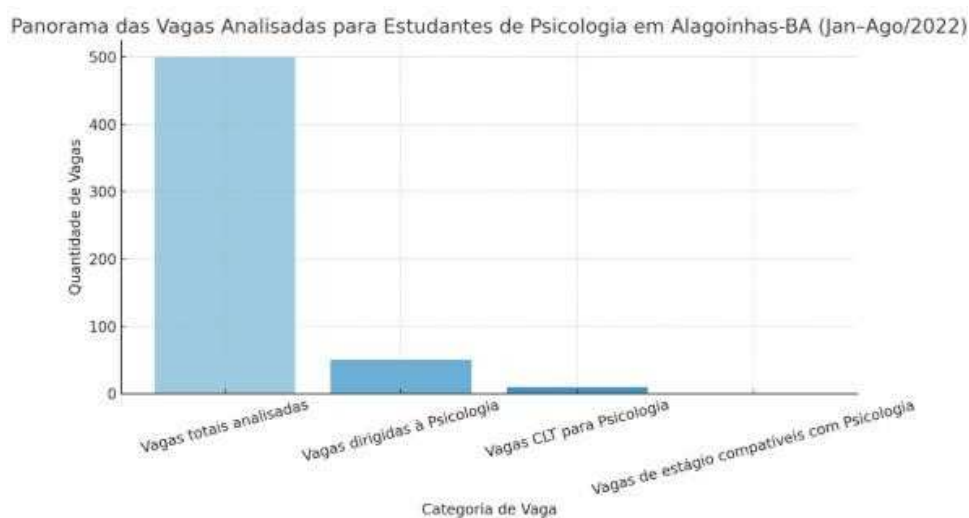
É nítido que houve uma dificuldade no momento da pandemia no qual as empresas deixaram de pedir profissionais, já que, uma grande parte da população estava recluso em suas casas, muitas dessas empresas adotaram as meninas de revezamento e/ou pela modalidade Home Office, mas claro é muito mais fácil realocar um colaborador antigo do que contratar novos colaboradores para novas funções. As empresas de recrutamento e seleção de pessoas também sentiram dificuldades em manter o mesmo ritmo, diminuições do quadro de funcionários leva a baixa demanda também, dito isso, as vagas de estágio também foram diminuindo, e em meio a pandemia os estudantes de Psicologia que conseguiram estágio em sua área, com certeza, foi com muito sufoco, comparado as vagas de a Atendimento ao Público e Auxiliar Administrativo.

Percebe-se que o problema está vinculado também às poucas oportunidades das instituições privadas e a falta de amparo municipal em questão, como o CRAS, Semas, CAPS, o mesmo tem apoio de profissionais voltado para o setor de Psicologia, porém para auxiliar os estudantes com a oportunidade de vagas de estágio no setor ou em apoio ao psicólogo precisa de apoio aos convênios nos quais as instituições de ensino devem ter. No entanto, embora exista esse estágio, ao analisar o cenário de outras empresas, sobretudo privadas, é possível observar uma deficiência na oferta de oportunidades aos estudantes de Psicologia, uma vez que é permitido estagiar a partir do 5º semestre.

As solicitações das empresas não são voltadas aos estudantes de Psicologia, apesar de conseguirem vagas de emprego na maioria das vezes, em Alagoinhas, a função exercida no

trabalho não faz sentido algum com o curso. Ao mencionar também, casos extraordinários de atuação, como o contexto pandêmico citado anteriormente, com base nos dados apresentados podemos chegar à conclusão de que muitas dúvidas foram levantadas pelas alunas na preparação para 16 o atendimento remoto: como adaptar os instrumentos de intervenção já conhecidos e utilizados para aqueles possíveis de serem postos em prática de forma online.

Vale considerar também, que frente a essa flexibilização tão recente, o quanto de conhecimento a equipe supervisora, nesse caso a professora, poderia compartilhar, visto que para ela, aquele contato poderia ser tão inédito e súbito como era para suas alunas? Além de outros pormenores que acabam por empobrecer a experiência, como baixa qualidade de internet, instabilidade de rede, barulhos alheios oriundos do local de atendimento (por vezes animais de estimação, carros, portões, sons de TV, etc.) E claro, o principal: o fator limitador que é a falta do contato humano na jornada terapêutica. Tudo isso culmina para empobrecer grandemente um processo de suma importância que são os estágios supervisionados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Aqui está o gráfico que ilustra a distribuição das vagas analisadas na pesquisa, destacando a escassez de oportunidades compatíveis com a formação em Psicologia em Alagoinhas-BA no período de janeiro a agosto de 2022.

### Aspectos Centrais sobre Estágios em Psicologia

| Aspectos Analisados                          | Observações                                                       |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| Importância do Estágio na Formação           | Estágio é essencial para vivência prática e escolha de abordagem. |
| Demandas de Estágio                          | Demanda elevada, porém pouco dialogada nas instituições.          |
| Equidade nas Oportunidades                   | Oportunidades desiguais entre áreas e instituições.               |
| Áreas de Atuação além da Clínica             | Além da clínica: escolar, organizacional, hospitalar, etc.        |
| Impacto da Pandemia nos Estágios             | Pandemia reduziu atividades presenciais, afetando a formação.     |
| Percepção Discente sobre o Fazer Psicológico | Discentes sentem que a prática é insuficiente na graduação.       |
| Investimentos das IES em Estágios            | IES investem pouco em convênios e parcerias.                      |
| Modalidades de Estágio (Presencial/Remoto)   | Estágios adaptados ao formato remoto em contexto pandêmico.       |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A tabela acima indicou os principais aspectos discutidos, relacionando dimensões de análise dos estágios em Psicologia com os principais pontos observados na literatura e na realidade local de Alagoinhas/BA.

#### 4.1 Equação e fórmulas

Para analisar a efetividade da formação profissional em Psicologia, é possível utilizar o Índice de Efetividade na Formação Profissional (IEFP), que foi desenvolvido com base em conceitos semelhantes ao NDVI, utilizado na avaliação da saúde da vegetação. O IEFP é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IEFP} = \frac{(P+D)}{(P-D)}$$

Essa analogia matemática pode ser usada em seu texto como um recurso didático ou metafórico para expressar o descompasso entre o que é oferecido pelas instituições e o que é realmente necessário para preparar o estudante de Psicologia para o mercado de trabalho. O **IEFP** significa o índice de efetividade na formação profissional (analogia ao NDVI); **P** a prática profissional vivenciada (por meio de estágios, empresas juniores, supervisões); e o **D** a defasagem formativa (ausência de vagas, barreiras de acesso, falta de supervisão qualificada, impactos da pandemia)

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como elucidado, os estágios possuem variações de onde podem ser aplicados na área de Psicologia, sendo vitais ao longo da jornada para a formação acadêmica. Um dos intuitos desta pesquisa é demonstrar, através de dados coletados, a importância gigantesca de todo esse processo pelo ponto de vista de três universitários ansiosos e ávidos por experiência. Discorrendo sobre as diversas áreas de conhecimento e atuação dentro da Psicologia, seus impactos e mercados de trabalho. Juntamente com a amofinação pelo fato de certo grau de comprometimento entre a instituição e o município não estar à altura do que deveria.

A pesquisa visa demonstrar, através de dados coletados, a importância gigantesca de todo esse processo de inclusão dos estudantes no mercado de trabalho, evidenciando o desleixo das instituições, bem como também do próprio aluno, já que ambos precisam trabalhar em conjunto, em fechar parcerias com empresas terceirizadas de recrutamento e seleção de pessoas, para maior oferta de oportunidade em áreas diferentes, para que esses discentes possam entender e descobrir qual área realmente seguir. De fato, a pandemia veio para prejudicar não só na saúde, mas no estilo de vida das pessoas e como as mesmas se comportam no quesito empresarial, pois foi um desafio para as empresas se adequar as normas postas pelo governo e por outro lado encontrar um emprego em épocas pandêmicas sem dúvidas foi o maior desafio do trabalhador.

Para as instituições de ensino juntamente com as empresas lidar com a 17 supervisão de estágio demonstrou ser complicado, muitas empresas pararam e outras fecharam as portas para os estudantes de Psicologia, sendo assim, é necessário o interesse do próprio aluno para que busque os direitos e uma qualidade para a sua formação escolhida, buscando conversar com orientadores ou diretoria acadêmica. A inserção do jovem universitário no mercado de trabalho é algo indispensável para o aprendizado e percurso do mesmo, com os recursos e oportunidades que possam e devem ser disponibilizados pelo município e pela instituição de ensino.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho foi possível graças à colaboração e ao empenho de diversas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o seu desenvolvimento.

Agradecemos, em primeiro lugar, à Faculdade Santíssimo Sacramento, por oferecer o suporte necessário e por fomentar um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e científico. Estendemos nossos agradecimentos à Coordenação do Curso de Psicologia, pelo incentivo contínuo à investigação e pela escuta ativa das inquietações dos discentes.

Registramos nossa especial gratidão aos estudantes do 8º semestre de Psicologia, cujas reflexões, questionamentos e busca por aprimoramento foram o ponto de partida para a realização deste estudo. A participação ativa e o engajamento demonstrado ao longo da pesquisa revelam o compromisso desses futuros profissionais com uma formação sólida e crítica.

Não poderíamos deixar de mencionar os professores e supervisores de estágio, que, mesmo diante dos desafios impostos pelo cenário pós-pandêmico, demonstraram comprometimento em proporcionar aos alunos experiências enriquecedoras e alinhadas com as exigências do mercado de trabalho.

Por fim, agradecemos às nossas famílias e amigos, pelo apoio emocional e incentivo contínuo durante todo o percurso de construção deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Roberta Andrade. Estágio supervisionado em tempos de isolamento físico: relato de experiência em um curso de Psicologia. **Olhares**. UNIFESP, Centro Universitário UNA e PUCMinas, v. 10, n. 1, p. 1-16, 17 mar. 2022.

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Supervisão em habilidades sociais e seu papel na promoção deste repertório em estagiários de psicologia. **Pepsic**. [s. l], v. 5, n. 1, p. 18-34, 2009.

CONTI, Luciane de; SPERB, Tânia Mara. Práxis Psicoterapêutica de Estagiários de Psicologia: Análise do Relato e da Trama Narrativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. [s. l], v. 26, n. 2, p. 305- 314, abr./jun. 2010.

OLIVEIRA, Margareth da Silva; PEREIRA, Rodrigo Fernando; PEIXOTO, Ana Claudia Azevedo; ROCHA, Marina Monzani da; OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de; MACEDO, Mônica Medeiros Kother; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Supervisão em Serviços-Escola de Psicologia no Brasil: Perspectivas dos Supervisores e Estagiários. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 1-9, 2014.

PEIXOTO, Ana Cláudia de Azevedo; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos; ROCHA, Marina Monzani da; MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de Oliveira; PEREIRA, Rodrigo Fernando. A Percepção de Estagiários em Diferentes IES do Brasil sobre a Supervisão. **Psicol. cienc. Prof.** [s. l], p. 528-539, 2014.

RIBEIRO, Andresa Darosci Silva; TOLFO, Suzana da Rosa. Estagiários, vínculos e comprometimento com as organizações concedentes de estágio. Rio de Janeiro, p. 15-25, 2011.

SOLIGO, A. F.; OLIVEIRA, I. T.; MUNIZ M.; ZANINI, D. S. Formação em

Psicologia: Estágios e Avaliação Psicológica. **Psicol. cienc. prof.** 40, 1-18. Disponível em: 24 de outubro, 2020

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Artmed Editora Ltda, 2014. 609 p.

ZILIOTTO, Denise Macedo; BERTI, Aríete Regina. A aprendizagem do aluno inserido em empresa júnior. **Psicologia: Ciência e Profissão**. [S. l.], v. 8, n. 2, p. 210-217, 26 out. 2022.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### DÉBORA EVELLIN VALENÇA ANDRADE

Débora Evellin Valença Andrade é psicóloga clínica, atualmente, atende pacientes de diversas áreas, com foco em pessoas do público LGBT e estudantes de Psicologia, oferecendo suporte terapêutico especializado. Possui pós-graduação em Psicologia Organizacional e está aprofundando seus conhecimentos na área de Neuropsicologia. Durante sua trajetória profissional, tem demonstrado um compromisso constante com o bem-estar e o desenvolvimento de seus pacientes, buscando sempre oferecer um atendimento ético e acolhedor. Além disso, Débora é apaixonada por compartilhar seus conhecimentos, contribuindo para a formação de futuros profissionais da Psicologia.

### JOÃO FRANCISCO NERY ROCHA DIAS

João Francisco Nery Rocha Dias é psicólogo especializado no atendimento de crianças autistas, com experiência prática em uma clínica especializada. Seu trabalho se concentra no desenvolvimento de estratégias terapêuticas e intervenções que promovem o bem-estar e a integração social dessas crianças, com foco na melhoria de suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

### THAIS CAMILA BRAZ SIMÕES SANTOS

Thais Camila Braz Simões Santos é psicóloga com experiência no atendimento de crianças autistas em clínica especializada. Além de seu trabalho clínico, Thais tem formação em Psicologia Organizacional, o que a permite integrar estratégias terapêuticas com uma visão ampla das dinâmicas organizacionais e das relações interpessoais no ambiente de trabalho.

### FABIANNO ANDRADE LYRA

Possui Graduação em Psicologia e Mestrado em Política Social ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Foi Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), Pesquisador-Membro do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Exclusão/Inclusão Social: Aspectos Psicossociais e do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho. Elaborou e executou trabalho de Análise Institucional no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW/UFPB) e atuou por quatro anos como Coordenador Acadêmico de Cursos de Graduação em Psicologia. Atualmente desenvolve atividades de ensino e pesquisa em Cursos de Graduação e Pós-Graduação. As terminologias correntes no CV-LATTES pautando a produção em C,TA são: Logoterapia; Psicoterapia Existencial; Orientação Vocacional / Profissional; Psicoterapia Breve e Saúde Mental no Trabalho.

## OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA COLONIZAÇÃO NO EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NEGRA

## THE PSYCHOSOCIAL IMPACTS OF COLONIZATION ON THE EXERCISE OF BLACK FATHERHOOD

DOI: 10.5281/zenodo.16937786

**Evanilda Lima do Carmo Carvalho<sup>1</sup>**

E-mail: evanilda12310244@soumaissantissimo.com.br

**Jeane Denise de Souza Menezes<sup>2</sup>**

E-mail: docente.jeannedenise@fsssacramento.br

**Jorge Ubiratan de Almeida Silva Júnior<sup>3</sup>**

E-mail: jorgeubiratan@fsssacramento.br

### RESUMO

A invasão em terras africanas, o tráfico humano de milhares de pessoas sequestradas para serem escravizadas nesse país, deixaram marcas transgeracionais na formação da identidade desses indivíduos e sua subjetividade. Grupos de discussões e debates sobre o tema surgem como alternativa para a construção subjetiva a partir do conhecimento histórico contado por pessoas negras a partir das suas potencialidades. Essa pesquisa teve como objetivo analisar os impactos da colonização no exercício da paternidade negra. Nesse sentido realizou-se um estudo bibliográfico, a partir de periódicos da internet, artigos e livros relacionados ao tema e a psicologia africana. Foram analisadas informações sobre prevalências psicossociais relacionadas ao homem negro, a construção social da masculinidade hegemônica, paternidade e paternidade negra no Brasil. O estudo identificou que o longo período de subjugação, desumanização e animalização decorrente da colonização/escravização impactam, ainda hoje, a forma como esses homens se enxergam e exercem a paternidade. A partir disso, conclui-se que estar entre os seus iguais, compartilhando dores e conhecimento sobre a história e suas consequências, que são transgeracionais, seria um caminho eficaz para a diminuição dos impactos coloniais.

**Palavras-chave:** Impactos Psicossociais. Colonização. Masculinidades. Paternidade. Paternidade- Negra.

- 
1. Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento
  2. Coorientadora, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento
  3. Orientador, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

**ABSTRACT**

The invasion of African lands, the human trafficking of thousands of people kidnapped to be enslaved in that country, left transgenerational marks in the formation of the identity of these individuals and their subjectivity. Discussion groups and debates on the subject emerge as an alternative for subjective construction based on historical knowledge told by black people from their potentialities. This research aimed to analyze the impacts of colonization on the exercise of black fatherhood. In this sense, a bibliographic study was carried out, based on internet periodicals, articles and books related to the theme and African psychology. Information on psychosocial prevalences related to black men, the social construction of hegemonic masculinity, paternity and black paternity in Brazil were analyzed. The study identified that the long period of subjugation, dehumanization and animalization resulting from colonization/enslavement impact, even today, the form of how these men see themselves and exercise fatherhood. From this, it is concluded that being among their equals, sharing pain and knowledge about history and its consequences, which are transgenerational, would be an effective way to reduce colonial impacts.

**Keywords:** Psychosocial Impacts. Colonization. Masculinities. Paternity. Black Paternity.

**1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, três séculos de escravidão deixaram marcas profundas e duradouras. Cerca de 4,8 milhões de africanos foram trazidos em navios negreiros sob condições desumanas, perpetuando um regime de colonização violenta e opressora. As cicatrizes dessa história, baseadas na desumanização dos corpos negros, transcenderam gerações, afetando diretamente a vivência da paternidade negra.

Este trabalho busca explorar os impactos psicossociais da colonização sobre a paternidade negra, destacando como a opressão cultural e o patriarcado, centrados na figura do homem branco, moldaram as expectativas em torno da “paternidade ideal.” Ao longo da história, esses impactos têm sido negligenciados, resultando em uma invisibilização dos desafios enfrentados por homens negros no exercício da paternidade.

Dados contemporâneos reforçam como essas opressões coloniais impactam a vida desses homens na atualidade: de acordo com o Ministério da Saúde (2013), homens não brancos representam 61,6% dos casos de consumo excessivo de álcool. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) revela que 66,7% dos encarcerados em 2019 eram homens negros, e entre as vítimas de homicídio, 91,2% também eram negros. Essa realidade reflete o que Silvio Almeida (2019) aponta: "em um mundo em que a raça define a vida e a morte, ignorar o papel

da raça nas grandes questões contemporâneas revela um grave descaso com a ciência e com a solução das mazelas sociais" (2019, p.57).

O Primeiro Relatório sobre Paternidades Negras no Brasil (2021) afirma que "não podemos analisar as paternidades negras da mesma forma que as paternidades brancas." No entanto, ainda há uma significativa lacuna em pesquisas que considerem o viés racial tal. Este estudo visa preencher essa lacuna, trazendo à tona as implicações sociais e psicológicas dessa experiência e questionando como os efeitos da colonização influenciam a dinâmica familiar e o exercício da paternidade negra na contemporaneidade.

Como Faustino (2024) destaca, "diante do colonialismo, os povos colonizados não podiam compor a ‘orquestra da humanidade’ como sujeitos, mas apenas como instrumentos – objetos de trabalho forçado e apropriação de suas contribuições sociais." A colonização e a escravidão não apenas desestruturaram as famílias negras, mas também coisificaram homens e mulheres, negando-lhes o direito de vivenciar seus papéis de pais e filhos.

O objetivo desta pesquisa foi analisar como as opressões do período colonial moldaram a forma como o homem negro se enxerga enquanto homem e pai. Ao longo de quatro sessões, este estudo revisa a literatura científica e histórica sobre o tema, buscando valorizar as experiências paternas desses homens e destacar a importância da conscientização dos impactos psicossociais que ainda persistem. A principal contribuição é promover uma discussão crítica sobre as desigualdades históricas e os desafios enfrentados pelos pais negros, visando melhorar a saúde mental e o bem-estar dessas populações marginalizadas.

Visando promover de maneira eficaz e direcionada a saúde mental dos povos africanos, psicólogos afro-americanos desenvolveram, nos anos 60, a Psicologia Africana/Negra/Afrocentrada. Esse campo inovador busca construir teorias e práticas que honrem a subjetividade negra e valorizem a ancestralidade africana, reconhecendo as limitações da psicologia ocidental quando aplicada às experiências de vidas negras, sobre o enunciado Nobles complementa:

A psicologia dos africanos deriva de uma singular experiência histórica e é por ela determinada. O imperativo humano natural e instintivo dessa psicologia é adquirir o impulso revolucionário para atingir a libertação física, mental e espiritual. Portanto, o que obviamente se faz necessário é uma psicologia centrada em nossas essência e integridade africana, o que exige irmos além de desenvolver uma perspectiva negra, ou mesmo “afrocêntrica”, sobre a psicologia ocidental. Fundamental a essa tarefa é criar e criticar um corpo de ideias, teorias e práticas destinado a favorecer a compreensão, a explicação e, quando necessário, a cura do ser, do vir-a-ser e da

## Capítulo 05 – Os impactos psicossociais da colonização no exercício da paternidade negra

---

pertença africana em todas as expressões históricas e desdobramentos contemporâneos. Não se trata de um pensamento europeu revisado ou rearranjado; busca raízes profundas no pensamento africano. (NASCIMENTO; NOBLES, 2009)

Compartilhando da mesma visão, James Stewart (2007.p.3) reafirma que “os paradigmas ou modelos brancos que existem não correspondem às realidades da existência negra. É imperativo que construamos modelos com preceitos básicos diferentes”.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No início do século XVI, cerca de 12,5 milhões de africanos foram forçados a deixar seu continente rumo ao Ocidente. Durante a travessia, aproximadamente 1,8 milhão morreram devido às precárias condições dos navios negreiros, resultando em 10,7 milhões de pessoas desembarcadas. Marimba Ani (1994) e Maulana Karenga definem esses eventos como *maafa*, termo que Ani descreve como "grande tragédia e destruição além da compreensão humana", enquanto Karenga usa o conceito de "holocausto africano" devido ao elevado número de vidas perdidas. Nobles (2009) complementa: “a característica essencial do *maafa* é a negação da humanidade dos africanos, acompanhada pelo desprezo contínuo ao seu direito de existir.”

A construção do Brasil enquanto nação foi marcada pela colonização e escravização de africanos. Colonização é a imposição de poder de uma civilização sobre outra, enquanto escravização significa a subjugação e exploração de seres humanos. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Goés, entre 1780 e 1808, aproximadamente 9.224 africanos desembarcaram anualmente no Porto do Rio de Janeiro. Com o fim do comércio oficial de escravizados em 1830, as elites escravocratas intensificaram a compra de africanos, chegando a importar 37.200 homens entre 1826 e 1830, apesar da abolição oficial do tráfico em 1830. Essa prática, contudo, só foi interrompida em 1850. Segundo Aderivaldo Ramos de Santana (2020), até essa data, o Brasil havia recebido 4,8 milhões dos 5,3 milhões de africanos deportados para as Américas.

Os colonizadores, ávidos por força de trabalho, destinaram aos homens africanos o papel de escravos. No mercado de Valongo, três em cada quatro africanos comercializados eram homens, submetidos a um processo de desumanização. Eles eram transformados em "mercadorias", passíveis de serem comprados, vendidos e explorados. Deivison Faustino (2024.p.13) salienta que os povos colonizados não poderiam compor a orquestra da humanidade

como sujeitos, talvez, como instrumentos, via trabalho forçado e apropriação não reconhecida de suas contribuições.

Na visão ocidental, o ser humano é aquele que possui razão, e o homem branco cisgênero, heterossexual foi estabelecido como padrão de humanidade. Fanon (2022) traz a reflexão sobre essa questão quando diz: “o negro não é um homem... o negro é um homem negro”, e ser homem negro é ser destituído de humanidade, animalizados e desumanizados. Em um país antinegro, o sistema é meticulosamente estruturado para exterminar qualquer traço de humanidade nesses corpos, seja física, mental ou simbolicamente, e esse extermínio está estruturado no poder, como apresentado por Achille Mbembe (2018.p.123) quando diz:

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

## **2.1 Colonialismo**

É fundamental definir claramente o modelo de colonialismo ao qual nos referimos nesta análise. O colonialismo pode ser dividido em duas formas: colonialismo de povoamento e colonialismo de exploração. O primeiro diz respeito à invasão territorial com o objetivo de povoar e alavancar a economia local, enquanto o segundo visa explorar os recursos e ativos existentes no território para benefício individual. No caso do Brasil, a colonização seguiu o modelo exploratório, com uma dinâmica peculiar tanto na sua execução quanto na forma como essa história é contada.

Durante três séculos, entre tumbeiros e senzalas, milhares de africanos foram sequestrados de suas terras, escravizados e desumanizados. Clovis Moura (1992) ressalta essa brutal condição:

[...] a realidade, na sua essência, era uma só: o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito e, pelas ordenações do Reino, podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto, sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir a seu favor (MOURA, 1992, p.16).

Mesmo sob condições de extrema opressão, os africanos trouxeram consigo conhecimentos valiosos sobre agricultura, agroindústria e manejo de recursos naturais, habilidades que foram essenciais para a sustentação da economia no período colonial, em contrapartida eram empunhadas aos africanos jornadas de trabalho exaustivas, que podiam durar de catorze a dezesseis horas, sob supervisão rígida e brutal. Qualquer desobediência era

punida severamente com instrumentos de tortura, projetados especificamente para castigar esses corpos.

Essa relação de dominação era sustentada pela violência física e psicológica, mas também pelo apagamento cultural e histórico, promovendo um esvaziamento da identidade e da sensação de pertencimento dos povos africanos. Os colonizadores estabeleceram sua vontade, mantendo o controle sobre os colonizados através do medo e da opressão, numa dinâmica que visava não só a exploração dos corpos, mas também o controle das mentes.

## **2.2 Paternidade**

A paternidade, enquanto construção social, está profundamente entrelaçada com a masculinidade, tradicionalmente definida pelo papel de provedor, autoridade máxima e responsável pelo sustento e proteção da família. Dentro desse modelo, às mulheres cabiam os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas, isentando os homens do envolvimento direto nos cuidados paternos, onde muitas vezes eram vistos apenas como figuras disciplinadoras.

No entanto, o exercício dessa paternidade tradicional carrega consigo medos, incertezas e inseguranças que, por conta do modelo patriarcal, são frequentemente reprimidos. A expectativa de ser o "pai ideal" impede que os homens externalizem suas angústias, uma vez que isso os afastaria dessa imagem tradicional de masculinidade, pautada no controle, imposta pela sociedade.

A configuração desse papel tem evoluído ao longo do tempo, acompanhando as mudanças sociais com a presença mais ativa e afetuosa desses homens na criação dos filhos (as). O Relatório “Situação da Paternidade no Brasil (2016, p. 12) destaca que “muitos estudos e experimentos confirmam o impacto positivo da paternidade cuidadora na saúde e no desenvolvimento das crianças, na equidade de gênero, na redução da violência e do machismo, no bem-estar social do próprio homem e na qualidade de seus relacionamentos afetivos”.

O exercício de paternidade carrega uma simbologia repleta de regras sociais rígidas, muitas vezes inatingíveis. Embora avanços tenham sido feitos, muitos homens ainda enfrentam pressões culturais e sociais que foram transmitidas de geração em geração, e lutam para equilibrar a expectativa dual, de ser o provedor, com a de ser um pai ativamente presente e a crença de que homens têm um papel único a desempenhar como pais pode ser prejudicial

para o seu próprio envolvimento com seus filhos e filhas” (Situação da Paternidade no Brasil, 2016, p.113).

### **2.3 Paternidade negra**

A sociedade brasileira é estruturada por uma complexa divisão de papéis sociais, alicerçada nas hierarquias gênero, moldadas pela visão eurocêntrica que privilegia o homem branco, cisgênero e heterossexual. Dentro desse sistema, as imposições do período colonial e escravista impactaram profundamente o modo como os homens negros poderiam exercer sua paternidade. Ser pai, segundo os padrões dessa sociedade, significava prover sustento, ter autoridade e proteger a família — expectativas que eram, em sua maioria, inalcançáveis para os homens negros, devido às duras realidades da escravidão.

Desde o desembarque dos africanos no Brasil, até o fim do regime escravista, uma das estratégias primárias de controle e opressão foi a desestruturação sistemática das famílias negras. Essa estratégia se manifestava, entre outras formas, na separação forçada de pais, mães e filhos. Como explicam Florentino e Góes (2017), “Gutman acredita que a preferência pelo nome do pai, em detrimento do lado materno, nascia da situação instável dos homens escravos, que eram preferidos para compra e venda nos mercados, portanto, mais sujeitos à separação de suas famílias...”. Nesse contexto, a paternidade era constantemente negada, privando esses homens do direito de se reconhecerem formalmente como pais e exercerem esse papel.

Ainda assim, resistências emergiram. Um exemplo disso era o ato de dar o nome do pai ao filho, que, como destacam Florentino e Góes (2017), representava um gesto simbólico poderoso, pois, essa escolha reforçava o vínculo entre pai e filho, assegurando a continuidade de uma relação que, embora fragilizada pela escravidão, ainda buscava sobreviver, quando assim era possível.

A imposição do trabalho forçado, exaustivo e desumanizador, também negava aos homens negros a possibilidade de se firmarem como provedores ou protetores da família, papéis que a sociedade lhes exigia, mas não lhes permitia desempenhar. Sem autonomia econômica ou poder de decisão sobre suas próprias vidas, era impossível prover sustento ou proteção de maneira formal. Assim, o homem negro foi excluído do ideal eurocêntrico de paternidade, enquanto o imaginário social reforçava estereótipos degradantes.

## Capítulo 05 – Os impactos psicossociais da colonização no exercício da paternidade negra

---

Esses estereótipos de desumanização e subalternização, que retratavam o homem negro como violento, predador sexual e incapaz de demonstrar emoções, apenas legitimavam a marginalização e o tratamento brutal desses corpos. Como reflete Bell Hooks (2022), “homens negros batalhavam para combater os estereótipos machistas e racistas que os representavam como bestas, monstros, demônios. De fato, muitos dos estereótipos racistas e machistas dos séculos XVIII e XIX atribuídos aos homens negros são hoje considerados características de psicopatas. Um deles é a incapacidade de demonstrar respostas emocionais...”.

Esse cenário descrito por Hooks ecoa as reflexões de Achille Mbembe e Frantz Fanon, que exploram como a colonialidade e o racismo internalizaram a desumanização dos corpos negros, transformando-os em símbolos de ameaça e animalidade. Contudo, a resistência desses homens para reconfigurar sua paternidade e afirmar sua humanidade foi um ato contínuo de luta contra a violência simbólica e estrutural que tentava silenciá-los.

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, esse provérbio advindo e cultuado pelos povos yorubá, do continente africano, propõe que a educação e os cuidados de uma criança não devem ser centrada apenas em uma figura, essa responsabilidade é partilhada com a comunidade, nesse sentido, todos são corresponsáveis pela vida desse ser em desenvolvimento. Sobre os ensinamentos relacionados sobre a importância dos cuidados de uma criança e sua comunidade, Sobonfu Somé (2023) nos apresenta, a partir da cosmovisão de mundo dos povos Dagara, essa compreensão ao citar que:

Na África entende-se que as crianças detêm os saberes e dons que garantem a sobrevivência da aldeia e do povoado. Em essência, a criança reina nas aldeias. As crianças são abraçadas, celebradas e amparadas, pois sem elas haveria um vazio no coração de todas as pessoas da aldeia...” não podemos ter comunidade sem filhas e filhos, não podemos ter filhos e filhas sem comunidade e nem existiríamos sem Espírito. É um círculo completo, cada elemento completando o todo. (SOMÉ, 2023, p.16)

### 2.3.1 Impactos Psicossociais

Conforme Vigoya (2018, p. 50), "em uma sociedade colonial, o conceito de patriarcado é inadequado para explicar por que os homens negros nunca obtiveram os benefícios do patriarcado branco. Assim como as mulheres, o homem negro também é vítima de discriminação racial". Essa afirmação nos provoca a refletir sobre as nuances da opressão racial e de gênero, destacando que, embora o patriarcado se sustente em privilégios masculinos, esses

privilégios não se aplicam igualmente a homens negros. Na mesma linha, Almeida (2018.p. 8) define o racismo como um fenômeno de caráter sistêmico, no qual a subalternidade e o privilégio são distribuídos de forma desigual entre os diferentes grupos raciais. Ele argumenta que essas divisões se manifestam nas esferas política, econômica e social, criando barreiras estruturais que delimitam e segregam os espaços reservados para os negros, intensificando a desigualdade racial e espacial.

Esta seção tem como foco a análise dos aspectos psicológicos e sociais que influenciam o exercício da paternidade negra. Um dos marcos dessa reflexão é trazido por Nobles (2009.p.284), que utiliza a metáfora do "descarrilamento". Ele sugere que, assim como um trem que continua em movimento mesmo fora dos trilhos, seguiu seu caminho, assim foi a vida dos africanos no ocidente, embora tenha sido distorcida pela opressão, ainda segundo ele “a metáfora do descarrilamento é importante porque, quando isso ocorre, o trem continua em movimento fora dos trilhos; o descarrilamento cultural do povo africano é difícil de detectar porque a vida e a experiência continuam”, aponta Nobles. A metáfora captura a complexidade de como a identidade e a subjetividade dos homens negros são moldadas e alteradas por séculos de opressão racial, mas continuam, de alguma forma, a existir e a se transformar.

Desde a infância, a subjetividade negra é modelada por uma sociedade que confere à branquitude o lugar de referência do que é ser humano. Esse processo, segundo Nobles (2009, p. 288), gera uma condição psicológica debilitante e destrutiva, em que o desejo dos negros de se aproximar desse ideal branco se torna patológico. Essa alienação psicológica não é um fenômeno abstrato, mas algo concretamente sentido. Por exemplo, o "Primeiro Relatório sobre Paternidades Negras no Brasil" revela dados alarmantes, onde, homens negros jovens, de até 29 anos, têm 50% mais chance de cometer suicídio em comparação a outros grupos, para psicólogos afrocentrados esse alto índice de suicídio está diretamente relacionado à distorção da identidade africana causada pela supremacia branca, que afeta profundamente a autoestima dos homens negros.

Akbar (1981, p. 289) complementa essa análise ao descrever as distorções de personalidade que surgem em sociedades racistas. Ele identifica quatro principais desordens causados por essas distorções, a saber: "desordem do ego alienado", na qual o indivíduo age contra o próprio bem-estar e se aliena de si mesmo; "desordem do ser contra si", em que a hostilidade é dirigida aos seus semelhantes, resultando em auto ódio e violência intra-racial; e,

por fim, a "desordem de personalidade autodestrutiva", quando o indivíduo se compromete em comportamentos que o prejudicam diretamente.

Por fim, Abkar observa que há disfunções fisiológicas, neurológicas e bioquímicas provocadoras de desordens da personalidade que se devem a desigualdades raciais de longa data em diversos setores da vida. Esses conceitos ajudam a explicar como o racismo sistêmico afeta não apenas as estruturas sociais, mas também a saúde mental e a dinâmica interna dos homens negros.

As consequências dessas desordens são evidentes nos dados governamentais. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), em 2019, os negros representavam 66,7% da população carcerária. Além disso, homens não brancos (pretos, pardos e indígenas) são o grupo que mais consome bebidas alcoólicas de forma excessiva (61,6%). Dados da "Política Nacional de Saúde Integral da População Negra" (2017) revelam que homens negros também apresentam as maiores taxas de mortalidade para os três grandes grupos de doenças identificados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No campo econômico, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020) mostra que, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, a taxa de desocupação entre homens negros passou de 11,8% para 14,0%, destacando as dificuldades econômicas enfrentadas por esse grupo. Esses dados revelam um quadro alarmante que impacta diretamente a estrutura familiar e o papel do homem negro como pai.

Fanon (2020, p. 169), em conformidade com as ideias de Nobles e Akbar, argumenta que a degradação comportamental e subjetiva dos negros na diáspora está diretamente ligada à convivência com o homem branco e à tentativa contínua de se aproximar dele. Fanon afirma que "quando os negros se aproximam do mundo branco, ocorre uma ação sensibilizadora. Se a estrutura psíquica é frágil, assistimos ao colapso do ego. O negro deixa de se comportar como um indivíduo racional. O alvo de sua ação será um Outro (na forma do branco), pois só um Outro é capaz de estimá-lo". Esse processo de alienação e busca de reconhecimento externo reflete a fragilidade da autoestima construída em um contexto de opressão.:

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com foco em compreender os impactos psicossociais da colonização na paternidade negra. O principal método de investigação utilizado foi a revisão bibliográfica, permitindo uma análise a partir de obras acadêmicas relevantes, como livros, artigos científicos e outras fontes documentais. O caráter explicativo da pesquisa visa aprofundar o entendimento sobre como o legado colonial continua a moldar as experiências de paternidade negra. A investigação discute as dinâmicas históricas e contemporâneas que influenciam a construção desse papel e seu exercício, considerando tanto as heranças da colonização quanto os desafios atuais enfrentados por homens negros no Brasil.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao explorar o tema, percebemos que a paternidade negra ainda é pouco abordada nos meios em que se discute questões étnico raciais, resultando em uma quantidade baixa de pesquisas científicas nessa área, deixando uma importante lacuna a ser preenchida. Henrique Restier destaca que a memória da paternidade entre homens negros é muito recente no Brasil, já que, apesar das inúmeras dificuldades sociais, essa paternidade só começou a ser exercida, de fato, após a Abolição da Escravatura (Ramos, 2021, p.52).

Nesse cenário, os quilombos exerceram um papel fundamental de resistência e continuidade dos africanos nesse país. Define-se quilombo, de acordo com o rei de Portugal (1740) “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, com parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.

Apesar de toda a resistência para existir, o quadro a seguir mostra um panorama das consequências do colonialismo na vida de homens negros, e como tais impactam o exercício da paternidade.

Quadro I: Aspectos e resultados dos impactos psicossociais da colonização no exercício da paternidade negra

| ASPECTOS                     | RESULTADOS                                                                                                                                                                                            |
|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DESIGUALDADES SOCIAIS        | Pobreza, desemprego e subempregos impedem que homens negros sustentem adequadamente sua família                                                                                                       |
| RACISMO CULTURAL             | Impacta a maneira como esses homens se enxergam enquanto homem, interferindo no exercício da sua paternidade                                                                                          |
| AUSÊNCIA PATERNA             | Fatores como encarceramento em massa, violência policial, homicídios, são alguns elementos responsáveis por essa ausência.                                                                            |
| SAÚDE MENTAL DOS PAIS NEGROS | A constante subjugação dos corpos negros os torna susceptíveis ao consumo exagerado de bebidas alcoólicas, baixa autoestima, suicídio no campo das desordens psíquicas com resultados autodestrutivos |

Elaborado pelos autores

## Capítulo 05 – Os impactos psicossociais da colonização no exercício da paternidade negra

---

Como mostra o quadro I, as desigualdades sociais é um dos fatores impeditivos de sustento adequado à família, pois marcadores sociais como pobreza, desemprego e subempregos têm o homem negro como número um nas estatísticas. Sendo assim, serão necessárias horas triplicadas de trabalho para que tenham uma vida minimamente digna. Ser o provedor familiar é uma das características do patriarcado como definição de pai.

No âmbito dos impactos sociais, além das desigualdades, racismo cultural/estrutural, que alicerça toda essa dinâmica social, impactará como esses homens se enxergam, quando não conseguem alimentar sua prole, respingando em sua forma de exercer a paternidade. As ausências paternas estão diretamente ligadas ao encarceramento em massa, violência policial, homicídios, aspectos que impactam o estar presente, o acompanhar o desenvolvimento da criança e tudo isso faz parte do projeto colonial para extermínio do homem negro.

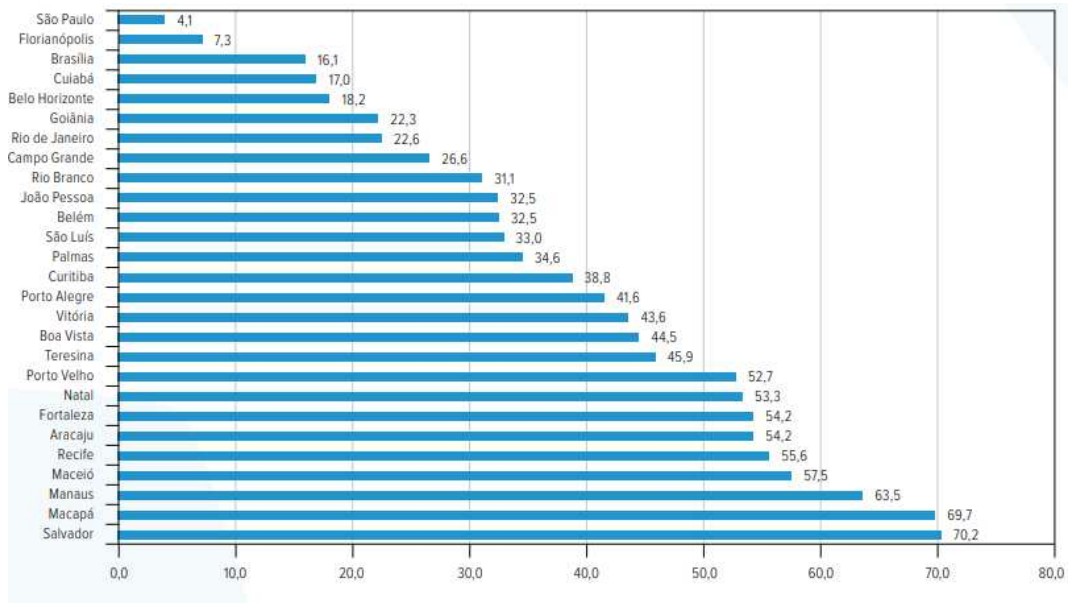
Os aspectos mentais, também sofreram impactos decorrente dessa época, pois a exposição a longos períodos de subjugação, desumanização e animalização deixou como consequência baixa autoestima, bebida em excesso, baixa autoestima, suicídio, por exemplo, é uma das “defesas” autodestrutivas que eles apresentam. Sendo assim, as experiências de homens negros e brancos não podem ser equiparadas, uma vez que ambos partem de referenciais sociais distintos, o cotidiano do primeiro é marcado por desafios singulares que merecem ser compreendidos em sua especificidade.

Para tornar palpável o enunciado acima, o Atlas da Violência (2024), lançado em dezembro de 2023 pelo Ipea, juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que a população negra é a mais afetada pela violência letal no Brasil, ilustrando a constante tensão e insegurança vivida por essa comunidade. O medo diário da morte é evidente no relato de um jovem pai, quando diz: 'O meu maior medo é não ver meu filho crescer, pois sou um homem preto e moro na favela'.

O gráfico I, mostra a taxa de homicídios registrados de negros por 100 mil habitantes nas capitais brasileiras, de acordo com o Atlas da Violência (2024). Nesse ranking, Salvador, a cidade mais negra fora do continente Africano, lidera em homicídios de negros, um percentual de 70,2% de assassinatos, seguido por Macapá, 69,7% e Manaus, 63,5%. Esses dados refletem a incansável luta do negro para sobreviver, e manter-se vivo, buscar alimento para sua sobrevivência e da sua prole, torna o existir desse homem a representação do que é viver

diuturnamente em estado de alerta. A realidade vivida pelos negros no Brasil é definida por Mbembe (2006) como necropolítica, e Karenga, Holocausto Africano.

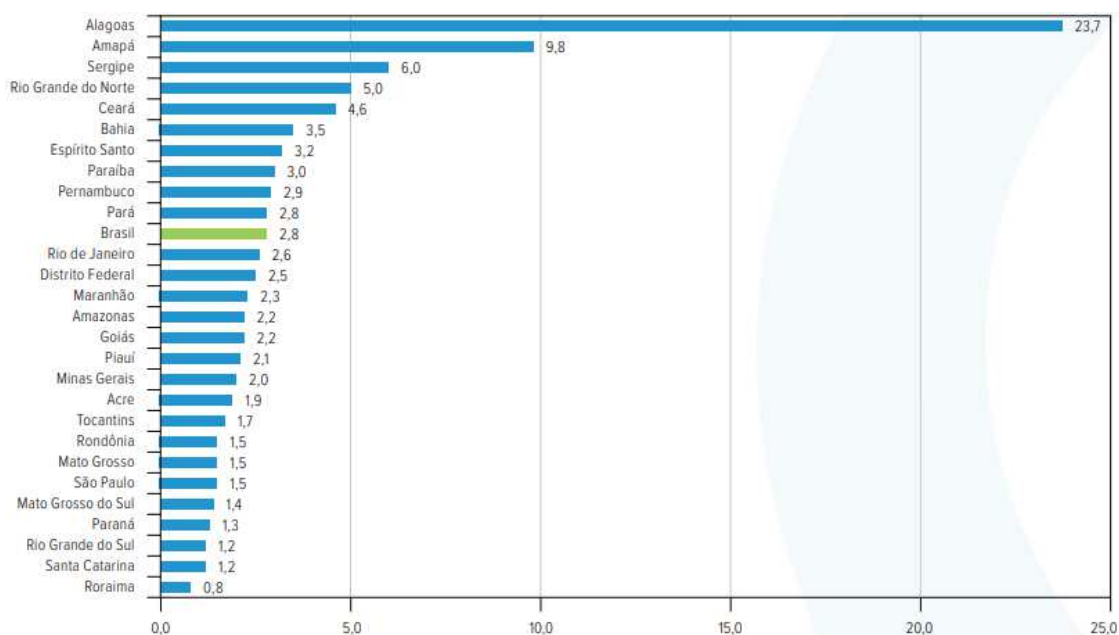
**Gráfico I:** Taxa de homicídios registrados de negros por 100 mil habitantes por município (2022)



Fonte: IBGE, 2022

O Atlas da Violência (2024), representado no gráfico II, traz informações referentes ao risco relativo de homicídios, ou seja, mostra a probabilidade de negros e não negros serem assassinados, e a depender de onde estiver, essa probabilidade aumenta. O referido gráfico ilustra essa realidade, tendo respectivamente o estado de Alagoas com um percentual de 23,7% de probabilidade de um negro ser executado ao sair de casa, seguido por Amapá 9,8% e Sergipe, 6,0%. No Brasil uma pessoa negra é assassinada a cada 12 minutos, de acordo com o referido Atlas entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022 o Estado Brasileiro dizimou 445.442 corpos negros, representando uma percentagem três vezes maior do que qualquer outra raça e reafirmando que o ponto de partida de negros nessa diáspora jamais se igualará a de pessoas não negras.

Gráfico II: Brasil: Risco relativo de homicídios de negros e não negros por unidade federativa (2022)



SIM - Sistema de informação sobre Mortalidade

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências disponíveis são suficientes para percebermos o quanto é fundamental colocar o tema 'Os impactos psicossociais da colonização no exercício da paternidade negra' em pauta a partir da cosmovisão africana do mundo. Nesse sentido, é crucial e urgente que tenhamos formações voltadas para a aprendizagem da Psicologia Afrocêntrica/Psicologia Africana, pois, constatou-se que ideologias eurocêntricas não darão conta da complexidade e diferenciação entre esses dois berços civilizatório, ocidental e africano.

A baixa produção científica de estudos, aqui no Brasil, direcionada à temática supracitada acima, sobre homens negros, já nos mostra o quão há de desvalorização dessas vidas, e quando se busca estudos, também voltado ao referido tema, alicerçado na etnologia e epistemologia africana, o resultado é quase nulo, reforçando a continuidade opressora dessa sociedade, atingindo diversos setores sociais.

Enquanto instituições da área da saúde mental, é urgente que o modelo de ensino seja revisto e as grades curriculares sejam modificadas com o intuito de que novas perspectivas e produções de conhecimento sejam efetivadas. Enquanto profissionais da área, é fundamental

que tenhamos e busquemos conhecimentos técnicos específicos para atender um povo com especificidades de vida e história.

No entanto, nessa conjuntura, enquanto ações imediatas e eficazes, tendo como modelo os quilombos e terreiros de candomblé, espaços de resistência e reexistência, propomos o aquilombamento - a criação de espaços seguros e acolhedores onde pessoas negras possam se reunir. Esses grupos, formados por homens negros, serviriam como espaços de compartilhamento de experiências, dores e conquistas, e, em comunidade, desenvolver estratégias para enfrentar os desafios da paternidade. Os quilombos, símbolos históricos de resistência, garantiram a sobrevivência do povo negro e continuam sendo um modelo inspirador de união e força.

Compreender as nuances do colonialismo e seu modelo patriarcal eurocêntrico é fundamental para resgatar a identidade, fortalecer a subjetividade e elevar a autoestima desses homens a partir do legado do modelo civilizatório africano. O presente estudo busca fomentar o debate sobre o papel dos homens negros na sociedade, os impactos da colonização sobre o exercício da paternidade e as implicações existentes nesse processo. Por fim, é necessário reconhecer que a colonização deixou marcas profundas, evidenciando a urgência de um olhar mais atento para as questões que envolvem seus impactos transgeracionais.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus ancestrais por guiar-me nesta obra, a minha família, que é a base de todo o meu esforço e dedicação, aos amigos que me orientaram nessa construção e aos professores por me conduzir magnificamente no mundo acadêmico.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BELL, H. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Editora UBU, 2020.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. 2 ed. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, A. **Necropolítica. Arte e Ensaios** Revista UFRJ. Nº 32, 2016.
- MOURA, C. **História do Negro Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- MOURA, C. **Quilombo: resistência ao escravismo**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.
- NASCIMENTO, E.L. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- RESTIER, H. *et al.* **Sobre Homens Negros e Masculinidade**. 2 ed. São Paulo - Porto Alegre: Hucitec Editora. 2024.
- SOMÉ, S. **Acolhendo o espírito: fundamentos ancestrais africanos na celebração dos recém-nascidos e da comunidade**. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2023. 1 ed. 181p.
- VIVEIROS, V. M. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J.R. **A paz das senzalas**. São Paulo: Unesp, 2017.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea, 2024.
- INSTITUTO PROMUNDO. **Primeiro relatório sobre as paternidades negras no Brasil**. Brasília: Instituto Promundo, 2021.
- PROMUNDO-BRASIL. **A Situação da Paternidade no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Promundo, 2016.

## **BIOGRAFIA DOS AUTORES**

### **EVANILDA LIMA DO CARMO CARVALHO**

Psicóloga formada pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2024.2). Formação em Psicologia Obstétrica/Perinatal pelo Instituto Cuidando de Mamães (CDM). Realizou o Curso de Aperfeiçoamento em Psicologia Perinatal, módulo “Pré Natal Psicológico” pela Faculdade Bahiana de Medicina. Realizou o Curso “Atenção Psicológica na Perinatalidade” pelo Instituto MaterOnline. Realizou estágio clínico com foco na Terapia Cognitivo Comportamental, atuando na clínica escola da Faculdade Santíssimo Sacramento entre 2023/2024.

### **JORGE UBIRATAN DE ALMEIDA SILVA JÚNIOR**

Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA - FACOM - Faculdade de Comunicação da UFBA / IHAC Instituto de Humanidades, Artes e Ciências), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (FACIBA), Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Graduando em Pedagogia (Centro Universitário Internacional), Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Gestão de Pessoas e Saúde Mental da Faculdade Santíssimo Sacramento, Professor de Antropologia, Metodologia, Humanidades e Cidadania, Ética e Cidadania e Sociologia da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), nos cursos de Direito, Enfermagem, Administração e Psicologia. Autor do livro: Baianidade - Entre as Vozes em Coro e o Silêncio

### **JEANE DENISE DE SOUZA MENEZES**

Possui graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Ciências com Habilitação em Biologia ambas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Realizou pós-doutoramento na Universidade Federal da Bahia (CAPES/UFBA). Atualmente sou professora do Curso de Graduação em Engenharia de Produção da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Possuo experiências nas áreas: Meio Ambiente e Sustentabilidade, atuando principalmente nas temáticas: Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Aproveitamento de Resíduos, Biocombustíveis e Produção de biodiesel.

### **O CANSAÇO DOS INCANSÁVEIS: burnout em profissionais de saúde na pandemia da Covid-19**

### **THE EXHAUSTION OF THE TIRELESS: burnout in healthcare professionals during the Covid-19 pandemic**

DOI:10.5281/zenodo.16938150

**Filipe Macêdo de Souza<sup>1</sup>**

E-mail: psicologofilipemacedo@gmail.com

#### **RESUMO**

A Síndrome de Burnout é caracterizada por estresse crônico relacionado ao trabalho, especialmente em contextos de alta demanda e responsabilidade. Este artigo tem como objetivo revisar estudos sobre o Burnout em profissionais de saúde, como enfermeiros, médicos e psicólogos, que atuaram na linha de frente durante a pandemia de Covid-19. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, baseada em revisão bibliográfica dos últimos cinco anos, com dados coletados nas bases Scielo e Google Acadêmico. Sobrecarga, jornadas extensas, falta de equipamentos e infraestrutura precária foram fatores determinantes para o agravamento da saúde mental desses trabalhadores.

**Palavras-chave:** Síndrome de Burnout. Profissionais de Saúde. Covid-19.

#### **ABSTRACT**

Burnout Syndrome is characterized by chronic work-related stress, especially in contexts of high demand and responsibility. This article aims to review studies on Burnout among healthcare professionals — such as nurses, physicians, and psychologists — who worked on the front lines during the Covid-19 pandemic. This is a quantitative study based on a bibliographic review of publications from the last five years, with data collected from the SciELO and Google Scholar databases. Work overload, long shifts, lack of equipment, and inadequate infrastructure were determining factors in the deterioration of these professionals' mental health.

**Keywords:** Burnout Syndrome. Healthcare Professionals. Covid-19.

## **1 INTRODUÇÃO**

No mundo contemporâneo, o trabalho ocupa um lugar central na construção da identidade, autonomia e autorrealização do homem. No entanto, esse mesmo espaço que confere dignidade e propósito ao ser humano também pode se tornar fonte de exaustão e adoecimento. Em um cenário marcado por cobranças excessivas, estresse e jornadas intensas,

---

<sup>1</sup> Psicólogo Clínico. Graduado em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento

crecem os relatos de sofrimento psíquico ligado ao ambiente laboral. Entre as síndromes mais recorrentes nesse contexto podemos destacar o Burnout, uma condição marcada por esgotamento emocional, desconexão e diminuição do desempenho no trabalho.

De acordo com Domingos (2021), o Burnout está relacionado com profissionais que interagem excessivamente com pessoas no ambiente de trabalho, por exemplo, trabalhadores da educação e saúde. Manifesta-se em três dimensões: exaustão emocional, característica central, despersonalização, sendo um distanciamento do objeto de trabalho e por último, a redução da realização profissional, no qual ocorrem dúvidas sobre a própria competência profissional e a autodesvalorização.

Dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), coletados em 2023, apontam o Brasil como o segundo país com maior incidência de casos identificados de Burnout, sendo que 30% dos trabalhadores brasileiros são afetados pela síndrome (COREN-SP, 2025). Diante desse aumento de casos, a Organização Mundial de Saúde passou a considerá-la como doença ocupacional, ou seja, uma doença decorrente do exercício profissional, que causa alterações no cenário da saúde do trabalhador.

Ademais, a pandemia da Covid-19 também provocou modificações nas rotinas dos profissionais de saúde, sendo um fator agravante para a formação da síndrome de Burnout, especialmente entre aqueles que atuaram na linha de frente. A luta contra o novo coronavírus impôs a esses trabalhadores uma intensa sobrecarga física e emocional, lidando com jornadas exaustivas, ambientes limitados, carência de equipamentos, informações e certezas, além da constante ameaça de contágio e do risco de transmissão para colegas e familiares.

De acordo com Horta (2021), durante a pandemia da COVID-19, os trabalhadores da área da saúde estiveram particularmente expostos aos impactos psicossociais provocados pela crise sanitária. Diversos elementos contribuíram para o aumento do estresse e do sofrimento psicológico nesse período, como a própria natureza do vírus, a escassez de exames diagnósticos, o crescente número de internações em UTIs, a ausência de tratamentos eficazes, a piora clínica de pacientes em estado grave, além da escassez de equipamentos e de materiais médicos essenciais.

Considerando esse contexto, formulou-se a seguinte questão orientadora: De que forma a pandemia de COVID-19 influenciou o surgimento e a intensificação do Burnout entre profissionais de saúde?

Assim, a presente pesquisa propõe-se investigar a Síndrome de Burnout em trabalhadores da saúde no contexto da pandemia de Covid-19, descrevendo os impactos do transtorno em suas vidas. Através da Psicoterapia, busca-se oferecer a esses profissionais

estratégias e habilidades de enfrentamento baseadas em evidências, capazes de auxiliá-los de forma significativa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A covid-19 e seus impactos psicossociais**

De acordo com Lana (2020, p. 1) O SARS-CoV-2, vírus de RNA responsável pela COVID-19, foi identificado pela primeira vez na China, em dezembro de 2019. No mês seguinte, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a situação como uma crise sanitária em escala mundial. A partir disso, diversas medidas foram adotadas mundialmente, como quarentenas, distanciamento social e restrições de circulação, visando conter a propagação do vírus.

Quando infectado pelo vírus, o indivíduo apresenta os seguintes sintomas: febre, tosse seca, cansaço, dor de cabeça e/ou garganta, perda do olfato e paladar, dores musculares, dentre outros. Entretanto, existem situações em que o paciente é assintomático, ou seja, não exibe sintomas da doença. Através da infecção, a transmissão pode ocorrer por meio de gotículas respiratórias e pelo contato. Segundo Rocha (2021, p.75), A COVID-19 é caracterizada por um período de incubação de aproximadamente quinze dias, após o qual começam a surgir os primeiros sinais e sintomas. Esses podem se assemelhar aos de um resfriado ou gripe, ou, em casos mais graves, evoluir para um quadro de comprometimento respiratório agudo.

Além dos impactos diretos na saúde física, a pandemia de COVID-19 desencadeou uma série de efeitos psicossociais profundos e duradouros. A crise sanitária afetou exacerbadamente a saúde mental da população, intensificando quadros de ansiedade, depressão, estresse e outras formas de sofrimento psíquico, as relações interpessoais também foram abaladas e quadros de lutos coletivos passaram a ser vivenciados. Além disso, do ponto de vista econômico e educacional, a pandemia escancarou desigualdades e dificuldades enfrentadas por grupos mais vulneráveis.

De acordo com pesquisas realizadas por Brandão (2024, p. 1117), a pandemia da COVID-19 evidenciou fragilidades tanto na gestão quanto na oferta de serviços de saúde, afetando de forma mais intensa os países em desenvolvimento e as populações em situação de risco social, dificultando o acesso aos serviços de saúde. Como resultado, observou-se um número expressivo de mortes, evidenciando que o risco de adoecimento e mortalidade por

COVID-19 esteve fortemente associado às condições socioeconômicas e à precariedade dos serviços públicos em determinadas regiões.

No Brasil, dados do Ministério da Saúde revelam que a pandemia resultou em cerca de 39 milhões de casos confirmados e mais de 715 mil mortes. Entre as regiões brasileiras, o Sudeste concentrou o maior número de casos (BRASIL, 2025). Ainda que a pandemia da Covid-19 tenha se atenuado, as consequências desses períodos resistem e deixam rastros impactantes na vida da população, especialmente com os profissionais de saúde, que desenvolveram transtornos e síndromes, como o Burnout.

## **2.2 A Síndrome de Burnout: Causas e Consequências**

O termo “Burnout” pode ser traduzido como “esgotamento” e refere-se a um estado de estresse crônico, que ocasiona fadiga corporal, emocional e psíquica em contextos profissionais. Foi descrito inicialmente pelo psicólogo estadunidense Herbert Freudenberger na década de 70, ao observar trabalhadores da área de saúde apresentarem sintomas de cansaço extremo e desmotivação, alterando seu humor, atitude, motivação e personalidade.

Em relação às causas, Rodrigues (2022, p. 2) explica em seus estudos, que a Síndrome de Burnout é ocasionada pela sobrecarga de trabalho, expressa por jornadas longas, acúmulos de tarefas e escassez em intervalos de descanso e recuperação física e mental. Além disso, a falta de autonomia, ambiente tóxico e exigência emocional elevada contribuem expressivamente para o surgimento da síndrome.

As repercussões do Burnout são amplas e multidimensionais, entre elas podemos destacar o plano físico, manifestando-se por meio da fadiga crônica, dos distúrbios de sono, problemas internistas e redução da imunidade. No âmbito psicológico, os efeitos são severos, com o surgimento de transtornos de ansiedade e depressão, irritabilidade e déficits de atenção, sentimentos de fracasso, culpa e inutilidade, comprometendo seu trabalho e suas relações sociais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o burnout como um fenômeno ocupacional e não uma condição médica, tendo três dimensões principais: sensação de exaustão extrema, distanciamento mental do trabalho e redução da eficácia profissional. Rocha (2021, p. 77) apresenta que a síndrome de Burnout acomete mais de 33 milhões de brasileiros, estando constantemente presente entre os trabalhadores que atuam com grandes responsabilidades na área da saúde, como médicos, psicólogos e enfermeiros.

### **2.3 A Síndrome de Burnout entre trabalhadores da saúde na pandemia de COVID-19**

Diante do cenário da pandemia de Covid-19, observou-se uma acentuada vulnerabilidade dos profissionais de saúde à eclosão da Síndrome de Burnout. Segundo Borges (2021, p.3), fatores como a sobrecarga de trabalho, o estresse contínuo, o esgotamento físico e o comprometimento das interações sociais foram intensificados durante a crise sanitária, agravando o sofrimento psicológico desses trabalhadores. Essa situação foi potencializada pela necessidade de jornadas excessivas e pela elevada demanda de cuidados a pacientes gravemente enfermos, fatores que, somados à escassez de recursos, contribuíram significativamente para o aumento dos níveis de esgotamento profissional.

Nesse contexto, os efeitos emocionais e sociais da pandemia extrapolaram a esfera da saúde mental, atingindo também dimensões sociais, emocionais e culturais vivenciados pelos profissionais da saúde. Tornaram-se prevalentes quadros de sofrimento psíquico, associados à exposição prolongada a ambientes de alto risco e ao medo constante de contaminação e transmissão do vírus para familiares. Assim, a pandemia não apenas elevou os índices de Burnout, como também evidenciou o crescimento da implementação e ampliação de políticas públicas de saúde mental e a melhoria das condições de trabalho (BRANDÃO, 2024, p.1111) .

Além disso, Dantas (2021, p. 3) reforça que a precariedade dos Equipamentos de Proteção Individual e a ausência de protocolos claros contribuíram para o agravamento da saúde mental desses trabalhadores. Muitos profissionais relataram medo frequente de infecção, isolamento social compulsório e um intenso sentimento de impotência frente à elevada mortalidade dos pacientes. Embora a resiliência tenha sido apontada como uma estratégia de enfrentamento relevante, isoladamente mostrou-se insuficiente para conter os efeitos das adversidades persistentes, reforçando a necessidade de intervenções estruturadas de apoio psicológico e proteção à saúde mental desses trabalhadores.

## **3 METODOLOGIA**

Este estudo, de caráter qualitativo e abordagem bibliográfica, teve como objetivo analisar a possível relação entre a pandemia da Covid-19 e o desencadeamento da Síndrome de Burnout em profissionais de saúde.

Foram realizadas pesquisas voltadas à temática da Síndrome de Burnout em trabalhadores da saúde durante a pandemia da Covid-19. Para a coleta de dados, utilizou-se a

base de dados Google Acadêmico, selecionando a opção "Pesquisa avançada" e utilizando o critério "Em qualquer lugar do artigo". Na base de dados SciELO, optou-se pela ferramenta "Pesquisa de artigos" no campo "Assunto". Ao todo, foram encontrados aproximadamente 3.800 resultados.

A partir dessa primeira busca, realizou-se uma filtragem direta e específica por meio da leitura dos resumos, selecionando as produções que continham os termos "burnout" e "covid-19" ou que apresentavam relação direta com a temática da pesquisa, considerando o intervalo de 2019 a 2024. Após esse processo, das 3.800 publicações encontradas, foram selecionados 12 artigos. Em seguida, a partir da leitura detalhada dos resumos dessas produções, foram escolhidos aqueles que abordavam especificamente a Síndrome de Burnout em profissionais de saúde no decorrer da pandemia de Covid-19, resultando na seleção final de 10 artigos, sendo 3 provenientes da base SciELO e 7 do Google Acadêmico, que compuseram este estudo.

Com base na leitura dos resumos, elaborou-se um banco de dados contendo as principais informações extraídas. Inicialmente, foram verificados os seguintes itens: título, primeiro autor, especificação e ano de publicação. As publicações analisadas abordaram a Síndrome de Burnout no contexto da Covid-19, com foco específico nos profissionais de saúde como público-alvo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da análise dos estudos revisados, foi possível identificar que diversos fatores influenciaram o desenvolvimento do Burnout entre trabalhadores da saúde em meio a pandemia da Covid-19. Esses fatores incluem:

### **4.1 Sobrecarga e Longas Jornadas de Trabalho**

O aumento excessivo da carga horária e o trabalho contínuo, sem pausas adequadas, foram fatores que corroboraram ao surgimento de estresse, burnout e outros transtornos mentais em profissionais da área da saúde durante a pandemia.

Em todas as pesquisas relatadas, a sobrecarga e as longas jornadas de trabalho são predominantes e descritas pelos diversos autores. Estudos como o de Aragão (2020), Vieira (2021) e Soares (2022) mostram que turnos prolongados e a intensidade das demandas afetaram

gravemente a saúde mental dos trabalhadores, expondo-os a níveis elevados de estresse psicológico.

#### **4.2 Falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Infraestrutura Inadequada**

A escassez de equipamentos de proteção e as condições inadequadas de trabalho foram destacados em diversos estudos como fatores cruciais que potencializaram o medo de infecção e agravaram o estresse psicológico dos trabalhadores da saúde ao longo da pandemia da Covid-19.

Vieira (2021) evidenciaram que a falta ou inadequação dos equipamentos de proteção individual, somada à incoerência e complexidade dos protocolos de segurança, figurou entre os principais fatores para o aumento da Síndrome de Burnout. De maneira semelhante, Borges et al. (2021) identificaram que a escassez de EPIs aumentou significativamente o medo de contaminação e o nível de estresse entre os trabalhadores da linha de frente.

Corroborando essas evidências, Soares *et al.* (2022) apontaram que a falta de equipamentos de proteção e a debilidade das condições de trabalho impactaram diretamente a saúde mental dos profissionais, elevando a incidência de Burnout. De Barba *et al.* (2021), ao analisar 44 artigos, observaram que 12% dos estudos revisados associaram explicitamente a falta de EPIs ao aumento dos níveis de estresse e ao comprometimento emocional dos trabalhadores.

#### **4.3 Isolamento social e distanciamento familiar**

De acordo com De Barba *et al.* (2021), muitos trabalhadores evitaram o contato direto com seus familiares, o que resultou em sentimentos profundos de solidão e contribuiu para o estresse psicológico prolongado. Ainda segundo eles, cerca de 12% dos estudos revisados indicaram o isolamento social e o medo de transmitir a doença como determinantes do sofrimento emocional vivenciado.

De forma semelhante, Dantas (2021) apontou que o afastamento das famílias, aliado ao medo constante de ser vetor de transmissão do vírus, gerou impactos emocionais significativos, aumentando os níveis de estresse, tristeza e sintomas de depressão entre os trabalhadores da saúde. Esse distanciamento obrigatório, além de fragilizar os vínculos afetivos, tornou o

ambiente de trabalho ainda mais desgastante, pois os profissionais lidaram simultaneamente com a pressão assistencial e com a carência emocional.

Complementando essas análises, Rodrigues (2022) observou que o isolamento dos profissionais de seus familiares teve como consequência o surgimento de sentimentos de solidão, medo e o agravamento do estresse. Tal contexto favoreceu o aparecimento de quadros de estresse, depressão e ansiedade, demonstrando a relevância dos fatores emocionais na saúde mental dos trabalhadores na linha de frente.

#### **4.4 Impacto emocional direto: Ansiedade, depressão, estresse e insônia**

O impacto emocional direto da pandemia nos profissionais de saúde, foi amplamente relatado pelos autores, salientando a manifestação de transtornos psíquicos. De Barba *et al.* (2021) reforçam que as equipes da linha de frente, especialmente aqueles que atuavam diretamente no combate à Covid-19, apresentaram altos níveis de ansiedade, depressão, trauma secundário e esgotamento. Observou-se também que a ansiedade prolongada se tornou um cerne para o desencadeamento de transtornos mentais graves, ampliando os riscos de doenças crônicas.

De acordo com Dantas (2021), houve taxas elevadas de ansiedade, depressão e insônia entre vários profissionais, entre eles, médicos e enfermeiros. O estresse emocional associado à dificuldade para dormir, a falta de energia e a exaustão mental foram fatores recorrentes.

Vieira, Gomes e Matos (2021) destacam que o grupo mais vulnerável a esses transtornos foram os profissionais mais jovens e mulheres, que apresentaram maior prevalência de sofrimento psicológico em comparação aos grupos mais experientes. Rodrigues (2022), que também apontam transtornos emocionais como ansiedade, estresse e insônia como sintomas prevalentes durante a pandemia, afetando significativamente o desempenho profissional e a qualidade de vida.

#### **4.5 Apoio Psicológico estruturado**

A necessidade de apoio psicológico estruturado foi unanimemente defendida entre os autores analisados. De Barba *et al.* (2021) defenderam que os profissionais da saúde deveriam ter acesso ao apoio psicológico no ambiente de trabalho, como medida para enfrentar o estresse prolongado e fortalecer a resiliência psicológica.

Rodrigues (2022) reforçaram que o suporte psicológico estruturado é essencial para melhorar o bem-estar dos trabalhadores da saúde e reduzir o impacto do Burnout, recomendando acompanhamento psicológico contínuo. Borges *et al.* (2021) também mencionaram que a promoção de espaços de convivência, descanso e suporte emocional é uma estratégia importante para minimizar o estresse e o esgotamento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 revelou de maneira contundente a vulnerabilidade dos profissionais de saúde à Síndrome de Burnout, evidenciada por múltiplos fatores que afetaram diretamente sua saúde mental e emocional. A sobrecarga de trabalho, a precariedade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e das condições de trabalho, o isolamento social e familiar, bem como o impacto emocional direto manifestado por ansiedade, depressão, estresse e insônia, foram fatores amplamente citados nas pesquisas analisadas.

Observou-se ainda que profissionais mais jovens e do sexo feminino apresentaram maior propensão a esses transtornos, reforçando a necessidade de ações específicas de suporte. A implementação de programas estruturados de apoio psicológico foi unanimemente defendida pelos autores como estratégia fundamental para mitigar os efeitos da Síndrome de Burnout e promover a saúde mental dos trabalhadores da saúde.

Portanto, é imprescindível que as instituições de saúde invistam em políticas públicas efetivas de apoio psicossocial, reestruturem as condições laborais e garantam suporte contínuo aos profissionais da área da saúde, a fim de promover não apenas sua proteção física, mas também sua preservação emocional e psicológica em situações de crise.

## REFERÊNCIAS

- BARBA, M. L. de. et al. Síndrome de Burnout na Covid-19: os impactos na saúde dos trabalhadores da saúde. **Brazilian Journal of Development**. v. 7, n. 7, ,p. 72347–72363, 2021.
- BORGES, F. E. de S. et al. Fatores de risco para a Síndrome de Burnout em profissionais da Saúde durante a pandemia de Covid-19. **Revista Enfermagem Atual**, v. 95, n.33, 2021.
- BRANDÃO, P; TEIXEIRA, R.E. Impactos psicossociais em profissionais de saúde na pandemia da COVID-10: Revisão Integrativa. **REVISA**, v. 13, p. 1110-1122, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília: Ministério da Saúde, [2020–]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO (COREN-SP). Burnout: síndrome passa a integrar lista de doenças ocupacionais pela OMS. 2025. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/noticias/burnout-sindrome-passa-a-integrar-lista-de-doencas-ocupacionais-pela-oms/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

DANTAS, E. S. O. Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. **Interface (Botucatu)**, p. 1-9, 2021.

DOMINGOS, N. A. P. et al. **Psicologia Hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

HORTA, R. L. et al. O estresse e a saúde mental de profissionais da linha de frente da COVID-19 em hospital geral. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. v. 70, p. 30-38, 2021.

LANA, R. M. et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Caderno de Saúde Pública**, p 1-5, 2020.

MAIA, J. M. et al. O impacto da Síndrome Burnout entre profissionais de saúde no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v.13, p. 1-8, 2021.

ROCHA, A. J. S; NASCIMENTO, F. L. Psicologia: Análise Bibliográfica da Síndrome de Burnout no Contexto da Pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**. Boa vista, v.7, n. 21, p. 72-85,.

RODRIGUES, I. F; PEREIRA, M. de P. Síndrome de Burnout em profissionais da área da saúde: uma revisão. **Revista de Educação, Ciência e Saúde**. p. 1-9, 2022.

SOARES, J. P. et al. Fatores associados ao burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19: revisão integrativa. **Revista Saúde Debate**. Rio de Janeiro. v. 46, p. 385-398, 2022.

VIEIRA, L. C; GOMES, I. C; MATOS, F. R. Síndrome de Burnout e Covid-19: Revisão Integrativa sobre Profissionais de Saúde. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 13, n. 2, p. 142-158, 2021.

## BIOGRAFIA DO AUTOR

### FILIPPE MACÊDO DE SOUZA

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2022). Especialista em Terapia Cognitiva: Clínica Aplicada pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2023). Pós-Graduando em Psicologia Hospitalar (2024) pelo Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste. Atualmente trabalha na Equipe eMulti na Atenção Primária à Saúde do Município de Cipó-BA.

# MAPEAMENTO DA REDE DE CUIDADOS À PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM ALAGOINHAS-BA

## MAPPING OF THE CARE NETWORK FOR PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN ALAGOINHAS-BA

DOI: 10.5281/zenodo.16938343

**Julia Barbosa dos Santos<sup>1</sup>**

juliasantos12120039@soumaissantissimo.com.br

**Itamar de Almeida Carneiro<sup>2</sup>**

docente.itamarcarneiro@fsssacramento.br

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar, por meio de levantamento de dados, a eficácia e os desafios da assistência prestada a pessoas com TEA em Alagoins-Ba oferecida pelo SUS, clínicas particulares e conveniadas. Para o alcance dos objetivos foi realizado levantamento de dados públicos utilizando como referência o cadastro disponibilizado pela Secretaria de Saúde de Alagoins (SESAU), obtido mediante solicitação formal por carta institucional. O mapeamento identificou 12 instituições, sendo 9 privadas e 3 públicas e ausência de CAPS infantil. O atendimento multiprofissional predomina, com destaque para abordagens como ABA, TEA e Neuropsicologia e o desembolso direto médio foi de R\$ 193,89. O estudo revela desafios, como a insuficiência de serviços e profissionais no SUS, desigualdades no acesso e falta de integração entre instituições, evidenciando a necessidade de políticas públicas baseadas em evidências para melhorar o cuidado. Além disso, reforça a importância de iniciativas que promovam o acesso universal aos serviços de saúde para pessoas com TEA e leve em consideração as especificidades e a necessidade de acompanhamento individualizado.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista. Intervenção Multidisciplinar. Serviço Público Essencial.

### ABSTRACT

The general objective of this study is to analyze, through data collection, the effectiveness and challenges of care provided to people with TEA in Alagoins-Ba, offered by the SUS, private clinics and affiliated clinics. To achieve the objectives, a survey of public data was carried out using as reference the registry made available by the Alagoins Health Department (SESAU), obtained through formal request by institutional letter. The mapping identified 12 institutions, 9 private and 3 public, and no children's CAPS. Multidisciplinary care predominates, with emphasis on approaches such as ABA, TEA and Neuropsychology, and the average direct

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Docente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento, Psicólogo Sanitarista | Doutorando em Saúde Coletiva | Pesquisador no GENSEX – Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/CNPq) e PPGSC no Instituto René Rachou – IRR.

disbursement was R\$ 193.89. The study reveals challenges, such as the lack of services and professionals in the SUS, inequalities in access and lack of integration between institutions, highlighting the need for evidence-based public policies to improve care. In addition, it reinforces the importance of initiatives that promote universal access to health services for people with TEA and take into account the specificities and the need for individualized monitoring.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder. Multidisciplinary Intervention. Essential Public Service.

## 1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento complexa que afeta a comunicação, interação social e comportamento, sendo diagnosticado cada vez mais cedo em crianças. A prevalência dessa condição ainda não é um consenso, mas a partir do Censo Demográfico de 2022, o questionamento foi feito pela primeira vez por força da Lei 13.861/2019 poderá apresentar um panorama oficial estimando 1 caso para cada 110 pessoas, seguindo padrões internacionais do CDC (*Center of Diseases Control and Prevention*).

De acordo com essa estimativa, o Brasil com mais 200 milhões de habitantes pode chegar ao número de cerca de 2 milhões de autistas e o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental no diagnóstico, oferta de assistência e suporte às famílias que lidam com o TEA infantil.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), diante da necessidade de abordagem precoce dos sinais e sintomas, bem como do tratamento adequado, torna-se essencial a atuação de uma equipe multidisciplinar, de modo a garantir uma intervenção eficaz e inclusiva para as crianças diagnosticadas.

É fundamental destacar que o TEA infantil demanda uma abordagem multidisciplinar para maximizar os resultados do tratamento e desenvolvimento das crianças atípicas. Nesse sentido, uma avaliação multidisciplinar permitirá uma compreensão mais abrangente, mas aponta muitos desafios para os sistemas de saúde, assistência social e educação, considerando os diversos campos de saber interprofissional e interdisciplinar no SUS que visem apoiar a criança com TEA, como por exemplo, a psicologia, educação especial, medicina, terapia ocupacional e fonoaudiologia e fisioterapia e serviço social que ressaltam a importância de uma abordagem holística para enfrentar os desafios complexos relacionados ao TEA e ultrapassa o saber de uma única disciplina ou especialidade.

De acordo com o Ministério da Saúde (2023), o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios práticos, como a falta de profissionais especializados em TEA, escassez de acessibilidade física e de transporte adequado, especialmente em áreas rurais ou periféricas, e infraestrutura insuficiente para atender às necessidades específicas de crianças com TEA.

Além disso, a delimitação da pesquisa ao contexto brasileiro é crucial para identificar os desafios específicos enfrentados pelo SUS na oferta de apoio ao TEA infantil dentro do sistema de saúde do país. Compreender esses desafios é essencial para informar políticas públicas mais eficazes, direcionadas à melhoria do atendimento e da qualidade de vida das crianças com TEA e suas famílias. Dessa forma, esse artigo pretende refletir sobre o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e inclusivas de intervenção e suporte ao TEA infantil por parte do SUS, visando o bem-estar e a inclusão de crianças atípicas e discute sobre a disponibilidade de serviços especializados para atendimento através de mapeamento no município de Alagoinhas-Ba.

Apesar da relevância desse tema, o Brasil não possui uma rede estruturada para realizar esse tipo de atendimento, sendo os 282 Centros de Atenção Psicossocial infantil (CAPS iJ) espalhados pelo país e que não estão em todas as cidades como é o caso de Alagoinhas, além dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), que são pontos de atenção ambulatorial especializada em reabilitação, mas que não possuem equipes especializadas em atendimento de crianças atípicas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O Transtorno do Espectro Autista, Desafios e a Assistência no Contexto Brasileiro**

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 70 milhões de pessoas são autistas no mundo. O TEA é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico e se manifesta por meio de uma variedade de características. Entre elas estão a dificuldade na comunicação e interação social, atraso no desenvolvimento motor, sensibilidade sensorial intensa e comportamentos repetitivos ou ritualísticos (DSM, 2014).

No entanto, a palavra "espectro" no Transtorno do Espectro Autista (TEA) sugere uma ampla gama de características possíveis, isso significa que cada indivíduo pode exibir comportamentos únicos que podem variar em intensidade e combinação, sendo algumas mais

proeminentes que outras, e algumas podem ser exclusivas de um indivíduo específico. O TEA é geralmente identificado na infância e costuma continuar ao longo da adolescência e na idade adulta. De acordo com o Instituto NeuroSaber (2019), os sinais do TEA podem ser observados já nos primeiros cinco anos de vida através de consultas e acompanhamento do desenvolvimento infantil em unidades de saúde.

No sistema público de saúde, a caderneta de saúde da criança pode ser uma ferramenta fundamental para analisar e orientar os marcos do desenvolvimento esperados para cada idade da infância, além de contar com instrumento de rastreio para TEA, que deve ser aplicado muito criteriosamente por um profissional habilitado a partir dos 16 meses de vida.

Esse instrumento, como é o caso da escala M-CHAT-R (*Modified Checklist for Autism in Toddlers*) é possível identificar sinais para TEA, como o baixo interesse por outras pessoas ou o hiperfoco, contudo, ele não deve ser a única metodologia para avaliar para que o profissional não incorra em erros ou confundir com atrasos ligados a falta de estimulação por parte dos familiares ou cuidadores.

Na sociedade brasileira, indivíduos que trabalham na área da saúde, educação, bem como pais e familiares, desempenham um papel fundamental na luta pelos direitos básicos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) através de uma legislação específica. A Lei nº 12.764, assegura direitos fundamentais como o direito à vida digna, integridade física e moral, livre desenvolvimento da personalidade, segurança, lazer e proteção contra abusos e exploração (Brasil, 2012).

Diante desse cenário, é possível compreender que os déficits que surgem juntamente com o autismo são capazes de causar problemas em algumas áreas ao longo da vida, como no aspecto acadêmico, pessoal e/ou profissional, assim atingindo até o aspecto social, o que acaba sugerindo um apoio multidisciplinar. Pois, segundo o DSM-5, o TEA possui três níveis de gravidade ou suporte para as necessidades do dia a dia, são eles: leve (requer apoio), moderado (requer apoio substancial) e severo (requer suporte extremo e integral).

No Brasil, o Ministério da Saúde disponibiliza diversas opções terapêuticas nos pontos de atenção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, os quais estão integrados ao sistema público de saúde. Esses pontos oferecem tratamentos personalizados de reabilitação e habilitação, incluindo acompanhamento médico e odontológico, além de intervenções abrangendo áreas como linguagem, comportamento, saúde emocional e atividades de vida diária. Ademais, são oferecidos espaços de escuta, apoio e orientação aos pais e cuidadores, inclusive com a possibilidade de receberem cuidados terapêuticos específicos, considerando o

elevado nível de estresse enfrentado por eles. No entanto, observa-se uma insatisfação por parte das famílias atendidas com essa assistência, o que ressalta a necessidade urgente de melhorias no acesso e na qualidade desses serviços (Brasil, 2013).

No entanto, as iniciativas governamentais relacionadas ao cuidado de pessoas autistas atrasaram a sua ocupação nos pontos de pauta da agenda pública brasileira. Somente com o debate acerca da política de saúde mental para crianças e adolescentes é que o SUS começa a destinar recursos financeiros e orientação técnica em meio a disputas hegemônicas e financeiras atravessadas pelo cenário mercadológico do autismo que permeiam diferentes setores econômicos do campo privado.

## **2.2 Evolução histórica e compreensão contemporânea do TEA**

A compreensão do autismo evoluiu significativamente desde sua identificação inicial até a visão contemporânea, reconhecendo a ampla variedade de manifestações individuais. Inicialmente, o termo "autismo" foi introduzido pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1910 para descrever a tendência de pacientes esquizofrênicos de se isolarem em um mundo próprio (Orrú, 2019).

Posteriormente, na década de 1940, Leo Kanner e Hans Asperger aprofundaram os estudos sobre o autismo, identificando características específicas que diferenciam o transtorno de outras condições psiquiátricas. Ao longo das décadas, a definição de autismo expandiu-se para abranger um espectro mais amplo de características e intensidades, o que, em alguns casos, levou a confusões diagnósticas com outros transtornos do desenvolvimento (Tamanaha *et al*, 2008)

Sobre a assistência prestada, durante a maior parte do século XX, as crianças com autismo estavam predominantemente fora do escopo dos cuidados de saúde, sendo muitas vezes negligenciadas ou mal compreendidas pela sociedade e pelos sistemas de saúde. Nesse século, as crianças com autismo eram principalmente cuidadas pela rede filantrópica, como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e a Sociedade Pestalozzi, que ofereciam suporte e serviços especializados. Além disso, a educação e assistência social desempenhavam um papel crucial, fornecendo recursos e programas adaptados às necessidades das crianças com autismo. As próprias associações de familiares muitas vezes ofereciam serviços específicos

para atender às demandas dessa população, criando redes de apoio e compartilhando experiências (Castanha, 2016).

Quando há falta de conhecimento sobre o autismo, é comum que surjam interpretações equivocadas sobre o comportamento das pessoas autistas, entende-se, portanto, que o termo "autismo" tem suas raízes na palavra grega "autos", que se traduz como "próprio", segundo Eugen Bleuler (1857-1939). Assim, o autismo, em sua essência, denota viver voltado para si mesmo, concentrado em si próprio.

De acordo com o DSM-5, os critérios diagnósticos para o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) incluem: 1. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, manifestados por pelo menos dois dos seguintes aspectos: a. Déficits na reciprocidade social emocional; b. Déficits na comunicação não verbal; c. Dificuldades em desenvolver e manter relacionamentos apropriados para o seu nível de desenvolvimento. 2. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestados por pelo menos dois dos seguintes aspectos: a. Estereotípias motoras ou verbais; b. Insistência em manter a mesmice; c. Interesses fixos e altamente restritos; d. Hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial em relação a estímulos sensoriais. (DSM,2014).

Estes sintomas devem estar presentes desde a infância e causar prejuízo significativo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida da pessoa. Além disso, outras condições médicas e de desenvolvimento devem ser descartadas para se fazer o diagnóstico de TEA.

A compreensão da fisiopatologia do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é complexa e envolve múltiplos fatores. Em muitos pacientes, não é possível identificar uma causa específica para o transtorno, apesar de investigações médicas detalhadas. Estudos indicam que diversos genes podem estar envolvidos no desenvolvimento das características comportamentais e cognitivas associadas ao TEA. Portanto, embora seja plausível que fatores genéticos, epigenéticos e ambientais desempenhem um papel na expressão do quadro clínico do TEA, sua etiologia permanece inconclusiva (Zanolla *et al*, 2015).

### **2.3 TEA, legislação no Brasil e militância**

No Brasil, os conhecimentos relacionados ao autismo têm acontecido de maneira gradativa. Em 1983 foi fundada a primeira associação brasileira direcionada ao atendimento das pessoas com autismo, essa associação foi chamada de Associação de Amigos do Autista

(AMA) e era composta por familiares de pessoas com autismo, ela surgiu para que fossem reivindicados os direitos e o acesso à educação e saúde que refletiam em escassez na época, então eles encontraram essa maneira para demonstrar a sua insatisfação com os serviços prestados. Essa associação acabou abrindo espaço para criação de muitas outras instituições na época, sendo ela a pioneira na temática do autismo no país (Associação de Amigos do Autista, 2024).

Concomitantemente, aconteceu o movimento da reforma psiquiátrica, houve uma demanda por mudanças no tratamento oferecido às pessoas com transtornos mentais. O propósito era transcender o modelo assistencial discriminatório e institucionalizado predominante naquela época, visando proporcionar cuidados em liberdade, restaurar a dignidade e assegurar a cidadania desses indivíduos (Amarante, 1994).

Segundo Couto e Delgado (2015), a incorporação da saúde mental infanto-juvenil nas políticas públicas do país foi realizada de maneira tardia, como já foi mencionado. Essa demora desempenhou um papel significativo na compreensão dos desafios atuais relacionados ao cuidado, acesso e tratamento de pessoas com autismo dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2015, foi promulgada a Lei nº 12.764 conhecida como Lei Berenice Piana, que tem como objetivo instituir a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Ela define como parte de suas diretrizes o impulso para a inclusão desse grupo no mercado profissional, juntamente com a responsabilidade estatal de garantir diagnósticos precoces e terapias apropriadas para a classe.

## **2.4 Desafios e melhorias na assistência do SUS às crianças com TEA**

O cuidado em saúde para pessoas com deficiência foi concebido como uma estratégia para melhorar e aprimorar o percurso dessa população dentro do sistema de saúde pública. A Portaria nº 793/2012 do Ministério da Saúde integra o cuidado das pessoas com deficiência, englobando deficiências de caráter transitório, evolutivo, duradouro, esporádico ou constante (Brasil, 2012).

A Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência constituirá uma oferta importante de atenção à saúde das pessoas com TEA, uma vez que, frequentemente, estão presentes alterações cognitivas, de linguagem e de sociabilidade, que afetam diretamente - com maior ou menor intensidade - grande parte das pessoas com TEA, limitando capacidades funcionais no cuidado de si e nas interações sociais, o que demanda cuidados específicos e singulares de habilitação e reabilitação (Brasil, 2013, p. 115-116).

Detectar precocemente viabiliza uma reabilitação mais efetiva para esses indivíduos, já que possibilita intervenções mais direcionadas e centradas em estimular as habilidades sociais, de comunicação e intelectuais. Em contrapartida, existem queixas frequentes realizadas por parte dos cuidadores sobre o aspecto da postergação diagnóstica, muitas vezes essa postergação acontece por falta de preparo dos profissionais de saúde, o diagnóstico é adiado por anos, acarretando em maior morbidade e prejudicando a plasticidade neuronal, assim dificultando a capacidade do sistema nervoso em sofrer algumas adaptações e modificações ao ter contato com as experiências do tratamento precoce, o que é fundamental nos primeiros anos de vida do indivíduo, pois são críticos para o desenvolvimento positivo do autista (Ministério da Saúde, 2018).

Essa falha no processo de diagnóstico pode causar uma desestabilização da família em relação à nova realidade, confusão comportamental e consequentemente algumas frustrações. Sem dúvida, a dificuldade de diagnóstico e a escassez de profissionais capacitados são fatores que representam obstáculos significativos para o tratamento e o progresso dessas crianças. Vários fatores contribuem para essa falta de especialistas e serviços especializados nesta área, segundo Jendrieck (2014). Essa problemática acaba demonstrando a crescente necessidade de profissionais qualificados para trabalhar com esse público e a redução da grande rotatividade, o que por sua vez acaba dificultando o tratamento e fragilizando o vínculo já criado entre profissional - paciente - família.

A rede de saúde pública tem apresentado problemas quanto ao matriciamento, pois é notória a falta de parcerias mais sistemáticas dentro da própria rede, o que dificulta a construção de estratégias para cuidado e inclusão, assim como o número insuficiente de profissionais, diretrizes reguladoras para capacitar profissionais na área da atenção psicossocial, fazendo com que exista a escassez de dados sólidos sobre abordagens específicas para o cuidado de indivíduos no Espectro Autista (Silva *et al*, 2021).

O matriciamento tem como objetivo fazer com que o indivíduo seja assistido e acompanhado por uma equipe multidisciplinar, em um processo de construção compartilhada nesta reabilitação (Campos 2016). No entanto, sua implementação em larga escala é limitada pela dificuldade dos profissionais em alcançar todo um município e as cidades circunvizinhas, resultando em longos períodos de espera e assistência superficial. Isso é mais comum entre profissionais de nível secundário, ou seja, ambulatoriais.

Segundo Gastão Wagner de Souza Campos (2016), o matriciamento é uma estratégia fundamental para promover a articulação entre os diversos níveis de atenção à saúde,

especialmente entre a atenção primária e os serviços especializados. Ele destaca que essa abordagem permite a integração do trabalho de diferentes profissionais de saúde, organizando-os de maneira colaborativa e interprofissional, o que facilita a resolução de questões complexas de saúde. Além disso, Campos observa que, apesar das vantagens do matriciamento, sua implementação é desafiadora, pois depende de uma forte rede de apoio e de políticas públicas que garantam recursos, formação adequada e uma coordenação eficaz entre os serviços. (Campos,2016).

Diante do cenário analisado, a principal dificuldade reside em integrar esses usuários ao SUS. Além disso, nas escassas unidades de atendimento especializado, é importante destacar como elas podem ser insuficientes para atender adequadamente às necessidades das pessoas com TEA, por lidar com equipes diminutas, enfrentarem desafios na infraestrutura devido à extensa e diversificada demanda dos usuários, escassez de profissionais capacitados com especialização em TEA, além da ausência de uma avaliação sistemática e regular do processo de terapia/tratamento dos casos e ter equipes com diferentes abordagens teóricas, o que pode afetar a aplicação consistente do princípio da equidade para esses pacientes (Santiago, 2024).

Por fim, apesar da força e resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS) em cumprir seus compromissos e valores para os usuários com TEA, ainda falta prioridade e maiores investimento adequado nesta área. Assegurar um acesso equitativo, cuidado abrangente e qualidade nos serviços ainda permanece como uma meta distante para muitas famílias de crianças com TEA.

É amplamente reconhecido que o acompanhamento de crianças com autismo precisa ser ampliado e aprimorado, especialmente nas unidades de atenção primária e especializada. Para isso, é essencial investir em capacitação profissional, em pesquisa, além de garantir a infraestrutura e os recursos necessários para proporcionar um atendimento de qualidade. A comunicação entre os diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, deve ser fortalecida, a fim de promover uma abordagem integrada que atenda às complexas necessidades dessas crianças e suas famílias. Apenas com políticas públicas eficazes e esforços colaborativos será possível garantir um acompanhamento inclusivo e adequado para essa população vulnerável (Ministério da Saúde, 2014).

Portanto, também se propõe a conduzir uma pesquisa no campo da neuropsicologia sobre as oportunidades de avaliação e desenvolvimento de um plano de reabilitação para pessoas com autismo. Isso inclui explorar maneiras de facilitar o acesso à população menos privilegiada, tanto na rede pública quanto no particular e na rede conveniada.

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, embasada em uma revisão narrativa de literatura, com o objetivo de descrever e discutir o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e por conseguinte a realização de mapeamento de instituições de saúde — públicas, conveniadas e particulares — que prestam atendimento às pessoas diagnosticadas com TEA no município de Alagoinhas na Bahia.

Para a identificação das instituições existentes, utilizou-se como referência o cadastro disponibilizado pela Secretaria de Saúde de Alagoinhas (SESAU), obtido mediante solicitação formal por carta institucional explicitando os objetivos e relevância do levantamento dos dados. Paralelamente, foram realizados contatos telefônicos com as instituições listadas, com o intuito de coletar informações específicas sobre o público atendido, a composição das equipes de psicólogos, a formação complementar ou especialização dos profissionais, a modalidade de atendimento oferecida (particular, SUS ou convênio) e os valores cobrados por consulta, quando aplicável.

Os dados obtidos foram organizados e tabulados para possibilitar uma análise criteriosa das características dos serviços disponíveis. A tabulação incluiu variáveis como: público atendido (crianças, adolescentes e/ou adultos), quantidade de psicólogos em atuação, abordagem terapêutica utilizada (como ABA, TCC, Denver, entre outras), tipo de atendimento oferecido e custo médio das consultas. Esses dados foram sistematicamente comparados para identificar padrões, lacunas e desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços, especialmente no que diz respeito às diferenças entre as instituições públicas e privadas mediante atendimento particular (desembolso direto) e através de convênios na Rede de Saúde Suplementar.

Para a revisão narrativa de literatura, utilizou-se uma busca conduzida em bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) coordenada e promovida pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS) descritores relacionados ao TEA e aos desafios do Sistema Único de Saúde no Brasil. A busca foi delimitada a publicações entre os anos de 2015 e 2024, permitindo uma análise atualizada e relevante para o contexto do estudo. Os textos selecionados contribuíram para compreender as políticas públicas vigentes, os modelos de intervenção terapêutica mais utilizados e os desafios enfrentados no atendimento a essa população.

A integração entre os dados coletados no campo e as informações extraídas da literatura

científica proporcionou uma base sólida para a análise e discussão. Essa abordagem metodológica permitiu não apenas mapear a produção científica sobre o tema, mas possibilitou refletir sobre a rede de cuidados às pessoas com autismo e pensar estratégias para acessar as instituições de saúde que atendem pessoas com TEA no município de Alagoinhas, mas também foi possível identificar barreiras de acesso, desigualdades e oportunidades para o aprimoramento dos serviços oferecidos, sobretudo no âmbito do Sistema Único de Saúde. A análise dos dados culminou na elaboração de recomendações para o fortalecimento das políticas públicas e para a promoção de um atendimento mais equitativo e eficiente.

A pesquisa atende a Resolução Nº 510/2016 do Sistema CEP/CONEP que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução, não sendo registradas nem avaliada pelo sistema, pois utiliza informações de acesso público, nos termos da Lei nº12.527/2011 e considera informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, entretanto, para melhor discussão dos dados, os nomes fantasias foram substituídos por nomes de cores na tabela dos resultados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os dados do mapeamento realizado na cidade de Alagoinhas-BA destacam importantes aspectos sobre os serviços voltados ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Apesar da diversidade observada entre as instituições analisadas, identificam-se lacunas significativas que refletem limitações nas políticas públicas locais para essa população.

Quadro 1 - Descrição das unidades que oferecem atendimento a pessoas com TEA na cidade de Alagoinhas-BA

| Clínicas          | Público atendido                 | Quantidade de psicólogos | Formação complementar ou especialização                                                           | Valor médio da consulta                    | Tipo de atendimento        |
|-------------------|----------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------|
| Vermelho          | Crianças, adolescentes e adultos | 8                        | TEA, ABA, TCC, Gestalt e Psicodrama                                                               | R\$200,00                                  | Particular e convênio      |
| Azul              | Crianças e adolescentes          | 6                        | ABA, Denver, Jasper, Neuropsicologia                                                              | R\$155,00                                  | Particular e convênio      |
| Amarelo           | Crianças e adolescentes          | 10                       | ABA, TEA, TDAH, TCC                                                                               | R\$340,00                                  | Particular e convênio      |
| Verde             | Crianças, adolescentes e adultos | 17                       | Não soube informar                                                                                | R\$150,00                                  | Particular e convênio      |
| Laranja           | Crianças e adolescentes          | 7                        | TEA, ABA, Denver, Prompt, Psicomotricidade                                                        | R\$180,00                                  | Particular e convênio      |
| Roxa              | Crianças, adolescentes e adultos | 2 infantis e 5 adultos   | Não soube informar                                                                                | Infantil - R\$140,00<br>Adulto - R\$150,00 | Particular e convênio      |
| Rosa              | Crianças                         | 10                       | Não soube informar                                                                                | R\$180,00                                  | Particular e convênio      |
| Marrom            | Crianças                         | 2                        | Não soube informar                                                                                | SUS                                        | SUS                        |
| Cinza             | Crianças e adolescentes          | 3                        | TCC, Neuropsicologia, Terapia Sistêmica                                                           | SUS                                        | SUS                        |
| Bege              | Crianças e adolescentes          | 1                        | Não soube informar                                                                                | R\$170,00                                  | Particular e convênio      |
| Branco            | Crianças e adolescentes          | 4                        | TEA, ABA, Psicomotricidade, Neuropsicologia, TDAH                                                 | R\$250,00                                  | Particular e convênio      |
| Violeta           | Crianças e adolescentes          | 2                        | TEA, Neuropsicologia                                                                              | SUS                                        | SUS                        |
| <b>Total : 12</b> | Crianças, adolescentes e adultos | 77                       | TEA, ABA, Neuropsicologia, Denver, Jasper, Terapia Sistêmica, Prompt, TDAH, TCC, Psicomotricidade | R\$193,89                                  | Particular, convênio e SUS |

Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

A análise do quadro 1 revela uma assimetria significativa na oferta de atendimento às pessoas com TEA na cidade de Alagoinhas. As clínicas particulares se destacam pela maior oferta de profissionais especializados, enquanto as unidades do SUS apresentam uma quantidade muito reduzida de profissionais, refletindo uma grave carência de recursos humanos. Essa diferença é ainda mais alarmante quando consideramos que o valor médio das consultas em clínicas particulares é de R\$ 193,89, o que torna o acesso a esse atendimento inviável para muitas famílias que dependem exclusivamente do SUS.

O estudo revelou que 69% das instituições atendem majoritariamente crianças e adolescentes, enquanto os serviços voltados exclusivamente para adultos são inexistentes. Essa realidade evidencia uma negligência em relação às demandas dessa faixa etária, corroborando discussões presentes na literatura que apontam a ausência de estratégias públicas para atender jovens e adultos com TEA, sobretudo nas áreas de saúde, trabalho e assistência social. A falta de iniciativas municipais direcionadas ao planejamento e execução de políticas inclusivas para esses grupos limita severamente as possibilidades de desenvolvimento e autonomia dessas pessoas.

No que diz respeito à formação profissional, embora algumas clínicas apresentem qualificações especializadas, como ABA (*Applied Behavior Analysis*), Denver e Prompt, cinco das instituições não informaram a formação complementar de suas equipes. Essa lacuna de informação reflete uma ausência de monitoramento e regulamentação municipal quanto à

qualificação mínima necessária para o atendimento de pessoas com TEA. A falta de fiscalização e de incentivos para a capacitação profissional compromete a qualidade do serviço oferecido, gerando insegurança sobre a efetividade das abordagens utilizadas.

O custo das consultas também apresenta uma barreira significativa ao acesso. Em serviços particulares ou por convênios, o valor médio varia de R\$135,00 a R\$340,00, tornando o tratamento inacessível para a maioria das famílias que podem depender apenas de benefício de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família. Foi possível verificar que apenas três das instituições analisadas oferecem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que evidencia a insuficiência das políticas públicas de saúde em garantir atendimento universal e equitativo para pessoas com TEA no município. Esse cenário contraria os princípios básicos do SUS e reforça a desigualdade no acesso a serviços essenciais demonstrando um abismo assistencial, entretanto, esse dado também pode acender um alerta importante acerca na mercantilização do autismo em crescimento na cidade de Alagoinhas, tendo em vista que a montagem de clínicas especializadas pode representar uma clientela-mercado-mercadoria.

Embora o trabalho multiprofissional seja amplamente reconhecido como o modelo ideal para atender pessoas com TEA, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde (2015), a ausência de padronização nas metodologias e a falta de avaliação sistemática dos atendimentos indicam um problema estrutural nos serviços locais. A carência de critérios claros e objetivos para a atuação das instituições compromete a uniformidade do cuidado e dificulta a implementação de estratégias baseadas em evidências científicas.

Portanto, as políticas públicas no município de Alagoinhas-BA mostram-se frágeis e insuficientes para o atendimento a pessoa com TEA. É imprescindível que o poder público municipal invista na ampliação e qualificação dos serviços oferecidos, garantindo maior cobertura pelo SUS, incentivos à formação continuada de profissionais e a criação de programas específicos para jovens e adultos com TEA. Além disso é necessário que os órgãos de controle social e a sociedade civil fortaleça os espaços de participação de conferência para cobrar melhoria na cobertura, fiscalização dos serviços e maiores investimentos. Apenas por meio de um planejamento estratégico robusto e inclusivo será possível superar as barreiras identificadas e promover assistência integral e acessível a essa população.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de mapeamento entre clínicas particulares, conveniadas e o Sistema Único de Saúde (SUS) evidencia uma disparidade na quantidade e na qualificação dos profissionais, especialmente devido à dificuldade do SUS em atrair e reter especialistas. Tal situação é agravada pela baixa remuneração e pelas condições de trabalho inadequadas, que resultam em menor capacidade de atendimento, longas filas e sobrecarga dos profissionais. Esses fatores comprometem a eficiência no cuidado à saúde e, particularmente, no acompanhamento de pessoas com TEA.

A escassez de profissionais, especialmente na área de saúde mental, limita o acesso aos serviços públicos e acentua a desigualdade, uma vez que aqueles que podem pagar por clínicas particulares recebem suporte de maneira mais rápida e com maior qualidade. Para casos que demandam acompanhamento prolongado, como o de crianças com TEA, os atrasos no diagnóstico e no início do tratamento têm impacto direto no prognóstico, reduzindo as chances de progressos significativos e potencializando os desafios ao longo da vida.

O mapeamento também evidenciou uma lacuna estrutural no município: a ausência de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) infantil. Esse déficit indica a necessidade urgente de uma política pública local que contemple a ampliação da rede de atenção psicossocial para atender as demandas específicas dessa população. Além disso, é fundamental a criação de estratégias que promovam a formação continuada e a valorização dos profissionais, bem como a ampliação do financiamento e da infraestrutura do SUS para que ele possa garantir um cuidado integral, equitativo e de qualidade.

Outro ponto crítico identificado foi a ausência de um planejamento integrado entre as instituições públicas e privadas, que poderia otimizar o uso dos recursos e potencializar o impacto das intervenções realizadas. Políticas públicas voltadas para o estabelecimento de parcerias com o setor privado e a promoção de atendimentos multiprofissionais baseados em evidências científicas poderiam mitigar as desigualdades identificadas.

Por fim, o estudo reforça a importância de iniciativas que promovam o acesso universal aos serviços de saúde para pessoas com TEA, considerando suas especificidades e a necessidade de acompanhamento individualizado. A implementação de políticas públicas que priorizem ações inclusivas, como a criação de centros especializados, a descentralização dos serviços e o fortalecimento das redes de apoio, é essencial para garantir direitos fundamentais, melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA e de suas famílias e reduzir as desigualdades no acesso

aos cuidados de saúde no município de Alagoinhas-BA.

### AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, cuja orientação e força foram fundamentais ao longo deste percurso. Agradeço também à minha família, pelo apoio constante, que me motivou a seguir em frente. Um agradecimento especial ao meu orientador, Itamar Carneiro, por sua orientação valiosa e incentivo durante todo o processo de pesquisa. Por fim, sou grata à Faculdade Santíssimo Sacramento pelo conhecimento adquirido ao longo da minha formação.

### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Amanda Ramos *et al.* Impactos da Pandemia no Desenvolvimento da Criança com TEA: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0131>. Acesso em: 3 set. 2024.
- ALMEIDA, Eliane; GROBE, Luana. **A importância da Equipe Multidisciplinar na inclusão do autista**: revisão sistemática. 2021. Disponível em: <http://repositorio.unifasipe.com.br:8080/xmlui/handle/123456789/186>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- ALVES, Pâmela. **Acesso e tratamento de crianças com transtorno do espectro autista na saúde pública** - uma revisão narrativa. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/266446/001177383.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5**. 5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014. Acesso em: 7 out. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA. **História da AMA**. Disponível em: <https://ama.org.br/site/ama/historia/>. Acesso em: 06 dez. 2024.
- BALISA, Barbara *et al.* **Transtorno do Espectro Autista** : a percepção do cuidador acerca das dificuldades encontradas no acesso aos serviços de saúde. Set. 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10857/6467>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras**

**providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Portaria nº 2.508, de 29 de outubro de 2013. **Aprova a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência e estabelece diretrizes para a organização do atendimento.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 out. 2013. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.508-de-29-de-outubro-de-2013-3090971>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CAMPOS, G. W. S. **Apoio Matricial como articulador das relações interprofissionais entre serviços especializados e atenção primária à saúde.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 26, n. 2, p. 455-481, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2016.v26n2/455-481/pt/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CASTANHA, Juliane. **A trajetória do autismo na educação:** da criação das associações à inclusão escolar. 2016. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3388/5/Juliane\\_Castanha2016.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3388/5/Juliane_Castanha2016.pdf). Acesso em: 06 dez. 2024.

COSTA, Suelia. **Transtorno do Espectro Autista:** desafios e perspectivas no atendimento de profissionais de saúde em um centro de reabilitação na região seridó potiguar. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/51262/1/TranstornoEspectroAutista\\_Costa\\_2022.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/51262/1/TranstornoEspectroAutista_Costa_2022.pdf). Acesso em: 23 abr. 2024.

COUTO, M. C. V., & DELGADO, P. G. G.. (2015). **Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira:** inclusão tardia, desafios atuais. Psicologia Clínica, 27(1), 17-40. <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100002>

CUNHA, M. P. **Autismo através dos séculos:** uma análise histórica do desenvolvimento deste transtorno e seu impacto na sociedade. Revista Tópicos. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/autismo-atraves-dos-seculos-uma-analise-historica-do-desenvolvimento-deste-transtorno-e-seu-impacto-na-sociedade>. Acesso em: 06 dez. 2024.

HOMERCHER, Bibiana Massem et al. **Observação Materna:** Primeiros Sinais do Transtorno do Espectro Autista Maternal. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 20, n. 2, p. 540-558, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52585>. Acesso em: 3 set. 2024.

INSTITUTO NEUROSABER. **Sintomas do Autismo na infância do 1 aos 5 anos de vida.** Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/sintomas-do-autismo-na-infancia-do-1-aos-5-anos-de-vida/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

JENDREIECK, C. O. **Dificuldades encontradas pelos profissionais da saúde ao realizar diagnóstico precoce de autismo.** Psicologia argumento, v.32, n.77, p. 153-158, 2014.

Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20149/19437>. Acesso em: 08 dez. 2024.

MALHEIROS, Nihil; SILVA, Kássia. **A precaridade do acompanhamento de crianças com espectro autista, em unidades de atenção básica e especializada.** me 26, 23 dez. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-precariade-do-acompanhamento-de-criancas-com-espectro-autista-em-unidades-de-atencao-basica-e-especializada/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA).** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_pessoa\\_autismo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf). Acesso em: 19 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pela primeira vez, Ministério da Saúde inclui tratamento do transtorno do espectro autista na política nacional da pessoa com deficiência.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/pela-primeira-vez-ministerio-da-saude-inclui-tratamento-do-transtorno-do-espectro-autista-na-politica-nacional-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 06 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança:** orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Transtorno do espectro autista.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 06 dez. 2024.

ORRÚ, S. E. **A Aprendizizes com autismo:** aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2019

SANTIAGO, Roberta. **Alcance e capacitação profissional são desafios do SUS para tratamento do TEA.** Portal Afya, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://portal.afya.com.br/psiquiatria/alcance-e-capacitacao-profissional-sao-desafios-do-sus-para-tratamento-do-tea>. Acesso em: 06 dez. 2024.

SILVA, P. M. M.; et al. **Quais desafios enfrentam os profissionais para matricular, reunir-se e encaminhar usuários na atenção primária?** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/34NxxxzJL4HQtzyq75zBrGC/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

TAMANAH, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M.. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 13, n. 3, p. 296–299, 2008.

UNTOIGLICH, Gisela. As oportunidades clínicas com crianças com sinais de autismo e seus pais. **Estilos da Clínica**, v. 18, n. 3, p. 543, 1 dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v18i3p543-558>. Acesso em: 3 set. 2024.

ZANOLLA, T. A.; FOCK, R. A.; PERRONE, E.; GARCIA, A. C.; PEREZ, A. B. A.; BRUNONI, D. **Causas genéticas, epigenéticas e ambientais do transtorno do espectro autista**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 29-42, 2015. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios\\_desenvolvimento/2015/cadernos/2/CAUSAS\\_GENE\\_TICAS\\_EPIGENE\\_TICAS\\_E\\_AMBIENTAIS\\_DO\\_TRANSTORNO\\_DO\\_ESPECTRO\\_AUTISTA\\_.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios_desenvolvimento/2015/cadernos/2/CAUSAS_GENE_TICAS_EPIGENE_TICAS_E_AMBIENTAIS_DO_TRANSTORNO_DO_ESPECTRO_AUTISTA_.pdf). Acesso em: 06 dez. 2024.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### JULIA BARBOSA DOS SANTOS

Graduanda em Psicologia, atualmente no 9º semestre, com dedicação especial à área da clínica infantil. Atua como assistente terapêutica, oferecendo suporte a crianças no contexto clínico, além de estagiar em um projeto de extensão do Curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento, realizado em parceria com o Ministério Público e a Secretaria de Saúde de Alagoinhas-BA. Com um forte interesse no desenvolvimento infantil, busca compreender e aplicar abordagens que favoreçam o bem-estar e a evolução de crianças típicas e atípicas, auxiliando no fortalecimento de suas habilidades emocionais, cognitivas e sociais. Seu projeto atual foca na inclusão e no acompanhamento de crianças com necessidades específicas, proporcionando suporte terapêutico que favoreça seu desenvolvimento integral e a interação em diferentes contextos sociais e educacionais.

### ITAMAR DE ALMEIDA CARNEIRO

Doutorando em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (IRR-Fiocruz). Mestre em Saúde Coletiva (PPGSC) pelo Departamento de Saúde (DSAU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Saúde Mental (FSSS) e Gestão em Saúde (UFRB). Concluiu a graduação em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Possui formação em Educação Permanente em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Ministério da Saúde. Aperfeiçoamento em Metodologia do Trabalho Científico em Saúde pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e Metodologias Ativas de Aprendizagem (UFRN). Atuou como Técnico da Proteção Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Alagoinhas (SEMAS) através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na implantação, monitoramento, avaliação, mobilização e articulação com o serviço da rede socioassistencial para Pessoas em Situação de Rua. Esteve à frente de projetos prioritários para mitigar os efeitos da crise sanitária do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como apoiador institucional com o objetivo de realizar intervenções para mitigação dos efeitos do distanciamento social causado pela pandemia na cidade de Conceição do Coité, bem como na elaboração de Plano de Contingência da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social para atuação na situação de emergência em Saúde Pública, mediante gestão e oferta de benefícios eventuais. Possui experiência no contexto hospitalar atuando nos Ambulatórios do Hospital das Clínicas de Alagoinhas (HCA) e Hospital

e Maternidade Maria Luiza Laudano. Foi conselheiro e coordenador da Comissão de Saúde do XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) e Conselheiro Municipal de Saúde de Alagoinhas. Foi membro do GT de Políticas sobre Álcool e outras Drogas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Grupo de Referência em Saúde Suplementar. Atualmente é membro do Conselho Editorial Científico da Revista de Saúde Mental e Subjetividade (Qualis CAPES B1) e Revisor dos Cadernos Brasileiros de Saúde Mental / Brazilian Journal of Mental Health, (ISSN 2595-2420) É membro associado da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). Atuou como Docente no Centro de Ciências da Saúde (CCS) no Internato Médico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e atualmente é Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento com dedicação ao ensino e práticas extensionistas. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, experiência técnica e de interesses são: Saúde Mental, Saúde Coletiva e Saúde Pública, Formação em Saúde, Educação Permanente em Saúde e Interprofissional, SUS, Clínica Ampliada, Humanização, Apoio Matricial, Controle e Participação Social.

## **TRAUMAS INFANTIS E SUAS REVERBERAÇÕES NA VIDA ADULTA: uma revisão bibliográfica**

## **CHILDHOOD TRAUMAS AND THEIR REPERCUSSIONS IN ADULT LIFE: a literature review**

DOI: 10.5281/zenodo.16938401

**Lainy da Silva Pires**<sup>1</sup>  
Lainypires50@gmail.com

**Jeane Denise de Souza Menezes**<sup>2</sup>  
docente.jeannedenise@fss Sacramento.br

**Fabianno Andrade Lyra**<sup>3</sup>  
docente.fabiannolyra@fss Sacramento.br

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo geral discutir as problemáticas que permeiam a vida adulta decorrentes de negligências vividas na infância. Como objetivos específicos, busca-se abordar situações infantis que podem gerar desequilíbrios no convívio social e contribuir para o adoecimento físico e mental na vida adulta, explorar estratégias de manejo para intervenções preventivas em situações traumáticas desde a infância e destacar a importância da psicoeducação na ressignificação do trauma. Para isso, a pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de artigos e livros, visando reunir informações que respondam às questões levantadas. Indivíduos que sofreram grandes negligências na infância tendem a apresentar comportamentos desregulados, como dificuldades emocionais, falta de autonomia, baixa tolerância à frustração e, em alguns casos, conflitos com a lei. Para lidar com suas demandas diárias, esses adultos frequentemente recorrem a estratégias defensivas, tornando o convívio social um grande desafio tanto para si quanto para aqueles ao seu redor.

**Palavras-chave:** Traumas na Infância. Negligências Parentais. Saúde Mental. Criança Interior Ferida. Traumas Psicológicos.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the issues that affect adult life as a result of childhood neglect. Specifically, it seeks to address childhood situations that may lead to social difficulties and contribute to physical and mental illness in adulthood, explore management strategies for preventive interventions in traumatic situations from childhood, and highlight the importance of psychoeducation in the reframing of trauma. To achieve this, the research is based on a literature review of articles and books, aiming to gather information that responds to the identified problems. Individuals who have experienced significant neglect in childhood tend to exhibit dysregulated behaviors, such as emotional difficulties, lack of autonomy, low frustration

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Coordenadora, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>3</sup> Orientador, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

tolerance, and, in some cases, conflicts with the law. To cope with daily challenges, these adults often adopt defensive strategies, making social interaction a significant challenge both for themselves and for those around them.

**Keywords:** Childhood Trauma. Parental Neglect. Mental Health. Wounded Inner Child. Psychological Trauma.

## 1. INTRODUÇÃO

Diariamente diversos estudos comprovam que a negligência infantil é crescente, assim gerando inúmeras consequências e impactos nos diversos comportamentos do ser, enquanto adulto. Pesquisas realizadas com crianças vítimas de abuso e negligência demonstram que há probabilidade 1,8 vezes maior de serem presas na juventude se comparadas aos pares que não sofreram maus-tratos. Elas ainda tendem a desenvolver problemas com uso de drogas. Além disso, mais de 50% das crianças que sofrem com abusos e negligência arcam com dificuldades escolares, e em média 25% necessitam de educação especial (Nunes, 2021, p. 2).

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, afirma que: “crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, devendo ter condições dignas para seu crescimento, sendo dever da família, da sociedade e do estado prover segurança, educação, e cuidados para seu desenvolvimento”. No entanto, sabe-se que devido a diversas outras circunstâncias, como por exemplo as desigualdades sociais, econômicas, e falta de investimentos governamentais, tais objetivos infelizmente não acontecem da forma que a lei prevê.

Desse modo, muitas crianças e adolescentes são submetidas a situações de desigualdades e negligências, por estarem defronte de crenças culturais nas quais não são vistos como sujeitos de direitos. No Brasil, por exemplo, a população que mais é susceptível a negligências e situações traumáticas são crianças e adolescentes, sendo esse público as vítimas primárias de todos os tipos de violências. (Soares, *et al* 2017). Tendo em vista que, as mesmas se tornam vítimas de maus tratos e de descaso diante de suas necessidades básicas, como autonomia, afeto, educação de qualidade, alimentação, lazer, entre outros. Podendo então ser identificadas de forma ativa, onde há a intenção de fato em causar dano à vítima, ou passiva, quando origina-se de incompetência ou incapacidade dos pais, e ou outros responsáveis, para assegurar suas necessidades. (Leça *et al*, 2011).

Dessa forma, os primeiros relacionamentos sociais são os que ficam como uma marca na formação da criança como pessoa, pois são as primeiras pessoas que cuidam do seu

desenvolvimento, as mediadoras que a ligam com o mundo, a partir das diversas experiências vividas (Kreppner, 2000).

Assim, diante a tantas negligências, essas crianças crescem, tornando-se adultos que se moldam a partir manobras defensivas, com comportamentos desregulados e muitas das vezes violentos. Pois, no interior de cada pessoa adulta, existe uma criança portadora de história e experiências, sejam elas benéficas ou más, geradoras de traumas ou não. Contudo, lidar com todas essas experiências, muitas das vezes, é algo extremamente doloroso e pode causar danos catastróficos na vida do sujeito. (De Oliveira, 2019).

Sendo assim, o objetivo desse artigo é tratar de forma clara e coesa sobre como as experiências traumáticas vividas na infância podem gerar danos na vida adulta, discutindo assim, as problemáticas que permeiam a vida adulta, tal como, desequilíbrios no convívio social, adoecimento físico e mental. Como também, explorar estratégias de manejo para intervenções preventivas a situações traumáticas desde a infância, tratando assim, a importância da psicoeducação para ressignificação dos traumas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. A criança ferida**

De acordo Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2016), responsável por catalogar estudos focados em temáticas de primeira infância a fim de promover benefícios a essa grei, diz que: “Crianças que tiveram boas oportunidades na infância (escolares, afetivas e sociais) tendem a apresentar um melhor desempenho acadêmico e profissional, um maior ajuste social e uma menor propensão à criminalidade, uso de drogas, adoecimento físico ou mental”, assim, percebe-se também a importância de estabelecimento de vínculos familiares saudável na primeira infância para o desenvolvimento saudável das crianças.

A priori, a criança já nasce em uma rede de relações, ou seja, o seu meio familiar. A sua interação como o mundo se dá, desde o nascimento, através do seu relacionamento com seus cuidadores, essas pessoas a alimentam, fornece afeto, proteção, e as educam conforme suas concepções socioculturais, e diante disso a criança vai construindo a sua história de vida. Tais interações fornecem meios para que ela consiga se desenvolver, e formar a sua maneira de perceber e interagir com o mundo, construindo a suas habilidades emocionais e de personalidade (Pinto *et al*, 2009).

## Capítulo 08 – Traumas infantis e suas reverberações na vida adulta: uma revisão bibliográfica

---

Dessa forma, pode-se inferir que boas experiências afetuosas na infância são motivadoras para construção de boas condições biopsicossociais na vida adulta, assim, o indivíduo terá disponível um amplo repertório de aprendizagem para ter autonomia, inteligência emocional, entre outros, favorecendo assim, adequadas condições emocionais para suas relações sócias. Contudo, o inverso disso pode causar danos irreversíveis à sua vida. Paralelamente:

Emergem no seio das famílias, muitas vezes de forma calada e silenciosa, as mais diversas formas de violência que marcam e perturbam o normal crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens. Os danos provocados pelos maus-tratos são muitos e deixam sequelas que marcam de forma irreversível o desenvolvimento da criança e do jovem. (Camacho 2012, p.34).

Ainda, segundo Groisman (2012, p.33 *apud* Martini, 2016) “As relações que estabelecemos com a família na qual nascemos são as mais importantes da nossa vida e vão representar a base de nosso comportamento futuro[...].”. Paralelamente, segundo Reppold *et al*, “a disponibilidade dos pais para atuarem como uma rede de apoio centrada em seus filhos e viabilizar um espaço de discussão dos problemas cotidianos parece estar diretamente relacionada à profilaxia de diversos distúrbios emocionais”. (2003, p. 180).

Sendo assim, é de extrema importância que, principalmente nas primeiras relações de vida do sujeito, ele tenha um ambiente familiar seguro, saudável e acolhedor, para que então possa crescer saudável e biopsicossocialmente equilibrado. Todavia, como observado anteriormente, sabe-se que isto não é sempre possível, existem contextos totalmente diferentes, com pais imaturos e negligentes, ambientes sociais opressores e muita das vezes favorecedores a abusos, contextos socioculturais desajustados, gerando então feridas psíquicas na vida de muitos, tais como, o adoecimento mental, desvio de conduta na adolescência e vida adulta, habilidades sociais precárias, entre outros. (Nunes, 2016).

Assim, pode-se observar que é no ambiente familiar primário que muitas das vezes nascem traumas que marcam a vida do sujeito permanentemente. Posto isso, se o mesmo não estiver inserido em meio que o capacite a lidar com tais traumas, apesar das circunstâncias adversas ao seu desenvolvimento, conseqüentemente resultará em resultados catastróficos que perdurarão até a sua vida adulta. Ainda, segundo Cukier:

Existem muitas crianças não desejadas, muitos pais negligentes e abusivos e a maior parte de nós adultos, (...) sobrevive e sucumbe à custa de ‘band-aids psicológicos’, ou seja, manobras defensivas com o objetivo de restaurar a auto-estima ferida. O orgulho, a autossuficiência, o não desejar ou precisar de ninguém. (2017, p. 63)

É na infância que o sujeito passa pelo processo de maturação fisiológica do corpo e neuronal, nessa fase, a aprendizagem é direcionada a referenciais do seu meio social, tais como a cultura, costumes familiares, entre outros. Assim, a criança começa a adquirir pelo processo de aprendizagem, a sua percepção de mundo, sua personalidade, modo de agir frente a situações adversas, suas primeiras estruturas psíquicas, diversas capacidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais, e assim por diante (Piaget, 1964; Vygotsky; Luria; Leontiev; 1988).

A criança precisa de afeto, cuidado e atenção, para desse modo se tornam adultos confiantes, e estável emocionalmente, contudo, crianças por exemplo, que se sentiam solitárias e sem amor, terão maior pretensão a se tornarem adultos inseguros, com baixa autoestima, agressivos, e instáveis emocionalmente. Essa criança interior que foi ferida, não podendo se defender de seus agressores, irá se manifestar na vida adulta, no seu cotidiano de forma silenciosa, porém catastrófica. Isto posto:

[...]. Essa criança ferida apresenta condutas pueris prejudiciais, como dependência excessiva, desânimo por tudo, excesso de insegurança, inflexibilidade diante de pontos de vista diferentes, reações intempestivas, opiniões baseadas em suposições, excessivo retraimento e muitas outras manifestações que se mostram contrárias à evolução da pessoa adulta (Martini, 2016, p. 28).

Assim, atualmente observa-se diversos impactos de traumas infantis em adultos. Os mesmos encontram-se com altos níveis de ansiedade, depressão, dependências emocionais, entre outros, devido a traumas na infância. Desse modo, considera-se que situações traumáticas na infância tem como consequência iminentes transtornos mentais, desajustamento no desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social (Walkamp *et al*, 2018).

## **2.2. Da negligência à prevenção**

O Ministério da Saúde (MS) em 2004 criou uma Política Nacional de Atenção à Saúde Integral de Adolescentes e Jovens, na qual a mesma vem cada vez mais criando caminhos de intervenções e cuidados, para a melhoria de vida e atenção a esses menores, que por muitas das vezes não conseguem ter voz ativa socialmente diante dos conflitos e desigualdades que os abalam. Com isso, tal política suscita políticas intersetoriais para a integração de políticas públicas para o cuidado e prevenção dessas crianças a adolescentes, tais como:

Apoiar as ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e agravos nas regiões de saúde, organizando as redes temáticas para a questão; articular as linhas de cuidado integral que reorientem e qualifiquem os serviços de saúde para atenção integral a adolescentes e jovens, de ambos os sexos, vítimas e

## Capítulo 08 – Traumas infantis e suas reverberações na vida adulta: uma revisão bibliográfica

---

autores de violência e a seus familiares, apoiando-se na rede social na qual se integram essas famílias (MS, 2010, p. 102-103).

Podem existir diversos contextos em várias contingências que podem influenciar um ambiente hostil, agressivo e causador de adoecimento mental para a criança, como o contexto social, econômico, cultural. Assim “ a negligência sofre influência de fatores econômicos, sociais e comunitários, bem como pessoais [...]. Porém, ocorre independentemente da condição de pobreza, estando intimamente ligada a déficits de habilidades/comportamentos parentais”. (Paisan, *et.al.*, 2013).

Diante disso é importante que se entenda a necessidade de prevenção de maus-tratos e negligência em todas as áreas da vida da criança, para que a mesma receba os cuidados necessários. Em 1990, entrou em vigor, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) da Lei Federal n. 8069, 1990. A mesma vem exercendo um papel essencial na atenção e cuidados ao menor. Todavia, devido às grandes demandas relacionadas aos altos níveis de violência contra crianças e adolescentes advindas de relações intrafamiliares, torna-se inacessível a possibilidade de abrigar a todos. “[...] diariamente, crianças e adolescentes vêm sendo submetidos, em seus próprios lares, a condições adversas, o que refletirá em prejuízos no seu desenvolvimento[...].” (Maia, *et al*, 2005, p. 93).

Posto isso, é essencial observar a importância da criação de programas educacionais de prevenção, como também a importância de se entender a forma de como são construídos os ambientes opressores e abusadores que acabam por negligenciar o menor, para que então possa se construir e executar projetos de intervenções sólidas e de resultado. Sendo assim, é de extrema importância o enfrentamento de comportamentos violentos e maus-tratos, violências sexuais e físicas a essas crianças.

### 2.3. A resignificação

O ser humano é um sujeito complexo e composto por diversas experiências advindas do seu ambiente familiar e social desde o seu nascimento, construindo, a partir dessas relações, a sua percepção sobre si, como também sua personalidade. Paralelamente Galván e Morais afirmam:

Para que possa se constituir como um indivíduo, o ser humano conta com potencial inato em direção ao amadurecimento, que necessita de um ambiente facilitador para se realizar. Este potencial herdado é o que Winnicott (1983) vai chamar de self central ou verdadeiro. (2009, p. 51)

Todavia, sabe-se que na maioria das vezes isso não acontece, por conta de diversos fatores, pais negligentes que de certa forma também foram negligenciados na sua infância, se tornando assim sujeitos também negligentes, ambientes adoecedores, falta de estímulos diversos, entre outros. Tais situações causam diversos traumas na vida do sujeito, dessa forma, redirecionar esses traumas advindos da infância na vida adulta é um processo árduo e muito fácil, já que os caminhos neurais que foram formados no desenvolvimento do indivíduo, continuam manifestando gatilhos e manobras de defesas para lidar com situações que se assemelham com as histórias traumas, por mais simples que tenham sido. Assim:

Um evento traumático “encharca” ou “bombardeia” de estímulos o sistema nervoso, tornando-o incapaz de liberar essas energias que ficam bloqueadas, não processadas e registradas em local inadequado na região subcortical. Ocorre uma quebra do processo de autorregulação do sistema nervoso resiliente, por meio dos ciclos de carga (excitação simpática) e descarga (parassimpática), e essa energia aprisionada no corpo ao longo da vida vai se manifestando por meio de sintomas disfuncionais a exemplo de flashbacks, hipervigilância, ansiedade, pânico, depressão, fuga etc. (Khouri, 2020, p. 54)

Dessa forma, pode-se perceber que devido aos traumas, muitos sujeitos crescem e se tornam adultos adoecidos mentalmente, com traumas não curados e com sua criança interior ferida, sendo a mesma muitas das vezes a causadora de muitos conflitos internos devido à falta de entendimento sobre as consequências do trauma na infância para a vida adulta. Dessa forma, é possível direcionar uma cura para esses traumas a partir de mudanças que o sujeito se determinar a realizar. “A nossa família de origem deixa marcas únicas e intransferíveis, e não podemos fugir delas, mas podemos compreendê-las e utilizá-las ao nosso favor, como instrumentos de crescimento e mudança” (Martini, 2016, p. 25). Sendo assim, se o indivíduo procura entender seus sintomas a partir de uma psicoeducação, ele poderá assim ir de encontro com a ressignificação dos seus traumas, trazendo para a consciência o motivo do seu adoecimento, e aprendendo assim a realizar mudanças a partir de estratégias de enfrentamento. (Bravo, 2016).

Assim, para que haja uma ressignificação positiva desses traumas, o adulto precisará entender essa configuração sobre a sua criança ferida, assim, com a psicoeducação, o mesmo poderá confrontar os seus medos e turmas, para então começar a aprender a lidar com reflexos dos mesmos, podendo então ressignificar aos poucos os seus traumas e lidar com a sua criança ferida que tanto o atrapalha no seu dia a dia.

O sujeito então deve avaliar-se, se conectando como sua dor, trazendo para o consciente as fragilidades da sua criança interior ferida, a qual não podia se defender dos seus

## Capítulo 08 – Traumas infantis e suas reverberações na vida adulta: uma revisão bibliográfica

---

negligenciadores, entendendo assim seus medos e angústias infantis, como também trazer para si enquanto adulto, a responsabilidade de perceber e acolher essa criança. Dessa forma, poderá então, ressignificar e dar para essa criança um novo sentido (Martini; Horta, 2016).

Com isso, pode se apontar que uma boa companheira nesse processo de autoconhecimento será a terapia, é a partir dela que muitas pessoas começam a se auto perceber, e então construir uma nova história para si. “Quando os conflitos se instalam nas relações interpessoais, eles podem ser compreendidos por meio da consciência da manifestação da criança interior e o desenvolvimento de estratégias de resiliência” (Martini, 2016, p. 29).

Vários autores abordam sobre a importância da psicoterapia para a ressignificação/superação do trauma, de acordo com Cukier (2017) em seu livro “Sobrevivência emocional: as dores da infância revividas no drama adulto” em cada sujeito existe um núcleo, esse, contém cenas primárias, que foram recalcadas pelos mecanismos de defesa, porém, de certa forma, durante a vida, tais lembranças são revividas de forma inconsciente a partir de associações com questões do cotidiano do adulto, dessa forma, se o sujeito sofreu abandono na infância, pode na vida adulta ter medo do abandono, gerando assim dependências emocionais, como também o extremo inverso disso. Ou seja, o sujeito através de seus mecanismos de defesa tenta de todas as formas se defender e se definir como ser, buscando sempre demonstrar o seu valor. Dessa forma, suas relações interpessoais podem tornar-se disfuncionais.

O psicoterapeuta direcionará o sujeito a autopercepção, deixando então de culpar os outros pelos seus problemas, e assumindo para si a responsabilidade de seus atos e melhoras atuais. Pois o trauma impossibilita o sujeito a enxergar-se como responsável por si e por suas ações (Van Der Kolk, 2020, p. 242), desse modo a psicoterapia irá ajudar o sujeito a traçar novas metas e caminhos que ressignifique as suas dores e traumas, através da evocação dos acontecimentos que deixaram marcas intensas que geraram o traumas, assim, será possível realizar um processo de descarga emocional, capaz de libertar o sujeito através da liberação dessas fortes emoções dos conteúdos de associações, possibilitando assim, estratégias de confrontação para as emoções disfuncionais (Rio; Freitas; Cabral, 2017).

### 3. METODOLOGIA

O presente projeto tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, e possuirá delineamento correlacional e explicativo (Severino, 2007). Construído assim, a partir de revisões bibliográficas de artigos e livros que tratam do tema de forma direta ou indireta

(Trentini; Paim, 1999). Com utilização de uma abordagem do tipo revisão bibliográfica narrativa (Silva *et al*, 2002). Para descrever e explicar sobre sustações na infância que podem ser geradoras de turmas, como também as consequências das mesmas na vida adulta, por exemplo: disfuncionalidades afetivas/emocionais, físicas, cognitivas e de personalidade, bem como investigar o efeito destas consequências no processo de construção biopsicossocial do sujeito. As coletas de dados foram realizadas a partir de fontes como o Google Acadêmico; pepsic e scielo, além de livros físicos relacionados ao tema. Algumas palavras e frases foram usadas para delimitar o campo de pesquisa, tais como: traumas na infância, negligências parentais, saúde mental, criança interior ferida e traumas psicológicos.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante a algum momento da vida do ser humano é inerente estar defronte a situações traumáticas de todos os tipos. Esses traumas, em suas mais amplas singularidades, são fenômenos que acarretam aos indivíduos grandes danos ao aparelho psíquico, por um logo período de tempo, pois, frequentemente, os efeitos desses eventos são de tamanha intensidade que impedem que os mecanismos de defesas atuem contra a ansiedade gerada por esta experiência, causando assim, grandes sofrimentos e disfuncionalidades à psique desse sujeito. Comprometendo assim, áreas do cérebro que, ao menor sinal de perigo, elevam-se os níveis de ansiedade e estresses do sujeito, fenômeno conhecido como sequestro da amígdala (Sanhes; Agrela Rodrigues, 2023). Desregulando, assim, não só as áreas de saúde mental, como também física, visceral, e sistemas imunológicos (Garland, 2015; Van Der Kolk, 2020).

Em 2018 Walkamp, realizou uma pesquisa com 201 pacientes adultos que estavam iniciando psicoterapia, como o intuito de verificar a “repercussões do trauma na infância na psicopatologia da vida adulta”. Durante o processo, foi evidenciado, somando o total da amostra, que apenas 5% dos pacientes relataram nunca ter vivenciado qualquer experiência traumática na infância. Sendo eles, o “abuso emocional e negligência emocional foram relatados por 88% dos pacientes, enquanto abuso físico, negligência física e abuso sexual, respectivamente por 77,8%, 65% e 46% destes” (Walkamp, 2018, p. 140). O mesmo estudo evidenciou que há uma correlação entre traumas na infância e sintomatologia na vida adulta, mostrando que há ligação significativa entre os diferentes traumas e uma ampla variedade de sintomas psicopatológicos, incluindo o sofrimento psicológico em geral.

A infância e a adolescência são períodos essenciais à formação do sujeito como ser, da sua inteligência emocional, cognitiva, mental e física. Ao analisar os índices de negligências e

## Capítulo 08 – Traumas infantis e suas reverberações na vida adulta: uma revisão bibliográfica

---

traumas na infância, os efeitos psicológicos que podem ser gerados devido a ocorrências de traumas não devem ser desprezados. Como exposto na pesquisa, apenas uma minoria dos pacientes não relatara experiências de traumas, trazendo à luz a importância da atenção e cuidado a essa temática. Dessa forma, é importante ressaltar que é essencial não apenas a atenção a esse adulto ferido psicologicamente, como também a disponibilidade de políticas públicas de saúde mental e prevenção a crianças e adolescentes.

Um exemplo de políticas públicas direcionadas à proteção da criança de adolescente é o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) que assegura os direitos predispostos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Políticas como essas, são essenciais para assegurar e prevenir todos os tipos de negligência ao público destinado, tendo como consequência, a queda dos índices de adoecimento mental na vida adulta, que, como dito, são os traumas da infância muitas das vezes precursores de disfuncionalidades nos convívios interpessoais do indivíduo em sua vida adulta, como também de adoecimento mental.

Outra pesquisa, realizada por Zatti, *et al* em 2020, teve como objetivo analisar a associação entre precocidade do trauma psíquico e tentativas de suicídio, foi constatado que apesar de não haver nexo causal entre traumas na infância e suicídio, curiosamente, o apoio social foi um fator relevante para a tentativa ou não de suicídio. A pesquisa revelou que “Em comparação às médias entre os grupos, somando parentes e amigos íntimos, o grupo controle possui maior média (média=6,6) do que o de casos (média=2,5) ( $p<0,001$ )”, correlacionando o suporte social como um importante fator de diminuição da probabilidade a tentativa de suicídio. A mesma pesquisa relatou que, em se tratando de abusos na infância, “o sexo feminino apresentou médias significativamente maiores que as médias do masculino nas variáveis: abuso emocional ( $p<0,001$ ), abuso físico ( $p=0,020$ ), abuso sexual ( $p=0,037$ ) e negligência emocional ( $p<0,001$ ).” (Zatti *et al*, 2020).

Apesar de a família ser o berço primário do sujeito, fornecendo a ele meios para formação do seu ser como indivíduo, sendo a provedora de afeto e proteção. Camacho (2012) relata que é justamente nela que os maiores casos de negligências infantis ocorrem. Em muitos seios familiares a criança e/ou adolescente que sofre abuso sexual, não é vista como a vítima, e sim com aliciadora das práticas, essas, realizadas, na maior parte dos casos, no próprio meio familiar.

Nas redes de televisão e internet, é notório a divulgação de vários casos, no qual, membros da família tinham conhecimento dos atos de abusos, porém nada faziam para deter tais atos. Dessa forma, a criança se sente e se encontrava em abandono, já que seus sofrimentos eram vistos com descaso, sendo frequentemente desacreditada, perdendo assim aos poucos seus

laços sociais. Com isso, dá-se também, a saída em idade precoce de casa, dando origem a várias problemáticas, tais como: dificuldades financeiras, perda do ciclo social, dificuldade de formação de novos vínculos, devido a incapacidade em confiar em outras pessoas.

Partindo do pressuposto que o ser humano é um ser gregário, e tendo em vista que a diminuição do círculo de apoio, como refalado nas pesquisas, tendem a favorecer maiores chances de tentativa de suicídio, pessoas que sofreram traumas como retratado a cima, estão mais sujeitas a êxito em possíveis tentativas de suicídio. Nessas condições, as mulheres assumem posição de destaque, por estarem sujeitas a maiores níveis de abusos, podendo assim, serem convertidos a traumas. Sendo esse fator potencializado ao considerarmos a desigualdade de gênero existente na sociedade, onde a mulher que, por exemplo, sofre o abuso sexual é culpabilizada, vinculado a saídas precoces de casa, a mesma também tange aos índices de baixos salários, o que consequentemente ocasiona dificuldades financeiras, favorecendo assim pilares para adoecimento mental, como, ansiedades generalizadas e depressão, acarretando assim, maiores chances para tentativa de suicídio.

Um estudo de caso realizado por Del Bianco e Tosta, em 2021, tendo como tema o “abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta”. O trabalho consistiu em um estudo teórico-clínico, sobre a correlação dos temas citados acima, para tal, foram analisados durante dois anos os relatórios de atendimentos psicoterapêuticos de uma senhora de sessenta e dois anos, com o nome fictício de Rebeca. Durante o processo, foram identificadas situações traumáticas e de negligências, que ao decorrer do estudo foram confirmados como atos adoecedores, como por exemplo, o excesso do sentimento de culpa da paciente. Tal fenômeno pode ser encontrado em pacientes como adoecimentos de melancolia e a neurose obsessiva, sendo esse justamente o caso da paciente.

Rebeca, procurou atendimento psicológico relatando possuir intensos sintomas depressivos e como diagnóstico médico de depressão profunda, relatou também compulsão pelo banho, pois se sentia sempre suja. Dizia ter sentimentos de inutilidade e desesperança. Durante o processo de psicoterapia foi percebido que talvez, a sensação de sempre estar suja seria pelo fato da mesma ter sofrido abusos sexuais, deferidos pelo próprio progenitor, quando tinha oito anos de idade. Ela se sentia culpada por tais atos, já que, nas palavras dela, nada tinha feito para impedir o abuso. Sendo assim, as primeiras sessões tiveram como foco a identificação das implicações desses atos para a vida da paciente.

Posteriormente, foi relatado por ela, que por volta dos cinco anos de idade, presenciou atos sexuais dos pais, tais atos ela repudiava. Também relata que a mãe sempre a desprezava, era castigada e criticada, não havendo eventos de carinhos entre elas. Rebeca também

## Capítulo 08 – Traumas infantis e suas reverberações na vida adulta: uma revisão bibliográfica

---

contestava a ideia de que a mãe provavelmente sabia dos atos de abuso do pai para com ela. Ao decorrer do processo terapêutico, a paciente percebeu que as associações destinadas ao seu sentimento de “sentir-se suja” talvez teria ligação não com o abuso, e sim o seu histórico como a mãe, já que, segundo ela, quando criança, a mãe não tinha uma rotina de higiene pessoal para com ela. Foi percebido também pelo psicoterapeuta, que apesar das diversas agressões que a paciente sofria pelos pais, ela não havia demonstrado hostilidade para com eles, não assumia raiva, sentindo-se culpada em querer sentir raiva da mãe.

O abuso sexual intrafamiliar ocorrido com Rebeca em sua infância pode ter sido um dos fatores traumáticos que contribuíram para o bloqueio ou interrupção dos processos inerentes ao estágio do concernimento, especificamente a tarefa de diferenciação entre fatos e fantasias e, sincronicamente, a do desenvolvimento da técnica para a aceitação da plena responsabilidade por ideias destrutivas (culpa). A situação de abuso acarretou acentuadas dificuldades em relação à aceitação da responsabilidade pelos impulsos eróticos e destrutivos dirigidos ao pai (agressor), mas também em relação à mãe (conivente). Essa dificuldade aparece na forma de culpa patológica, impossibilitando que envolvimento ou preocupação pudessem ser desenvolvidos por Rebeca. Por isso tudo, acreditamos ser possível relacionar o abuso sexual infantil com a depressão na vida adulta. Tal violência sofrida parece ter sido um fator decisivo para o aparecimento do quadro melancólico, mas não o único. A depressão da paciente parece ter sido resultado de sucessivas falhas ambientais traumáticas ocorridas em sua infância, sendo o abuso sexual o tema predominante e mais recorrente em suas sessões de psicoterapia e, por isso, enfatizado neste estudo (Del Bianco; Tosta 2021, p. 18).

Dessa forma, foi necessário um trabalho psicoterapeuta com intervenções com finalidade de direcionar a paciente a ter capacidades para gerir suas emoções, capacidades para a ambivalência, a ponto do mesmo poder sentir tanto amor, quanto ódio por uma mesma pessoa, já que o discurso de Rebeca revelava problemas em relação à essa capacidade. Todavia, como a ajuda da psicoterapia, Rebeca pode reconhecer e expressar seus sentimentos de raiva, inicialmente relacionados ao pai, mostrando melhora em relação aos sintomas depressivos. Em se tratar da sua dificuldade em relação à capacidade de ambivalência, a mesma também obteve êxito significativo, sentindo-se mais livre e segura para também odiar, além de seu pai, a sua mãe, libertando-se da sua passividade prejudicial.

Posto isso, ao avaliar o caso de Rebeca, e a importância da psicoterapia para sua melhora, pode-se concluir a importância do processo psicoterápico para a vida do sujeito, tendo em vista que, no momento que o sujeito se conhece, e conhece os motivos do seu adoecimento, a partir do processo da psicoeducação, poderá então lidar não só com seus traumas, como também encontrar caminhos para uma ressignificação e reestruturação de suas habilidades

sociais, para tentar desenvolver relações interpessoais saudáveis. É importante também enfatizar que o sucesso terapêutico, se deve a priori, devido ao *rappport* terapêutico entre o paciente e o profissional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades que permeiam a conscientização para cientificar sobre as implicações de negligências na infância para a vida adulta ainda estão em construção, dificultando assim a valorização e importância em se tratar sobre o tema, entretanto, pode-se destacar os altos índices de negligências infanto-juvenil em todos os campos sociais. Diante disso, é notório a importância de dar-se visibilidade para tal público, visando a eles proteção e os assegurando todos os direitos possíveis. Apesar da vasta rede de proteção do poder público, como citados anteriormente, ainda se faz presente a necessidade em pensar e realizar outras mais políticas de prevenção, políticas essas que não fiquem apenas no papel, expansão de projetos que elucidem as crianças e adolescentes sobre todos os tipos de abusos negligências, entre outros.

Tendo em vista a grande quantidade de pessoas que precisam dessa atenção, ainda são poucos os avanços consistentes nessa área. A prevenção é de todo modo a forma mais segura para a não consumação de tais negligências, e é de extrema importância o suporte e apoio, favorecendo assim, maiores possibilidades para o enfrentamento. As problemáticas que rodeiam a vida adulta advindas de seus traumas na infância são inúmeras, e tratar sobre a psicoeducação desses adultos é extremamente urgente, para que o mesmo consiga compreender tudo o que o acometeu, como também as formas de superar e ressignificação do trauma.

## REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, *et al.* Importância dos vínculos familiares na primeira infância, **Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância**, Fundação Maria Cecília1. série Estudos do comitê científico: NCPI; 2, ed 1. São Paulo: Souto Vidigal - FMCSV, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Treinamento\\_Multiplicadores\\_Coordenadores/WP\\_Vinculos%20Familiares.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/WP_Vinculos%20Familiares.pdf). Acesso em: 26 maio. 2023.
- Brasil. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: MS, 2010. 132 p. Série A. ISBN: 978-85-334-1680-2. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_atencao\\_saude\\_adolescentes\\_jovens\\_promocao\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf). Acesso em: 20 abr 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MEC, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 26 maio. 2023.
- BRAVO, N. M. C. **A importância da psicoeducação na alteração do humor no doente depressivo**. Universidade de Évora: Portugal, 2016. Relatório Apresentado para a Obtenção do Grau de Mestre em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/18931>. Acesso em: 04 de abr. 2023.
- CAMACHO, L. M. T. **O Desenvolvimento Psicossocial de Crianças e Jovens em Risco Institucionalizadas**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional, Instituto Superior de Língua e Administração. 2012. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/3366/1/Tese%20-%20Liliana-Agosto%20iii.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- CUKIER, R. **Sobrevivência emocional: as dores da infância revividas no drama adulto** / Rosa Cukier. – 7. Ed. – São Paulo: Ágora, 2017.
- Souza, I. M. O. "A Dor da Criança Ferida no Adulto." *Revista latino-americana de psicologia corporal* 6.9 (2019): 39-49. Disponível em: <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/84/151>. Acesso em: 1 nov. 2022.
- DEL BIANCO, O. M.; TOSTA, R. M. Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta: um estudo de caso. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, ago. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202021000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200004&lng=pt&nrm=iso). acessos em 07 set. 2023. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e16251>
- GARLAND, C. **Abordagem psicodinâmica do paciente traumatizado**. In: Eizirik CL, Aguiar RW, Schestatsky SS. *Psicoterapia de orientação analítica: fundamentos teóricos e clínicos*. 3. Ed. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2015. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/atualizacao-em-psicoterapia-analtica-apostila04.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- GALVAN, G. B.; MORAES, M. L. T. Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica. **Aletheia**, Canoas, n. 30, p. 50-58, dez. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942009000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200005&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 22 nov. 2022.

KHOURI, G. S. Psicodrama interno no tratamento de traumas: direcionadores de manejo. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 51-65, jun. 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-53932018000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932018000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 out. 2023.

KREPPNER, K. The child and the family: Interdependence in developmental pathways. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2000. Vol. 16 n. 1, pp. 011-022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/kZmqdhgw5cpptRp4jJsdKYh/?format=pdf&lang=en> . Acesso em 12 ago. 2023.

LEÇA, *et al.* **Maus tratos em crianças e jovens**. GUIA PRÁTICO DE ABORDAGEM, DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO. Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco Direção-Geral da Saúde, 2011. Disponível em: [http://iaia.umarfeminismos.org/images/bibliografia/docs/Maus\\_tratos\\_em\\_crian%C3%83as\\_e\\_jovens\\_Guia\\_pr%C3%83tico\\_de\\_abordagem\\_diagn%C3%83%C2%B3stico\\_e\\_interven%C3%83%C3%83o.pdf](http://iaia.umarfeminismos.org/images/bibliografia/docs/Maus_tratos_em_crian%C3%83as_e_jovens_Guia_pr%C3%83tico_de_abordagem_diagn%C3%83%C2%B3stico_e_interven%C3%83%C3%83o.pdf). Acesso em: 25 mar. 2023.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. de A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 91-103, dez. 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2005000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MARTINI, G. **Quando a minha criança interior ferida encontra a sua... Revisitar a infância para compreender os relacionamentos**. Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v. 12, 2016. DOI: 10.26673/tes.v12i0.9811. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9811>. Acesso em: 1 nov. 2022.

MARTINI, G.; HORTA, A. L. de M. Autoestima, estresse e a relação com a criança interior. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 12, 2016. DOI: 10.26673/tes.v12i0.9812. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9812>. Acesso em: 26 maio. 2023.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V.. **Violência contra crianças no cenário brasileiro**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 3, p. 871-880, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/?lang=pt> . Acesso em 21 mar. 2023.

NUNES, P. F. **Negligência infantil e seu impacto no desenvolvimento psicossocial**. Faculdade UNA de Catalão – UNACAT. 2021. Disponível em; <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17263> Acesso em: 15 nov. 2022.

PASIAN, *et al.* **Negligência Infantil: A Modalidade Mais Recorrente de Maus-Tratos**. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n2/v17n2a05.pdf> Acesso em: 17 nov. 2022.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho imagem e representação**. 3º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1964. Título original: La Formation du Symbole chez l'enfant imitation, Jeu et Rêve, image et Représentation Traduzido da terceira edição, publicada em 1964, por Editions Delachaux et Niestlé, Neuchâtel, Suíça. Copyright (c) 1964. Disponível em: <http://dinterrondonia2010.pbworks.com/f/A+forma%C3%A7%C3%A3o+do+s%C3%ADmbo+lo+na+crian%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

PINTO, R. G.; BRANCO, A. U. Práticas de socialização e desenvolvimento na educação infantil: contribuições da psicologia sociocultural. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 511-525, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2009000200020&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200020&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 19 mar. 2023.

REPPOLD, C. S. H. Prevalência de indicadores de depressão entre adolescentes no Rio Grande do Sul. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, ISSN-e 2175-3431, ISSN 1677-0471, Vol. 2, Nº. 2, 2003, págs. 175-184. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5115858>. Acesso em 04 abr. 2023.

RIO, C. M. C. F. M. FREITAS, S. C.; CABRAL, M. T. A elaboração do trauma através do psicodrama - um relato de caso. **Rev. bras. psicoter.** 2017;19(3):43-51. Disponível em: [http://rbp.celg.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=235](http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=235). Acesso em 20 jun. 2023.

KHOURI, G. S. Psicodrama interno no tratamento de traumas: direcionadores de manejo. **Revista Brasileira de Psicodrama**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 51–65, 2020. Disponível em: <https://www.revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/49>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SANTARLLI, M. da C. **A expressão do arquétipo da criança interior na vida adulta: uma leitura junguiana**. Monografia de Especialização (Especialização em Abordagem Junguiana: Leitura da realidade e metodologia de trabalho) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/31453>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SANCHES, F.; RODRIGUES, F. de A. A. Circuito neural do medo: circuito neural do medo. **CPAH Science Journal of Health**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–10, 2023. DOI: 10.56238/cpahjournalv6n1-002. Disponível em: <https://cpahjournal.com/cpah/article/view/137>. Acesso em: 8 set. 2023.

SERRA, *et al.* **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**. Política Nacional de Atenção à Saúde Integral de Adolescentes e Jovens. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_atencao\\_saude\\_adolescentes\\_jovens\\_promocao\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf) Acesso em: 21 nov. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico], 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 1,0 MB; e-PUB. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cient%C3%ADfico\\_-\\_1%C2%AA\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Antonio\\_Joaquim\\_Severino\\_-\\_2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf). Acesso em: 26 de maio 2023.

SILVA, D. G. V. da; TRENTINI, M. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-Am. de Enferm.** Maio/Jun. 2002; 10(3).

SOARES, L. G.; DEPAOLI, L. B.; LENTSCK, M. H.; SOARES, L. G.; BIROLIM, M. M.; IGARASHI, I. H. Violations of fundamental rights of children and adolescents through violence. **Rev Rene**, v. 18, n. 6, p. 734-741, 9 Jan. 2018.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente-assistencial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VAN DER KOLK, BESSEL. **O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na cura do trauma**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Sextante, GMT, Rio de Janeiro. 2020. 480 p; 16 x 23 cm.

VYGOTKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem** 1988. Tradução de: Maria da Pena Villalobos. [livro eletrônico] – 11. ed. São Paulo: ícone, 2010. (Coleção Educação Crítica) Seleção de: José Cipolla-Neto, Luiz Silveira Menna- -Barreto, Maria Thereza Fraga Rocco, Marta Kohl de Oliveira. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

ZATTI, *et al.* Associação entre precocidade do trauma psíquico e tentativas de suicídio : uma experiência de pesquisa. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 22, n. 2, p. 15-28, Ago de 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/230817>. Acesso em: 20 de Set. 2023.

WAIKAMP, V.; SERRALTA, F. B. Repercussões do trauma na infância na psicopatologia da vida adulta. **Cienc. Psicol.**, Montevideo , v. 12, n. 1, p. 137-144, Maio. 2018 . Disponível em: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-42212018000100137&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212018000100137&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 29 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1603>

## **BIOGRAFIA DOS AUTORES**

### **LAINY DA SILVA PIRES**

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Atualmente é psicóloga clínica, com atuação baseada na abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), com ênfase na relação entre as experiências vividas na infância e o desenvolvimento de crenças que influenciam a vida adulta. Está em curso de pós-graduação em Neuropsicologia pela Faculdade Ages e possui formação teórico-prática em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Instituto Fratelli. Desenvolve conteúdo no Instagram voltado à promoção da saúde mental e ao autoconhecimento, abordando temáticas como crenças disfuncionais, infância e relações interpessoais. Atuou como estagiária na Clínica Escola de Psicologia, com atendimentos psicológicos clínicos, e na Clínica de Hemodiálise Hemovida, promovendo saúde e bem-estar mental por meio de acolhimentos, palestras e ações educativas.

### **JEANE DENISE DE SOUZA MENEZES**

Possui graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Ciências com Habilitação em Biologia ambas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Realizei pós-doutoramento na Universidade Federal da Bahia (CAPES/UFBA). Atualmente sou professora do Curso de Graduação em Engenharia de Produção da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Possuo experiências nas áreas: Meio Ambiente e Sustentabilidade, atuando principalmente nas temáticas: Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Aproveitamento de Resíduos, Biocombustíveis e Produção de biodiesel.

### **FABIANNO ANDRADE LYRA**

Possui Graduação em Psicologia e Mestrado em Política Social ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Foi Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), Pesquisador-Membro do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Exclusão/Inclusão Social: Aspectos Psicossociais e do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho. Elaborou e executou trabalho de Análise Institucional no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW/UFPB) e atuou por quatro anos como Coordenador Acadêmico de Cursos de Graduação em Psicologia. Atualmente desenvolve atividades de ensino e pesquisa em Cursos de Graduação e Pós-Graduação. As terminologias correntes no CV-LATTES pautando a produção em C,TA são: Logoterapia; Psicoterapia Existencial; Orientação Vocacional / Profissional; Psicoterapia Breve e Saúde Mental no Trabalho.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADES  
EXTENSIONISTA SOBRE A GESTÃO DE DIVERSIDADE,  
EQUIDADE E INCLUSÃO (DEI) E A IMPORTÂNCIA DO RH  
4.0 NA ORGANIZAÇÃO**

**EXPERIENCE REPORT ON EXTENSION ACTIVITIES ON  
DIVERSITY, EQUITY AND INCLUSION (DEI)  
MANAGEMENT AND THE IMPORTANCE OF HR 4.0 IN THE  
ORGANIZATION**

DOI: 10.5281/zenodo.16942809

**Alana Caroline de Jesus Silva<sup>1</sup>**

alana12320078 @soumaissantissimo.com.br

**Bianca de Oliveira Santos<sup>1</sup>**

bianca12320015 @soumaissantissimo.com.br

**Felipe da Silva Ferreira<sup>1</sup>**

felipe12320019 @soumaissantissimo.com.br

**Larissa Victória Sousa da Silva<sup>1</sup>**

larissasilva12320154 @soumaissantissimo.com.br

**Sarah Vitória do Amaral Machado<sup>1</sup>**

sarah12320177 @soumaissantissimo.com.br

**Thaiane Dias Rastelli<sup>1</sup>**

thaiane12320141@soumaissantissimo.com.br

**Raymundo Jorge de Sousa Mançú<sup>2</sup>**

docente.raymundomancu@fssssacramento.br

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas nas fases de planejamento, desenvolvimento, conclusão e limitações para a execução das atividades extensionistas com projeto intitulado: “Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização” pelos(as) discentes do curso de Administração do 3º semestre da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS) - Alagoinhas-Bahia-Brasil em 2024. A Metodologia aplicada foi uma pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações, teses e livros sobre os temas “Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)” e “RH 4.0 aplicada na organização”, com estudo, elaboração de slides e levantamento de vídeos de curta duração no Youtube sobre esses temas, com realização de palestra interativa pelos discentes da FSSS na Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) em uma empresa de captação, tratamento e distribuição de água e de saneamento básico, localizada na cidade de Alagoinhas-Bahia, no dia 24 de outubro de 2024, das 09:00 horas às 11 horas, cujo tema da SIPAT: “Respeito é a Palavra de Ordem”. Nos Resultados observamos que as atividades extensionistas planejadas pelos discentes foram alcançadas com eficácia. Os discentes realizaram as atividades com comprometimento, demonstraram segurança, habilidade de falar em público em auditório

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Administração da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Orientador e Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento – FSSS

da empresa com 42 participantes e com domínio dos conhecimentos apresentados, sendo elogiados pelo gerente da instituição, engenheiros, responsável do RH, representantes da CIPA e pelos colaboradores da empresa. Nas considerações finais identificamos que as atividades extensionistas acadêmicas são relevantes para o desenvolvimento dos discentes de nível superior neste processo de interação entre a instituição acadêmica, a comunidade civil e/ou organizacional para construção de conhecimentos e trocas de experiências. Os discentes realizaram a pesquisa e o planejamento das atividades extensionistas, executaram uma palestra dessas atividades pesquisadas superando o temor de falar e interagir em público, em ambiente externo a instituição acadêmica, na Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) da empresa na cidade de Alagoinhas-Ba, com presença de lideranças, engenheiros, representantes do RH e colaboradores de operação da empresa.

**Palavras-chave:** Gestão. Gestão de Diversidade. Equidade. Inclusão. RH 4.0.

**ABSTRACT:** This work aims to report the experiences lived in the planning, development, conclusion and limitations phases for the execution of extension activities with a project entitled: “Diversity, Equity and Inclusion Management (DEI) and the Importance of HR 4.0 in the Organization” by students of the 3rd semester Administration course at Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS) - Alagoinhas-Bahia-Brazil in 2024. The methodology applied was a bibliographic research in articles, dissertations, theses and books on the themes “Diversity, Equity and Inclusion Management (DEI)” and “HR 4.0 applied in the organization”, with study, preparation of slides and survey of short videos on YouTube on these themes, with an interactive lecture by FSSS students during the Internal Week for the Prevention of Accidents at Work (SIPAT) in a water collection, treatment and distribution and basic sanitation company, located in the city of Alagoinhas-Bahia. on October 24, 2024, from 9:00 am to 11:00 am, with the SIPAT theme: “Respect is the Watchword”. In the Results, we observed that the extension activities planned by the students were achieved effectively. The students carried out the activities with commitment, demonstrated confidence, ability to speak in public in a company auditorium with 42 participants and mastery of the knowledge presented, being praised by the institution's manager, engineers, HR manager, CIPA representatives and company employees. In the final considerations, we identified that academic extension activities are relevant for the development of higher education students in this process of interaction between the academic institution, the civil and/or organizational community for the construction of knowledge and exchange of experiences. The students carried out the research and planning of the extension activities, gave a lecture on these researched activities, overcoming the fear of speaking and interacting in public, in an environment outside the academic institution, during the Internal Accident Prevention Week (SIPAT) of the company in the city of Alagoinhas-Ba, with the presence of leaders, engineers, HR representatives and company operations employees.

**Keywords:** Management. Diversity Management. Equity. Inclusion. HR 4.0.

## 1 INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial, a diversidade nas sociedades desenvolvidas teve suas origens em quatro grandes movimentos sociais (Freitas, 2013), sendo na presença maciça e permanente das mulheres no mercado de trabalho; na mistura demográfica causada pelos fluxos migratórios e pelo fortalecimento da globalização; na coexistência de várias gerações *Babby*

*Boomers*, X, Y, Z e atual geração ALPHA, em função do aumento da expectativa de vida; devido a uma cultura mais tolerante e liberal em relação às diferenças. Neste contexto, o tema das minorias e da diversidade cultural tem sido algo relevante nos países da América do Norte, EUA e Canadá (Fleury, 2000 *apud* Bezerra, 2022).

No Brasil ainda estamos dando os primeiros passos na área da gestão da diversidade, apesar das várias leis e políticas públicas voltadas para reduzir desigualdades no mundo social e do trabalho, com objetivo de fazer justiça social. Corroborando, Fernandes e Berlato (2022), observa que nos resultados do PNAD 2015 o Brasil apresentou uma população composta por 45% de pessoas que se autodeclararam brancas; 45,1% de pessoas que se autodeclararam pardas; e 8,9% de pessoas que se autodeclararam pretas.

Para Freitas (2013) a gestão da diversidade é extremamente desafiador e não se faz sem tensões, que merecem estudos e reflexões em relação à diversidade versus universalidade, igualdade e desempenho na organização. Portanto, o tema gestão da diversidade, equidade e inclusão é relevante no contexto atual para se caracterizar a justiça social, fortalece a cultura organizacional e melhora o clima organizacional.

Desta forma, a partir do recebimento da carta-convite da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) pelo docente orientador e discentes do 3º semestre do curso de Administração da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), solicitando uma pesquisa e palestra com debate no evento da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) em outubro de 2024 na empresa de captação, tratamento e distribuição de água e de saneamento básico do município de Alagoinhas-Ba, para atender o seguinte tema da SIPAT-2024 “Respeito é a Palavra de Ordem”. Neste contexto, o docente orientador e os discentes da FSSS propuseram à empresa e a CIPA desenvolver uma atividade extensionista com o objetivo geral de pesquisar, analisar e elaborar uma palestra sobre a “Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização”. Para alcançar os resultados solicitado na carta-convite do presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da empresa, os discentes definiram os seguintes objetivos específicos:

- Pesquisar artigos e livros sobre Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI);
- Pesquisar artigos e livros sobre Importância do RH 4.0 na Organização;
- Elaborar apresentação sobre Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização;

- Pesquisar e baixar vídeos de curta duração do *Youtube* sobre Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização; e
- Elaborar e realizar uma palestra interativa sobre a Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0, na SIPAT 2024.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nas atividades extensionistas pelos discentes do 3º semestre do Curso de Administração da Faculdade Santíssimo Sacramento - FSSS da cidade de Alagoinhas-Bahia foi uma pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações, teses, livros e vídeos de curta duração no google sobre “Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização”. Segundo Gil (2017, p. 28) “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. E para Martins (2016, p. 52) a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congresso etc., e busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema”.

Posteriormente, foi realizada uma análise e triangulação de conteúdos, elaboração de slides e apresentação dos resultados sob a supervisão de um docente orientador, no evento da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT 2024) no dia 24 de outubro de 2024, das 09:00 horas às 11 horas, evento este organizado e coordenado pelo presidente e membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da empresa de captação, tratamento e distribuição de água e saneamento básico, localizado na cidade de Alagoinhas-Bahia. Para Gil (2017, p. 119), a análise e triangulação de conteúdos é um processo básico na pesquisa etnográfica e refere-se ao uso de dois ou mais métodos para verificar se os resultados obtidos são semelhantes, com vistas a reforçar a validade interna dos resultados”.

A partir das atividades extensionistas e realização de uma palestra no evento da SIPAT 2024, também os discentes do 3º semestre do curso de administração da FSSS elaboraram uma lista de presença, coletaram as assinaturas de todos os presentes e totalizaram 42 participantes, incluindo o gerente da empresa, presidente e membros da CIPA, representantes do RH, engenheiros, colaboradores próprios e contratados e também realizaram registros fotográficos

durante a apresentação dos seis discentes e do docente orientador conforme imagens fotográficas apresentadas no capítulo de resultados e discussão.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para a execução das atividades extensionistas na comunidade, os discentes do 3º semestre do Curso de Administração da FSSS, no semestre 2024.2, vivenciaram como principal lacuna a dificuldade de identificar instituições parceiras que disponibilizassem um momento para que os estudantes pudessem apresentar seus projetos de transferência de conhecimentos acadêmicos à comunidade e aos colaboradores dessas instituições, com o objetivo de socializar e ampliar conhecimentos para esses públicos. Isso se deve ao fato de que esse tipo de parceria entre IES e comunidades/organizações ainda está em processo de implementação, e os parceiros ainda não perceberam plenamente a relevância dessas interações e da troca de conhecimentos e experiências para ambas as partes envolvidas.

Nesse contexto, os discentes apresentaram à comissão da CIPA de uma empresa alguns temas atuais, possíveis de serem explorados em pesquisas acadêmicas, e os representantes da CIPA reconheceram a importância dessa parceria, aceitando, assim, a proposta dos estudantes.

A partir de carta-convite do presidente da CIPA de uma empresa de captação, tratamento e distribuição de água e saneamento, localizada na cidade de Alagoinhas, Bahia, foi autorizada e solicitada a participação dos discentes na Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT). A carta, enviada ao docente orientador e aos estudantes do 3º semestre do Curso de Administração da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), propôs a realização de uma atividade extensionista com base em pesquisa bibliográfica, culminando na apresentação de uma palestra voltada para lideranças, engenheiros, funcionários próprios e contratados da empresa, durante a SIPAT 2024, no dia 24 de outubro de 2024, das 9h às 11h, com o tema: “RESPEITO É A PALAVRA DE ORDEM”.

Nesse sentido, Pinheiro e Narciso (2022) afirmam que as atividades extensionistas, integradas ao ensino e à pesquisa no meio acadêmico, assumem um papel relevante na construção e articulação de ideias, na produção de conhecimento e no envolvimento com a sociedade e com organizações da região onde a instituição de ensino está inserida. Trata-se de uma via de mão dupla no processo de aprendizagem, possibilitando a troca de saberes e experiências acadêmicas e populares.

Portanto, os discentes do 3º semestre do Curso de Administração analisaram o tema da SIPAT 2024 e apresentaram uma proposta de pesquisa intitulada “Gestão de Diversidade,

Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização” ao gestor da empresa e ao presidente da CIPA. A proposta foi aprovada e considerada de grande relevância, especialmente no contexto atual, para os colaboradores da organização. Além disso, foram disponibilizadas aos discentes, para fins de estudo e discussão durante a palestra, cópias da Política de DEI e do Código de Conduta Ética da empresa.

Diante disso, segundo Freitas (2013), observa-se que os gestores das organizações estão, de forma intrínseca, ligados à gestão da diversidade, relacionada às competências, habilidades, gênero, experiência, idade, origem social ou cultura. Esses gestores enfrentam o grande desafio de promover uma integração organizacional que valorize o potencial das diferenças, respeite os grupos presentes e, ao mesmo tempo, garanta identidade e coesão. Esse processo contribui para o desenvolvimento de uma cultura organizacional forte e de um clima organizacional saudável.

Para atender à demanda da empresa, foi realizada uma reunião com os representantes da CIPA, na qual se definiu a participação de seis discentes e o tempo de duas horas para a execução da palestra. Também foi promovida uma reunião com os estudantes do 3º semestre do Curso de Administração, conforme lista de presença (Figura 1), com o objetivo de elaborar um plano de atividades envolvendo a pesquisa de artigos, dissertações e teses por meio do Google, além da seleção de vídeos de curta duração no YouTube, para subsidiar a preparação da palestra. Nessa ocasião, também foram definidos os seis discentes responsáveis pela apresentação na data acordada.

**Figura 1** - Lista de matrículas e nomes dos discentes do 3º semestre do curso de Administração da FSSS participantes das Atividades Extensionistas em 2024.2

12320078 - Alana Caroline de Jesus Silva (ADM-3NOT)  
 12320176 - Anna Carolina de Victor Costa Santos (ADM-3NOT)  
 12320201 - Antonio Rodrigues de Almeida Netto (ADM-3NOT)  
 12320015 - Bianca de Oliveira dos Santos (ADM-3NOT)  
 12320019 - Felipe da Silva Ferreira (ADM-3NOT)  
 12420171 - Gilberto de Oliveira Silva (ADM-3NOT)  
 12420177 - Igor Santos Nogueira Martins (ADM-3NOT)  
 12320152 - Julia Macedo Jesus Leite da Silva (ADM-3NOT)  
 12420142 - Lais Nonato magalhães Costa (ADM-3NOT)  
 12320154 - Larissa Victória Sousa da Silva (ADM-3NOT)  
 12320134 - Lucca de Jesus Santos (ADM-3NOT)  
 11820057 - Rodrigo da Silva Gonçalves França (ADM-3NOT)  
 12320077 - Rodrigo Santos Nogueira (ADM-3NOT)  
 12320177 - Sarah Vitoria do Amaral Machado (ADM-3NOT)  
 12320141 - Thaiane Dias Rastelli (ADM-3NOT)

Fonte: Base de dados dos autores (2025)

Para solicitar a liberação do trabalho dos seis discentes que trabalham em regime administrativo aos gestores das empresas, o docente orientador elaborou e enviou um atestado da necessidade dos discentes do curso de Administração da FSSS realizarem atividades extensionistas como exigência definida em resolução do MEC/CNE, para a participação dos seis discentes do 3º semestre do curso de ADM da FSSS em atividades externo a instituição acadêmica, para interagir e disseminar conhecimentos junto à comunidade e as organizações, neste caso no evento da SIPAT 2024 da empresa de captação, tratamento e distribuição de águas e saneamento.

Para Lima (2019) o empoderamento ou delegação de autoridades e responsabilidades às pessoas (*empowerment*) descentraliza os poderes na cadeia hierárquica de uma organização e transfere autonomia aos colaboradores, com objetivo de aumentar a capacidade para pesquisar, diagnosticar, analisar e construir conhecimentos, capacidades, habilidades e atitudes para participar com segurança e qualidade na execução dos processos e nas tomadas de decisões.

Entretanto, os discentes do 3º semestre do curso de ADM da FSSS sob a supervisão do docente orientador elaboraram o planejamento de todas as atividades extensionistas, com reunião presencial na FSSS (Figura 2), e posterior, com reunião em sala de aula *online* pelo MEET, definiram as atribuições e responsabilidades individuais e de equipe com elaboração de plano de ação (Figura 3).

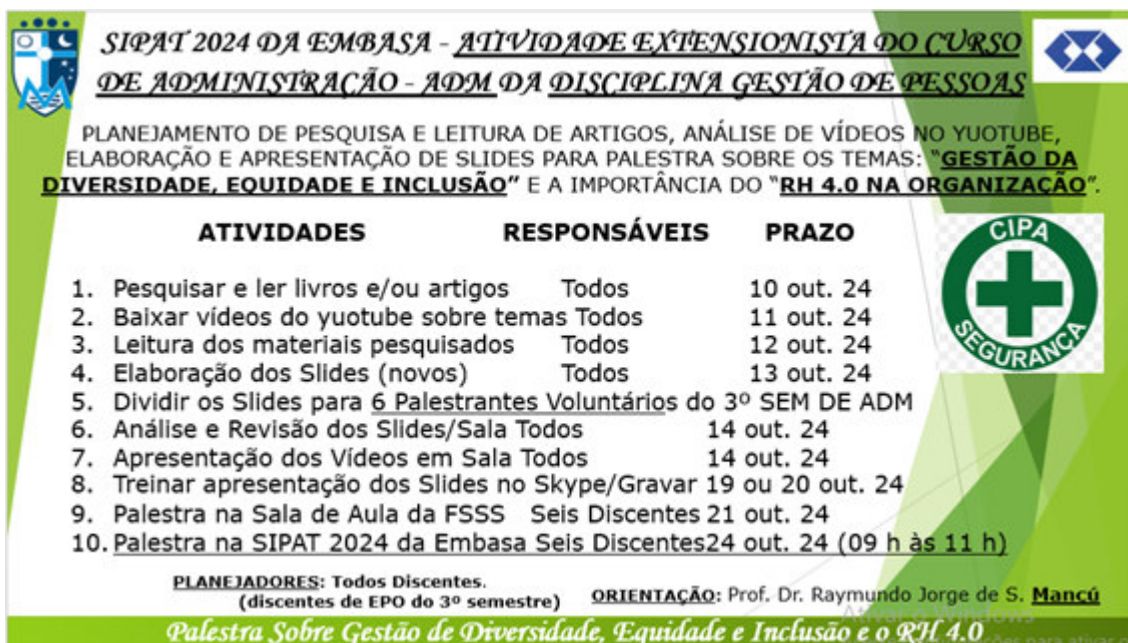
Figura 2 - Docente orientador e discentes do 3º semestre do curso de Administração da FSSS realizando planejamento e estruturação das Atividades Extensionistas em 2024.2



Fonte: Banco de imagens dos autores (2025)

E, em seguida os discentes iniciaram as pesquisas de artigos, dissertações, teses e livros com levantando do histórico, conceitos e demais conteúdos e vídeos/filmes de curta duração no *Youtube* sobre “Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização”. Corroborando, Nogueira (2004) afirma que um planejamento constitui um processo que demanda continuidade, flexibilidade, acompanhamento, controle e avaliação permanentes dos esforços empreendidos e para a sua implementação torna-se estratégico a participação de todos os envolvidos, para alcançar os resultados com eficiência e eficácia.

Figura 3 - Planejamento e estruturação das atividades extensionistas em 2024.2 realizado pelos discentes do 3º semestre do curso de Administração da FSSS.



| ATIVIDADES                                                            | RESPONSÁVEIS   | PRAZO                     |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------|
| 1. Pesquisar e ler livros e/ou artigos                                | Todos          | 10 out. 24                |
| 2. Baixar vídeos do youtube sobre temas                               | Todos          | 11 out. 24                |
| 3. Leitura dos materiais pesquisados                                  | Todos          | 12 out. 24                |
| 4. Elaboração dos Slides (novos)                                      | Todos          | 13 out. 24                |
| 5. Dividir os Slides para 6 Palestrantes Voluntários do 3º SEM DE ADM |                |                           |
| 6. Análise e Revisão dos Slides/Sala                                  | Todos          | 14 out. 24                |
| 7. Apresentação dos Vídeos em Sala                                    | Todos          | 14 out. 24                |
| 8. Treinar apresentação dos Slides no Skype/Gravar                    |                | 19 ou 20 out. 24          |
| 9. Palestra na Sala de Aula da FSSS                                   | Seis Discentes | 21 out. 24                |
| 10. Palestra na SIPAT 2024 da Embasa                                  | Seis Discentes | 24 out. 24 (09 h às 11 h) |

PLANEJADORES: Todos Discentes.  
(discentes de EPO do 3º semestre) ORIENTAÇÃO: Prof. Dr. Raymundo Jorge de S. Mancú

**Palestra Sobre Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão e o RH 4.0**

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A partir da análise e triangulação dos conteúdos pesquisados foram estruturados pelos discentes os slides com todos os conteúdos planejados e também selecionados três vídeos de curta duração do *Youtube* para tornar a palestra mais dinâmica e interativa. Além disso, o docente orientador e os discentes em reunião analisaram e dividiram os slides da palestra pelos seis discentes que se prontificaram em realizar as apresentações na SIPAT 2024 da empresa de captação, tratamento e distribuição de água e de saneamento básico.

Nesse contexto, foi realizado um treinamento dos seis discentes de como falar em público, através de apresentação dos slides e vídeos de curta duração realizado em sala de aula presencial da FSSS, e também, na sala de aula *online* do aplicativo MEET, com orientações de melhorias e gravação da palestra. Para Borges (2015) a participação periódica das pessoas em programas de treinamento, irão contribuir para o desenvolvimento de novos conhecimentos,

habilidades e atitudes (CHA) e estes alcançaram novos patamares, ao atingir os seus objetivos e metas, nesta era de constantes mudanças. Na sequência, os discentes da FSSS elaboraram uma lista de presença para registros dos participantes no evento da SIPAT 2024 realizado pela comissão da CIPA, como documento de evidência objetiva da realização da atividade extensionista no evento da empresa.

Desta forma, no dia 24 de outubro, às 09:00 h no evento da SIPAT 2024 o gestor da empresa e o presidente da CIPA realizaram a abertura do evento no auditório, convidaram e apresentaram o docente orientador ao público presente. Este fez uma breve apresentação pessoal, dos discentes presentes e da instituição acadêmica FSSS e falou a importância de parcerias entre as instituições acadêmicas, as comunidades e as organizações da região da instituição FSSS, para a realização de transferência de conhecimentos adquiridos em pesquisas no meio acadêmico e nas organizações, para o aprendizado de todos e melhoria contínua neste mercado competitivo (Figura 3).

Figura 3 - Docente orientador das atividades extensionistas realizando uma breve apresentação da instituição FSSS e importância de parcerias com comunidade e empresas



Fonte: Banco de imagens dos autores (2025)

Em seguida, o docente orientador convidou os seis discentes palestrantes do 3º semestre do curso de Administração da FSSS, solicitou uma breve apresentação individual aos participantes no evento e orientou para o início da palestra na SIPAT 2024 (Figura 4).

Figura 4 - Docente orientador e os seis discentes do 3º semestre de curso de Administração da FSSS palestrantes das atividades extensionistas 2024.2.

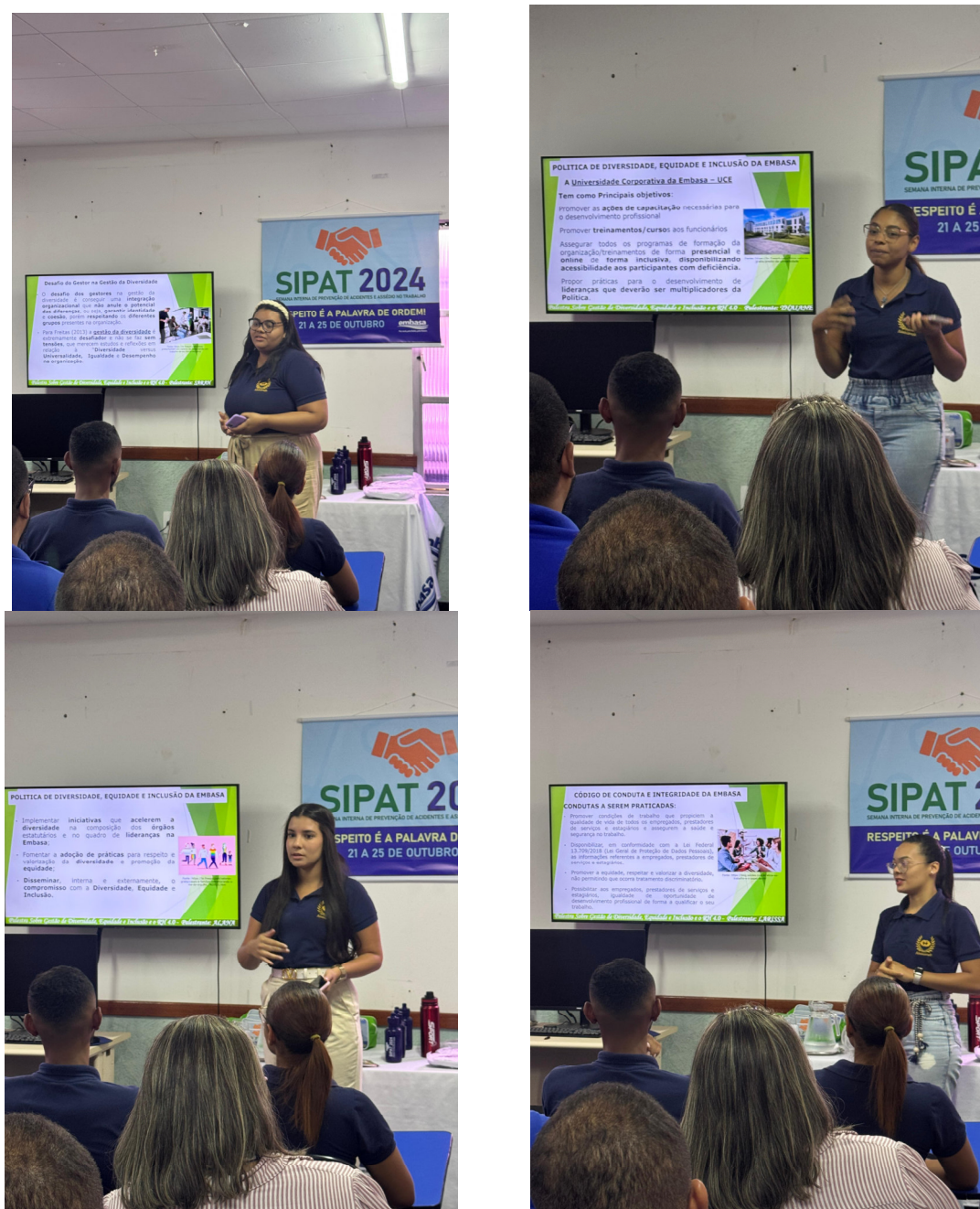


Fonte: Banco de imagens dos autores (2025)

Os seis discentes palestrantes realizaram uma breve apresentação individual e iniciaram a palestra sobre a “Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização”, com divulgação de três vídeos de curta duração sobre DEI e RH 4.0 do *Youtube* no decorrer da palestra na SIPAT 2024 da empresa, a partir das 09:00 horas e conclusão às 11 h, realizada com comprometimento, qualidade, e no tempo planejado (Figura 5).

Figura 5 - Discentes do 3º semestre do curso de Administração da FSSS realizando palestra no auditório da empresa





Fonte: Banco de imagens dos autores (2025)

Diante disso, o docente orientador e os discentes do 3º semestre do curso de Administração da FSSS abriram espaço para perguntas e discussão sobre o tema de palestra aos participantes do evento. Em seguida, evidenciaram maturidade, segurança, autonomia e iniciativa, através dos agradecimentos pelo convite para participar do evento da SIPAT 2024 ao presidente da CIPA, gerente e demais colaboradores da empresa, assim como comunicaram à disponibilidade de todos para participar em outros programas e eventos da empresa durante o ano letivo.

Neste contexto, segundo Kleba e Wendausen (2009) o empoderamento pessoal com a delegação de poderes e responsabilidades às pessoas possibilita a plena capacitação dos indivíduos em exercerem os seus direitos civis e responsabilidades, com aumento de habilidades, autonomia, liberdade, respeito e apoio mútuo dos membros de grupos/equipes onde atua, com práticas de solidariedade, reciprocidade e sentimento de pertencimento grupal, contribuindo assim, para o aumento da autoestima, motivação, compromisso, produtividade dos colaboradores, competitividade das organizações, fortalecimento da cultura organizacional e para melhoria do clima organizacional.

Desta forma, o gerente da empresa, membros da CIPA e participantes do evento da SIPAT 2024 agradeceram ao docente orientador e à equipe de discentes palestrantes da FSSS, elogiaram a qualidade da apresentação, o nível de conhecimento da equipe de discentes e a discussão, realizaram entregas de brindes e certificados de palestrantes para os discentes e docente orientador.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os discentes do Curso de Administração do 3º semestre da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS) nos meses de setembro e outubro de 2024 pesquisaram, planejaram e cumpriram com qualidade as atividades extensionistas negociada com a Empresa Pública de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Saneamento Básico, com realização de palestra e discussão sobre “Gestão de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e a Importância do RH 4.0 na Organização”, na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) em 2024, cujo tema da SIPAT-2024 foi: “RESPEITO É A PALAVRA DE ORDEM”.

O docente orientador e os discentes palestrantes participaram da discussão e agradeceram o convite da CIPA e comunicou a disponibilidade para participar também em programas da companhia durante o ano letivo.

O gerente da empresa, presidente e membros da CIPA agradeceram ao docente orientador e à toda equipe de discentes, assim como, elogiou a qualidade da apresentação, o nível de conhecimento apresentado pela equipe de discentes, realizaram entregas de brindes e de certificados para os palestrantes.

#### **4.1 Limitações dos discentes para execução das atividades extensionistas**

- Identificar parcerias junto à comunidade de Alagoinhas-BA e região para a realização de atividades extensionistas;
- Programar junto à comunidade de uma reunião/horário para os discentes apresentarem o projeto e definir um título/tema de palestra/curso;
- Falar em público externo à IES-FSSS, na palestra/curso e discussão na SIPAT-2024 em auditório da empresa;
- Estruturar e desenvolver atividades para apresentação externa a IES;
- Liberação do trabalho no comércio para realizar as atividades extensionistas no horário administrativo;
- Liberação do trabalho de indústria em regime de trabalho administrativo e de turno ininterrupto para realizar as atividades extensionistas;
- Falta de recursos financeiros para transporte de discentes da IES-FSSS, que residem nas cidades da região e que utilizam transporte escolar público; e
- Tempo para a realização de outras atividades acadêmicas de disciplinas para serem entregues no mesmo período de realização das atividades extensionistas.

#### **AGRADECIMENTOS**

O docente orientador e os discentes do 3º semestre do curso de Administração da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS) agradece de forma calorosa ao gerente, presidente e membros da CIPA e à todos os colaboradores participantes do evento, pelo convite para a realização de palestra na Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) em outubro de 2024, na Empresa Pública de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Saneamento Básico. E também, à direção e ao coordenador do curso de Administração da FSSS pelas orientações da relevância das atividades extensionistas e incentivos para a realização dessas

atividades nas comunidades e organizações de Alagoinhas-Bahia e nos municípios circunvizinhos.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Francisco William Coêlho, *et al.* **Gestão da diversidade nas organizações: uma breve revisão bibliográfica.** 2022.
- BORGES, Angélica Pereira. **A importância do treinamento e desenvolvimento de pessoas.** Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/254.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- Entenda 6 desafios da gestão de diversidade nas organizações.** 2024. Disponível em: <https://www.top-employers.com/pt-BR/insights/culture/entenda-6-desafios-da-gestao-de-diversidade-nas-organizacoes/>. Acesso em: 05 set. 2024.
- FERNANDES, Thais; BERLATO, Heliani. **Gestão da diversidade: as influências da cultura organizacional.** 2022. Disponível em: . Acesso em: 05 set. 2024.
- FREITAS, Maria Ester de. **Desafios da Gestão da Diversidade nas Organizações.** 2013. Disponível em: <https://pesquisa-caesp.fgv.br/publicacoes/gvp/desafios-da-gestao-da-diversidade-nas-organizacoes>. Acesso em: 05 set. 2024.
- Gestão da Diversidade: o que é e como fazer?** 2024. Disponível em: Disponível em: <https://Treediversidade.com.br/o-que-e-e-como-fazer-gestao-da-diversidade/>. Acesso em: 05 set. 2024
- Gestão da Diversidade e Inclusão: Vantagens para Empresas Modernas.** 2023. Disponível em: <https://www.qualitin.com/gestao-da-diversidade-e-inclusao/>. Acesso em: 05 set. 2024.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- KLEBER, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.** São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pnCDbh88LDqWwDTx9pGK39h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- LIMA, Kawana Dos Santos. **Empowerment nas Organizações: Implementação e Desafios.** 2019. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_68\\_1591803163.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_68_1591803163.pdf). Acesso em: 22 mar. 2025.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.
- NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães. O processo de planejamento: uma breve análise de sua importância. **Comun. In /**, v. 7, n. 1, p.97-103, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24285/14095>. Acesso em 22 mar. 2025.

## **BIOGRAFIA DOS AUTORES**

### **ALANA CAROLINE DE JESUS SILVA**

Discente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atualmente cursando o 4º semestre do curso de administração de empresas e comerciária.

### **BIANCA DE OLIVEIRA SANTOS**

Discente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atualmente cursando o 4º semestre do curso de administração de empresas, atuando como jovem aprendiz, comerciária.

### **FELIPE DA SILVA FERREIRA**

Discente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atualmente cursando o 4º semestre do curso de administração de empresas, comerciário, atuando como MEI no próprio negócio.

### **LARISSA VICTÓRIA SOUSA DA SILVA**

Discente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atualmente cursando o 4º semestre do curso de administração de empresas e comerciária.

### **SARAH VITÓRIA DO AMARAL MACHADO**

Discente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atualmente cursando o 4º semestre do curso de administração de empresas e comerciária.

### **THAIANE DIAS RASTELLI**

Discente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atualmente cursando 4º semestre do curso de administração de empresas e comerciária.

### **RAYMUNDO JORGE DE SOUSA MANÇÚ**

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), aposentado da Petrobras, graduado em administração de empresas, especialista em sistemas de gestão das normas ABNT NBR ISO do Sistemas de Gestão Integradas (SGI) e em auditorias internas do SGI e dos Regulamentos Técnicos da Agência Nacional do Petróleo (ANP), mestre em administração estratégica, doutor em ciência da informação e pós-doutorado em pós-crítica, especialista e professor em exploração e produção de petróleo e gás natural.

### TRANSEXUALIDADE FRENTE À BIOÉTICA DOS DIREITOS HUMANOS E APOIO SOCIAL

### LA TRANSEXUALIDAD FRENTE A LA BIOÉTICA DE LOS DERECHOS HUMANOS Y EL APOYO SOCIAL

DOI: 10.5281/zenodo.16943401

**Roseane Gomes Trinchão**<sup>1</sup>  
relacion.gestaltterapia@gmail.com

**Samai Alcira Cunha**<sup>2</sup>  
docente.samaialcira@fsssacramento.br

**Jeanne Denise de Souza Menezes**<sup>3</sup>  
docente.jeannedenise@fsssacramento.br

#### RESUMO

A transexualidade, trans é o indivíduo que apresenta uma condição de oposição entre o sexo biológico e o gênero com o qual se identifica. Trans significa “além de” ou “lado oposto”, formas para designar pessoas segundo conformidade trans: transexuais, transgêneros, travestis, pessoas não binárias (Dalgalarondo, 2019). Este presente trabalho acadêmico tem como objetivo geral esclarecer o que as políticas públicas garantem a classe transexual, como objetivos específicos discutir a responsabilidade do estado, obstáculos para exercer seus direitos, e implicações a saúde mental. Esse artigo, foi embasado de uma revisão bibliográfica e documental, leis, normas dos direitos humanos, resoluções em medicina, código ética de psicologia e governamentais. Por ser uma classe suscetível, restringida e recursos de concessão, o apoio social é insigne relevante no quadro psicológico.

**Palavras-chave:** Transexualidade, direito, bioética, identidade de gênero, apoio social e discriminação.

**RESUMEN:** Transexualidad, trans es un individuo que presenta una condición de oposición entre su sexo biológico y el género con el que se identifica. Trans significa “más allá” o “lado opuesto”, formas de designar a las personas según la conformidad trans: transexuales, personas transgénero, travestis, personas no binarias (Dalgalarondo, 2019). Este trabajo académico tiene como objetivo general esclarecer qué políticas públicas garantizan a la clase transexual, como objetivos específicos discutir la responsabilidad del Estado, obstáculos para el ejercicio de sus derechos e implicaciones para la salud mental. Este artículo se basó en una revisión bibliográfica y documental, leyes, estándares de derechos humanos, resoluciones médicas, psicología y códigos de ética gubernamental. Al tratarse de una clase susceptible, restringida y otorgadora de recursos, el apoyo social tiene gran relevancia en el marco psicológico.

**Palabras clave:** Transexualidad, derecho, bioética, identidad de género, apoyo social y discriminación

---

1 Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

2 Orientador, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

3 Coorientador, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

## 1 INTRODUÇÃO

A transexualidade é caracterizada pelo desajuste da identidade de gênero ao que lhe é classificado como sexo biológico de nascimento (Dalgalarondo, 2019). Dessa forma, o sujeito do sexo masculino se identifica como feminino e vice-versa, desejosos por mudanças e imagem estética, busca por terapias hormonais e até por cirurgias para mudança de sexo.

Segundo o CID.10: F640 o transexualismo era considerado disforia de gênero ou dissonância ao sexo biológico no qual se define em sociedade. “Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruência acentuada entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento), é o gênero experimentado/expresso” (Manual diagnóstico DSM-5, 2018 p.453). De acordo com o DSM-5, 2018 disforia de gênero é uma aflição seguido de divergência entre a categoria manifesto e o denominado pelo sujeito.

Ainda não se sabe a causa original da contraposição de gênero, embora “fatores biológicos, psicológicos e socioculturais,” têm sido analisados. Em um estudo na Holanda existem indícios “evidências para fatores genéticos, pois estudos com gêmeos revelam concordância significativa maior entre gêmeos monozigóticos quando comparados a dizigóticos” (Ristori: Steensma, 2016 *apud* Dalgalarondo, 2019, p.426).

A relevância deste artigo é abordar porque os transexuais sofrem discriminação e barreiras para exercer os seus direitos? Este estudo de revisão bibliográfica visa esclarecer qual o papel do estado frente aos direitos humanos conquistados, identificar o apoio social, relações familiares e amizades, discriminação de identidade no sistema de saúde, quais os impactos e consequências a saúde mental.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pessoa transexual diverge do sexo de nascimento, o sujeito do sexo biológico masculino se identifica como feminino, o mesmo ocorre no oposto e vice-versa, logo o trans não se percebe ao sexo biológico. É perceptível a divergência do sexo biológico e o gênero no qual procura harmonizar-se, assim decide por cirurgias para mudança do sexo de nascimento, em busca de uma realização, porém esse não é o desejo de todos o que implica em fatores de riscos à saúde.

Alguns adultos podem procurar tratamento hormonal (as vezes sem prescrição e supervisão médica) e cirurgia de redesignação de gênero [cirurgia para alterar o órgão genital]. Outros ficam satisfeitos apenas com o tratamento hormonal ou cirurgia. [...]. Após a redesignação de gênero, a adaptação pode variar de, e o risco de suicídio pode persistir (Manual diagnóstico DSM-5, 2018.p. 454-455).

Essa condição social a qual o indivíduo transexual ou trans recorre, envolve uma transição somática seja por tratamento hormonal e até cirurgia genital, que no passado não eram acessíveis. Segundo o DSM-IV 2002, o transtorno de identidade de gênero ou disforia é um obstáculo médico e não uma “identidade por si própria”.

Segundo Dalgalarondo (2019, p.424-425), a palavra “transgênero” ou “guarda-chuva” compreendem diversas subdivisões de identidade de gênero que atravessa padrões de variedade. Essa expressão “transgênero” é designada para masculino e feminino com “incongruência de gênero”, podem ser classificados indivíduos “cross-dessers, drag queens, drag kings, travestis, andróginos, bigêneros, “terceiro gênero” ou um “não gênero”.

No ano de 1953, o médico endocrinologista dos Estados Unidos Harry Benjamin instituiu o termo transexualismo a qual foi renomado como o “pai da Transexualidade”, e assim aprimorou-se em transexualidade aos 60 anos de idade. Esse termo foi adentrado pelo psiquiatra norte-americano Benjamin para indicar um “distúrbio psíquico da identidade”.

Para Bento (2012, p.19), a “Transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo. No século XX, a partir 1950 a prática médica para essa “experiência identitária”, consolidou o diagnóstico diferencial, pois não havia exame clínico que comprovasse a “identidade transexual”.

A partir dos campos de conhecimento das áreas de medicina, psicologia e direito a transexualidade foi fundamentada na esfera de “transtornos mentais”, conforme CID.10: F640. “Sugiro que a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelas normas de gênero. Essa definição se confronta com a medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma “doença mental” e a relaciona com o campo da sexualidade e não ao gênero” (Bento, 2012, p.18).

O psiquiatra Carl Gustav Jung (1967), publicou no livro *Anima e Animus* no qual constituem características da personalidade, que os aspectos do inconsciente coletivo “presente desde o nascer e que é geneticamente (biologicamente) determinado, e o

inconsciente pessoal, que é o produto de todas as experiências de uma pessoa na sua subsequente vida emocional e interpessoal.” Para Jung (1991, p.112) o animus e a anima, tem um papel importante “funções na identificação sexual de uma pessoa e na formação de relacionamentos com pessoas do sexo oposto”.

Animus e anima, são arquétipos do inconsciente coletivo denominado pela psicologia analítica de Jung, “animus lado masculino inconsciente vigente na mulher e anima lado feminino inconsciente vigente no homem”, ambos todos nós temos esses arquétipos, prevalecendo o mais significativo (Carl Gustav Jung, 1964)

No Brasil, em 1971 o médico Roberto Farina realizou uma cirurgia para alteração de sexo, após 5 anos foi condenado por lesão corporal grave, fato aberto pelo Ministério Público, “ tais indivíduos, portanto, não são transformados em mulheres, e sim em verdadeiros monstros, através de uma anômala conformação artificial”(Ministério Público – São Paulo, 1975, f.1.2).

Mais adiante em 1997 essa cirurgia de mudança de sexo passa de marginalizada para ser admitida a partir da resolução nº1.82/97, revogada para resolução 1.652/2002, p.1, artigo 42 Conselho Federal de Medicina, entende que essa cirurgia tem como finalidade terapêutico, “adaptar os órgãos genitais ao sexo do âmbito psíquico”, conforme artigo 129 do código penal, não sendo mais compreendida como amputação.

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária de 10 de setembro de 1997, RESOLVE: 1. Autorizar, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos, complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo;[...]2. A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados: desconforto com o sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; ausência de outros transtornos mentais. (Conselho Federal de Medicina, resolução CFM nº 1.482 /1997).

Essa cirurgia de transgenitalização ou neofaloplastia, normalmente chamada de alteração de gênero, realizada com finalidade de conformar aspectos físicos dos órgãos da pessoa transgênero, sendo assim alegada pelo mesmo(a), devendo ser respeitado(a) o seu desejo. Logo, o CFM (1997) entende que a cirurgia de adequação do genital deve ser de caráter experimental a fim de minimizar o desalento ao sexo biológico, que compromete a vida da pessoa, assim o mesmo tenha disposição, e esteja em conformidades aos critérios, seja na condição mínima de dois anos e ausências de outras alterações mentais.

## 2.1 Transexualidade e a bioética dos direitos humanos

A bioética tem ponto de partida reunir adversidade de conflito e compromisso “moral dos médicos e biólogos” em estudo e eficácia. Logo, esse atual campo ético-social, consente debate sobre o assunto na área da saúde, que no passado era omitido, diante de um padrão determinado. É importante compreender a ação humana e princípios éticos, especialista e demais elementos prejudicados.

Faz-se essencial e valioso que a bioética e direitos humanos avancem unidos. A bioética dos direitos humanos visa garantir o bem-estar, assegurar e impedir malefícios no indivíduo, para assim lhe proporcionar uma melhor qualidade de saúde. Vivemos numa sociedade desenvolvida e incompreensível no trato que se refere a identidade sexual o que reflete num âmbito de preconceito e consequentemente discriminação a esse grupo trans dentre outros, assim o que domina e conformar-se é a sexualidade cisgênero ou aquele indivíduo que se identifica ao sexo de nascimento.

Ressalta-se que cabe ao profissional psicólogo, trabalhar em benefício do direito, honrar em conformidade físico e mental, além de discernir a aflição do sujeito como um todo, manifestando dever a democracia, assim como afirma os dois primeiros princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

I.O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Código de ética profissional psicólogo, 2014).

Tom Beauchamp e James Childress em 1979, apresentam quatro princípios da bioética sendo o princípio da beneficência, princípio da não maleficência, princípio da justiça e o princípio da autonomia. O que se explica que esses princípios se devem ao cenário de saúde, reconhecido como bem-estar físico, mental e social.

Conforme os princípios Yogyakarta(2006, p.7), descreve à “identidade de gênero como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou

outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos”.

Para Silva Renato (2022), garantir a prática dos direitos humanos foi essencial intervir no ato, a aprovação recente de identidade sustenta o preito as políticas públicas hábeis, ofertar oportunidade a comunidade transexual para que a mesma possa executar independente e ponderado a sua identidade de gênero, execução dos direitos humanos indispensável a saúde, na qual é cisão e compromisso da bioética.

Direito civil. Recurso especial. Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. Alteração do prenome e designativo de sexo. Princípio da dignidade da pessoa humana. - Sob a perspectiva dos princípios da Bioética de beneficência, autonomia e justiça, a dignidade da pessoa humana deve ser resguardada, [...] bem supremo e foco principal do Direito: o ser humano em sua integridade física, psicológica, socioambiental e ético-espiritual [...] objeto de combate da Bioética, que deve ser igualmente combatida pelo Direito, não se olvidando os horrores provocados pelo holocausto no século passado. Recurso especial provido (Brasil, Ministério da Saúde, 2012).

A pessoa que possui ciência psíquica, e distingue o sexo biológico e sua manifestação da identidade de gênero, por fim, opta pela cirurgia de mudança de sexo, é declarado por resolução judicial a jurisprudência da decorrente informação. É preciso laudo médico, parecer psicológico que comprove a “identidade de gênero”, para efetuar a cirurgia de mudança de sexo. Ainda no capítulo I, artigo 5º inciso XIV da Constituição Federal, essa conversão precisa ser confidencial, não podendo ser mencionada em registro ou documentos, sendo assim parágrafo citado abaixo, conforme CFM.

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária de 10 de setembro de 1997, RESOLVE3. A seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo [mudança de gênero] obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social, obedecendo aos critérios abaixo[...]; maior de 21 (vinte e um) anos; ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia (Conselho Federal de Medicina, resolução CFM nº 1.482 /1997).

A declaração universal dos direitos humanos traz como objetivos assegurar a mundialização dos direitos humanos, além de fundar direitos mais importantes para todos, sendo assim garante critérios de avaliação pré-operatório ao trans em conformidade ao CFM.

Conforme a Constituição Federal de 1988, lei nº 11.318, o artigo abaixo deixa claro e reconhece que todo ser humano tem sua personalidade jurídica protegida, porém,

ainda desprezada a classe trans. Art.3º “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, jun. 2006).

Conforme portaria nº2.836/2011, admite a hostilidade por tendência sexual ou identidade de gênero como agente que afeta a saúde, gerando angústia e enfermidade. Com o objetivo de reduzir desigualdades sociais as políticas públicas elaboram ações públicas, por tanto compete o profissional psicólogo se responsabilizar com essa questão e missão, além de consolidar o cuidado a pessoa transexual.

## 2.2 Transexualidade e apoio social

Atualmente a Organização Mundial da Saúde, pauta no manual e relaciona doença o termo “transexualismo”, o que constitui um distúrbio da transexualidade. A partir de maio de 2019 a OMS removeu a transexualidade da relação de doenças mentais da Classificação Internacional de Doenças (CID), o que configura um fortalecimento a saúde pública e direitos humanos.

Art. 4º Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos. Parágrafo único. É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe (Ministério da Saúde, 2011).

A propósito, embora não exista problema de aceitação a essa comunidade na esfera da saúde, a hostilidade é considerável um estímulo a ser desafiado. Ainda que adotar movimentos sociais e recentes políticas públicas facilita para que a aversão não seja expressa, apesar de não seja condição exemplar, tem como consequência uma aceitação aprovada.

Em conformidade Nascimento Lizza *et al.* (2022), é percebido que conflito por identidade de gênero domina no público da saúde, o ato de aflição e perturbação seguido de desprezo. A carência para se perceber e hesitação de corpo e gênero motiva os transexuais a modificação física e assim põe sua vida em incisão que estão no silicone industrial, utilização de hormônios sem prescrição médica além de cirurgias confidenciais.

De acordo com Ferreira Kemilly *et al.* (2022), essa técnica pode manifestar reações adversas, pois estes sujeitar-se tal ação por conta da segregação do indivíduo, na expectativa de transformação corporal e falta de conhecimento, existe um perigo de patologia e consequências psicológicas. Nesse sentido o profissional médico não deve responsabilizar o paciente.

Trazendo os princípios de equidade, universalidade e integralidade, sabe que existe uma carência de organizar um projeto para dá assistência num plano de classificação do Sistema Único de Saúde (SUS). O ministério da saúde portaria 1.707/2008, revogado para portaria nº 2.803, 19 novembro 2013, constitui o movimento de práticas ambulatoriais e hospitalares para admitir cidadão que estima pelo processo de redesignação sexual.

Art. 5º Para garantir a integralidade do cuidado aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador no Componente Atenção Especializada, serão definidas as seguintes modalidades: I - Modalidade Ambulatorial: consiste nas ações de âmbito ambulatorial, quais sejam acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia, [...]instalações físicas e recursos humanos adequados conforme descrito no anexo I a esta Portaria; e II - Modalidade Hospitalar: consiste nas ações de âmbito hospitalar, quais sejam realização de cirurgias[...]e recursos humanos adequados conforme descrito no anexo I a esta Portaria.(Ministério da Saúde, 2013)

Dessa forma tanto a modalidade ambulatorial quanto hospitalar, consistem em ações pré e pós-operatório, para garantir o cumprimento de direito, conforme a portaria do ministério da saúde, nesse processo do programa de políticas para realização de modificação de sexo.

Em uma pesquisa realizada por (Selles, 2022) do Ambulatório de Atenção à Saúde da População Travesti e Transexual no município de Niterói (RJ), 20 entrevistados sendo 12 homens e 8 mulheres trans, apresentaram quatro variantes de apoio, no cuidado a promoção a saúde que são “relações familiares, religião, amizade, movimento estudantil ou classe de universitários ou aquelas que são planejadas por mudanças sociais”.

### 2.3.1 Nome social e consequências da discriminação

A dialética é colaboradora da consciência e sentido de reconhecimento de totalidade. Dessa forma, o pronome social é considerável direito de avanço, o que resulta

no modo do indivíduo se perceber, em conformidade a sua apresentação masculino ou feminino.

O pronome social propicia aproximação a saúde, só assim transexuais e travestis experienciam receptividade, na relação profissional médico e paciente. Logo, ao ser inserido como pessoa, o utilizador se agrada e desfruta de seus direitos a saúde, o que é primordial para o atendimento, o que aflige o desfecho do paciente. (Silva, Renato 2022)

Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflete na sociedade. [...]. Em última análise, afirmar a dignidade humana significa para cada um manifestar sua verdadeira identidade, o que inclui o reconhecimento da real identidade sexual, [...] aptos de realizar os atributos de sua personalidade e afirmar a sua dignidade como pessoa humana (Brasil, Ministério da Saúde 2012).

Sendo assim, abnegar a modificação do nome do transexual modificado gera injustiça e posicionamento de aflição, dúvida e confrontação, o que afeta a integridade da pessoa garantida pela Constituição Federal, conforme o art. 58 da Lei n.º 6.015/73. Deste modo é indispensável que leis sejam reconhecidas e disseminadas para a sociedade.

Deve, pois, ser facilitada a alteração do estado sexual, de quem já enfrentou tantas dificuldades ao longo da vida, vencendo-se a barreira do preconceito e da intolerância. O Direito não pode fechar os olhos para a realidade social estabelecida, notadamente no que concerne à identidade sexual, cuja realização afeta o mais íntimo aspecto da vida privada da pessoa. E a alteração do designativo de sexo, no registro civil, bem como do prenome do operado, é tão importante quanto a adequação cirúrgica, porquanto é desta um desdobramento, uma decorrência lógica que o Direito deve assegurar. - Assegurar ao transexual o exercício pleno de sua verdadeira identidade sexual consolida, [...], garantindo que ele não seja desrespeitado tampouco violentado em sua integridade psicofísica (Brasil, Ministério da Saúde 2012,).

Conforme Silva Renato (2022), a opinião ética dos profissionais da saúde devem contrapor opinião de caráter moral e religioso na prestação de serviço a população LGBT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais). Pois, tais preceitos rotulam junto a uma comunidade ideal, esse profissional desempenha uma imposição social estabelecida, ligado ao mesmo tempo ao adoecimento e visto como opinião de dilemas éticos, considerar o pronome social da pessoa trans no espaço de saúde favorece integração dessa comunidade.

Para Silva Brito *et al.* (2022), o reconhecimento do nome social é essencial para o cumprimento das relações humanas, pois o mesmo aflige a individualidade do sujeito,

o que propicia a sua verdadeira identidade a qual se assume, o que traz uma inclusão como forma de aceitação. A hostilidade a indivíduo trans impede o atendimento médico, prejudicando e ampliando o nível de temido estresse que tem vínculo a classe de minoria, depressão e suicídio, adquirir HIV dentre outras doenças.

O propósito para atenuar a discriminação dos transexuais na saúde pública, está em propiciar uma ação no âmbito receptível, onde o seu pronome social seja reconhecido. É considerável qualificar as equipes de saúde, como fundamento os princípios da bioética para apoiar e ajudar o transexual, remodelando a forma para um padrão consensual acessível e resolvido (Alves Fernanda *et al.*2022).

Estes indivíduos ainda se sujeitam às implicações sociais tais como rotulação, ódio, além de exclusão, inquietação da própria identidade de gênero, que tem relação a saúde sexual, que poucos assimilam e toleram. O decreto presidência nº8.727/2016, proíbe expressão ofensiva e intolerante em toda superintendência federal, conforme citado abaixo.

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Parágrafo único. [...]Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais (Presidência da República, 2016).

Deste modo é considerado ilegal, quaisquer formas de tratamento ou linguagem ofensiva, intolerância que possam estar envolvidos discurso de ódio relacionado a identidade de gênero, a pessoa travestis ou transexuais, sob pena de prisão e multa.

Ainda são propensos a negligência familiar e privação de moradia, essa adversidade se intensifica a mulheres trans negras, diferença social e privada de espaço a saúde. Em concordância a lei nº11.340/2006, denominada como Lei Maria da Penha em conformidade as normas jurídicas estabeleceu o seguinte:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar[...]dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Presidência da República, 2006).

Porém somente em 2019, o senado assegurou a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), incluiu mulheres trans e travestis na lei Maria da Penha, demonstrando o progresso dos direitos humanos. Os impactos à saúde mental da comunidade trans está propícia a manter-se na carência, ser marginalizada em avaliações de trabalho, além de suportar agressões de sujeitos não transgêneros, todavia é dever do estado amparar essa classe de minoria.

Art. 205.cap. III, seção I- “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, Constituição Federal. 2003).

Contudo, a Educação dos Direitos Humanos é um instrumento primordial de combate e segurança dos direitos humanos, para assim constituir uma comunidade democrática, apoiar a sociedade, cumprir a prática da cidadania, conforme citado no artigo acima.

### **3 METODOLOGIA**

Este artigo é resultado de uma revisão bibliográfica de natureza básica, abordando dados qualitativos. A busca da pesquisa foi realizada entre janeiro à maio de 2023, foram selecionadas 13 publicações no total de teses, artigos, revista e livros. Embasado em 14 leis, normas dos direitos humanos e resoluções em medicina, código ética de psicologia e governamentais, num total de 27.

Para nortear a pesquisa formulou-se a seguinte questão: quais garantias as políticas públicas asseguram a classe transexual? As especificações para inclusão da pesquisa foram as palavras-chaves transexualidade, direito, bioética, identidade de gênero, apoio social e discriminação e para exclusão da pesquisa foram transexualidade e criança, ideologia. A pesquisa teve como objetivo abordar os direitos humanos frente a bioética a classe transexual e o apoio social, discriminação a identidade de gênero a esse grupo, além de trazer achados do passado e comparar as pesquisas de conhecimento científico atual.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2018, instrui que na atuação dos profissionais de psicólogos no Brasil, a transexualidade não seja classificada como distúrbio. Conforme o CID.10: F-640 o transexualismo era considerado disforia de gênero ou dissonância ao sexo biológico no qual se define em sociedade.

Revisada segundo a nova edição da CID.11, a identidade de gênero ou forma como a pessoa se identifica masculino ou feminino, sai após 28 anos, da classe de transtornos mentais para conciliar-se a “condições relacionadas à saúde sexual” e passa a ser descrito como “incongruência de gênero”, afirma a organização mundial de saúde (OMS, 2018), conforme citado abaixo por Dalgalarondo.

Incongruência de gênero não é um transtorno mental, no grupo da CID-11, liderado por Geoffrey M. Reed e Peggy T. Cohen-Kettenis, optou por não incluir a incongruência de gênero [ausência de harmonia] no capítulo de transtornos mentais, mas colocá-la no capítulo denominado condições relacionadas a saúde sexual (Ree *et. al* 2016, *apud* Dalgalarondo, 2019, p. 425).

Os cientistas mexicanos realizaram um estudo de campo, com 260 entrevistas com adultos (maiores de 18 anos) transgêneros que recebem atenção médica na clínica especializada Condesa, demonstraram que as mudanças na identidade de gênero não é uma doença (Revista médica britânica “The Lancet Psychiatry”, 2018).

Em uma descoberta de investigação, o exame de “neuroimagem estrutural e funcional” apontaram que a desconexão de gênero é curioso, “mulheres e homens apresentam estrutura anatômica cerebral que, em algumas áreas e estruturas, se assemelha aquela do sexo de nascimento e outras áreas e estruturas se assemelham ao gênero atual (experiência de gênero)” (Kreukels, Guillamon, 2016, p.426, *apud* Dalgalarondo, 2019, p.426).

Fato esse já manifesto por Jung, “forças psicológicas” da personalidade denominada (animus lado homem e anima lado mulher) que ponderam através do inconsciente humano, prevalecendo a condição de gênero atual que se denomina (Anima e Anima. Emma Jung, 1991).

Um estudo transversal a Vulnerabilidades, Demandas de Saúde e Acesso a Serviços da População de Travestis e Transexuais do Estado de São Paulo (Projeto Muriel, entre 2014 e 2015), nas cidades de São Paulo, Campinas, São Bernardo do Campo, Santo

André, Santos, São José do Rio Preto e Piracicaba apresentou fatores positivos relacionados ao bem-estar psicológico quanto a fatores que impacta negativamente, a variável de convívio familiar, quanto aos de amizade tem relação com esses fatores psicológico relacionado ao bem-estar (Zucchi, Eliana 2019)

Na medida em que pessoas transgênero são expulsas de casa ou são obrigadas a deixar o convívio familiar, elas encontram nas redes de amigos, organizações comunitárias ou não governamentais o acolhimento de sua identidade/ expressão de gênero, e podem estabelecer e fortalecer relações de suporte e confiança (Zucchi, Eliana, 2019).

Diante disto, os protestos sociais e ações de mudanças políticas LGBTQIA+”(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink),” se tornaram formas para dar um novo sentido as experiências trans, construindo redes de atenção para esses indivíduos, além de estimular objetivos de vida, enquanto segundo a pesquisa de redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado – “maior parte das famílias foi retratada como prejudicial, não se configurando como espaço de apoio e acolhimento” (Almeida, Patty *et al.* 2022).

Em um estudo de caso Selles, Beatriz (2022), abordagem qualitativa e exploratório foi realizada uma entrevista com encontros de 13 entrevistados, achados apontam a carência familiar como origem de enfermidade, em outras histórias essa base familiar traz benefícios para que essa transição de gênero seja exercida com confiança, dirigida com equipe de saúde e assim aprimorando a saúde mental.

Nesse mesmo estudo, relatos nas redes de amizades, o vínculo pode contribuir como prova de valorização e apreciação social dessa classe. Nesse contexto é de suma importância manter relações para o progresso dessa comunidade transexual. Relato de constituintes de estudo diz não ter religião ou desistiram de suas crenças no percurso da transição por repercutir preconceitos, outras religiões, no entanto consentem essa minoria (Selles, Beatriz 2022).

De acordo com (Redoschi, Bruna *et al.* 2019) o contentamento com o efeito da “moradia, trabalho, maior escolaridade e transformação do corpo” possui considerável “impacto no bem-estar psicológico.” A irrealização de métodos cirúrgicos, tem “menor impacto de bem-estar psicológico”, enquanto métodos cirúrgicos traz satisfação, o não ser legitimada mulher aflige, aponta pesquisa, conforme citado abaixo.

Impacta positivamente a saúde mental das mulheres transgênero, os resultados positivos observados no bem-estar psicológico das mulheres transgênero não são diretos, mas mediados: as transformações físicas diminuem o estresse associado a não ser reconhecida como mulher e, consequentemente, diminui a chance de constrangimentos e violências (Barros, Santos *et al.* 2019).

Em outros estudos de escopo Gomes (2022), suicídio e população trans, revelou que fatores de tensão pode conduzir o transgênero a autocídios que tem associação “sintomas depressivos”, a evidência ressalta que o “controle e manejo desses estressores de forma precoce podem contribuir para reduzir a tentativa de suicídio, como também na diminuição dos sintomas depressivos, agindo como fator de proteção.

Outros fatores/estressores ainda estão em conversação direta entre depressão e suicídio com relação à população trans, exemplos desses são: experiências de preconceito e discriminação, transfobia, estigmas, falta de suporte social e uso de substâncias lícitas ou ilícitas. Estes fatores também precisam ser gerenciados durante a experiência de vida dessas pessoas, pois, são aspectos cruciais que ditam como este sujeito enfrentará as demandas impostas em uma sociedade ainda transfóbica (Tubbe, 2016. Tucker *et al* 2018 *apud* Gomes, Hiago, 2022).

Essas ponderações Freire, Elisa *et al.* (2022), nos trouxe parâmetros de estudo de vida transexual, “pontos negativos e risco de suicídio”, agente de preservação, como também auxílio das políticas públicas que servem tanto para educar, prestar serviços na saúde, campanha de discursão ao suicídio dessa classe dentre outros. No declínio do mesmo pode reforçar rumo a aversão, intolerância, além de demérito confrontado por essa classe.

Estudos entre 2015 e 2016, no Rio Grande do Norte (RN), em uma ONGs com 79 pessoas “autodeclaradas transexuais”, relacionados a fatores associados à ideação suicida, aponta que “experiências de agressão e discriminação” estão relacionadas ao expor sua “identidade de gênero”. Em espaço escolar, é onde ocorre essa exposição pelo qual lastima a “violência física e verbal no contexto familiar”, pois este não é ideal pensado pela família, o que o torna uma barreira familiar, indignos, maléfico, experienciados a essa classe trans (Silva Glauber, 2020).

Conforme Meira Karina, *et al.* 2020, num estudo do Rio Grande do Norte (RN), entre 2015 e 2016, em uma ONGs foram obtidos que a tentativa de suicídio tem como prática frequente dessa classe de gênero, relacionado a contexto comum “vexatórias, preconceituosas, discriminatórias e violentas às quais estão expostas”, o qual fomenta vivências e manifestações de melancolia, além de conflitos psicológico. Dessa forma,

esse fator negativo contribui para o declínio emocional, e desfavorecendo a sua individualidade.

Em um estudo internacional, foi relatado que forte impasses psicossociais, na vida é de procedência “discriminação, bullying e violência” seja formal ou físico. Outros artigos publicados entre 2005 e 2016 numa revisão retrata comportamento suicida de transgênero: esse estudo aponta que a carência familiar, dentre outras circunstâncias contribui para o adoecimento psíquico.

Países da Índia, Estados Unidos, Austrália e Inglaterra, por motivos tais como: rejeição, ausência de suporte da família e sociedade, abuso sexual na infância, abandono escolar precoce, casamentos forçados, exploração sexual e financeira por parceiros e polícia e falta de medidas legais de proteção” (Virupaksha *et al* 2016, *apud* Dalgarrondo, 2019, p.426-427). [Adverso ao apoio social e familiar, transparecendo e preservando o bem-estar].

Como preditos planejamentos e políticas em medidas ao suicídio no Brasil, é indispensável a conscientização além de incitar a campanha da saúde e dentre outras instâncias, como a sociedade civil, agir referente ao suicídio e intervenções a identidade de gênero, “compreendendo-se que toda a sociedade tem responsabilidade sobre as mortes voluntárias que produz” (Dantas Eder *et al.*, 2020).

Numa pesquisa, realizada com 12 usuários, no sistema SUS, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória realizada no Rio de Janeiro, relatou que os participantes do estudo, havia buscado anteriormente o serviço público, mas que ficaria para caso extremo, “o desgaste da humilhação e descaso”, **[fato esse digno de atenção, para que não venha perpetuar]** no cotidiano distancia essa classe do sistema de saúde (Silva Renato, 2022, grifo nosso).

A classe suscetível vinculada a saúde LGBT, em atenção aos Transexuais, é uma temática importante para a bioética, pois adversidades na receptividade imprópria a essa classe, contraria os princípios éticos do SUS, que preconiza a igualdade para resoluções de alterações prestar saúde [dessa forma direito, saúde e reverencia devem percorrer juntos com efetividade], facilitar a aproximação mundial (Alves, Maryanna *et al.*, 2022).

A declaração universal dos direitos humanos de 1988, traz como objetivos assegurar a mundialização dos direitos humanos, além de fundar direitos mais importantes para todos. Conforme artigo 1º “Não-Discriminação e Não-Estigmatização. Nenhum indivíduo ou grupo deve ser discriminado ou estigmatizado por qualquer razão,

o que constitui violação à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais” (Declaração Universal, 2005).

Em conformidade, o artigo 11º citado acima, afirma que não devemos separar ou recriminar qualquer espécie ou comunidade, rotular ou acusar, caso haja esse comete infração dos direitos humanos, fato esse que ainda perdura numa sociedade intolerante. No Brasil, legislações e resoluções foram elaboradas e asseguram assim seus direitos à igualdade e respeito a essa minoria.

Hoje já é possível ter o nome social no registro mesmo sem a mudança do sexo lei nº 14.382, foi altera em 2022 confirma o art.56 abaixo. Art.56- “A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico” (Brasil, Medida provisória 2021/2022).

Sendo assim, a censura e o desrespeitar do pronome social do indivíduo trans em rede de saúde ou qualquer outro lugar é considerado transfobia, travestifobia o que caracteriza uma objeção de campanha a saúde. A transfobia é uma infração do código dos direitos humanos fundamentais, o projeto de lei 128/23 integra a transfobia e a considera como coação, lei 14.192/21 foi estabelecida para impedir injúria contra mulheres.

Os direitos humanos fundamentais, estabelece semelhante prática de ímpeto político a transfobia, seja discriminação, condenação, limitação de ação, uma política essencial, em razão da identidade de gênero. Logo o art.3º fundamentado nos direitos humanos, sujeito a penalidades seja por quaisquer formas de intolerância a sociedade.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - Garantir o desenvolvimento nacional; III –[...]IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Art. 5º, inciso XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (Brasil, Constituição Federal. 2019).

É preciso salientar que, embora não seja mais atribuído a um distúrbio pela OMS, a transexualidade ainda é clara a aversão no Brasil. Conforme processo dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiros em 2019, divulgado pela Associação de Travestis e Transexuais, o Brasil é o país que mais vítima travestir e transexuais no mundo. Em busca de aceitação, embora essa divergência não afete ou incomode a todos, entretanto outros afligem-se no tratamento físico “desejados por meio de hormônios ou

de cirurgias não disponível” (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2018).

Para a realização da hormonioterapia resolução CFM nº 2.265/2019, esse tratamento hormonal pode ser estabelecido a partir dos 16 anos, é vedado tanto a cirurgia quanto métodos hormonais para pessoa com diagnóstico com “transtorno mental grave”. São aplicados “hormônios de testosterona em homens trans, estrogênio em mulheres trans e antiandrogênio para suavizar crescimento de pêlos corporais e ereções espontâneas.” A utilização desses hormônios deve ser preservada no decurso da vida da pessoa trans, e acompanhando os fatores adversos.

Transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, de forma transitória ou persistente, se identificam com um gênero diferente do de nascimento. Transexual indica um indivíduo que busca ou que passa por uma transição social de masculino para o feminino ou feminino para masculino, o que, em muitos casos (mas não em todos), envolve também uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital (cirurgia de redesignação sexual) (Manual diagnóstico DSM-5, 2018 p.451).

A redesignação de gênero se refere a cirurgias na genitália masculina ou feminina para harmonizar pessoas com desarmonia de gênero, conforme resolução nº 2.265/2019, idade mínima de 18 anos e encaminhado por colaboradores multiprofissional e interdisciplinar. Segundo a regra do Conselho Federal de Medicina para o tratamento de hormonioterapia e/ou cirurgias faz-se necessário grupos de profissionais como psiquiatra, endocrinologista, ginecologista, urologista e cirurgião plástico, dentre outros profissionais (Conselho Federal de Medicina, 2020).

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária de 10 de setembro de 1997, RESOLVE:[...] 2. A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados: desconforto com o sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; ausência de outros transtornos mentais (Conselho Federal de Medicina, resolução CFM nº 1.482 /1997).

O projeto de lei 204/23 proíbe cirurgia para remodelação de sexo e utilização de terapias hormonais para menores de 18 anos, porém o Conselho Federal de Medicina autoriza a cirurgia para maiores de 18 anos e terapias hormonais a partir dos 16 anos. Para realização esta cirurgia de redesignação não basta um desejo formal, mas é imprescindível acompanhamento com uma equipe multidisciplinar. O que lhe é de direito e ofertado de acordo a lei civil.

A situação fática experimentada pelo recorrente tem origem em idêntica problemática pela qual passam os transexuais em sua maioria: um ser humano aprisionado à anatomia de homem, com o sexo psicossocial feminino, que, após ser submetido à cirurgia de redesignação sexual, com a adequação dos genitais à imagem que tem de si e perante a sociedade, encontra obstáculos na vida civil, porque sua aparência morfológica não condiz com o registro de nascimento, [...]deixando de reconhecer seu direito de viver dignamente (Brasil, Ministério da Saúde, 2012).

É imprescindível preservar o direito de todos para que esse(a) possa exprimir, alterar interesses físicos e assim dispor adequado. Ofertar um ambiente adequado e profissionais capacitados, pode colaborar para um ambiente benéfico nos atendimentos em saúde, além de criação de intervenções para um melhor acolhimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que ao desagregar a transexualidade da classe de transtorno mental é um progresso na “despatologização de gênero”, embora esteja na CID.11 e demande investigação para que os mesmos obtenham benefícios. Em geral, são proeminentes as adversidades e desafios no caminho dos transexuais na rede pública, a carência de receptividade nas redes de auxílio provém de julgamentos, segregar além da antipatia.

Existe uma inaptidão de profissionais na atenção à saúde, os procedimentos disponibilizados aos transexuais é restrito na rede pública, embora outros problemas sejam confrontados. O profissional da saúde precisa ser qualificado no trato a essa comunidade trans, tratar com empatia o relato de cada paciente, dialogar sobre identidade de gênero e assim assegurar um espaço atrativo.

Portanto, a bioética requer assistência, nas normas e responsabilidade social do psicólogo da saúde, embora avanços e combates, entende-se que lidar com garantias a essa classe é vasto, pois se trata de uma mudança cotidiana, numa opinião de confronto de uma comunidade pré-estabelecida que põe esses indivíduos como “desencaminhado”.

O estudo apresentou que a hostilidade, intolerância, desamparo familiar, ausências de possibilidades na vida, agressão e ausências de políticas voltadas a comunidade trans pondera elevado quadro de suicídio. Estruturar proposições de mediação e executá-los é indispensável, e assim assegurar condição de vida a essa classe. Ponderar particularidades de saberes peculiares a modificação corporal reúne importância ao bem-estar de vida, visto que a concessão é legítimo de manifestação do gênero e concessão humana.

Para isso, é indispensável uma “abordagem familiar” para posto em saúde, para instruções e valia de atenção familiar para avanços da saúde física e mental do indivíduo trans. Ademais de serviços assistências faz-se necessário apreciar tecnologias de informação e comunicação que proponha cidadania para apoiar inúmeros contextos e ambientes sociais, propiciando e restaurando a exclusão notável em ambientes sociais e locais.

Desse modo, compreender as políticas de saúde trans é previsto na norma na universalidade dos direitos humanos. Salienta-se que mesmo com alcance de documentos legislativos, o efetivo progresso de garantias é somente dado a partir dos combates coletivos.

Visto que avanços são leis e essas só produzem legitimidade a partir de movimentos sociais ligados num mesmo proposito. Portanto, é dever do estado promover ações para favorecer e erradicar quaisquer formas de violência ou assédio a orientação sexual, tornar os projetos legislativos sobre penalidades a assédio por motivo sexual, além de garantir recursos jurídicos caso sejam vitimizado.

É pertinente mencionar que existe impasse sobre a temática de especulação tanto local quanto geral sobre o tema apresentado o que o torna relevante a sua laboração. Logo é importante estimular produções científicas acerca da temática pois existe desprovimento de instrumentos em arquivos brasileiros.

### **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos, em primeiro instante vai para Deus, que me concedeu saúde e vida até aqui, aos meus pais pelo apoio emocional e compreensão durante os momentos de desafios Maria Risoleta Trinchão pois manteve um ambiente saudável nas horas de pesquisa em especial a meu pai Antônio Lima Trinchão, que no decorrer da minha caminhada partiu e não pode celebrar a minha conquista, sempre será o maior incentivador e pilar de valores morais para minha história de vida abaixo de Deus. A minha pessoa, pois sacrifiquei feriados, horas de descanso e lazer para cumprir as etapas e entrega dentro do prazo, aos colegas de classe pela troca de ideias e apoio durante as fases de revisão. E agradeço por fim nem menos importante a Faculdade Santíssimo Sacramento com o qual sou grata pela formação e profissional que me constituir, as professoras Jeane Denise de Souza Menezes e Samai Alcira Cunha pela orientação e

incentivo ao longo do processo, corrigiram com zelo e paciência cada detalhe deste trabalho, foram essenciais de modo geral para que desempenhar-se o melhor.

## REFERÊNCIAS

BEACHAMP, Tom; CHIDRESS, James. Princípios éticos. **Principles of Biomedical Ethics**. Edição 4ª. New York: Oxford, 1994:100-103. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/princip.htm>.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. Editora Brasiliense. 2ª Edição. São Paulo. 2008. Disponível: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/bento-berenice-o-que-c3a9-transexualidade2008.pdf>.

BRASIL. Medida provisória nº 1085, de 27 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, de que trata o art. 37 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 11.977, de 2009, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 244, p. 2 jul. 2000. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.085-de-27-de-dezembro-de-2021-370315879>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL, Emanuelle. DOEDERLEIN Natalia. Direitos Humanos. **Projeto proíbe cirurgia de mudança de sexo em menores de 21 anos**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/941218-projeto-proibe-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-em-menores-de-21-anos/>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.803. **Redefine e amplia o Processo Transexuali-zador no Sistema Único de Saúde (SUS)**, incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, nº 2001.71.00.026279-9/RS, Nov. 2013. Dispos.: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.008.398. SP. **Ação (inicial às fls. 2/16)**: Direito civil. Recurso especial. Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. Alteração do prenome e designativo de sexo, 4ª Vara Cível da Comarca de São José do Rio Preto SP. Out 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836/2011. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)**. Art. 2º XVI. Dez. 2011. Disponível: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html).

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 8.727. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e**

**transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Abril 2016. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm).

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.340. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Agosto 2016. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm).

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL PSICÓLOGO. **Conselho Federal de Psicologia.** Resolução CFP Nº 010/05. Brasília. Agosto 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018.** Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travesti. Brasília, DF: CFP, 2018. Disponível: <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS:** Decisão da OMS reforça a Resolução CFP nº 01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas (os) para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias. Brasília, DF: GCom /CFP, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA(CFM-Brasil). **Código de ética médica.** Resolução CFM nº 1.482. Setembro 1997. Disponível em: [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482\\_1997.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf).

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA(CFM-Brasil). **Código de ética médica.** Resolução CFM nº 1.652. Dezembro 2002. Disponível: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1652>

CORDIOLI, Aristides Volpato; KIELING, Christian; SILVA, Cristiano Tschiedel Belém; PASSOS, Ives Cavalcante; BARCELLOS, Mario Tregnago. Tradução Maria Inês Correa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014. 948p. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** DSM-5. 5ª Edição. Reimpressão 2018.

CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vitit. Princípios de Yogyakarta. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** Disponível: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf).

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Editora Artmed. 3ª edição. 2019.

EMMA, Jung. **Animus e Anima**. Uma Introdução à Psicologia Analítica sobre os Arquétipos do Masculino e Feminino Inconscientes. Tradução Dante Pignatari, 2 edições, Editora Pensamento Cultrix, 2020.  
Disponível: <https://www.scielo.br/j/anp/a/t6SpVBrZc7BPzKpXn977Y5f/?format=pdf&lang=pt>.

GOMES, Hiago Veras; JESUS, Lorena Alves; SILVA Carline Pacheco Gomes; FREIRE, Sandra Elisa DE Assis; ARAUJO Ludgleydson Fernandes. **Suicídio e população trans: uma revisão de escopo**, Ciências Psicologia vol.16, Montevideo. Mar.2021; 2022. Disp.: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php>.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fatima. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+**. Conselho de Psicologia. Brasília/DF. Junho 2023.

Câmara dos Deputados. **Projeto inclui transfobia na lei que coíbe a violência política contra as mulheres**. Projeto de Lei 128/23. Lei 14.192/21. Marco 2023. Disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/941101-projeto-inclui-transfobia-na-lei-que-coibe-a-violencia-politica-contra-as-mulheres/>.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Providências Cabíveis, Inclusive eventual remessa à Distribuição Criminal**, p. nº 0342, fl. 1.2. São Paulo. Nov. 1975.

ROSSI, Amanda. **‘Monstro, prostituta, bichinha’**: como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil e sentenciou médico à prisão. G1 Bem-estar, Rio de Janeiro, 29 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/monstro-prostituta-bichinha-como-a-justica-condenou-a-1a-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-do-brasil-e-sentenciou-medico-a-prisao.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

SELLES, Beatriz Rodrigues Silva; ALMEIDA Patty Fidelis; AHMAD Andréa Felizardo; LEMOS Adriana; RIBEIRO, Cláudia Regina. Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. Especial 6, p. 148-161, dez.2022.

SILVA, Gauber dos Santos; MEIRA, Karina Cardoso; AZEVEDO, Dulcian Medeiros; SENA, Romeika Carla Ferreira; LINS, Suerda Lilian da Fonseca; DANTAS, Eder Samuel Oliveira; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes. **Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais**. Ciências e Saúde Coletiva, editores; GOMES, Romeu; SILVA, Antônio Augusto Moura; Rio Grande do Norte (RN), Jun.2019, Aprovado Jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021>.

SILVA, Renato Canevari Dutra; SILVA, Ana Barbara de Brito Silva; ALVES, Fernanda Cunha; FERREIRA, Kemilly Gonçalves; NASCIMENTO, Lizza Dalla Valle; ALVES, Maryanna Freitas; CAVARI, Carlbianca Cabral de Jesus. **Reflexões bioéticas sobre o acesso de transexuais à saúde pública**. Rev. bioét. (Impr.). [Internet]. 5º de abril de 2022 [citado 15º de agosto de 2023];30(1). Disponível em /revista bioética/article/view/2818.

ZUCCHI, Eliana Miura; BARROS, Cláudia Renata dos Santos; REDOSCHI, Bruna Robba Lara; DEUS, Fábio Alves; VERAS, Maria Amélia de Souza, **Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil**, Cad. Saúde Pública, São Paulo, Mar. 2018, Dez.2018.Disp.

<https://www.scielo.br/j/csp/a/LqvVCfLhQNHQwb3M3zQPFFN/?format=pdf&lang=pt>.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### ROSEANE GOMES TRINCHÃO

Bacharel em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento Alagoinhas-Ba (2024). Especialização Clínica em Gestalt-terapia pela UNIGRAD-FASU Faculdade Sudoeste Vitória da Conquista-Ba (2025) e Pós em Sexologia Clínica Faculdade Metropolitana Salvador-Ba (2025). Psicóloga Clínica com atendimentos em adulto, idoso e casal.

### SAMAI ALCIRA CUNHA

Mestre em Psicologia pela UFBA. Possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia (2003). Especialista em Gestalt-Terapia pelo Instituto de Gestalt Terapia da Bahia. Psicóloga clínica, atua no atendimento à adultos. Docente do ensino superior desde 2006.

### JEANE DENISE DE SOUZA MENEZES

Possui graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (CAPES/UFBA). É professora do curso de Engenharia de Produção, de Enfermagem e de Psicologia na Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) e editora-chefe da revista Cientíssimo. Possui experiência nas áreas de Meio Ambiente e Sustentabilidade, com ênfase em Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Aproveitamento de Resíduos, Geoprocessamento Ambiental.

### IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO AFETIVO PATERNO NO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA PSYCHOLOGICAL IMPACTS OF PATERNAL EMOTIONAL ABANDONMENT ON EARLY CHILDHOOD DEVELOPMENT

DOI: 10.5281/zenodo.16943504

**Sophia Santos Cerqueira<sup>1</sup>**

sophiacerqueira@soumaissantissimo.com.br

**Thalita de Andrade Reis<sup>1</sup>**

thalitareis12310260@soumaissantissimo.com.br

**Ariel Dantas Barbosa<sup>2</sup>**

docente.arielbarbosa@fsssacramento.br

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo geral revisar a produção científica acerca dos impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil na primeira infância e tem como objetivos específicos: descrever os efeitos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil, discutir as implicações psicológicas do abandono afetivo paterno na infância e analisar a relação entre o abandono afetivo paterno e o desenvolvimento de problemas emocionais nas crianças. Trata-se de uma revisão de literatura usando o método do tipo narrativo, cuja busca foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). A análise evidenciou que os impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil se manifestam com o comprometimento da qualidade de vida, saúde mental e emocional da criança, além de relações sociais fragilizadas. Conclui-se que o conjunto de sentimentos e comportamentos resultantes do abandono paterno afeta diretamente o bem-estar psicológico da criança. Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de capacitação dos profissionais para proporcionar um apoio terapêutico adequado, contemplando tanto a criança quanto o contexto familiar envolvido.

**Palavras-chave:** Relação paterno-infantil. Psicologia. Desenvolvimento infantil.

**ABSTRACT:** This article aims to review the scientific production on the psychological impacts of paternal emotional neglect on child development in early childhood. The specific objectives are to describe the psychological effects of paternal emotional neglect on child development, discuss the psychological implications of paternal emotional neglect in childhood, and analyze the relationship between paternal emotional neglect and the development of emotional problems in children. This is a literature review using a narrative method, whose search was conducted in the database of the Virtual Health Library (BVS). The analysis revealed that the psychological impacts of paternal emotional neglect on child development manifest as compromised quality of life, mental and emotional health of the child, as well as weakened social relationships. The conclusion is that the set of feelings and behaviors resulting from paternal neglect directly affects the child's psychological well-being. In this context, there is a

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento.

<sup>2</sup> Orientador, docente da Faculdade Santíssimo Sacramento.

clear need to train professionals to provide adequate therapeutic support, addressing both the child and the family context involved.

**Keywords:** Father-child relationship. Psychology. Child development.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil, 2023), entre agosto de 2022 e julho de 2023, mais de 170 mil crianças não receberam o nome do pai. Esse percentual refere-se a 6,6% do total de crianças nascidas no país. Números dos Cartórios de Registro Civil do Brasil mostram que, nesse período, devido aos recém-nascidos registrados no país sem o nome paterno, apenas o nome da mãe consta na certidão de nascimento.

O termo “abandono paterno” refere-se à falta de envolvimento emocional e suporte do pai na vida da criança. De acordo com Aragaki (2019), o abandono afetivo paterno tem se tornado um evento cada vez mais comum e frequente na contemporaneidade, afetando tanto as crianças que não têm o nome do pai em seus registros quanto aquelas que, embora sejam reconhecidas legalmente, não desfrutam de uma convivência adequada com o seu genitor. E a falta de convívio diário pode trazer impactos significativos no desenvolvimento mental infantil.

Nesse contexto, reconhecendo a importância da primeira infância (0 a 6 anos) como uma fase crucial do desenvolvimento humano – e sendo a figura paterna um dos elementos principais na construção de uma base sólida, saudável e estimulante para a criança, além de impactar no seu crescimento físico, emocional, cognitivo, social e na formação da personalidade –, o abandono afetivo paterno configura-se como um propulsor de danos à saúde psicológica, visto que a função paterna é essencial para o desenvolvimento da criança. Essa função é dinâmica, pois o pai atua como um suporte emocional para a mãe ao interagir com o bebê. Além disso, nos primeiros anos de vida da criança, o pai deve contribuir para romper a relação simbiótica entre mãe e bebê (Rohde *et al.*, 2011).

O abandono afetivo paterno se caracteriza como um dos problemas familiares mais graves da atualidade, pois suas consequências não se limitam somente à fase da infância, mas em todo o desenvolvimento do indivíduo (Campos, 2023). Portanto, diante da magnitude que o permeia, justifica-se a investigação do presente estudo, visto que há uma necessidade imperiosa de cuidar do adoecimento psíquico das crianças, a fim de uma atuação humanizada para com esses indivíduos, uma vez que o abandono afetivo paterno pode causar danos psicológicos profundos e irreversíveis.

Dessa forma, a ausência paterna pode gerar conflitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança, além de contribuir para problemas como baixa autoestima, dificuldades emocionais e transtornos de ansiedade, prejudicando também suas habilidades sociais e cognitivas (Eizirik; Bergmann, 2004). Além disso, é necessário entender as falhas estruturais da sociedade e os padrões de comportamento que se repetem nas famílias em que esse tipo de abandono ocorre, bem como os desdobramentos que acontecem na infância.

Diante do exposto, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: *Quais os impactos psicológicos provocados na primeira infância pela ausência paterna?* Para responder a tal inquietação, este artigo tem como objetivo geral revisar a produção científica acerca dos impactos psicológicos do abandono paterno no desenvolvimento infantil e como objetivos específicos descrever os efeitos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil, discutir as implicações psicológicas do abandono afetivo paterno na infância e analisar a relação entre o abandono afetivo paterno e o desenvolvimento de problemas emocionais nas crianças.

Espera-se que este estudo contribua para fomentar a reflexão sobre o quanto as relações e os vínculos familiares são importantes para o desenvolvimento da criança, ampliando os olhares sobre as possíveis formas de minimizar os danos causados outrora, favorecendo aos profissionais uma atuação humanizada, assertiva e que favoreça o êxito e a integralidade do cuidado. Desse modo, espera-se que este estudo possa contribuir para incrementar o corpo teórico trazendo alguma contribuição social, visto que é crescente o número de casos de abandono afetivo paterno, além de transcender o âmbito da Psicologia, sendo também objeto de estudo de outras áreas (Campos, 2023).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Contextualização do desenvolvimento infantil**

A primeira infância é uma fase crucial e decisiva na formação do ser humano, e as experiências vividas nesse período influenciam diretamente o potencial do indivíduo ao longo de toda a vida. Segundo Bowlby (1990), a teoria do apego refere-se à relevância das primeiras conexões emocionais da criança, especialmente com os cuidadores principais, afetando de maneira significativa o desenvolvimento emocional e social do indivíduo. Essa teoria propõe que a qualidade dos vínculos afetivos estabelecidos na infância impacta o bem-estar mental, a habilidade de formar conexões interpessoais saudáveis e a resistência emocional ao longo da

vida adulta. Indivíduos que vivenciaram um apego seguro na infância geralmente possuem uma percepção positiva de si mesmos e dos outros, enquanto aqueles com um apego inseguro podem encontrar dificuldades emocionais e nos relacionamentos.

Papalia, Feldman e Martorell (2013) apontam que a primeira infância (0-6 anos) é uma fase fundamental de crescimento físico, cognitivo e emocional. Nesse período, que compreende os primeiros seis anos de vida, a criança estabelece as bases de suas competências sociais, emocionais e intelectuais. A ausência paterna tem impacto significativo no desenvolvimento emocional e social das crianças, as quais, ao enfrentar esse tipo de abandono, podem adquirir o sentimento de perda e insegurança, o que também pode afetar a formação de laços emocionais. As crianças que crescem sem um pai presente podem enfrentar desafios no desenvolvimento da autoestima e na formação de uma identidade estável.

Benetti e Inada (2018) relatam que a teoria freudiana do trauma reconhece que, dependendo da intensidade da experiência traumática, pode haver uma dificuldade em processá-la, resultando em consequências para o funcionamento psíquico do indivíduo. O abandono paterno, conforme as circunstâncias em que ocorre, pode ser considerado um trauma, pois é um evento de grande impacto psíquico na vida de quem o vivencia, especialmente na infância, fase em que ainda não existem condições emocionais suficientes para lidar com tal experiência.

De acordo com a psicóloga Isis Pupo, o ideal é que o pai esteja envolvido nos cuidados com a criança desde o nascimento: ele pode acompanhar o banho, conversar com a/o pediatra e equipe de enfermagem, cantar uma canção de ninar, colaborar na troca de fraldas e no banho etc. (Macagnan, 2016). Mesmo que o casal esteja separado, o pai deve se engajar o máximo possível na rotina de seu filho, consultando quem passa mais tempo com o bebê, além de saber os interesses e preferências da criança. Participar da vida de um filho é fazer parte do seu universo, é conhecê-lo de verdade. Desde o período gestacional, a criança já ouve e distingue a voz dos pais devido à variação de tonalidade. Portanto, o laço entre o bebê e a figura paterna começa ainda no útero.

Para Benczik (2011), o convívio integral com o pai é um fator fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Essa convivência auxilia na sua adaptação à sociedade de maneira natural, promovendo habilidades sociais e comportamentais importantes para sua integração.

O estudo de Figueiredo e Dias (2012) examinou o efeito da ausência paterna no desenvolvimento de crianças e adolescentes, focando em saúde mental e comportamental. Os pesquisadores encontraram uma relação entre a falta da figura paterna e uma maior incidência

de distúrbios emocionais, como ansiedade, depressão e baixa autoconfiança. A ausência do pai também foi vinculada a comportamentos de risco, como envolvimento com substâncias ilícitas e delinquência juvenil.

## **2.2 Efeitos psicológicos do abandono afetivo paterno**

Para Dias (2023), no que se refere ao abandono afetivo paterno, é possível defini-lo pela ausência de afeto, atenção e cuidado, o que reflete na falta do atendimento das necessidades emocionais e psicológicas da criança, ocasionando malefícios na sua formação.

Sendo a família um núcleo tão importante, o abandono por parte de um dos membros pode causar vários danos. As aflições psicológicas ocasionadas no processo podem acompanhar a criança por toda sua caminhada, uma vez que ela precisará lidar para sempre com o peso do desamparo. Nesse sentido, as contribuições acerca desta temática não se restringem apenas a Psicologia, mas abrangem também o Direito, por compreender que o abandono representa uma destruição moral aos filhos que têm pais ausentes (Angelini Neta, 2016).

A ausência paterna não se constitui apenas em estar ou não na mesma residência, mas se estabelece também na falta ou pouca instrução educacional e contribuição na formação dos filhos. Deste modo, mesmo que a presença física do pai esteja estabelecida no lar onde a criança convive, pode-se não haver nenhum tipo de auxílio e de demonstração de afeto no cuidado da mesma ou em fornecer subsídios indispensáveis à mãe, à educação e à ampla formação dos filhos. A figura paterna não deve ser vista exclusivamente como um coadjuvante no cuidado e apoio à mãe, mas como uma figura fundamental para o desenvolvimento, justamente por ser influenciado e influenciar por meio do seu contato direto com a criança (Fontes, 2010).

No mundo atual, as famílias têm se configurado de maneira divergente ao passado. O conceito de família não se baseia mais pelos laços sanguíneos, nem por laços matrimoniais, estendendo-se, assim, para a monoparentalidade, adoção ou vínculos afetivos. Além disso, com a nova estrutura familiar, os papéis que foram separadamente desempenhados no passado tiveram modificações, uma vez que a mulher não é apenas dona de casa e cuidadora dos filhos, ao contrário disso, ela encontra-se ativamente no mercado de trabalho, sendo frequentemente representada como a principal provedora do lar.

Nesta conjuntura, nota-se que uma das razões que levaria ao abandono afetivo parental está associada à ausência ou à rareza de afeto, filhos de relações extraconjugais, separação conjugal e/ou comportamentos abusivos. A negligência também é considerada como abandono afetivo, caracterizando-se pela imprudência, displicência, ausência, descaso, frieza e omissão.

No entanto, além da ausência física, há também a ausência emocional, que pode ser definida por pouca ou nenhuma demonstração de amor e cuidado; os pais não brincam, não participam na educação e não se interessam em saber como a criança tem enfrentado a vida. Tão somente dão alguma ordem quando lhes convém, cumpre seu dever em pagar as contas, criar vínculos ou interação com os pequenos (Cia; Williams; Aiello, 2005).

Nesta perspectiva, o cuidado paterno não se baseia apenas em prover alimento ou garantir que as despesas mensais estejam em dia. Além desses fatores, uma criança precisa de atenção e suporte emocional, aspectos indispensáveis para orientação ou repreensão. A presença paterna no lar propicia um ambiente seguro e ordenado.

Para Jobim (2021), o abandono da figura paterna destaca-se em três níveis: material, afetivo e intelectual. O material é caracterizado pelo sustento do filho e o estado econômico; o afetivo é representado pela presença, educação, criação e interação no ambiente familiar/doméstico sobre a garantia de acesso à educação; e o intelectual está relacionado a garantir o acesso ao aprendizado. No entanto, se houver alguma falha em um desses níveis, há impactos significativos no desenvolvimento, afetando tanto a infância quanto a adolescência e ressoando na vida adulta.

O abandono afetivo por parte dos genitores pode causar incontáveis consequências aos seus filhos. Quando crianças são abandonadas emocionalmente pelo pai, e este não fornece os alicerces emocionais necessários, essas crianças tendem a se sentir vulneráveis, solitárias e inseguras diante dos desafios que a vida lhes impõe.

Viegas e Poli (2013) alertam que as consequências psicológicas do abandono são de suma importância para os filhos, pois pode gerar no indivíduo abandonado o sentimento de infelicidade e insegurança devido ao rompimento da afetividade e do elo. Ainda nesta conjuntura, os autores relatam que as inseguranças desencadeadas durante a infância podem repercutir no comportamento dos filhos tanto na meninice quanto na vida adulta. Deste modo, o desenvolvimento de habilidades pode ser afetado, ocasionando deficiência cognitiva, dificuldade nas relações sociais, baixa estima, sentimento de impotência, efeitos na construção moral etc.

É sob o auxílio do pai que a criança encontra segurança para explorar ambientes desafiadores, constrói sua personalidade, desenvolve suas crenças centrais, ao invés de se privar de ambientes sociais ou viver à sombra de outras crianças e de se difundir.

De acordo com Figueiredo (2020, p. 8):

A ausência paterna tem potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança. A figura do pai na infância é tão importante quanto à presença da mãe. Um pai presente na família é fundamental, pois ele é necessário para dar à mãe apoio moral, ser um esteio para a sua autoridade, um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança.

Diante das situações mencionadas, vê-se a importância de um lar harmonioso e sólido para que esta criança consiga progredir na vida adulta e evitar (ou amenizar) traumas que possam impedir o seu progresso mediante as várias circunstâncias que surgirem. É de grande relevância que a presença do pai forneça subsídios não apenas material ou intelectual, mas, sobretudo, laços que estabeleçam e fortaleçam a confiança da criança em expressar seus sentimentos para que estes sejam acolhidos e retribuídos, como qualquer ser humano deseja. Quando esses sentimentos são expressos e não são retribuídos da mesma maneira, este elo de confiança é quebrado, gerando emoções significativas que comprometem substancialmente o seu modo de pensar e de se comportar, pois a criança deduz não ser merecedora de amor e carinho, o que pode levar a uma carência afetiva infindável por toda a vida.

Castro, Gonçalves e Costa (2022) indicam que a ausência do pai ocasiona grande dor psíquica, não apenas em decorrência da falta do afeto, mas da falta de proteção e do cuidado. Não é suficiente que o pai apenas cumpra com suas obrigações e providencie alimentos, também é fundamental a interação, o convívio e o afeto. Grandes consequências emocionais aparecem como reflexos gerados a partir do afastamento que ocorre entre pais e filhos. Há relatos de sentimento de desamparo e dor, os quais geram traumas duradouros.

### **2.3 Contribuições da psicologia**

Crianças que passam por situações de abandono desenvolvem danos psicológicos que podem ser permanentes e, em muitos casos, irreversíveis. Ser desprezado por um dos pais faz com que a autoestima seja afetada, além de influenciar no molde do caráter. Não é incomum que pessoas que foram abandonadas por seus pais repitam as mesmas condutas com seus filhos, ou fujam dos padrões sociais (Lomeu, 2010).

No que diz respeito à contribuição da Psicologia, ela é fundamental nesse contexto, pois está para além do tratamento dos sintomas, envolvendo a compreensão profunda das dinâmicas emocionais e familiares em relação ao abandono afetivo. Desta forma, as abordagens terapêuticas (como a cognitivo comportamental, psicanálise, fenomenológica-existencial, Gestalt, terapia, entre outras) auxiliam o psicólogo a ajudar a criança a ressignificar as experiências negativas, a desenvolver um mecanismo de enfrentamento benéfico, a construir

uma identidade forte e resiliente, além de auxiliar nas relações afetivas seguras e na construção de uma autoestima elevada.

Winnicott (1987) afirma que, quando os pacientes são dominados a uma área de privação em sua história passada, o tratamento precisa ser adaptado a este fato, pois a psicoterapia se relaciona com o sofrimento individual e a necessidade de ajuda. A psicoterapia ajuda a acolher as experiências ruins, mesmo aquelas mais dolorosas e traumáticas, para que sejam compreendidas e superadas. É necessária a compreensão para que seja possível uma interação da parte da história com a parte traumática.

Além disso, o profissional pode trabalhar em conjunto com a família, orientando os pais e/ou cuidadores a compreender o impacto de suas inações e ações. Assim, através dessas ferramentas, o psicólogo pode arquitetar estratégias para a interação emocional desses indivíduos. No entanto, quando há casos em que a interação não é possível, o psicólogo pode ajudar a criança a lidar com o abandono, incentivando-a a aprender a viver de maneira sadia e equilibrada, aceitando suas emoções.

De acordo com Savoia (2011), a psicoterapia é a tradução da experiência em palavras, buscando aquelas que sintetizem em vez de suprimir os pensamentos. Os mapas mentais adquiridos com experiências (nesse caso, os eventos traumáticos) podem trazer aspectos inadequados, e a psicoterapia tem como desafio favorecer a modificação desses mapas. A memória traumática fragmentada relativa aos sentidos e sensações, como imagens, sons, odores, sensações físicas e emoções não integradas a outras memórias, costumam permanecer assim até que uma síntese narrativa de superação seja processada.

A Psicologia contribui em trazer uma reflexão sobre novas formas de pensar a subjetividade paterna, viabilizando e otimizando relações familiares mais saudáveis, reconfigurando e redesenhando o conceito da afetividade familiar no processo dinâmico das transformações sociais, refletindo nas bases que sustentam os impactos relacionados pelo abandono afetivo paterno (Jager; Bottoli, 2011).

Neste contexto, faz-se necessário perceber as mudanças comportamentais da criança tanto no aspecto psicológico quanto no aspecto social, pois cada uma tem sua individualidade de se expressar de forma inconsciente e negativamente. Os psicólogos postulam que a criança tem uma rica e ilimitada vida de fantasia, com uma imaginação criativa alinhada ao processo evolutivo de desenvolvimento, sendo influenciada por meio das interações e das relações cotidianas proporcionadas e estabelecidas pelos pais (Jager; Bottoli, 2011).

Quando ocorre uma quebra do laço nas relações, a Psicologia desempenha um papel de suma importância e com base sólida para lidar com essas mudanças comportamentais no desenvolvimento infantil, reconhecendo as complexidades do abandono afetivo, ressignificando o papel de facilitador neste processo, buscando reconhecer e enfatizar as tarefas maternas para com a criança, em busca de amenizar, ou até mesmo sucumbir, os impactos psicológicos desencadeados pelo abandono da figura paterna (Jager; Bottoli, 2011).

Neste âmbito, o psicólogo deve ter acesso a estímulos adequados com abordagens terapêuticas, como o processo de cognição comportamental, psicanálise, Gestalt, terapia fenomenológica-existencial, entre outros, visto que auxiliam no seu papel profissional de ajudar a criança a ressignificar as experiências negativas vivenciadas (Lima, 2012).

Por conta disso, há o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento e a construção de uma identidade forte, autoestima elevada e resiliente nas relações afetivas futuras desta criança. Fatores determinantes que refletirão para que ela consiga garantir uma vida promissora com controle e aceitação das suas emoções de forma equilibrada (Lima, 2012).

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, tendo como tema os impactos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa envolve a descrição e a discussão de um tema particular sob uma ótica teórica ou conceitual. Esse tipo de revisão fundamenta-se na interpretação e na análise crítica da literatura, possibilitando a identificação de questões relevantes e a atualização do conhecimento sobre o tópico em questão.

Nesta pesquisa, a busca ocorreu na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Criada em 1998, a BVS é uma plataforma operacional de cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e serve para a gestão da informação e do conhecimento em saúde. A escolha dessa base de dados se deu por se tratar de uma plataforma relevante para a divulgação das informações bibliográficas geradas pelo Ministério da Saúde (MS), assim como publicações gerais na área de Ciências da Saúde. Como as publicações do MS não são comercializadas, a plataforma torna-se o principal canal de acesso para essa produção. Coordenada pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME), a BVS é uma rede de conteúdos ampliada continuamente e construída coletivamente.

Os descritores utilizados para a busca do presente estudo foram “relação paterno-infantil”, “psicologia”, “desenvolvimento infantil”, os quais foram buscados de forma combinada, delimitando um intervalo temporal dos últimos 10 anos; além disso, tais descritores foram devidamente validados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Os Descritores em Ciências da Saúde/Medical Subject Headings (DeCS/MeSH) foram criados pela BIREME para servir como uma linguagem única na indexação de artigos científicos, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, e também para serem usados na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis na BVS, como Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO), entre outras.

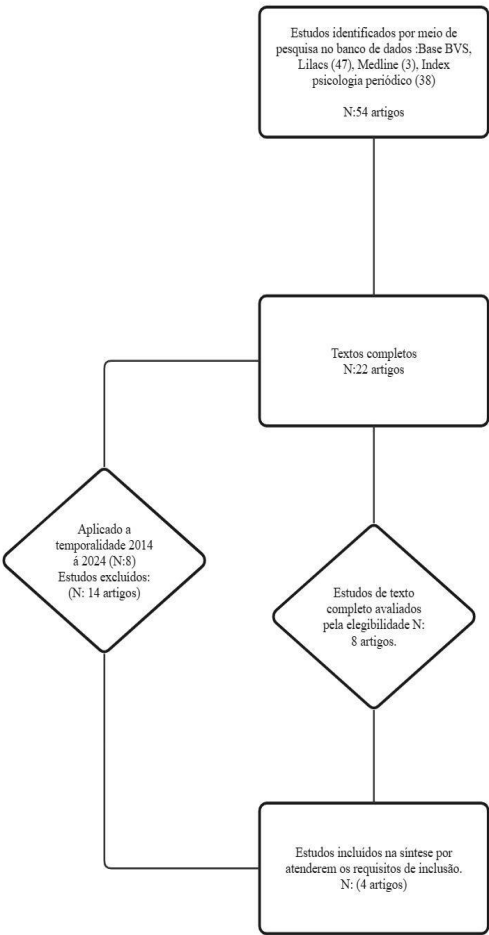
De acordo com esse mesmo marcador: a) a relação paterno-filial é a relação entre os pais e os filhos; b) a Psicologia é definida como o estudo científico do comportamento humano e dos processos mentais, o que inclui a compreensão de como os indivíduos percebem, sentem, pensam e agem; e c) o desenvolvimento mental consiste na maturação sequencial contínua (fisiológica e psicológica) desde o nascimento de um indivíduo, mas não inclui a adolescência.

Os resultados ocorreram em bases da BVS, SciELO, MEDLINE e LILACS, e, para tal fim, foram utilizados os seguintes descritores combinados: relação paterno-filial and psicologia and desenvolvimento infantil.

Foram encontrados 54 artigos, com textos completos em apenas 22 artigos. Ao aplicar o período de 2014 a 2024, o resultado foi de 7 artigos em inglês e 54 artigos em português. A partir deste número foi aplicado o critério de inclusão dos artigos em português com textos completos e cujos textos estivessem relacionados aos objetivos propostos no período de 2014 a 2024. No total, de 8 artigos, apenas 4 artigos foram selecionados para contemplar o processo de inclusão. Os critérios de exclusão utilizados foram os artigos de outros idiomas e aqueles cujo contexto não contemplava o objetivo. Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos 4 artigos selecionados para este estudo.

Com eixos de análise, buscou-se inicialmente classificar os estudos quanto às particularidades da amostragem e, a partir disso, prosseguiu-se com a análise da fundamentação teórica dos estudos, seguido de seus objetivos. Por fim, realizou-se a avaliação da metodologia aplicada, resultados obtidos e discussão. Restaram 4 artigos que passaram a compor de análise para este estudo de revisão narrativa; o processo encontra-se ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma da triagem dos artigos



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os objetivos propostos neste estudo, elaborou-se a caracterização da produção do conhecimento sobre os impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil. A busca dos artigos que compuseram este estudo identificou 54 trabalhos, dos quais 4 publicações foram incluídas na revisão, pois foram os textos que mais se acentuaram pela temática proposta, principalmente por terem como foco os impactos psicológicos do abandono paterno no desenvolvimento infantil. Apresentamos os objetivos e os principais resultados de cada um de maneira qualitativa.

Entre os estudos selecionados, ao analisar a abordagem metodológica, observou-se a prevalência de publicações com abordagem qualitativa e descritiva. Os estudos considerados qualitativos priorizam a compreensão de sentidos e práticas, utilizando-se da análise de conteúdo ou análise de discurso. O método de coleta de dados dos estudos selecionados para

## Capítulo 11 – Impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento da primeira...

análise corresponde ao período de 2014 a 2024. Os estudos selecionados evidenciam que o abandono afetivo paterno pode gerar impactos profundos no desenvolvimento infantil.

Quanto ao cenário dos estudos, Bueno e Vieira (2014) discorrem sobre o papel do pai no desenvolvimento infantil; Schmidt *et al.* (2020) abordam a relação entre traumas na infância e as representações de apego parental na vida adulta, fornecendo uma base para compreender os impactos de experiências adversas nas dinâmicas familiares e no desenvolvimento infantil. Além disso, Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva (2016) destacam a importância dos cuidados parentais no desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes, com uma perspectiva analítico-comportamental. E, por fim, o estudo de Santis *et al.* (2023) se concentrou na inclusão de pais com filhos em idade pré-escolar, utilizando o Inventário de Envolvimento Paterno Revisado para medir o engajamento dos pais nesse contexto, reforçando a importância da participação ativa dos pais no desenvolvimento infantil.

Para análise dos dados, o conteúdo dos artigos foi registrado em um instrumento, possibilitando uma visão geral dos artigos selecionados para o referido estudo. Foram analisadas quatro referências. A caracterização das publicações está apresentada no Quadro 1 quanto a fonte, título do artigo, autores, periódico e ano de publicação.

Quadro 1 - Caracterização das publicações

| Artigo | Fonte        | Título do Artigo                                                                                                             | Autores                          | Periódico                                                | Ano  |
|--------|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------|------|
| A1     | PePSIC       | Análise de estudos brasileiros sobre o pai e o desenvolvimento infantil.                                                     | Bueno e Vieira                   | Revista Psicologia Argumento                             | 2014 |
| A2     | ResearchGate | Associação entre traumas na infância e a representação de apego parental na vida adulta.                                     | Schmidt <i>et al.</i>            | Revista Brasileira de Psicoterapia                       | 2020 |
| A3     | RBTCC        | Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. | Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva | Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva | 2016 |
| A4     | SciELO       | O Inventário de Envolvimento Paterno Revisado: Inclusão de Pais com Filhos Pré-Escolares.                                    | Santis <i>et al.</i>             | Psicologia: Ciência e Profissão                          | 2023 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Com o intuito de responder à questão de pesquisa desta revisão narrativa, realizou-se a leitura dos artigos na íntegra, buscando conhecer a produção científica acerca dos impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil.

Ademais, por meio da análise dos artigos, percebeu-se que os estudos se desdobravam em duas temáticas e optou-se por reuni-los em duas categorias: “Implicações do abandono paterno para o desenvolvimento infantil” e “Contribuições da Psicologia no auxílio às crianças afetadas pelo abandono paterno”, evidenciando que o abandono afetivo paterno pode gerar impactos profundos no desenvolvimento infantil. A ausência emocional do pai afeta diretamente o bem-estar psicológico e social da criança, comprometendo sua capacidade de formar vínculos saudáveis, além de prejudicar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais ou socioafetivas.

#### **4.1 Implicações do abandono paterno para o desenvolvimento infantil**

Com base na leitura e análise dos textos escolhidos foi possível observar que os estudos apresentam resultados que o abandono paterno, seja emocional ou físico, pode ter implicações severas no desenvolvimento infantil, influenciando certas áreas, como os vínculos afetivos, autoestima, controle emocional e habilidades de socialização, sendo considerado um problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Corroborando com isso, Schmidt *et al.* (2020) afirmam que a ausência do pai está fortemente correlacionada com dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis na vida adulta. As crianças que crescem sem a presença paterna podem internalizar sentimentos de rejeição e abandono, os quais repercutem em inseguranças emocionais e dificuldades no relacionamento interpessoal, tornando-as mais propensas a desenvolver comportamentos de dependência ou evitamento nos relacionamentos futuros.

Ademais, a ausência paterna pode criar um desequilíbrio na estrutura familiar, levando as crianças a vivenciarem maior estresse e a terem que lidar com responsabilidades emocionais precoces, especialmente em lares onde a mãe, sozinha, assume o papel de provedora e cuidadora. Consequentemente, a sobrecarga emocional e social sobre as mães solo também reflete negativamente no desenvolvimento das crianças, exacerbando os desafios já mencionados.

Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva (2016) enfatizam que, quando há abandono, a criança pode enfrentar desafios significativos no desenvolvimento de habilidades como empatia,

controle emocional e resolução de problemas. Esses déficits podem se manifestar em comportamentos antissociais, problemas de disciplina e dificuldades acadêmicas.

Nesse sentido, a ausência da figura paterna pode prejudicar o desenvolvimento emocional da criança, resultando em sentimentos de rejeição, insegurança e baixa autoestima, visto que a ausência deste vínculo pode acarretar dificuldades no reconhecimento e manejo das emoções, afetando a capacidade de autorregulação emocional.

Outras pesquisas, como a de Santis *et al.* (2023), destacam que a presença ativa do pai nos primeiros anos de vida é essencial para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Crianças que têm uma relação próxima e positiva com seus pais são mais propensas a desenvolver um senso de identidade mais robusto, maior empatia e habilidades de resolução de conflitos. O abandono paterno, por outro lado, pode interromper esse desenvolvimento, resultando em uma baixa autoestima e maior vulnerabilidade a transtornos emocionais, como ansiedade e depressão.

Sob os olhares dos autores Bueno e Vieira (2014), destaca-se que o abandono paterno é um fator de risco significativo para o surgimento de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, principalmente devido à carência de suporte emocional e de referências masculinas positivas. Além da falta de suporte emocional, a ausência de uma figura paterna positiva priva a criança de um referencial de masculinidade saudável, o que pode prejudicar a construção de sua identidade e afetar sua capacidade de lidar com relacionamentos futuros.

Partindo deste contexto, esses estudos investigaram o impacto do abandono paterno no desenvolvimento infantil, destacando as implicações emocionais e comportamentais dessa ausência. De acordo com Bueno e Vieira (2014), a figura paterna exerce um papel essencial no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, influenciando a construção de vínculos afetivos saudáveis. Os autores evidenciaram que a ausência do pai pode resultar em insegurança emocional e dificuldades no estabelecimento de relações interpessoais na vida adulta.

Assim sendo, os estudos de Bueno e Vieira (2014), Santis *et al.* (2023) e Schmidt *et al.* (2020) convergem para a compreensão de que o abandono paterno tem implicações significativas no desenvolvimento infantil, afetando tanto as esferas emocionais quanto comportamentais das crianças, potencializando riscos de dificuldades em estabelecer vínculos afetivos, problemas de comportamento e até mesmo de desempenho escolar, podendo até mesmo acarretar o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento prejudiciais, como o isolamento social, ou comportamentos agressivos na tentativa de lidar com as emoções não processadas.

Em resumo, a ausência de suporte emocional paterno pode ter consequências duradouras no desenvolvimento infantil. Ressaltando a importância de uma presença paterna ativa e afetiva na vida das crianças, é fundamental reconhecer que o suporte emocional não se limita à presença física, mas envolve também a qualidade da interação, incluindo aspectos como a escuta ativa, a empatia e as demonstrações de afeto e ênfase de intervenções precoces, como terapia familiar ou aconselhamento, para que, assim, essas crianças possam ter um desenvolvimento emocional saudável.

#### **4.2 Contribuições da Psicologia no auxílio às crianças afetadas pelo abandono paterno**

Sabe-se que o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aborda que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990).

Assim sendo, quando se fere o art. 5º do ECA, a criança é exposta a situações de vulnerabilidade que podem desencadear distúrbios psicológicos, os quais devem ser enfrentados não apenas no que diz respeito ao seu bem-estar emocional futuro, mas também em relação ao comportamento dessas crianças quando se tornarem pais, prevenindo que o modelo de vida que elas vivenciaram leve a novos casos de abandono.

Nesse sentido, Bueno e Vieira (2014) apontam alguns desafios, como a necessidade de uma maior inclusão de pais em pesquisas e programas de intervenção que tradicionalmente focam apenas nas mães, pois, embora o papel do pai tenha sido explorado nas últimas décadas, ainda há lacunas a serem preenchidas. Os autores sugerem a necessidade de ampliar as pesquisas sobre diferentes configurações familiares, bem como promover uma maior diversidade metodológica nos estudos para entender de forma mais abrangente a influência paterna.

Estudos como o de Santis *et al.* (2023) enfatizam a importância de programas e iniciativas voltadas para a promoção do envolvimento paterno, especialmente em fases cruciais do desenvolvimento educacional, como a fase pré-escolar. A inclusão dos pais nesse processo deve ser incentivada para que possam exercer um papel mais ativo e positivo na vida de seus filhos.

Por conseguinte, segundo estudos propostos por Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva (2016), em uma perspectiva analítico-comportamental, os cuidados parentais, incluindo o

suporte emocional e o monitoramento do comportamento, são fundamentais para o desenvolvimento adequado das habilidades socioemocionais na infância e adolescência. Os autores também enfatizam que o pai pode funcionar como um poderoso reforçador social e promover segurança emocional.

Nesse contexto, os estudos de Schmidt *et al.* (2020) destacam que as experiências traumáticas na infância podem ter um impacto duradouro na maneira com os indivíduos constroem seus vínculos afetivos e emocionais. Os autores ainda ressaltam a importância de intervenções precoces para prevenir os impactos a longo prazo, oferecendo suporte adequado a crianças que passam por situações de trauma, assim como a necessidade de intervenções terapêuticas que possam ajudar esses futuros adultos a lidar com as consequências dessas experiências vivenciadas.

O estudo de Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva (2016) propõe que a Psicologia pode atuar diretamente em escolas e comunidades, promovendo programas de educação emocional para crianças e adolescentes, ensinando esses sujeitos a identificar e expressar sentimentos de forma saudável e construir relações positivas. Essas intervenções psicológicas visam não só minimizar os impactos negativos do abandono paterno, mas também ajudar as crianças a desenvolver resiliência e habilidades socioemocionais essenciais para o seu desenvolvimento.

O estudo proposto por Schmidt *et al.* (2020) investigou a relação entre traumas vividos na infância, como abandono, abuso ou negligência, e a maneira como esses eventos afetam as representações de apego parental em adultos. A pesquisa busca entender como essas experiências podem moldar a forma como os indivíduos percebem e se relacionam com seus próprios pais ou cuidadores na fase adulta. O estudo utilizou uma amostra de adultos que passaram por diferentes tipos de traumas na infância; foram aplicados questionários e instrumentos de avaliação psicológica.

Santis *et al.* (2023) e Schmidt *et al.* (2020) convergem para a reflexão acerca da importância de oferecer suporte adequado a crianças que passam por situações de trauma, assim como a necessidade de intervenções terapêuticas que possam ajudar adultos a lidar com as consequências dessas experiências em suas relações familiares e interpessoais. Deste modo, oferecer um ambiente seguro e apoio contínuo é fundamental para mitigar os efeitos do trauma e promover a resiliência. Além disso, ambos os estudos enfatizam a importância de intervenções terapêuticas especializadas, tanto para as crianças quanto para os adultos que convivem com as consequências de traumas precoces, visto que essas intervenções visam ajudá-los a reconhecer e lidar com os efeitos dessas experiências nas suas próprias vidas.

Nesse sentido, a contribuição da Psicologia para o auxílio de crianças afetadas pelo abandono paterno é vasta e multifacetada. Através de uma combinação de intervenções terapêuticas, programas de suporte familiar e campanhas de conscientização, é possível mitigar muitos dos efeitos negativos causados pela ausência paterna. Ao promover uma maior compreensão sobre a importância do papel paterno no desenvolvimento infantil, a Psicologia contribui para o fortalecimento de laços familiares e para o desenvolvimento emocional saudável das crianças afetadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender os impactos psicológicos significativos que o abandono afetivo paterno exerce sobre o desenvolvimento infantil, especialmente na primeira infância, período de extrema importância para a formação emocional e social da criança. A partir dos objetivos específicos foi possível descrever, discutir e analisar os efeitos dessa privação emocional em múltiplas dimensões do desenvolvimento da criança. Esta pesquisa evidenciou que o abandono afetivo paterno tem consequências profundas no bem-estar emocional e psicológico infantil, acarretando dificuldades na formação de vínculos afetivos, baixa autoestima, insegurança e maior predisposição ao desenvolvimento de problemas emocionais, como ansiedade e depressão.

Ao discutir as implicações psicológicas foi constatado que a ausência da figura paterna durante a infância prejudica não apenas a saúde emocional imediata da criança, mas também sua capacidade de formar relações interpessoais saudáveis no futuro. A literatura consultada apontou que a falta de envolvimento afetivo do pai pode afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo e comportamental, com reflexos na vida adulta.

No que tange a relação entre o abandono afetivo paterno e o desenvolvimento de problemas emocionais, a pesquisa identificou uma correlação significativa entre essas duas variáveis. Crianças que crescem sem o apoio emocional do pai tendem a apresentar maior vulnerabilidade ao estresse, dificuldades no controle emocional e maior propensão a distúrbios comportamentais. As discussões mais significativas do estudo giraram em torno da relevância da figura paterna no desenvolvimento saudável da criança e da necessidade de abordagens preventivas e interventivas para mitigar os efeitos do abandono afetivo. Destaca-se também a importância de políticas públicas e ações voltadas ao fortalecimento do vínculo paterno-filial, com ênfase na educação familiar e suporte psicológico.

Como contribuição ao campo de estudo, o conhecimento produzido reforça a importância de entender os diferentes papéis parentais no desenvolvimento infantil e a necessidade de ampliar o olhar para além da maternidade, abordando a paternidade com a mesma relevância. Este estudo contribui para o entendimento do impacto profundo e multidimensional do abandono afetivo paterno no desenvolvimento infantil, oferecendo subsídios para a criação de programas e políticas públicas voltados ao fortalecimento das relações familiares e ao suporte psicossocial de crianças e suas famílias.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Patrícia Alvarenga; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 18, n. 1, p. 4-21, 2016.

ANGELINI NETA, Ainah Hohenfeld. **Convivência parental e responsabilidade civil: indenização por abandono afetivo**. Curitiba: Juruá, 2016.

ARAGAKI, Caroline. O abandono afetivo paterno além das estatísticas. **Instituto de Psicologia**, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direitofacil/edicao-semanal/abandono-afetivo>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ARPEN-BRASIL – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS. Mais 170 mil crianças não receberam o nome do pai no último ano no Brasil. **Arpen-Brasil**, 23 ago. 2023. Disponível em: [https://arpenbrasil.org.br/press\\_releases/mais-170-mil-criancas-nao-receberam-o-nome-do-pai-no-ultimo-ano-no-brasil/](https://arpenbrasil.org.br/press_releases/mais-170-mil-criancas-nao-receberam-o-nome-do-pai-no-ultimo-ano-no-brasil/). Acesso em: 10 ago. 2024.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n.85, p. 67-75, 2011.

BENETTI, Raelly Beatriz Gomes; INADA, Jaqueline Feltrin. Impactos do abandono paterno infantil no âmbito amoroso: um estudo psicanalítico. *In: Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica*, 9., Maringá, 2018. **Anais...** Maringá, PR: UNICESUMAR, 2018. Disponível em: [https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/2117/1/raelly\\_beatriz\\_gomes\\_benetti\\_2.pdf](https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/2117/1/raelly_beatriz_gomes_benetti_2.pdf). Acesso em: 12 ago. 2024.

BOWLBY, John. A natureza do vínculo. *In: BOWLBY, John. Apego e perda: volume 1: Apego - A natureza do vínculo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 25-42.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 22 ago. 2024.

BUENO, Rovana Kinas; VIEIRA, Mauro Luís. Análise de estudos brasileiros sobre o pai e o desenvolvimento infantil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 32, n. 76, p. 151-159, 2014.

CAMPOS, Barbara Aparecida Gomes. **Abandono afetivo paterno**: as consequências do pai ausente na infância. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário do Vale do Ribeira, Unisepe, Registro, 2023. Disponível em: [https://portal.unisepe.com.br/repositorio/wp-content/uploads/sites/10011/2023/05/ABANDONO-AFETIVO-PATERNO\\_AS-CONSEQUÊNCIAS-DO-PAI-AUSENTE-NA-INFANCIA.pdf](https://portal.unisepe.com.br/repositorio/wp-content/uploads/sites/10011/2023/05/ABANDONO-AFETIVO-PATERNO_AS-CONSEQUÊNCIAS-DO-PAI-AUSENTE-NA-INFANCIA.pdf). Acesso em: 21 ago. 2024.

CASTRO, Yuri Silva de; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; COSTA, Danilo da. Função social da família: responsabilização dos pais em decorrência do abandono afetivo. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Brasília, v. 13, n. 44, p. 24-43, 2022.

CIA, Fabiana; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; AIELLO, Ana Lúcia Rossito. Influências paternas no desenvolvimento infantil: revisão da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 83-91, 2005.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 16. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2023.

EIZIRIK, Mariana; BERGMANN, David Simon. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 330-336, 2004.

FIGUEIREDO, Danielle Rânis Silva. **Influências psicológicas acerca do abandono paterno**: reflexões sobre o patriarcado. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade Metropolitana de Camaçari, Camaçari, 2020.

FIGUEIREDO, L. C.; DIAS, P. C. O impacto da ausência paterna no desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, (s.p.), 2012.

FONTES, Ana Maria Moraes. Violência nas escolas: a crise da autoridade. **Educação em foco**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 77-85, 2010.

JAGER, Márcia Elisa; BOTTOLI, Cristiane. Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 141-153, 2011.

JOBIM, Maria Regina. Quem é meu pai?. In: SCHWARTSMANN, Leonor Baptista; GOLDANI, João Carlos; BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Saúde tem história II: Narrativas no Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre**. Porto Alegre: Evangraf/ISCOMPA, 2021, p. 171-188.

LIMA, Antônio Paulo Pinheiro. Mulheres e o abandono da figura paterna: considerações teórico-clínicas a partir da psicologia analítica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, supl., p. 821s-830s, out./dez. 2012.

LOMEU, Leandro Soares. Afeto, abandono, responsabilidade e limite: diálogos sobre ponderação. **Revista do Instituto Brasileiro de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 11, p. 105-117, 2010.

MACAGNAN, Manuela. A importância do pai durante a gestação e no nascimento do bebê. **Bebê**, 28 out. 2016. Disponível em: <https://bebe.abril.com.br/gravidez/a-importancia-do-pai-durante-a-gestacao-e-no-nascimento-do-bebe/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento Humano**. Tradução de Cristina Monteiro e Mauro de Campos Silva. 12. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill/Artmed, 2013.

ROHDE, Luis Augusto *et al.* A função paterna no desenvolvimento do bebê. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 127-135, 1991.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007.

SANTIS, Ligia de *et al.* O Inventário de Envolvimento Paterno Revisado: Inclusão de Pais com Filhos Pré-Escolares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Porto Alegre, v. 43, e251811, 1-17, 2023.

SAVOIA, Mariângela Gentil. Trauma e superação. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 289-292, 2011.

SCHMIDT, Fernanda Munhoz Driemeier *et al.* Associação entre traumas na infância e a representação de apego parental na vida adulta. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 1-14, 2020.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; POLI, Leonardo Macedo. Os efeitos do abandono afetivo e a mediação como forma de solução de conflitos paterno-filiais. **Revista Síntese: Direito de Família**, Porto Alegre, v. 15, n. 77, p. 69-94, 2013.

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e Delinquência**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### **SOPHIA SANTOS CERQUEIRA**

É estudante do 9º semestre do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Está em estágio clínico supervisionado em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), sob orientação do professor supervisor Rafael de Oliveira, com atendimentos realizados na Clínica Escola da própria instituição.

A partir de sua vivência e reflexão sobre os diversos contextos da saúde mental, surgiu a inquietação que orientou sua pesquisa de conclusão de curso: “Impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento da primeira infância”, temática que reflete sua preocupação com os efeitos das relações familiares na formação emocional das crianças. Essa investigação resultou na produção de um artigo científico, aprofundando a compreensão sobre os danos emocionais e comportamentais provocados pela ausência paterna nos primeiros anos de vida.

### **THALITA DE ANDRADE REIS**

É estudante do 9º semestre do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Iniciou sua formação no Centro Universitário Regional da Bahia – Alagoinhas (UNIRB), onde teve suas primeiras experiências práticas através de trabalhos de extensão voltados para pessoas surdas e com deficiência na fala, além de projetos relacionados à compulsão e obsessão, atividades reflexivas em grupo na Pastoral do Menor e estágio clínico. Atuou também como monitora de eventos voltados para psicólogos e, atualmente, é monitora da disciplina de Estágio Supervisionado em sua instituição.

Durante sua trajetória acadêmica, participou da aplicação de testes psicológicos com acompanhamento docente, além de ter sido ouvinte em workshops sobre planejamento e organização de eventos. É formada como técnica em Meio Ambiente pelo Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano, e atualmente trabalha como recepcionista no Hospital Hapvida, onde concilia sua rotina profissional com a conclusão da graduação.

Sua abordagem inicial no estágio clínico foi a Gestalt-Terapia, abordagem pela qual possui grande apreço. No entanto, tem direcionado seus estudos e interesses para a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e para a Logoterapia, vislumbrando especialização nessas áreas. É entusiasta do desenvolvimento pessoal e do empreendedorismo na psicologia, investindo em cursos que aprofundem seu autoconhecimento e estratégias de atuação online, com foco na captação de clientes e no posicionamento profissional.

Sua dedicação e sensibilidade em compreender a mente humana a levaram a investigar a temática: “Impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento da primeira infância”, que se tornou o tema de seu artigo científico como Trabalho de Conclusão de Curso. A publicação deste trabalho representa um passo importante rumo ao seu objetivo de se tornar uma psicóloga atualizada, sensível e preparada para os desafios da profissão.

### **ARIEL DANTAS BARBOSA**

Psicólogo, formado pela Faculdade Santíssimo Sacramento (F.S.S.S), Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do estado da Bahia (UNEB). Pós Graduando em Educação Científica e Popularização da Ciências pelo Instituto Federal da Bahia (IFBaiano). Possui formação na prevenção do uso abusivo de drogas: Capacitação para conselheiros e lideranças pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e no sistema para detecção do uso abusivo

---

## Capítulo 11 – Impactos psicológicos do abandono afetivo paterno no desenvolvimento da primeira...

---

e dependência de substâncias psicoativas (SUPERA) pela secretaria Nacional de políticas públicas sobre drogas (SENAD) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atuou como psicólogo no Núcleo de Assistência à saúde da Família (N.A.S.F.) trabalhando com educação/promoção a saúde e com grupos de riscos. Possui experiência no contexto escolar e clínico. Atualmente compõe o grupo de pesquisa, Linguagem e crítica Cultural e do grupo Iraci Gama, pesquisando os principais temas: Escrita de si, pessoas em situação de rua, arte, subalternidade, subjetividade, letramento, relações étnico raciais, direitos humanos.

# RESISTÊNCIA NA FILOSOFIA DELEUZIANA: A FUGA DAS SUBJETIVAÇÕES MASCULINAS

## RESISTANCE IN DELEUZIAN PHILOSOPHY: THE ESCAPE FROM MASCULINE SUBJECTIVATIONS

DOI: 10.5281/zenodo.16943697

**Thiago da Silva Azevêdo Reis<sup>1</sup>**  
E-mail: thiagoreis1314@gmail.com

**Márcio Vila Flor<sup>2</sup>**  
E-mail: marcio.vila@hotmail.com

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo tensionar o conceito de resistência a partir da filosofia de Gilles Deleuze, explorando possibilidades de fuga aos processos de subjetivação masculina partindo das concepções de normatividades de gênero. Para sustentar essa discussão, foi adotado um recorte epistemológico que privilegia autoras e autores cujas produções dialogam com os desdobramentos da filosofia deleuziana, funcionando como intercessores de sua articulação conceitual, a exemplo de Foucault, Butler, Mbembe e Preciado. A pesquisa foi conduzida por meio de uma cartografia conceitual, fundamentada nas proposições metodológicas de Kastrup, com a análise de quinze produções teóricas que permitiram compor zonas de problematização em torno das questões de gênero, da arte e da política. Os resultados indicam que a resistência, entendida enquanto processo e não como forma estabilizada, atravessa práticas micropolíticas, estéticas e ontológicas, demandando arranjos ético-estéticos que escapem às formas de captura operadas pelo capitalismo contemporâneo e problematizam os modos hegemônicos de subjetivação masculina.

**Palavras-chaves:** Resistência. Masculinidades. Deleuze. Subjetivação. Linhas de Fuga.

### ABSTRACT

This article aims to challenge the concept of resistance based on Gilles Deleuze's philosophy, exploring possibilities of escaping the processes of male subjectivation based on the conceptions of gender normativities. To support this discussion, an epistemological approach was adopted that privileges authors whose productions dialogue with the developments of Deleuzian philosophy, functioning as intercessors of its conceptual articulation, such as Foucault, Butler, Mbembe and Preciado. The research was conducted through a conceptual cartography, based on Kastrup's methodological propositions, with the analysis of fifteen

---

1 Discente do curso de Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS).

2 Orientador, Mestre e Doutorando em Educação - UFBA/FACED/FEP. Docente dos Cursos de Psicologia e Enfermagem da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS).

theoretical productions that allowed the composition of zones of problematization around the issues of gender, art and politics. The results indicate that resistance, understood as a process and not as a stabilized form, traverses micropolitical, aesthetic and ontological practices, demanding ethical-aesthetic arrangements that escape the forms of capture operated by contemporary capitalism and problematize the hegemonic modes of male subjectivation.

**Keywords:** Resistance. Masculinities. Deleuze. Subjectivation. Lines of Flight.

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre masculinidades têm ocupado um espaço de debate significativo em diferentes cenários na última década, sendo possível apontar influências sócio-históricas e políticas para a ascensão dessas discussões. Dentre os fatores que impulsionaram esse interesse discursivo, destacam-se o crescimento de posicionamentos misóginos em redes sociais decorrente da proliferação de grupos de homens que sustentam um ideal filosófico baseado no “masculinismo” hegemônico, o aumento de denúncias de violência contra as mulheres e a criação de políticas públicas voltadas à intervenção nesse fenômeno, como os grupos reflexivos de homens<sup>3</sup>.

Especialmente esses grupos em redes sociais apoiados em ideais hegemônicos de uma hierarquia de gênero têm gerado repercussões devido à forma como destilam ódio e violência a outras realidades subjetivas. O engajamento crescente de homens em comunidades que assumem essa configuração de seita tem influenciado diretamente a teorização por parte de pesquisadores, que, ao analisarem esse fenômeno, apontam para um agenciamento entre a ascensão da extrema-direita, a fase atual do capitalismo e o fortalecimento de práticas de governo sobre os corpos, envolvendo uma performance aliada às normas hegemônicas de raça, classe e gênero.

O crescimento da extrema-direita tem se apoiado, em grande medida, em um discurso de resgate de valores tradicionais e na supremacia de um ideal de masculinidade que se ancora na virilidade, na força e na submissão das alteridades femininas e de corpos dissidentes do binarismo cis-heterossexual. A disseminação dessas ideias não ocorre de forma isolada, mas se insere no contexto mais amplo do capitalismo em colapso, quando, ao mesmo tempo em que impulsiona crises e precarizações, se vale de dispositivos de controle social que regulam e

---

<sup>3</sup> Os grupos reflexivos de homens constituem uma medida psicossocial prevista na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), inspirada em experiências internacionais, que se consolida no Brasil com o objetivo de promover espaços de escuta, responsabilização e ressignificação de comportamentos de homens autores de violência. Esses grupos são estruturados com base nas diretrizes das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, articulando intervenções críticas aos padrões hegemônicos de masculinidade.

capturam corpos dentro de um ideal produtivo e normativo. O neoliberalismo, enquanto racionalidade política, incentiva um modelo de masculinidade voltado à competitividade e ao desempenho, promovendo um ethos que despreza vulnerabilidades e reforça estruturas de dominação. Assim, torna-se evidente que as masculinidades contemporâneas não podem ser compreendidas fora desses entrelaçamentos entre economia, política e produção de subjetividades, enquanto questões da ordem do dia, postas tanto nas políticas públicas, quanto nos espaços de lutas, inclusive nos estudos acadêmicos.

Diante dessas reverberações, destacam-se as contribuições teóricas que possibilitaram o surgimento de inúmeras concepções sobre gênero e masculinidades. Aqui destacamos, por exemplo, os estudos feministas, quando inauguraram um interesse bem delimitado na compreensão das performances masculinas e, nessa trajetória provocativa, inserem-se os estudos queer e as filosofias da diferença, situadas no campo pós-estruturalista, que permitem um entendimento de como o dispositivo de gênero está engendrado em uma teia complexa de signos, desejos, poderes e processos de subjetivação.

Esse entendimento converge para o que os autores Corbin; Courtine e Vigarello (2013) chamam de “fabulação histórica da virilidade”, fabricada de formas peculiares em cada contexto histórico, no qual a utilidade dos corpos exigiu uma divisão binária e hierárquica e, nesse veio o filósofo francês Michel Foucault (2020), destaca que esses fenômenos podem ser compreendidos como efeitos de um poder-saber que, capturando os corpos por meio de um conjunto de forças bélicas, disciplina condutas e modela interesses.

Assim, entendemos que a masculinidade, diferente de ser um dado natural associado à materialidade dos corpos, é um conjunto de práticas performativas que posiciona o gênero enquanto uma narrativa existencial em constante estado de produção. Nesse sentido, Butler (2003) aponta para um ideal transcendente de gênero artificial, sustentado por práticas reiterativas. Observa-se, no cenário atual, uma performatividade marcada pelo que a psicóloga e filósofa Zanello (2018) denomina “dispositivo de eficácia”, argumentando que os homens, dentro da lógica da masculinidade hegemônica, são submetidos a esse dispositivo, o qual exige que demonstrem constantemente força, autossuficiência, sucesso e controle sobre si mesmos e sobre os outros. Esse dispositivo os impulsiona a evitar qualquer traço de vulnerabilidade ou fragilidade, sustentando um modelo de masculinidade que valoriza a competitividade e a insensibilidade emocional, em muitos casos.

No entanto, se há uma normatividade imposta sobre os corpos que performam masculinidades, também existem forças de resistência e brechas para a reexistência. Portanto, este estudo tem como objetivo compreender essas dinâmicas a partir das lentes filosóficas

deleuzianas, explorando a partir dos seus conceitos teóricos, muito influenciados por seus intercessores como Guattari, quando nos oferecem ferramentas para pensar a desterritorialização das masculinidades hegemônicas e a emergência de novas formas de existência. Assim, a pesquisa se propõe a articular uma reflexão sobre os processos de subjetivação do masculino com a filosofia da diferença, destacando as potencialidades do devir e dos agenciamentos coletivos enquanto formas de resistência ao capitalismo em sua fase atual, enquanto motor social e às normativas de gênero que operam como dispositivos de captura dos corpos.

Metodologicamente, este estudo ancora-se em uma cartografia conceitual, que se destaca como pertinente dentro dessa proposta por não apenas sistematizar a produção acadêmica existente, mas por mapear fluxos e problematizar as tendências teóricas e epistemológicas em torno da resistência dentro das formulações de rizoma elaboradas por Deleuze e Guattari (2020, v.1). O foco recairá sobre artigos e obras que dialoguem diretamente com essa perspectiva filosófica, permitindo um exame aprofundado das contribuições que possibilitam pensar as formas de resistência e reexistência para os corpos que performam masculinidades.

A relevância deste estudo evidencia-se na necessidade de aprofundamento das interseções entre masculinidades e processos de subjetivação, um campo que, apesar de promissor, ainda carece de abordagens que articulem essas questões de forma sistemática, focada em subjetivação, política e as formas de resistência. Diante disso, busca-se promover um debate que, ao aprofundar essa ótica, contribua para tornar a abordagem das masculinidades cada vez mais consistente.

Ressalta-se ainda que este estudo assume uma importância social ao impulsionar discussões que possam convergir em intervenções psicossociais em espaços como os grupos reflexivos de homens e na elaboração de subsídios teóricos para a formulação de políticas públicas que visem enfrentar o alarmante crescimento da violência de gênero e da ascensão de discursos misóginos. Ao trazer a resistência como ponto de discussão, espera-se contribuir para a construção de estratégias de deslocamento e reinvenção das masculinidades, ampliando as possibilidades de subjetivação em meio a uma conjuntura marcada por normas rígidas e coercitivas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

No âmago das discussões sobre subjetivação e política, encontra-se o filósofo francês Michel Foucault, devido a sua proposta genealógica, envolvendo os processos históricos e promovendo abalos sobre pressupostos lineares, além do impacto de sua análise sobre o poder, que opera em muitas camadas do tecido social. Foucault (2021) argumenta que seu método genealógico tem como princípio examinar as forças bélicas que produzem regimes de verdade, promovendo uma abordagem da história que se afasta de narrativas causais simplistas, determinismos dialéticos ou de uma semiologia estruturalista. Em vez de pressupor uma continuidade histórica ordenada, sua análise busca compreender como as relações entre poder e saber fabricam expectativas sobre corpos e condutas no contexto sociopolítico, demonstrando que as formas de subjetivação emergem de transformações contingentes e múltiplas reorganizações das forças em jogo.

Para potencializar o entendimento desse dinamismo histórico, Foucault (2020, v.1) argumenta que o poder, diferente do entendimento recorrentemente teorizado, não é centralizado e fixo a uma instituição, mas diluído e disperso em todas as relações. Segundo Foucault (2021, p. 87), “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” destacando a importância de visualizar criticamente o poder como um fenômeno descentralizado em meio a focos locais e regionalizados. Essa operação facilita no entendimento da relação que Deleuze (2014), em seu curso sobre Foucault, aponta como uma espécie de “repartição dos ilegalismos”, ou seja, no lugar de privar e cessar uma generalidade de corpos, se busca delimitar em quais condições algo pode ser compreendido como legítimo. Deste modo, segundo Deleuze (2014, p. 62), “a multiplicidade das leis é ao mesmo tempo a maneira pela qual, longe de impedir um comportamento, a lei diz em que condições se permite um comportamento”, expondo o cenário bélico do poder-saber.

Paralelo ao poder ser um fenômeno descentralizado, torna-se indispensável discutir sobre como o gênero, dispositivo imerso nessas redes de poder, não é uma tecnologia que afeta igualmente todos os corpos. Os corpos apresentam um conjunto de efeitos e suas manifestações apresentadas dependem dos marcadores sociais que ganham conotações do poder de maneira específica, de modo que cada indivíduo demonstrará a necessidade de uma sensibilidade analítica interseccional, sobretudo ao discutir os encontros de raça, gênero e conjuntura política. Como aponta a autora Carla Akotirene (2019):

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade

dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, nesse caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria Outros (Akotirene, 2019, p. 47).

Diante desse funcionamento do poder em vigor, operando formas de legitimar e desqualificar a vida nas suas multiplicidades, Foucault (2014) argumenta que houve um interesse generalizado de disciplinarização dos corpos mediante o confinamento em instituições especializadas no desvio das normas. Como Foucault (2014) aponta em “Vigiar e Punir”, essa disciplina é exercida através de instituições como prisões, escolas e hospitais, onde se instauram mecanismos de controle que moldam subjetividades. Para instaurar os efeitos desse poder disciplinar na virada da modernidade, há um efeito que Foucault (2014) explica fazendo alusão a um panóptico, uma estrutura que instaura a sensação de vigilância coercitiva por toda a sociedade, produzindo um corpo prisioneiro-vigilante.

Entretanto, Foucault (2020, v.1) declara como importante entender que constantemente ocorre um processo no qual o corpo é medido, classificado e atualizado segundo padrões do processo histórico. Nesse sentido, há uma atualização no mecanismo pelo qual a utilidade do corpo é requerida, esse novo mecanismo será chamado por Foucault (2022) de “Biopolítica”, que marca uma transição na lógica do poder moderno. Enquanto anteriormente o foco era no corpo individual, a biopolítica administra a população em larga escala, regulando estatísticas de nascimento, mortalidade, sexualidade e saúde pública. No seio da discussão sobre masculinidades, a biopolítica se expressa catalogando o corpo considerado produtivo, saudável e normal, enquanto outros são marginalizados e patologizados.

Ainda nesse diapasão, Achille Mbembe (2018) amplia a discussão ao apontar que, para além da regulação da vida, há dispositivos de poder que delimitam os estados de exceção nos quais a morte é aplicada de forma sistemática a corpos considerados descartáveis. Esse fenômeno, denominado “necropolítica”, evidencia que o poder soberano não se limita à gestão da vida, mas à prerrogativa de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Mbembe (2018) argumenta que o Estado moderno não apenas controla os corpos, mas também cria zonas onde a violência extrema é normalizada e corpos são relegados à morte sem que isso seja considerado um crime. Exemplos disso incluem regimes coloniais, genocídios, sistemas carcerários e políticas de extermínio direcionadas a grupos racializados. A necropolítica se manifesta nos territórios onde a lei é suspensa e a violência se torna um meio autorizado de governo, sem um olhar interseccional, fica camuflada a articulação entre biopolítica, necropolítica e gênero que

permite compreender como certas masculinidades são privilegiadas e protegidas, enquanto outras são precarizadas e descartadas.

Torna-se perceptível como as masculinidades pensadas nesses mecanismos se estruturam de um modo imposto e coercitivo, contudo é possível ampliar ainda mais para compreender a posição da ação individual dos sujeitos nesse jogo de sujeição e subjetivação. No ano de 1984, Foucault em uma de suas últimas produções intitulada como “Cuidados de Si”, compartilha um incômodo diante das novas formas de captura desse agenciamento neoliberal que fazia do gênero um suposto atributo integral da ontologia humana. O gênero, que inicialmente parecia ser apenas cobrado de forma coercitiva, passa agora a ser incorporado como um projeto individual de uma ética do sujeito. Esse processo, que se ancora na lógica da governamentalidade neoliberal, desloca o gênero de um campo de imposição externa para um regime de autogerenciamento e de uma estética da existência, onde o sujeito não apenas tem seu corpo regulado por uma política da vida, mas ele será parte da estruturação e efetivação dessas ideias (Foucault, 2020 v.3).

Aqui, ressaltamos que a filósofa norte-americana Judith Butler tenha dado uma explicação sobre esse fenômeno quando ela funda a noção de “performatividade”. Nesse sentido, Judith Butler (2003) propõe a ideia de que o gênero não é um atributo natural ou essencial, mas uma construção performativa que ocorre por meio de atos repetitivos que reforçam e reproduzem normas sociais de masculinidade e feminilidade. A autora foi influenciada, em alguma medida, pela filosofia da linguagem de John L. Austin, que introduz a noção de enunciados performativos, aqueles cuja emissão não descreve uma ação, mas a realiza, como no clássico exemplo de dizer "eu vos declaro casados" durante uma cerimônia. Em vez de representar algo, a linguagem nesse contexto faz algo: ela institui, funda, muda um estado de coisas no mundo (Austin, 1990).

Butler (2003) toma como referência essa formulação para sugerir que os atos de gênero funcionam como performativos no sentido de que, ao serem enunciados ou corporificados, produzem aquilo que parecem apenas expressar. No entanto, diferentemente de Austin (1990), para quem o performativo exige uma autoridade reconhecida e condições convencionais específicas para funcionar, Butler (2003) destaca como o poder da performatividade de gênero depende justamente de sua repetição coercitiva, sem origem nem fim estáveis, e como essa repetição é atravessada por relações de poder. O corpo de gênero é, portanto, o resultado da sedimentação de "atos de fala" e de "atos corporais" que não apenas descrevem um sujeito, mas o produzem.

Nessa pesquisa, há o entendimento da possibilidade de diálogo dessa ideia com a proposta deleuziana, especialmente com o conceito de “palavras de ordem” desenvolvido em “Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia” (Deleuze; Guattari, 2020, v.2, pag. 13), onde a linguagem é concebida não apenas como representação de ideias, mas como um agenciamento que opera diretamente sobre os corpos, capturando-os, comandando-os e moldando seus modos de existir. Para os autores, uma enunciação pode estar atravessada por palavras de ordem que são comandos implícitos que orientam comportamentos, organizam corpos e delimitam territórios subjetivos. Gênero, nessa perspectiva, aparece como um regime de signos que age como comando: “seja homem”, “não se comporte como uma mulher”, “não chore”, “não demonstre fraqueza”. Tais comandos não dependem de serem explicitados verbalmente para operarem; eles se encarnam no cotidiano, nos gestos, nas vestimentas, nos olhares, nas sanções e recompensas sociais.

Ancora-se na necessidade de destacar nessa noção de performatividade, tal como elaborada por Judith Butler (2003), uma distinção do conceito de performance. Enquanto a performance sugere uma ação deliberada, consciente e até caricata de um papel de gênero, a performatividade opera como uma imposição normativa que antecede e excede o sujeito, constringendo-o a corporificar certas práticas como se fossem expressão de uma essência. Nesse sentido, a performatividade não é algo que um sujeito escolhe realizar, mas algo que ele é compelido a encarnar para ser reconhecido socialmente dentro de um campo de inteligibilidade. A constituição do corpo de gênero se dá, portanto, não como reflexo de uma interioridade prévia, mas como resultado de práticas discursivas e sociais que modelam o sujeito de fora, fazendo com que esse exterior seja sentido como interior. Essa perspectiva abre espaço para pensarmos, por exemplo, como a masculinidade, sobretudo em sua forma hegemônica, se apresenta como algo natural, mas é sustentada por performances reiteradas de força, contenção emocional e domínio, que são exigidas e reforçadas cotidianamente.

Dessa maneira, a performatividade do gênero, conforme anunciada por Butler, encontra afinidade com o funcionamento das palavras de ordem deleuzianas: ambas configuram modos de sujeição que não se limitam ao nível da consciência, mas atuam no corpo, nos hábitos e nas formas de estar no mundo. No caso da masculinidade, isso se evidencia na compulsoriedade de certas performances, como a imposição de dureza e de autossuficiência, que funcionam como palavras de ordem naturalizadas, reproduzidas tanto por homens quanto pelas estruturas que regulam o que é inteligível como masculino. Assim, a performatividade atua como uma forma de subordinação do corpo às expectativas sociais, onde os indivíduos são compelidos a

naturalizar essas normas como parte intrínseca e essencial de sua subjetividade, conforme Butler (2003):

Esses atos, gestos e atuações entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a "integridade" do sujeito (Butler, 2003, p. 235).

No entanto, a noção de performatividade de gênero elaborada por Butler não esteve isenta de críticas. Ao afirmar que o corpo de gênero é um efeito da performatividade, a filósofa foi acusada, por certos intérpretes, de negligenciar a materialidade em favor de uma ênfase excessiva na discursividade. Tais críticas se tornaram tão recorrentes que a própria Butler passou a enfrentá-las diretamente em obras posteriores, como em “Corpos que Importam”, na qual problematiza a concepção tradicional de sexo como fundamento pré-discursivo do gênero. Butler (2021) argumenta que o sexo, assim como o gênero, não é uma base material originária sobre a qual se erigiriam normas culturais, mas também é produzido por práticas regulatórias que o instituem como natural. Ao denunciar a “metafísica da substância”, isto é, a crença em um sujeito ou corpo autônomo e anterior à linguagem, Butler sustenta que tanto o sexo quanto o gênero são efeitos de discursos normativos, e não entidades ontológicas separadas ou hierarquicamente organizadas. A materialidade, nesse sentido, não desaparece; ao contrário, ela é moldada por regimes de poder que a fazem comparecer de determinados modos, regulando o que pode ou não ser reconhecido como corpo viável ou “abjeto”.

Essa discussão foi posteriormente retomada e tensionada por Paul Preciado, que, embora reconheça a importância da virada performativa de Butler, propõe um deslocamento teórico que inscreve o gênero dentro de um regime epistemológico e tecnológico. Para Preciado (2022), o gênero não é apenas um efeito de repetição normativa, mas um regime de verdade com suporte em tecnologias específicas, como as hormonais, cirúrgicas, farmacológicas, estéticas e jurídicas que operam como dispositivos biopolíticos de controle e produção de subjetividades. A tecnocorporalidade, nesse contexto, torna-se o palco sobre o qual o gênero se materializa como um código operacional, uma engenharia do visível e do invisível, do que pode ou não ser vivido e sentido como corpo. A crítica de Preciado encontra os debates de Butler ao evidenciar como a performatividade está intrinsecamente ligada a regimes de produção técnica

e política dos corpos, implicando que a própria "naturalidade" dos sexos está infiltrada por formas de gerenciamento molecular e institucional.

Enfatizando as nuances dessa temática, Connell e Messerschmidt (2013) apontam que, apesar da variedade de expressões, a masculinidade ainda é um campo inteligível com signos e expectativas direcionadas aos corpos que sustentam as tecnocorporeidades masculinas. Sendo assim, esse ideal ainda alcança um número significativo de pessoas e, nessa operação de captura, uma das marcas mais frequentemente observáveis nos corpos é o que a psicóloga e filósofa Zanello (2018) denomina de “dispositivo de eficácia”. Com esse conceito, Zanello (2018) se refere à tendência dos corpos masculinos de investirem incessantemente em formas de comprovação de sua virilidade, recorrendo a tecnologias sociais, simbólicas e estéticas para sustentar uma imagem de potência, racionalidade e domínio. Tal mecanismo funciona como um dispositivo de autolegitimação, por meio do qual o sujeito busca performar aquilo que o discurso já espera dele. Nesse processo os comportamentos são modelados dentro de um regime de aceitabilidade social.

A dificuldade, contudo, está justamente em tornar visível a artificialidade dessa performance, ou seja, seu caráter de encenação reiterativa de signos culturais. Nesse ponto, a noção de “fabulação histórica da virilidade”, apresentada por Corbin, Courtine e Vigarello (2013), oferece uma lente valiosa para a crítica à naturalização do masculino. Segundo os autores, a virilidade sempre foi construída como uma exigência histórica situada, uma encenação simbólica esperada em diferentes contextos, seja nos discursos médicos do século XIX, nas instituições militares, nas práticas escolares ou nas mídias contemporâneas. Trata-se, portanto, de uma ficção normativa reiterada, que ao longo dos séculos assumiu a forma de uma verdade sobre os corpos, atravessando-os com demandas específicas de potência, racionalidade e controle.

Nesse cenário de propostas teóricas, a filosofia de Gilles Deleuze emerge, na contemporaneidade, como uma ruptura com os modos tradicionais de pensar. Em seu encontro com Félix Guattari, essa ruptura se intensifica, dando origem a uma proposta filosófica que não se organiza por sistemas fechados ou categorias estáveis, mas por movimentos, deslocamentos e devires. Como afirma Lapoujade (2015), trata-se de uma filosofia dos movimentos aberrantes, uma ontologia da variação contínua, onde o pensamento deixa de ser um espelho da realidade para tornar-se uma força criadora, um ato de resistência. É nesse horizonte que a filosofia deleuziana se distingue radicalmente da tradição transcendente da filosofia ocidental, por ela não buscar fundamentos universais e nem essências imutáveis, mas acompanhar os fluxos da

vida em sua imanência radical. E é justamente essa perspectiva que torna sua proposta conceitual essencial para os objetivos deste trabalho, na medida em que pensar resistência implica deslocar os referenciais identitários e significantes que sustentam a lógica da captura contemporânea e pensar em uma reexistência.

Ao operar dentro de uma ontologia da imanência, Deleuze e Guattari (2020, v.3, pag. 18) propõem uma reorganização do próprio gesto filosófico. Essa ontologia da imanência, profundamente atravessada pela leitura de Spinoza, desloca a ideia de um sujeito fundante ou transcendente e propõe uma filosofia da vida, centrada nas afecções, nos encontros e nos efeitos que os corpos produzem uns sobre os outros. Em Deleuze e Guattari (2020, v.1), pensar é sempre cartografar essas forças e relações, sem recorrer a essências ou substâncias imutáveis. O empirismo transcendental aqui não diz respeito à busca de uma origem, mas à emergência dos modos de existir como efeito das variações contínuas nos modos de ser afetado e é justamente nesse campo das variações que se inscrevem as práticas de resistência, como também as formas de sujeição. A subjetividade, nesse caso, não é uma interioridade autônoma, mas o efeito sempre provisório de relações de força, de campos de intensidade. Pensar as formas de vida a partir das afecções e das variações que um corpo pode sustentar é também politizar o corpo, desestabilizar as normatividades que o atravessam e abrir caminhos para outras formas de existência.

É nesse terreno que Deleuze e Guattari (2020, v.1) formulam sua crítica ao pensamento hierárquico e representacional, propondo como alternativa o conceito de rizoma. O rizoma não é apenas uma metáfora botânica, mas uma imagem do pensamento que rompe com a lógica arborescente do “Uno”, da origem, da linearidade e da centralização. Em um rizoma, qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro, e não há um centro privilegiado que organize os fluxos. Trata-se de uma proposta filosófica que acolhe a multiplicidade e que se recusa a reduzir a diferença a uma identidade prévia. Ao invés de totalidades fechadas, o que temos são campos abertos, em constante reconfiguração, onde o pensamento se move por linhas de fuga, atravessando os estratos e produzindo novos agenciamentos. Assim, a filosofia rizomática torna-se também uma ética da diferença e da experimentação, uma forma de resistência que não busca restaurar o sujeito soberano, mas inventar modos de existir à altura das forças que nos atravessam. É nessa chave que se torna possível afirmar a reexistência como produção política de si, como invenção que escapa à lógica identitária e significativa, compondo-se com aquilo que ainda não tem nome, mas que talvez pulsa como possível.

### 3. METODOLOGIA

Ao se recorrer ao termo cartografia no campo das ciências humanas e sociais, torna-se necessário deslocá-lo de sua acepção comum, geralmente associada à ciência geográfica e à ideia de representação espacial objetiva de um território fixo e delimitado. A cartografia, enquanto método de pesquisa adotada neste trabalho, não se pauta por representações estáticas, mas por uma ética do acompanhamento. Essa abordagem metodológica encontra importante sustentação nos escritos de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2020, v.1, pag. 30), onde os autores propõem o conceito de rizoma como imagem do pensamento. Diferente da lógica arbórea, que organiza o saber em estruturas verticais, hierarquizadas e ordenadas, o rizoma opera por conexões múltiplas, transversais e não lineares. Ele não parte de um início nem caminha para um fim, ele brota em qualquer ponto, se expande, se bifurca, se interrompe, e recomeça. Cartografar, portanto, é seguir essas linhas, acompanhar os devires, mapear os movimentos de subjetivação e os agenciamentos que estão em constantes territorializações e desterritorializações nos modos de vida.

Com base nessa filosofia do acontecimento, Kastrup (2009) aponta que a cartografia se constitui como um método-invenção, que não se ancora em protocolos fixos nem se limita a técnicas pré-definidas. Ela opera na imanência dos processos, acompanhando aquilo que passa e, mais do que isso, se deixando afetar por eles. Trata-se de um modo de pesquisar que se aproxima de um empirismo transcendental, no qual a experiência não é apenas o dado sensível, mas o campo intensivo em que as forças e os sentidos se movem. Apesar de não se submeter a um protocolo rígido, a pesquisa aqui apresentada pode ser descrita em seus movimentos operativos, como forma de oferecer pistas sobre o percurso metodológico trilhado. Segundo Kastrup (2009):

De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método ad hoc. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo. (KASTRUP, 2009, p. 32)

Este trabalho parte da aposta de que também é possível cartografar discursos, conceitos e produções teóricas. Nesse sentido, a presente pesquisa se orienta por uma cartografia conceitual, que não visa apenas organizar bibliografia relevante, mas acompanhar os movimentos do pensamento, as zonas de indiscernibilidade entre autor e ideia, os conflitos, os vazios e os deslocamentos que emergem na produção acadêmica. Ainda que a pesquisa se

aproxime formalmente de uma revisão bibliográfica, o gesto cartográfico que a orienta desloca a revisão de um lugar de neutralidade metodológica para uma operação intensiva, atravessada por escolhas éticas, afetivas e filosóficas.

A revisão bibliográfica realizada neste trabalho não visa apenas reunir dados de forma linear ou cumulativa, mas explorar os devires presentes nas obras, como quem escuta um campo em formação. Inspirada na cartografia proposta por Kastrup (2009), essa abordagem busca produzir campo, e não apenas descrevê-lo, deslocando-se entre textos, afetos e encontros que provocam o pensamento em sua potência criadora. Tal gesto ético-científico rompe com os moldes tradicionais de pesquisa ancorados em um positivismo reducionista, reivindicando, como sugere St. Pierre (2011), uma postura que recuse a captura e o fechamento, respeitando a lógica fluida e dinâmica dos conceitos mobilizados.

Sendo assim, para fins de levantamento do material, foram utilizadas bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como o Google Acadêmico e a SciELO. A busca foi orientada por palavras-chave que expressam os núcleos de interesse da pesquisa, tais como “Resistência”, “Masculinidades”, “Deleuze”; “Subjetivação”, “Linhas de Fuga”, entre outras formulações que foram sendo refinadas ao longo do percurso, conforme os encontros com os textos produziam novas inquietações e direções. A partir da leitura dos estudos selecionados, foram identificados os principais tensionamentos que orientaram a estrutura e o desenvolvimento do texto.

Como critério de seleção dos trabalhos, foram inicialmente lidos os títulos e resumos, priorizando-se aqueles que estabeleciam articulações consistentes com as propostas conceituais deste estudo. Não se buscou apenas autores que repetissem definições estabelecidas ou um uso de Deleuze de forma superficial e meramente ilustrativa, geralmente subordinando-o a outros referenciais teóricos que ocupavam o centro da análise, mas textos que operassem com os conceitos de forma viva, tensionando sentidos, deslocando abordagens ou abrindo novas possibilidades de leitura.

Optou-se por construir um panorama das produções teóricas que problematizam o conceito de “resistência” em Deleuze, com o intuito de mapear as inclinações discursivas que emergem na interlocução com o campo das masculinidades. Esse gesto visa acompanhar os modos como tais noções têm sido acionadas em diferentes áreas do saber, explorando suas reverberações conceituais e políticas no presente. Essa escolha visa não apenas garantir a abordagem dos materiais, mas também explorar os deslocamentos contemporâneos dessas noções.

No entanto, ao longo do processo, observou-se uma escassez de produções que articulam diretamente resistência e masculinidades sob a perspectiva deleuziana. Ainda assim, foram encontrados trabalhos que abordam o conceito de resistência e os modos de subjetivação sem necessariamente haver uma interlocução com as masculinidades ou o gênero, possibilitando o levantamento de elementos fundamentais para a análise e estimular essa aproximação de eixos temáticos raramente feita. Para consolidar uma discussão mais consistente e aprofundada, a cartografia possibilitou que essas leituras fossem articuladas tanto com os textos de comentadores e intérpretes quanto com as próprias obras de Deleuze, conferindo maior densidade e abrangência à investigação, conforme a liberdade metodológica que esse dispositivo oferece.

Quanto ao processo de análise cartográfico, a proposta é acompanhar os movimentos das forças que atravessam os textos, atentos às máquinas desejanças, aos meios e ritmos que delineiam e tensionam territórios de sentido. A análise aqui empreendida se ancora na perspectiva cartográfica, recusando uma organização linear e categorial dos materiais, para, em vez disso, acompanhar os fluxos, forças e ritmos que tensionam e delineiam territórios de sentido. Inspirada na ideia de que o território se constitui pela repetição de meios e ritmos, busca-se compreender como práticas e discursos territorializam espaços de poder e pertencimento, ao mesmo tempo em que possibilitam linhas de fuga. Assim, mais do que nomear categorias, a cartografia percorre intensidades, interrogando o que se estabiliza, se desloca ou emerge como força inventiva nos modos de pensar e agir sobre resistência, gênero e subjetivação.

Embora se trate de uma pesquisa cartográfica de caráter bibliográfico, sem trabalho de campo empírico direto, foi adotada uma postura ética rigorosa em relação ao uso dos materiais analisados. Houve especial atenção à abordagem conceitual, ao respeito pelas obras consultadas, tanto no nível formal quanto no nível epistemológico, de forma a sustentar um compromisso ético com a produção de conhecimento. O cuidado ético, aqui, não se limita ao campo normativo da pesquisa com sujeitos humanos, mas se estende ao modo como se lida com os textos, com as ideias e com os efeitos que elas podem produzir.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando os objetivos delineados nesta investigação, foi empreendido um percurso cartográfico com o intuito de compreender como os tensionamentos em torno da resistência e

da constituição das masculinidades podem ser atravessados pela filosofia deleuziana. A construção do campo problemático partiu do levantamento de 15 referências principais, selecionadas a partir de sua pertinência à discussão proposta, sobretudo pela centralidade atribuída aos processos de subjetivação masculinos. A escolha por esses materiais se deu com base na sua potência analítica para compor um plano de consistência conceitual entre os estudos sobre masculinidades e os agenciamentos teóricos de Deleuze, articulando ainda aportes auxiliares de autoras e autores que contribuem para pensar tais cruzamentos. Os resultados a seguir se apresentam como derivações desses encontros, buscando intensificar o pensamento sobre os modos de existir e resistir na contemporaneidade como consta no (Quadro 1).

Quadro 1 – Artigos utilizados na discussão

| <b>Autor(es)</b>                               | <b>Título</b>                                                                                                                           | <b>Periódico/Obra</b>                                                                |
|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Pellejero, E.                                  | Dos dispositivos de poder ao agenciamento da resistência                                                                                | ComCiência                                                                           |
| Rojas, C. D.;<br>Apablaza, I. T.               | El impasse de la resistencia. La intersección entre Foucault y Deleuze a propósito de la salida del poder                               | Revista de Filosofía                                                                 |
| Filippo, M.                                    | Arte y resistencia política en (y a) las sociedades de control. Una fuga a través de Deleuze                                            | Aisthesis                                                                            |
| Navarro-Fuentes, C. A.                         | Deleuze y Guattari. Desire, Literature and Resistance                                                                                   | Revista Coatepec                                                                     |
| Alvim, D. M.                                   | A megamáquina política: poder, resistência e deserção                                                                                   | Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia                                   |
| López, C. Y.                                   | Literatura de máquina em deleuze: materiais para uma teoria da resistência e uma lógica da sensação                                     | Revista Observações Filosóficas                                                      |
| Pérez, M. G.                                   | Resistencia e insurrección en Gilles Deleuze. Una respuesta a Toni Negri                                                                | Revista de Filosofía                                                                 |
| Ezcurdia Corona, J. A. e Landaeta Mardones, P. | Deleuze: vitalismo filosófico: ontología de la resistencia                                                                              | Repositorio Universitario del Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias |
| Ramírez, M. T.                                 | Ontología de la resistencia                                                                                                             | Revista Valenciana                                                                   |
| Sonna, V.                                      | La inversión del platonismo en la obra de Gilles Deleuze                                                                                | Revista Diánoia                                                                      |
| Souza, J. C. O.                                | Produção de subjetividade e figuras subjetivas no capitalismo contemporâneo                                                             | Revista Psicologia e Sociedade                                                       |
| Canavêz F. e Herzog R.                         | De Freud a Deleuze: os descaminhos da resistência                                                                                       | Revista Paidéia                                                                      |
| Alfaro, T. Y.                                  | La vida como parcialidad: un itinerario para la resistencia                                                                             | Revista De Filosofía Aurora                                                          |
| Paz, M. A. Q. et al.                           | Gilles Deleuze: as linhas de fuga do pensamento                                                                                         | Fundação Disenso                                                                     |
| Santini, M. R. e Camelier, J.                  | Devir mulher, sexualidade e subjetividade: aproximações entre Deleuze e Guattari e Pierre Bourdieu sobre a construção social dos corpos | Revista Ártemis                                                                      |

Fonte: Elaborados pelos autores (2025)

A seguir, apresenta-se as operações encontradas nos artigos expostos no quadro: “Resistência e o Sujeito do Devir”; “Arte e a Fabulação de Si” e “Fugas, Fluxos e a Construção das Identidades”.

#### 4.1 Resistência e o sujeito do devir

Nesta etapa da análise, foi possível perceber um ritmo insistente na escrita dos materiais encontrados e na maneira como se articulam os escritos filosóficos de Deleuze. Segundo David Lapoujade (2015), a filosofia deleuziana nasce de uma inquietação profunda e de uma provocação constante para que observemos as variações contínuas dos fenômenos e seus movimentos aberrantes. É importante destacar que tais variações incidem também sobre o sujeito, revelando que a forma como Deleuze se relaciona com esse campo imanente ultrapassa o esforço comum de historicizar o corpo e os signos que o compõem. Trata-se de apostar numa ontologia radicalmente imanente, que pulsa nos movimentos de desterritorialização e reterritorialização, constituindo aquilo que podemos chamar de uma ontologia fugitiva, isto é, uma filosofia que escapa aos resquícios de uma tradição identitária e aos aparelhos de captura social.

Entre os materiais analisados, merecem destaque aqueles que enfatizam três pontos que considero centrais para essa virada epistemológica: a reversão do platonismo; o encontro entre Deleuze, Guattari e a psicanálise, no esforço de tratar o desejo como força produtiva; e a imanência como virtualidade inerente à vida. Partindo da reversão do platonismo, é necessário um olhar sensível para as marcas deixadas pela tradição filosófica sob influência da dialética platônica dos rivais. Platão (2017) propôs a existência de um domínio de ideias puras e genuínas, relegando ao nosso plano sensível o lugar das cópias imperfeitas, que apenas tentavam se aproximar da idealidade transcendental. Nesse jogo de forças, o simulacro aparece como aquilo que se distancia radicalmente da “norma”, e aquilo que Platão tratava como falha, desvio ou abjeção, Deleuze reconhece como uma potência afirmativa, justamente por expressar a força diferencial do simulacro.

No artigo “La inversión del platonismo en la obra de Gilles Deleuze”, Sonna (2018) observa que a valorização do simulacro parte da crítica de Deleuze ao método platônico de distinção e divisão, que opera dicotomias sucessivas com o objetivo de selecionar os “pretendentes”, exaltando as cópias fiéis e rejeitando os simulacros afogados na dessemelhança. Inspirado pela filosofia de Nietzsche, Deleuze propõe uma reversão desse movimento, defendendo o simulacro como vontade de potência, aquilo que, no eterno retorno, sempre se diferencia. Como afirma o filósofo, “O simulacro não é uma cópia degradada, ele encena uma potência positiva que nega tanto o original quanto a cópia, tanto o modelo quanto a reprodução.

Das duas séries divergentes, ao menos, interiorizadas no simulacro, nenhuma pode ser designada como original, nenhuma como a cópia” (Deleuze, 2018, p. 267). Assim, o simulacro não apenas se opõe ao modelo ideal, mas dissolve a própria lógica dicotômica entre original e cópia, instaurando o que Sonna (2018) denomina uma “ontologia da diferença”.

Essa perspectiva também se faz presente no modo como Deleuze e Guattari se aproximam e subvertem a psicanálise. Segundo Canavêz e Herzog (2011), a filosofia deleuziana realiza o que podemos chamar de “perversão” partindo da inclinação de Deleuze no texto “De Sacher-Masoch ao masoquismo” onde ele perverte a proposta epistemológica da psicanálise ao tensionar sua lógica fundamental: o desejo deixa de ser compreendido como falta e passa a ser entendido como produção. Trata-se de um desejo que se afasta do fantasma e da idealidade transcendente, e que, para além da estrutura edípica, afirma-se como força criadora, escapando à castração universalizante. Esse deslocamento constitui, para os autores, uma forma de resistência que compõe os processos de subjetivação e que cria um “dentro” coextensivo ao “fora” permitindo uma atualização irreconciliável com os moldes tradicionais. É essa força de fuga que escapa das “maldições do desejo” deixadas por uma dialética negativa influenciada por Hegel e pela força discursiva da psicanálise (Deleuze; Guattari, 2020, v.3, pag. 18).

Essa discussão conduz ao problema do virtual e do atual na obra de Deleuze, onde o sujeito, agora sem representação, se inscreve em uma rede de afecções imanentes, transitando por aquilo que será denominado de “metaestrato”. Inspirado por Spinoza, Deleuze caminha na direção do que Ezcurdia e Landaeta (2023) chamam de “vitalismo ontológico”, um pensamento da imanência radical, no qual o corpo, embora seja atualizado ou estratificado por zonas de identidade moldadas pelo regime político vigente, carrega sempre uma força de virtualização e desterritorialização. Nesse sentido, o corpo pode ser pensado como arena de fluxos dinâmicos, o que, segundo Alfaro (2017), indica uma vida puramente virtual, marcada por uma potência indeterminada.

Nesse panorama, como observa Pellejero (2008), a resistência é primeira, e não é possível conceber o sujeito senão como aquele que, em sua própria capacidade, possui o desejo como potência e as afecções como forças que impulsionam sua constante diferenciação diante do diagrama de subjetivação. Ramírez (2017), em sua investigação sobre resistência e debate sobre a redefinição do entendimento de democracia, propõe a existência de um campo “transcendental” de resistência cuja constituição decorre precisamente de uma ontologia na qual existir é, antes de tudo, resistir. Assim, pensar as masculinidades nesses imbricamentos filosóficos e políticos é afirmar a potência de resistir no interior dos corpos que sustentam o

dispositivo tecnogênero, e reconhecer, na micropolítica cotidiana, a possibilidade de uma reexistência que escapa às formas normativas de captura.

Essa discussão contribui, inclusive, para a compreensão do gênero como fabulação, como já explorado em seções anteriores com base em diversos autores, em especial Corbin, Courtine e Vigarello (2013), que propõe o conceito de “fabulação da virilidade”. No cotidiano, a masculinidade tende a ser tratada como essência do sujeito, uma característica inata ou enraizada na materialidade do corpo. No entanto, ao se apresentar a ontologia como constituída por uma lógica imanente, abre-se espaço para uma crítica às forças e dispositivos que sustentam a masculinidade como eixo performativo de determinados corpos. Essa perspectiva denuncia os mecanismos de captura da diferença e, ao mesmo tempo, convoca a pensá-la não como falha da norma, mas como resistência política, um simulacro afirmativo.

#### **4.2 Arte e a fabulação de si**

Notoriamente, a filosofia deleuziana credibiliza a possibilidade de escape partindo de sua noção ontológica do sujeito, mas é nítido como essas apostas são feitas com cautela e sempre se apoiando em diversos “métodos” e saídas possíveis. Entre essas saídas, se destaca o devir-minoritário e a proposta da máquina de guerra que emergem especialmente na obra “Mil Platôs” (2020, v.5, pag. 77) com o intuito de pensar uma forma de atuar no mundo produzindo agenciamentos com tudo que possibilite bailar com a diferença nas diversas segmentaridades e seus modos de dominação. Essas operações serão fundamentais para pensarmos no encontro dessa filosofia com a produção artística, interseção fundamental para o fortalecimento de ideias em Deleuze, assim como também reflete parte dos materiais encontrados e que serão base dessa atual sustentação para pensarmos nos tensionamentos possíveis desse campo inteligível das masculinidades.

A definição de “máquina de guerra” na filosofia de Deleuze e Guattari não se refere literalmente a armamentos ou ao aparato bélico tradicional, mas a uma força ou dispositivo conceitual que se constitui fora e contra o Estado, com potência para subverter, deslocar ou desterritorializar os modos de organização centralizados e hegemônicos. A proposta é de pensar a máquina de guerra como uma formação exterior ao aparelho estatal, surgida nos espaços lisos, isto é, nos territórios não codificados pelo Estado e que opera de forma nômade, fluida e rizomática. Ela não é definida por seu objetivo, como o de fazer guerra, mas por sua estrutura

e modo de funcionamento, sendo, antes de tudo, uma relação com o espaço, o tempo e a subjetividade que desafia os modelos fixos e hierárquicos.

Seguindo essa proposta, não é recomendado olhar para a noção da máquina de guerra, o devir ou uma operação molecular como algo naturalmente positivo. Constantemente, nos escritos de Deleuze e Guattari (2020, v.3), há a orientação de prudência na maneira como essas operações serão vistas e articuladas, pois facilmente poderemos estar produzindo uma diferença contra nós mesmos, um poder negativo e que facilmente se alinha com uma representação que pode obstruir o devir. Nesse caso, no estudo de Santini e Camelier (2015) foi encontrada uma provocação conceitual de “inconsciente maquínico”, sendo este uma reprodução da materialidade do desejo que, através de uma individuação sem sujeito, pode ser possível manter-se em oposição aos aparelhos de capturas com seus regimes significantes. Para alcançar esse feito, tanto Santini e Camelier (2015) como Pérez (2015) em sua discussão sobre a entrevista a Toni Negri, apostam na ideia de uma molecularização dessa operação política, pensando em um devir-minoritário.

Devir-minoritário não se refere a uma minoria numérica ou estatística, mas a uma posição de desterritorialização frente aos modos majoritários de organização da vida, do pensamento e da identidade. O devir-minoritário é uma força de transformação que rompe com a lógica molar do Estado, da norma e da identidade fixa. Trata-se de uma linha de fuga que se abre dentro de um campo de forças dominante, sem a pretensão de se tornar maioria ou instaurar um novo centro, mas de perturbar os sistemas estabelecidos e produzir o novo. Partindo dessa discussão, a arte, segundo Filippo (2012), parte da composição de uma máquina de guerra e de seu devir-minoritário, pois a arte permite a criação de novos espaços-tempos, possibilitando a experimentação de percepções e afetos ainda não sentidos por corpos que podem ser reinventados nesse processo.

A arte aparece nessa instância como força molecular que se instaura no tecido social de forma minuciosa e potencialmente transformadora. A arte e suas variadas formas de expressão não se apresentam para Deleuze como um destino final, mas como um meio de passagem, uma via que permite a inscrição de modos de existência em movimento. Segundo López (2012) arte não é o lugar onde os devires se originam, tampouco um refúgio onde se recolhem; ao contrário, é atravessada por essas forças que rompem com as formas fixas, que desmontam identidades, e que arrastam consigo a própria arte para fora de seus territórios tradicionais. São processos de fuga que não buscam esconderijo na criação artística, mas que a transportam para zonas onde os significados se desfazem, onde o sujeito se desestrutura e os rostos se tornam ilegíveis. Nessa perspectiva López (2012) aponta para uma postura artística que precise inovar e fazer da arte

cúmplice da vida em seu devir, sempre ameaçada pelo risco de se cristalizar, mas, quando potente, agindo como vetor de desterritorialização intensiva.

Apesar da potência argumentativa dos autores acima citado, permanece sendo difícil imaginar a arte atravessando a dureza das subjetividades masculinas que operam dentro de um regime de eficácia, como propõe Zanello (2018), onde esses corpos são validados e legitimados em campo de inteligibilidade historicamente reforçado. Aqui, a leitura de Navarro-Fuentes (2017) alivia essas tensões ao ampliar essa articulação de arte-resistência se pensarmos o desejo como força que escapa à representação e ao significante. Navarro-Fuentes (2017) enfatiza que toda produção artística, como a literatura menor de Kafka abordada por Deleuze, pode funcionar como máquina de guerra ao liberar enunciados coletivos e desorganizar as amarras da identidade. Ao invés de reforçar um “eu” coerente, a arte convoca o corpo a tropeçar em si mesmo e a se abrir ao fora.

É apenas nessa provocação de tropeço que uma ética do devir em relação com a arte parece ser viável e passível de experimentação. Apresentar a esse corpo que falha diariamente em replicar o “homem” em sua completude segundo o ideal normativo, que justamente nessa falha ele se torna outro e nesse outro possa haver novas percepções e sensações cabendo uma reexistência afirmativa. A arte, nesse caso, é menos uma forma de expressão do que uma força de transmutação, isto é, ela não representa, ela age. E, ao agir, desorganiza os dispositivos que garantem a manutenção de uma masculinidade “viril” e projetada como eficaz. Como máquina de guerra, a arte não apenas tensiona o regime de signos, mas coloca em xeque o próprio modo como se organiza o desejo, abrindo fissuras na fabulação da virilidade através do “tropeço” diante da norma que permite expressar brechas possíveis da forma homem, da forma sujeito, da forma Estado. Nesse sentido, resistir não é simplesmente negar uma identidade, mas fazer vibrar outras potências ainda inaudíveis. Essa pesquisa está inclinada a pensar que essa vibração, em última instância, interessa à filosofia do devir em diálogo com os estudos das masculinidades.

#### **4.3 Fugas, fluxos e a construção das masculinidades**

Retomando o percurso argumentativo, buscou-se articular uma leitura imanente da subjetivação a partir da filosofia deleuziana, recusando a ontologia da representação e a fixidez identitária. A imanência foi compreendida como processo contínuo de produção de si, atravessado por fluxos e linhas de fuga que escapam às codificações normalizadoras. Essa perspectiva foi sustentada por conceitos como a reversão do platonismo, a crítica ao desejo

como falta e a constituição do sujeito pela diferença. A arte foi analisada como máquina de guerra e os devires-minoritários como potências de tensionamento das masculinidades normativas, ainda que se tenha reconhecido o risco de sua captura, uma vez que nem toda linha de fuga é, em si, revolucionária como alertam Santini e Camelier (2015) ao discutir o inconsciente maquínico. A presente seção, intitulada "Fugas e Fluxos", propõe-se, assim, a aprofundar essa ambivalência presente no campo da desterritorialização, lançando luz sobre os modos pelos quais a axiomática capitalista e lógica neoliberal tem operado uma apropriação estratégica do próprio discurso da diferença e como isso tem sido apresentado com uma brevidade preocupante nos estudos encontrados.

A despeito da potência crítica dos devires minoritários, da arte enquanto máquina de guerra, e da imanência como campo de reexistência, é preciso reconhecer que vivemos em um tempo em que manifestações diversas são apropriadas como valor de mercado. Essa captura ininterrupta, segundo Quintana Paz et al. (2025), já havia sido antecipada por Deleuze fazendo dele uma espécie de profeta de toda a revolução tecnológica. Entretanto, a crítica nesse trabalho reconhece a ausência de articulações atuais em relação à plasticidade do capitalismo enquanto axiomática adaptativa. O capitalismo contemporâneo, ao operar por uma lógica de fluxos descodificados, de intensidades móveis e de subjetividades performativas, conseguiu gerar o que Alvim (2012) chama de “cristalização das molecularidades resistentes” que só pôde ocorrer porque os aparelhos de captura aceitaram mover-se juntamente com a diferença. Rojas e Apablaza (2020), na discussão sobre os impasses da resistência, levantam a preocupação de como resistir ainda mantém uma distância da norma que ainda impede de presumir estar absolutamente separado dela, mas é preciso questionar as maneiras que a norma continua se mantendo tão perversa na orientação dos anseios na atual fase do capitalismo.

Nesse sentido, é particularmente importante pensar o que Achille Mbembe (2020), ao tratar do “brutalismo” em sua obra homônima, chama de corpos em fluxo contínuo, corpos sob constante pressão de exposição, controle e estetização. A produção da diferença, nesse contexto, deixa de ser insurgente e passa a ser administrada, utilizada como vitrine narcísica onde a subjetividade é convertida em performance consumível. A noção de sujeito torna-se inseparável da vitrine que o expõe, e o desejo de singularidade se converte, com frequência, em um desejo de visibilidade capaz de modular os próprios processos de diferenciação, convertendo-os em estética, estilo e mercadoria. Esse deslocamento torna ainda mais urgente repensar as linhas de fuga não apenas como processos de evasão, mas como trajetórias com propósito político, com engajamento ético. Nesse mesmo sentido, Souza (2024) nos convida a pensar a experiência do

devir minoritário como um plano de produção de novas formas de existência que resistam às formas de equalização e perversão próprias do capitalismo.

A masculinidade, aqui, emerge como um campo privilegiado para observar essa ambiguidade. A despeito de transformações visíveis nos modos de performar o masculino, muitas vezes celebradas como avanços, o que se tem observado é que até mesmo essa masculinidade "dissidente", por vezes mais afetiva, reflexiva ou sensível, tem sido capturada pela lógica da imagem de uma nova economia dos corpos. O que muda não é necessariamente o fundamento da masculinidade, mas suas superfícies onde mantém-se o imperativo da performance, ainda que travestido de ruptura. As novas formas de ser homem continuam a operar segundo os parâmetros da produtividade, da eficácia emocional, da gestão da sensibilidade aprovável. Assim, podemos articular o que Preciado (2022) chama de era "farmacopornográfica", onde o sujeito contemporâneo, mesmo quando se desterritorializa em relação à norma anterior, muitas vezes apenas reinventa seus modos de aderência aos novos dispositivos de captura que mobilizam o sujeito pela necessidade de ser desejável no novo campo de inteligibilidade do tecnogênero.

A proposta aqui não é recusar as linhas de fuga, mas questionar suas direções e deslocar o entusiasmo pela desterritorialização enquanto fim em si mesma, priorizando uma análise de seus destinos políticos. Defende-se que os fluxos não apenas escapem das formas representacionais da masculinidade hegemônica, mas que se reterritorializem estrategicamente em zonas de resistência e construção coletiva. Essas fugas, portanto, não devem ser apenas evasivas, mas éticas, engajadas e críticas ao gozo neoliberal. Nesse horizonte, a articulação entre Mbembe e Deleuze oferece caminhos para pensar as masculinidades como processos que não se limitam à abolição das formas, mas à subversão dos dispositivos que as sustentam e obstruem os devires.

Essa crítica não propõe uma volta ao universal, nem uma utopia pós-gênero sem historicidade. Ao contrário, propõe reconhecer que a masculinidade, enquanto categoria histórica, carrega consigo as marcas da axiomática que a engendra. Sua reinvenção, portanto, só será verdadeiramente subversiva se desestabilizar o campo que exige que ela exista. As linhas de fuga, nesse horizonte, deixam de ser movimento vazio e passam a ser aposta radical de construção política, podendo a filosofia deleuziana ser uma rota possível de fluxos com direção, com engajamento e com ética. Uma performatividade crítica da masculinidade precisa, portanto, não apenas rejeitar a hegemonia, mas desestabilizar os regimes de signos que

sustentam sua produção como necessário. O sujeito que emerge dessas brechas talvez ainda não tenha nome e talvez seja exatamente por isso que ele importa.

## 5. CONCLUSÃO

Diante da discussão anunciada, a resistência, na filosofia de Deleuze, não se apresenta como oposição direta ou contra-força ao poder, mas como uma força imanente que brota do interior dos campos de captura, torcendo suas engrenagens por meio de variações, tropeços e devires. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que, ao invés de uma postura de enfrentamento exterior, o que se delineia é uma ontologia em devir, uma concepção de existência em constante desterritorialização, onde a subjetividade não é uma estrutura dada, mas uma zona de passagem. A masculinidade, nesse horizonte, perde seu estatuto de identidade fixa e passa a ser vista como operação tecnopolítica, produzida e mantida por dispositivos que podem, e devem, ser tensionados por meio de práticas menores, microfissuras e modos de vida que escapam às normatizações. A resistência, então, aparece como imanência que age no interior da masculinidade, abrindo brechas no modelo hegemônico ao afirmar a diferença não como desvio, mas como força criadora.

A arte, por sua vez, foi compreendida como uma máquina de guerra que, ao agir, desorganiza os regimes de signos que sustentam as formas mais cristalizadas de subjetivação. Foi perceptível na fluidez das produções escolhidas, como a arte se mostra capaz de provocar tropeços no corpo masculino, possibilitando a irrupção de uma sensibilidade que escapa ao viril e ao eficaz. No entanto, esse gesto de desterritorialização exige vigilância, pois os fluxos gerados por devires e linhas de fuga podem ser recapturados pela axiomática capitalista, como demonstrado na discussão sobre os fluxos. A noção de resistência, neste cenário, exige engajamento ético e político, não podendo ser confundida com mera diferença estetizada. Conclui-se, portanto, que é preciso pensar linhas de fuga que não apenas escapem das formas representacionais e de subjetivação das masculinidades, mas que se reterritorializem estrategicamente em zonas de invenção coletiva e transformação. Este trabalho, nesse sentido, buscou operar como mais um vetor dessa força rizomática, contribuindo com o esforço de atualizar a filosofia deleuziana diante dos desafios contemporâneos dos estudos de gênero, e apontando caminhos possíveis para que a fuga não seja evasão, mas criação comprometida com outras formas de existir.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALFARO, T. Y. **La vida como parcialidad: un itinerario para la resistencia**. Revista de Filosofía Aurora, v. 29, n. 2, p. 189–209, 2017.

ALVIM, D. M. **A megamáquina política: poder, resistência e deserção**. Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, n. 19, p. 1–16, 2012.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CANAVÊZ, F.; HERZOG, R. **De Freud a Deleuze: os descaminhos da resistência**. Revista Paidéia, v. 21, n. 50, p. 303–312, 2011.

CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade: o triunfo da virilidade**. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 2.

DELEUZE, G. **El poder. Curso sobre Foucault (1986)**. Buenos Aires: Cactus, 2014.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. 2. ed. São Paulo: Graal, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1, 2, 3 e 5. São Paulo: Editora 34, 2020.

EZCURDIA CORONA, J. A.; LANDAETA MARDONES, P. **Deleuze: vitalismo filosófico: ontología de la resistencia**. Repositorio Universitario del CRIM, UNAM, 2023.

FILIPPO, M. **Arte y resistencia política en (y a) las sociedades de control. Una fuga a través de Deleuze**. Aisthesis, v. 56, p. 21–41, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: A vontade de saber**. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: O cuidado de si**. v. 3. Rio de Janeiro: Graal, 2020.

KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no processo de criação**. Psicologia USP, São

Paulo, v. 20, n. 1, p. 95–112, 2009.

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LÓPEZ, C. Y. **Literatura de máquina em Deleuze: materiais para uma teoria da resistência e uma lógica da sensação**. Revista Observações Filosóficas, v. 18, n. 2, p. 17–27, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

NAVARRO-FUENTES, C. A. **Deleuze y Guattari. Desire, literature and resistance**. Revista Coatepec, v. 25, p. 125–138, 2019.

PAZ, M. A. Q. et al. **Gilles Deleuze: as linhas de fuga do pensamento**. Brasília: Fundação Disenso, 2023.

PELLEJERO, E. **Dos dispositivos de poder ao agenciamento da resistência**. ComCiência, n. 93, 2008.

PÉREZ, M. G. **Resistencia e insurrección en Gilles Deleuze: una respuesta a Toni Negri**. Revista de Filosofía, v. 39, n. 2, p. 211–226, 2023.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2022.

QUINTANA PAZ, M. A. et al. **Gilles Deleuze: as linhas de fuga do pensamento**. Brasília: Fundação Disenso, 2025.

RAMÍREZ, M. T. **Ontología de la resistencia**. Revista Valenciana, v. 14, p. 55–76, 2017.

ROJAS, C. D.; APABLAZA, I. T. **El impasse de la resistencia: la intersección entre Foucault y Deleuze a propósito de la salida del poder**. Revista de Filosofía, v. 38, n. 1, p. 33–52, 2020.

SANTINI, M. R.; CAMELIER, J. **Devir mulher, sexualidade e subjetividade: aproximações entre Deleuze e Guattari e Pierre Bourdieu**. Revista Ártemis, v. 19, n. 1, p. 122–137, 2015.

SONNA, V. **La inversión del platonismo en la obra de Gilles Deleuze**. Revista Diánoia, v. 63, n. 81, p. 71–97, 2018.

SOUZA, J. C. O. **Produção de subjetividade e figuras subjetivas no capitalismo contemporâneo**. Psicologia e Sociedade, v. 36, p. 1–11, 2024.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Petrópolis: Vozes, 2018.

**THIAGO DA SILVA AZEVÊDO REIS**

Graduando em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSA), atualmente no sétimo semestre, com interesse voltado à linha de pesquisa em subjetivação e política, aplicada aos estudos de gênero. No início da graduação, atuou como estagiário em clínica voltada ao atendimento infantil, com ênfase no acompanhamento de crianças neurodivergentes, realizando produção de relatórios semanais e suporte ao desenvolvimento infantil. Atualmente, integra o Centro de Estudos em Análise do Comportamento (CEAC) como monitor e participa do projeto de extensão "Grupo Reflexivo de Homens", que promove ações de enfrentamento à violência e fortalecimento da saúde mental por meio de práticas grupais, acompanhamento técnico e produção de materiais reflexivos. Também realiza atividades como palestrante, abordando temas diversos da psicologia junto a estudantes, educadores e familiares. Dedicar-se à escrita e produção de artigos científicos, especialmente voltados à análise crítica de gênero e masculinidades, explorando intersecções entre políticas do corpo, práticas discursivas e experiências subjetivas, com foco em abordagens que tensionam normatividades e saberes instituídos.

**MÁRCIO VILA FLOR**

Doutorando em Educação (FACED/UFBA); Mestre em Educação (FACED/UFBA), possui Especialização lato-sensu em Gestão Educacional - FBB, 2017, Graduado em Pedagogia pela Faculdade Santíssimo Sacramento - FSSS, 2010. Dedicar-se às grandes áreas de investigação acadêmica em Formação de Professores / Educação Escolar Quilombola / Políticas Curriculares / Filosofia e Metodologia da Pesquisa. Profissionalmente é Coordenador Pedagógico pela Secretaria Estadual de Educação - SEC - BA, lotado no Núcleo Territorial de Educação - NTE 18; é professor nos Cursos de graduação em Psicologia e Enfermagem pela Faculdade Santíssimo Sacramento - FSSS, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Alagoinhas.

### **CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE: uma revisão sobre logística reversa e gestão de resíduos**

### **PATHS TO SUSTAINABILITY: a review of reverse logistics and waste management**

DOI: 10.5281/zenodo.16943753

**Thiago Ian dos Santos Silva**<sup>1</sup>

E-mail: thiagosilva12420038@soumaissantissimo.com.br

**Jeane Denise de Souza Menezes**<sup>2</sup>

E-mail: docente.jeannedenise@fssssacramento.br

#### **RESUMO**

O artigo aborda a logística reversa e a gestão de resíduos como estratégias fundamentais para a construção de um modelo econômico sustentável, alinhado aos princípios da economia circular. A partir de uma revisão bibliográfica qualitativa, o estudo analisa os principais conceitos, desafios e perspectivas relacionados ao tema, destacando a importância da colaboração entre governo, empresas, universidades e sociedade. São discutidos os entraves técnicos e financeiros que dificultam a implementação da logística reversa, bem como o papel estratégico dos catadores, das cooperativas e do setor público. A pesquisa evidencia que a inovação tecnológica, o engajamento social e políticas públicas eficazes são elementos essenciais para consolidar práticas sustentáveis de reaproveitamento de resíduos. A integração entre conhecimento acadêmico e prática empresarial também é apontada como caminho promissor para tornar a logística reversa uma ferramenta viável, competitiva e transformadora na transição para uma economia mais circular e eficiente.

**Palavras-chaves:** Logística reversa. Gestão de resíduos. Economia circular. Sustentabilidade. Políticas públicas. Inovação tecnológica.

#### **ABSTRACT**

This article discusses reverse logistics and waste management as essential strategies for building a sustainable economic model aligned with the principles of the circular economy. Based on a qualitative literature review, the study analyzes key concepts, challenges, and perspectives, emphasizing the importance of collaboration among governments, companies, universities, and society. It highlights technical and financial barriers to the implementation of reverse logistics, as well as the strategic role of waste pickers, cooperatives, and the public sector. The research demonstrates that technological innovation, social engagement, and effective public policies are crucial for consolidating sustainable waste reuse practices. The integration between academic knowledge and business practice is also identified as a promising path to making reverse logistics a viable, competitive, and transformative tool in the transition to a more circular and efficient economy.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Engenharia de Produção pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS).

<sup>2</sup> Orientadora, Docente dos Cursos de Engenharia, Psicologia e Enfermagem da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS).

**Keywords:** Reverse logistics. Waste management. Circular economy. Sustainability. Public policies. Technological innovation.

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento da população e o progresso tecnológico têm impulsionado a produção de novos produtos e o aumento dos níveis de consumo, resultando em uma maior geração de resíduos em escala global (Nepomuceno, 2022). Nesse contexto, a logística reversa e a gestão de resíduos emergem como ferramentas essenciais para a construção de um modelo produtivo mais sustentável, alinhado aos princípios da economia circular.

A economia circular propõe uma transformação no modelo linear de produção e consumo, buscando reduzir, reutilizar e reciclar materiais e produtos, prolongando seu ciclo de vida (Silva *et al.*, 2021) e, conseqüentemente, minimizando a extração de novos recursos naturais e os impactos ambientais. Assim, a logística reversa desempenha um papel essencial ao possibilitar o retorno de materiais ao ciclo produtivo, ao invés de seu descarte inadequado, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos resíduos e a redução da poluição.

Entretanto, a implementação eficaz dessas estratégias enfrenta diversos desafios, tanto técnicos quanto financeiros. Para superar esses obstáculos, a colaboração entre diferentes atores sociais, como o governo, empresas, universidades e a própria sociedade, torna-se fundamental (Balieiro, 2022). As políticas públicas desempenham um papel fundamental, criando regulamentações e incentivos que estimulam a adoção de práticas mais sustentáveis, enquanto a participação ativa da sociedade, como o engajamento dos consumidores e dos catadores de materiais recicláveis, fortalece a eficácia dessas ações

Este artigo revisa os principais conceitos e desafios da logística reversa e da gestão de resíduos, com foco na interdependência entre consumidores e empresas no contexto da economia circular. A partir de uma análise detalhada dos estudos recentes, busca-se compreender as interações entre os diversos atores sociais e como essas parcerias podem impulsionar a transição para uma economia mais circular, sustentável e eficiente.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico apresenta os principais conceitos relacionados à economia circular e à logística reversa, destacando seus desafios técnicos e financeiros, o papel da

sociedade e a importância das políticas públicas. A partir da análise de estudos e pesquisas recentes, busca-se compreender como a colaboração entre governo, universidades e empresas pode fortalecer essa estratégia, tornando-a essencial para a sustentabilidade e a eficiência dos processos industriais.

## **2.1 Economia Circular e Gestão de Resíduos**

A economia circular propõe uma mudança significativa em relação ao modelo linear tradicional de produção, ao promover um sistema mais sustentável que busca reintegrar os resíduos no ciclo produtivo. O objetivo central dessa abordagem é estender a durabilidade das matérias-primas, diminuindo a necessidade de extração de novos recursos, ao mesmo tempo em que se minimizem os impactos ambientais.

Nesse contexto, conforme destacado por Silva *et al.* (2021, p.952)

Tanto a academia quanto o mercado reconhecem que o caminho para reverter esse cenário passa essencialmente pela economia circular, tendência mundial que engloba ações como reciclagem, reuso, remanufatura, logística reversa e medidas voltadas para o prolongamento do ciclo de vida das matérias-primas (Silva *et al.*, 2021, p. 952).

Essas ações, além de promoverem uma gestão mais eficiente dos resíduos, têm o potencial de redefinir o futuro da indústria, criando um ciclo de produção mais responsável e menos dependente de recursos naturais.

## **2.2 Logística Reversa e Cadeias de Valor**

A logística reversa se apresenta como uma resposta estratégica para os desafios atuais da sustentabilidade e do gerenciamento de resíduos. Mais do que um simples processo, ela conecta diferentes setores da sociedade em um esforço conjunto para reduzir os impactos ambientais. Assim, a economia circular ganha força ao propor um modelo mais sustentável, onde os resíduos deixam de ser um problema e passam a ser reaproveitados no próprio ciclo produtivo, diminuindo a necessidade de extrair novos recursos.

Além disso, a logística reversa desempenha um papel fundamental na destinação adequada dos resíduos, evitando que materiais descartados de forma incorreta causem danos ao meio ambiente. Ao ser adotada como parte da estratégia das empresas e do poder público, ela se torna uma ferramenta essencial para construir um futuro mais sustentável.

De acordo com a definição de Monteiro *et al.* (2024, p.61)

A logística reversa, entendida como o gerenciamento do fluxo de produtos, materiais e resíduos desde o ponto de consumo de volta ao ponto de origem, emerge como uma abordagem estratégica para minimizar os impactos ambientais decorrentes da produção e do descarte inadequado (Monteiro *et al.*, 2024, p.61).

Esse conceito reflete a crescente necessidade de repensar os processos de consumo e descarte, oferecendo soluções sustentáveis que promovem o reaproveitamento de recursos e a redução de resíduos. A implementação eficaz da logística reversa contribui para a economia circular, tornando-se uma ferramenta vital para empresas e governos que buscam cumprir suas responsabilidades ambientais. No entanto, os desafios operacionais e financeiros ainda existem, exigindo inovação contínua e parcerias estratégicas para garantir a viabilidade e a eficácia dessa prática.

### **2.3 Desafios Técnicos e Financeiros na Logística Reversa**

A logística reversa enfrenta desafios técnicos e financeiros que dificultam sua implementação. A falta de infraestrutura adequada compromete a coleta e o processamento dos resíduos, enquanto a variação na qualidade e quantidade dos materiais retornados aumenta a incerteza e os custos operacionais.

Conforme apontado no estudo de Arantes *et al.* (2023, p.19)

Nota-se que o campo da logística reversa é de grande extensão, com muitos pontos a serem abordados, para desenvolvimento e para exploração técnico-científico. Entre os principais desafios identificados para implantação da logística reversa estão a falta de infraestrutura adequada, altos custos de implantação associados ao alto nível de incerteza relacionado à quantidade e qualidade dos materiais que retornam (Arantes *et al.*, 2023, p.19).

Além disso, os altos custos de transporte e a falta de previsibilidade dificultam a viabilidade econômica do processo. A superação desses desafios depende de incentivos governamentais e do engajamento dos consumidores. Nesse contexto, Arantes *et al.* (2023) destacam que: " [...] um problema que depende de incentivo político e da conscientização do cliente da sua importância para dar início ao processo de retorno dos resíduos. " (Arantes *et al.*, 2023, p.19).

## 2.4 O Papel da Sociedade na Logística Reversa

A colaboração social desempenha um papel essencial na efetivação da logística reversa, garantindo que resíduos retornem ao ciclo produtivo de forma eficiente. Entre os principais agentes desse processo estão os catadores de materiais recicláveis, que, mesmo sem conhecimento técnico formal, desempenham uma função crucial na recuperação e destinação adequada dos resíduos.

Conforme destacado por Almeida *et al.* (2016, p.2)

Deve-se destacar que os maiores responsáveis por tornar viável esse estudo, são os catadores de materiais reciclados que sem nenhum conhecimento prévio do assunto, já realizavam o processo hoje denominado 'Logística Reversa'. Estes, para suprirem suas necessidades financeiras, viram na coleta de resíduos sólidos um meio de sobrevivência (Almeida *et al.*, 2016, p.2).

Além da atuação dos catadores, a participação ativa da sociedade e das empresas é fundamental para fortalecer a logística reversa. A conscientização do consumidor sobre a separação e descarte correto dos resíduos, aliada a incentivos para a reciclagem, contribui para a criação de um sistema mais eficiente. Dessa forma, a colaboração social se torna indispensável para a viabilidade e expansão da logística reversa.

## 2.5 Políticas Públicas e Incentivos Governamentais

Os resíduos sólidos tornaram-se um desafio de escala global, exigindo ações coordenadas entre diferentes setores para minimizar seus impactos socioambientais. Embora os efeitos imediatos do descarte inadequado sejam percebidos localmente, suas consequências se multiplicam e afetam ecossistemas, economias e a qualidade de vida em diversos países. Como destacado por Filho *et al.* (2015, p.535)

[...] os resíduos sólidos tornaram-se um problema que ultrapassa a questão local, passando a ser um problema nacional. Pode-se afirmar que os efeitos imediatos dos resíduos sólidos urbanos são sentidos na escala local, mas seus impactos socioambientais são multiplicados e sentidos em âmbito de maior abrangência, passando por nações e chegando a se tornar um problema mundial (Filho *et al.*, 2015, p.535).

Diante desse cenário, políticas públicas eficientes e incentivos governamentais são essenciais para estruturar e fortalecer a logística reversa. A criação de regulamentações claras, incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura são medidas fundamentais para estimular a participação de empresas e consumidores no processo de destinação correta dos resíduos.

## 2.6 Colaboração entre Governo, Universidades e Empresas na Logística Reversa

A implementação bem-sucedida de políticas de logística reversa depende da colaboração entre governo, universidades e empresas. O governo tem um papel primordial na criação de regulamentações e incentivos fiscais, enquanto as universidades são responsáveis por pesquisas que podem gerar novas tecnologias e soluções. As empresas, por sua vez, implementam essas soluções na prática, criando modelos de negócios sustentáveis.

Como afirmado, "[...] tal solução necessita de um envolvimento mais abrangente, englobando a sociedade, o governo, a comunidade acadêmico/científica, dentre outros" (Filho *et al.*, 2015, p. 535). A colaboração entre esses setores permite o desenvolvimento de estratégias mais eficazes, promovendo inovações que atendem tanto às necessidades ambientais quanto às demandas do mercado. Dessa forma, a interação entre governo, universidades e empresas é essencial para o sucesso da logística reversa e a construção de um sistema sustentável.

## 3. METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com o objetivo de reunir e analisar informações relevantes sobre: gestão de resíduos, economia circular e logística reversa. Segundo Gil (2002, p. 44), "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.", o que permite a sistematização do conhecimento existente sobre o tema investigado.

Além disso, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois busca proporcionar maior familiaridade com a temática estudada. Como explica Gil (2002, p. 41), esse tipo de pesquisa visa justamente "[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições."

A pesquisa foi realizada em bases acadêmicas reconhecidas, como Google Acadêmico e SciELO, considerando publicações dos últimos 6 anos. Foram selecionados artigos, dissertações e teses publicados em português, excluindo-se materiais duplicados ou que não abordassem diretamente a questão central da pesquisa.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta revisão narrativa destacam temas essenciais relacionados à gestão ambiental, com ênfase no papel das cooperativas na gestão de resíduos e na interdependência entre consumidores e empresas dentro do escopo da economia circular. A literatura analisada evidencia a relevância da inovação e da sustentabilidade como ferramentas para superar barreiras culturais e financeiras, especialmente em contextos locais. Além disso, emergem discussões sobre a influência do setor público e das políticas ambientais na promoção de práticas sustentáveis. Por fim, são abordados os desafios técnicos e financeiros associados à logística reversa, destacando-se o papel estratégico das universidades como impulsionadoras de pesquisa, formação e extensão para o desenvolvimento de soluções integradas e eficazes.

Nesse sentido, o estudo de Rodrigues *et al.* (2023) fornece um ponto de partida relevante ao explorar as práticas de logística reversa pós-consumo da Cooperativa Ecosolidar. O trabalho evidencia como a integração das cooperativas ao sistema de gestão de resíduos pode gerar benefícios econômicos e sociais, ao mesmo tempo que enfrenta desafios logísticos significativos. Esse panorama prático destaca a necessidade de envolver cooperativas, empresas e consumidores em um esforço conjunto para superar barreiras estruturais e alcançar resultados mais eficazes.

Complementando essa análise, Giese *et al.* (2021) destaca o papel fundamental dos catadores de materiais recicláveis, que historicamente têm sustentado a base da gestão de resíduos sólidos no Brasil. Por meio de associações e cooperativas, esses trabalhadores são responsáveis por grande parte da coleta seletiva no país, contribuindo diretamente para o funcionamento da logística reversa e para a transição para uma Economia Circular. Em muitos municípios, os catadores são os principais agentes na separação e destinação adequada dos resíduos, evidenciando sua relevância tanto para a sustentabilidade ambiental quanto para a inclusão social.

Ampliando ainda mais essa discussão, Waichert *et al.* (2024) investigam o papel estratégico dos supermercados na cadeia de logística reversa, posicionando-os como pontos de coleta de resíduos acessíveis à população. A pesquisa reforça a interdependência entre consumidores e empresas, mostrando que a viabilidade dessas iniciativas depende diretamente de uma maior conscientização e participação do público. Essa análise complementa o estudo

de Rodrigues *et al.* (2023) ao destacar a necessidade de colaboração entre diferentes segmentos para construir cadeias de logística reversa robustas.

No mesmo sentido, Cavalcante *et al.* (2024) destacam que a integração entre universidades, setor privado e governo é essencial para alinhar a teoria à prática na logística reversa no Brasil. Essa colaboração permite que soluções desenvolvidas em pesquisas acadêmicas sejam aplicadas de forma eficaz no mercado, além de estimular políticas públicas e incentivos que promovam a adoção de práticas mais sustentáveis. Os autores destacam que, sem essa sinergia, iniciativas isoladas tendem a enfrentar limitações estruturais e dificuldade em atingir escala. Além disso, essa interação favorece a disseminação de conhecimento técnico e o desenvolvimento de tecnologias mais acessíveis, garantindo maior eficiência nos processos de reaproveitamento de resíduos. Essa perspectiva argumenta que uma abordagem conjunta é essencial para superar barreiras e consolidar a logística reversa como uma prática viável e eficiente.

Alinhado a isso, promover a aplicação prática das inovações acadêmicas, garantindo que as soluções desenvolvidas em estudos científicos atendam às demandas concretas do mercado. Essa integração, além de fomentar a disseminação de tecnologias emergentes, também incentiva a criação de políticas públicas mais eficazes e incentivos financeiros que estimulam práticas de logística reversa. Tal abordagem colaborativa não só favorece o desenvolvimento de sistemas mais sustentáveis, como também abre caminho para que empresas e cooperativas adotem inovações tecnológicas que otimizem seus processos. Nesse contexto, a pesquisa de Sproesser *et al.* (2024) se destaca ao explorar como a incorporação de tecnologias avançadas pode transformar a logística reversa em uma estratégia competitiva e sustentável, alinhando responsabilidades ambientais a objetivos econômicos.

Por outro lado, Windmöller (2023) destaca os desafios técnicos e financeiros enfrentados por grandes empresas ao implementar a logística reversa, com foco na recuperação de materiais específicos, como *stretch wrap*, filme plástico elástico utilizado para envolver mercadorias, garantindo estabilidade e proteção durante o transporte e armazenamento. Esse estudo apresenta uma abordagem prática e detalhada, alinhando-se aos desafios enfrentados por cooperativas, como observado por Rodrigues *et al.* (2023), e às soluções tecnológicas descritas por Sproesser *et al.* (2024).

A relação entre inovação e sustentabilidade é aprofundada por Sproesser *et al.* (2024), que examina o uso de tecnologias avançadas para superar as dificuldades enfrentadas por

empresas e cooperativas. A pesquisa aponta que, apesar das barreiras operacionais, a adoção de soluções tecnológicas pode transformar a logística reversa em uma vantagem competitiva, promovendo práticas ambientalmente responsáveis que também são economicamente viáveis. Esses avanços tecnológicos criam um elo com os estudos de Waichert *et al.* (2024) e Rodrigues *et al.* (2023), ao indicar que tanto pequenas organizações quanto grandes empresas podem se beneficiar de práticas integradas e inovadoras.

Ramos Penina (2019) aprofunda a perspectiva de reaproveitamento no setor alimentício, focando em embalagens B2B, enquanto Camargo (2022) e Pereira (2021) exploram casos regionais que ilustram as realidades locais e os desafios específicos de indústrias no Rio Grande do Norte e no setor de garrafas PET-PCR, respectivamente. Esses estudos demonstram que a logística reversa é uma ferramenta adaptável, cujos resultados dependem da superação de barreiras culturais e financeiras, bem como da implementação de políticas e incentivos adequados.

O papel do setor público é central na gestão de resíduos, como mostram Silva *et al.* (2023) e Di Piero (2022). Silva *et al.* analisam a atuação governamental na articulação de iniciativas de logística reversa, pontuando a importância das parcerias entre setor público e privado para a recuperação de materiais e a ampliação da conscientização ambiental. Di Piero, por sua vez, examina a eficácia das políticas ambientais nacionais, propondo formas de aprimorar a integração entre ações públicas e privadas. Esses estudos reforçam a necessidade de uma governança eficiente que conecte as políticas locais e nacionais para a gestão sustentável dos resíduos.

Além disso, o fomento à pesquisa e inovação se destaca como uma vertente indispensável para fortalecer a eficiência da logística reversa. Políticas públicas que incentivem a criação de tecnologias mais acessíveis e sustentáveis podem não apenas otimizar processos de reaproveitamento de resíduos, mas também ampliar a viabilidade econômica dessas práticas para empresas de diferentes portes. Camargo (2022) e Pereira (2021) também analisam como o apoio governamental à pesquisa acadêmica pode promover uma aproximação entre universidades e as empresas, possibilitando o desenvolvimento de soluções específicas para desafios regionais. Assim, a inovação se torna um vetor essencial para superar barreiras estruturais, reduzindo custos operacionais e aumentando a eficácia das iniciativas de logística reversa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A logística reversa e a gestão de resíduos desempenham um papel fundamental na promoção de um modelo econômico mais sustentável, especialmente dentro do contexto da economia circular. A revisão bibliográfica realizada demonstrou que, apesar dos desafios, como questões tecnológicas, financeiras e culturais, essas práticas oferecem oportunidades importantes tanto para as empresas quanto para a sociedade. A colaboração entre governos, indústrias e universidades é essencial para superar obstáculos e gerar soluções inovadoras.

Além disso, a conscientização e participação ativa dos consumidores são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas. A implementação de políticas públicas eficientes e o fortalecimento das infraestruturas de coleta e reciclagem também são aspectos chave para garantir que os resíduos sejam geridos de maneira eficaz, minimizando impactos ambientais e promovendo a sustentabilidade. Assim, a logística reversa se configura não apenas como uma estratégia de gestão de resíduos, mas como uma prática transformadora, essencial para a redução dos impactos ambientais e a construção de um futuro mais sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. F. V.; MOURA, A. A. O. **Logística reversa: sua importância no cenário ambiental, social e econômico**. Rio Verde: Universidade de Rio Verde, 2016. Disponível em: [https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/LOG%C3%8DSTICA%20REVERSA\\_Sua%20import%C3%A2ncia%20no%20cen%C3%A1rio%20ambiental,%20social%20e%20econ%C3%B4mico.pdf](https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/LOG%C3%8DSTICA%20REVERSA_Sua%20import%C3%A2ncia%20no%20cen%C3%A1rio%20ambiental,%20social%20e%20econ%C3%B4mico.pdf). Acesso em: 25 fev. 2025.

ARANTES, F. P.; SANTOS, R. A.; SILVA, A. R. F. Desafios para a implantação da logística reversa. **Direito e Desenvolvimento**. João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 06-22, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/download/1624/807>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BALIEIRO, G. S. **Logística reversa de embalagens: uma revisão acerca dos resultados obtidos após sua implementação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Instituto de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Sorocaba, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/239241>. Acesso em: 3 mar. 2025.

CAMARGO, A. P. P. **Logística reversa de embalagens pós-consumo - estudo de caso sobre uma indústria potiguar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal,

2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46027>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CAVALCANTE, F. L. S.; FROTA, A. F.; BEZERRA, E. A.; STEFANUTTI, R.; PIANOWSKI, S. M. Logística reversa de embalagens no Brasil: produção científica versus realidade nacional. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. e2948, 2024. DOI: <10.54033/cadpedv21n3-015>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2948>. Acesso em: 25 dez. 2024.

DI PIERO, E. **Panorama da logística reversa nas capitais do Brasil**: análise de instrumentos das políticas ambientais relacionadas à gestão de resíduos sólidos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022. Disponível em: [https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/23165112-fe8d-4703-bbda-530b7269df7f/Piero\\_Enzo\\_tcc.pdf](https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/23165112-fe8d-4703-bbda-530b7269df7f/Piero_Enzo_tcc.pdf). Acesso em: 25 dez. 2024.

FILHO, S. T.; MACHADO, C. J. S.; VILANI, R. M.; PAIVA, J. L.; MARQUES, M. R. C. A logística reversa e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: desafios para a realidade brasileira. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 529-538, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/19322/pdf/95711>. Acesso em: 1 fev. 2025.

FRANÇA, C.; COSTA, G. M. M.; WAICHERT, R. H. Logística reversa: estudo de caso realizado em supermercados. **Ciência e Saúde em Foco**, v. 1, n. 1, p. 1-6, maio 2024. Disponível em: <https://faculdadebrasileiracrista.edu.br/revista/index.php/cienciaesaude/article/view/11>. Acesso em: 24 dez. 2024.

GIESE, E. C.; XAVIER, L. H.; OTTONI, M.; ARAUJO, R. A. **Cooperativas e a gestão de resíduos eletroeletrônicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2021. Disponível em: <https://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/2375/1/cooperativas-e-a-gestao-de-ree-.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTEIRO, C. M.; BATISTA, M. T. S.; MACEDO, M. B.; MUNIZ, L. A. Logística reversa: a sustentabilidade, políticas e seu desenvolvimento nas empresas., Belo Horizonte, **Poisson**, v.1, p. 59-74, 2024. DOI: <10.36229/978-65-5866-372-0.CAP.05>. Disponível em: <https://poisson.com.br/2018/produto/logistica-integrada-desafios-e-sinergias-nas-operacoes-multiniveis-volume-1/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NEPOMUCENO, M. S. **Sustentabilidade e logística reversa**: uma análise a partir de indicadores de especialização e localização para as capitais brasileiras. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022. Acesso em: 2 mar. 2025.

PENINA, M. N. P. R. **Logística reversa**: um estudo sobre o reaproveitamento de embalagens em uma empresa B2B do segmento alimentício. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2019. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/item/003174249>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PEREIRA, B. **Logística reversa**: estudo de caso em relação a garrafas PET pós-consumo reciclado (PET-PCR) de água mineral. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

Disponível em:

<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/26890/1/garrafaspetposconsumo.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

RODRIGUES, E. A. F.; BERGAMIN, I. C. G. B.; NASCIMENTO, J. P. M. P.; SOUZA, M. M.; NASCIMENTO, P. H. F.; DIAS, V. **Logística reversa pós-consumo**: um estudo de caso da Cooperativa Ecosolidar. Trabalho de conclusão de curso (Curso técnico em logística) – ETEC Deputado Ary de Camargo Pedroso, Piracicaba, 2023. Disponível em:

<https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/21942>. Acesso em: 21 dez. 2024.

SPROSSER, G. R.; SANTOS, L. N.; CUNHA, L. R. S.; MORAES, M. L. Z.; COSTA, A. F.; MELARA, J. F. T. Logística reversa e sustentabilidade de embalagens na indústria cosmética: um caminho para o futuro. **Revista de Gestão e Secretariado** – GeSec, 15(11), 01-20, 2024. Disponível em:

<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/download/4483/2854/14155>. Acesso em: 21 dez. 2024.

WINDMÖLLER, N. C. **Estudo de caso**: análise de viabilidade inicial de logística reversa de stretch wrap em empresa de grande porte. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023.

Disponível em: [https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/caa17f08-26b2-46b9-8f71-e02365bdad0b/Carvalhinho%20Windmoller\\_Natalia.pdf](https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/caa17f08-26b2-46b9-8f71-e02365bdad0b/Carvalhinho%20Windmoller_Natalia.pdf). Acesso em: 25 dez. 2024.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### THIAGO IAN DOS SANTOS SILVA

Técnico em Química pelo SENAI (2023) e graduando em Engenharia de Produção pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). É pesquisador de Iniciação Científica (PIBIC/FSSS), atuando no Grupo de Pesquisa em Gestão de Resíduos e Desenvolvimento Socioambiental. Possui experiência na área de logística industrial, com ênfase no controle de materiais e no suporte aos processos produtivos.

### JEANE DENISE DE SOUZA MENEZES

Possui graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (CAPES/UFBA). É professora do curso de Engenharia de Produção, de Enfermagem e de Psicologia na Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) e editora-chefe da revista Cientíssimo. Possui experiência nas áreas de Meio Ambiente e Sustentabilidade, com ênfase em Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Aproveitamento de Resíduos, Geoprocessamento Ambiental.

### **RELAÇÃO ENTRE ALCOOLISMO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS: uma análise bibliográfica dos fatores de risco para uma relação comorbida**

### **COMÓRBIDA RELATION BETWEEN ALCOHOLISM AND COMMON MENTAL DISORDERS: a bibliographical analysis of risk factors for a comorbid relationship**

DOI: 10.5281/zenodo.16943869

**Alessandra Sena de Jesus<sup>1</sup>**

E-mail: alessandrasena239@gmail.com

**Willian Souza Santos<sup>1</sup>**

E-mail: williansouzasantos131516@gmail.com

**Itamar de Almeida Carneiro<sup>2</sup>**

E-mail: Itamar.almeida@live.com

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar a relação que se estabelece entre o uso do álcool e os altos índices de diagnósticos dos Transtornos Mentais Comuns na sociedade atual brasileira e como os impactos emocionais dessa correlação afetam os familiares desses indivíduos e as políticas públicas. Para tanto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, para a qual foi utilizada a BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) com os critérios de inclusão: textos completos, pertinentes, publicados nos últimos 5 anos, no idioma português e indexados em revistas de psicologia, resultando em 18 artigos encontrados. Com base em pesquisas realizadas, foi identificada uma correlação significativa entre o alcoolismo e os Transtornos Mentais Comuns, ambos tendo como principais fatores de risco as relações familiares e comunitárias disfuncionais, déficits nas políticas públicas, dependência na adolescência, estigmatização social, altos índices de violência e desigualdade socioeconômica. O padrão de consumo de álcool é influenciado pela estrutura social, fatores locais, regionais e questões culturais. O consumo entre familiares ou grupos sociais semelhantes é um fator de risco, destacando a necessidade de assistência aos familiares de dependentes. O álcool é utilizado como meio de escape da realidade e, combinado com a subestimação do efeito viciante, pode levar ao desenvolvimento ou agravamento de problemas de saúde mental, o que destaca a importância de estudos psicológicos nessa temática.

**Palavras-chave:** Alcoolismo; Transtornos Mentais Comuns; Fatores de Risco;

#### **ABSTRACT**

The general objective of this study is to analyze the relationship between alcohol use and the high rates of diagnoses of Common Mental Disorders in current Brazilian society and how the emotional impacts of this correlation affect the families of these individuals and public policies.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Orientador e Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento.

To this end, the methodology adopted was bibliographical research with a qualitative approach, for which the VHL (Virtual Health Library) was used with the inclusion criteria: full texts, pertinent, published in the last 5 years, in the Portuguese language and indexed in psychology journals, resulting in 18 articles found. Based on the research carried out, a significant correlation was identified between alcoholism and Common Mental Disorders, both of which have dysfunctional family and community relationships, deficits in public policies, adolescent addiction, social stigmatization, high rates of violence and socioeconomic inequality as their main risk factors. The pattern of alcohol consumption is influenced by social structure, local and regional factors and cultural issues. Consumption among family members or similar social groups is a risk factor, highlighting the need for assistance for family members of addicts. Alcohol is used as a means of escape from reality and, combined with the underestimation of the addictive effect, can lead to the development or worsening of mental health problems, which highlights the importance of psychological studies on this subject.

**Keywords:** Alcoholism; Common Mental Disorders; Risk Factors;

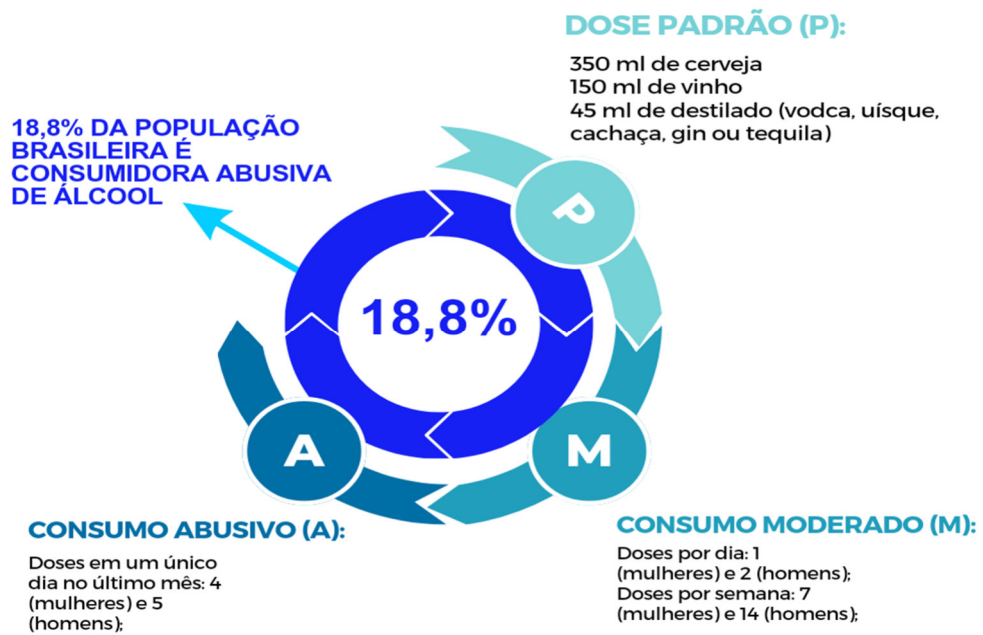
## 1. INTRODUÇÃO

O uso excessivo de álcool tem aumentado significativamente nas últimas décadas, isso demonstra uma tendência preocupante em várias sociedades modernas, corroborando com essa ideia, Carmo, Siqueira, Mello et al (2020) o álcool, é considerado a substância mais utilizada por mais da metade da população em diversos países, sendo um dos maiores fatores de risco para o desenvolvimento de doenças que resultam em elevados índices de mortalidade.

A problemática que envolve o consumo das substâncias alcoólicas não é atual. De acordo com Martins (2013), o consumo de bebidas alcoólicas é uma prática que remonta aos primórdios da humanidade, sendo comum o consumo moderado e esporádico em várias sociedades. Contudo, como é visto na figura 1, a distinção entre o consumo social, o uso abusivo e o alcoolismo é complexa, devido às diferenças sutis que variam de indivíduo para indivíduo e de cultura para cultura.

Paralelamente, os transtornos mentais comuns (TMC), segundo Santos, Campos e Fortes (2019), também se configuram como importante parcela da morbimortalidade na população brasileira e mundial, principalmente nas últimas décadas. Além do mais, os transtornos mentais comuns, como os transtornos depressivos e ansiosos vêm atingindo uma relativa percentagem da população, especificamente adolescentes e jovens adultos.

Figura 1 - Consumo de álcool: definições e números do Brasil



Fonte: Adaptado do Panorama Álcool e Saúde, 2022. Centro de Informações sobre saúde e Álcool (CISA), 2022

O problema que norteia esse trabalho está em como a dependência por álcool pode ser um fator de risco para o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais comuns. De acordo com Teixeira et al. (2012), indivíduos que atravessam momentos de tensão, conflitos ou dificuldades nos relacionamentos familiares e afetivos podem recorrer ao álcool na tentativa de aliviar a depressão e os sentimentos negativos; entretanto, o álcool possui um efeito depressivo que, em vez de ajudar, tende a piorar a situação e agravar os problemas existentes.

Sendo assim, levando em consideração essa problemática, o objetivo geral desta pesquisa se pauta em analisar através de levantamentos de informações qual a relação que se estabelece entre o uso do álcool e os altos índices de diagnósticos dos Transtornos Mentais Comuns na sociedade atual, além disso, busca analisar os impactos emocionais dessa relação nos familiares desses indivíduos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o Relatório Mundial de Saúde Mental do ano de 2022, divulgado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), houve um aumento dos diagnósticos de transtornos mentais em todo o mundo, com aumento superior a 25% de novos casos dos transtornos depressivos e ansiosos. Esse relatório da OMS (2022) também chama a atenção também para os prejuízos

individuais, sociais e econômicos causados pelos transtornos psiquiátricos, que são a principal causa de incapacidade no planeta, pois, a cada seis anos vividos com uma doença mental, estima-se que um indivíduo fique incapacitado por, em média, um ano.

Em um país ainda em desenvolvimento como o Brasil, onde pessoas, famílias comumente vivem em situações de extrema vulnerabilidade, sem acesso ao básico como moradia, alimentação, emprego, aos serviços de saúde de qualidade, entre outras necessidades básicas que não são acessíveis facilmente a estas pessoas, é notório que essas populações estejam mais suscetíveis a buscar formas de lidar ou até mesmo de fugir de situações precárias e que geram tantos sofrimentos.

O álcool possui o poder de ocasionar efeitos diversos no organismo a depender da dose. Uma vez que, ainda de acordo com Laranjeira (2021), uma parte dessa complexidade advém do próprio efeito do álcool, pois em baixas doses o álcool agudamente diminui a ansiedade, no entanto, quando a dose é aumentada, por um lado ainda apresenta um efeito de diminuição de ansiedade, mas por outro começa a aparecer um efeito rebote de aumento da ansiedade após o desaparecimento do efeito depressor do álcool.

### **3. METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa do tipo revisão narrativa de literatura baseada nas etapas propostas por Mendes et al (2008), que está na identificação do tema a ser pesquisado, determinação dos critérios de inclusão e exclusão, avaliação e categorização dos materiais encontrados, interpretação dos resultados encontrados e produção da revisão.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida baseada em material já elaborado e publicado, normalmente constituído principalmente de livros, artigos científicos e teses. O método foi selecionado devido à necessidade de coletar e integrar informações de várias fontes, oferecendo uma perspectiva ampla e unificada.

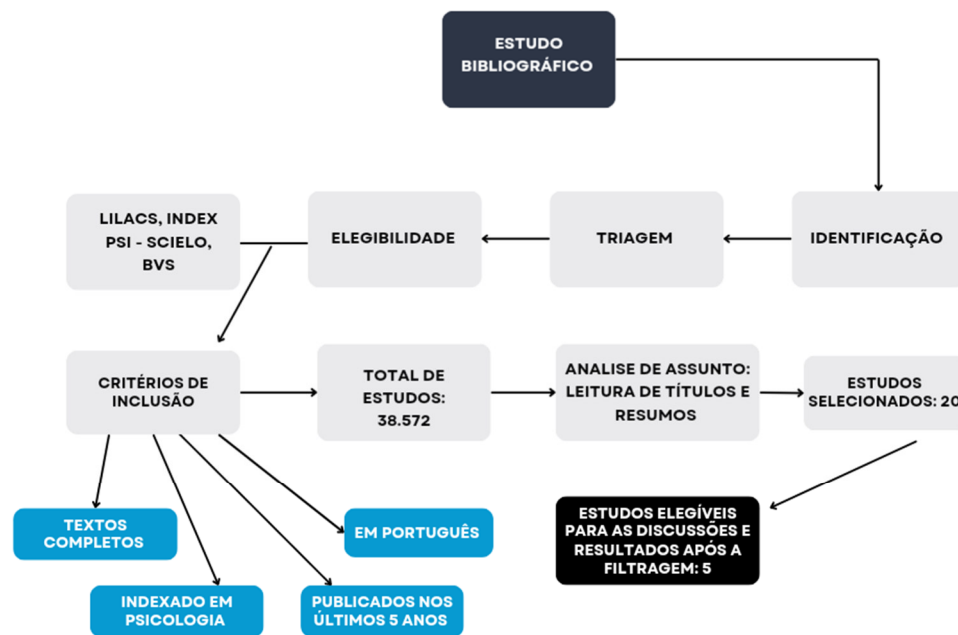
É um estudo de pesquisa explicativa e descritiva que, de acordo com Andrade (2002), se preocupa na observação dos fatos, os registrando, analisando, classificando e interpretando, sem a interferência do pesquisador.

Para a realização desse trabalho foram selecionados cinco artigos científicos, tal escolha dos materiais foi feita com base em critérios de inclusão: textos completos e pertinentes, período de publicação (2019-2024), estar no idioma português e ser indexado em publicações de

psicologia, utilizando como base de dados acadêmicos a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). (Figura 2)

Os dados coletados foram agrupados em categorias temáticas que correspondem às principais seções do estudo, Alcoolismo, Transtornos Mentais Comuns, Família e Fatores de Risco. Para isso, construiu-se um fluxograma a fim de se elucidar as etapas dessa triagem.

Figura 2: Fluxograma do processo de seleção e identificação dos resultados



Fonte: Produzido pelos autores, (2024)

Portanto, a metodologia deste trabalho é definida pela busca por particularidades, com múltiplas fontes de evidências e ênfase na interpretação individual, com o objetivo de identificar os fatores que são importantes para a ocorrência. Este presente artigo de natureza explicativa e descritiva, com método bibliográfico, empregou dados de fontes confiáveis para apresentar uma questão-problema que serve de base para estudos futuros.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas pesquisas realizadas e nos dados coletados, espera-se que os resultados

deste artigo obtenham uma relação significativa, ampliando a discussão sobre como o alcoolismo se relaciona com os relacionamentos familiares, políticas públicas, dependência em adolescentes e Transtornos Mentais Comuns, sendo um problema recorrente de saúde pública, mas pouco estudado pelo viés da Psicologia, bem como as estratégias de intervenção psicossocial com os grupos mais vulneráveis; qual a real importância do papel do psicólogo nos CAPS AD, o impacto psicológico do consumo do álcool nos familiares de usuários de álcool e outras drogas, e de que maneira a intervenção terapêutica pode contribuir na redução desses efeitos. (Figura 3).

Figura 3- Dados dos principais artigos utilizados na produção dos resultados do trabalho

| TÍTULO                                                                | AUTOR E ANO              | OBJETIVOS                                                                                                                                               | PRINCIPAIS RESULTADOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Atenção Profissional a Familiares de Dependentes de Álcool no CAPS AD | Granato e Carias (2023). | Descrever como os familiares de dependentes de álcool vivem com intenso sofrimento emocional que os vulnerabiliza de necessitarem cuidado profissional. | Os autores fizeram três hipóteses para responder ao objetivo : na base da ausência de modalidades terapêuticas específicas esteja a concepção de que o cuidado aos familiares no CAPS AD é o mesmo e independe peculiaridades de cada substância psicoativa; parte do fato de que a constante ameaça de aniquilamento dos próprios CAPS AD e a consequente luta para sua sobrevivência comprometeria pesquisas para o desenvolvimento de intervenções cada vez mais especializadas; |

| TÍTULO                                                                                       | AUTOR E ANO                    | OBJETIVOS                                                                                                                                                                                                                                | PRINCIPAIS RESULTADOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O sofrimento emocional de filhos de alcoolistas: uma compreensão psicanalítica Winnicottiana | Granato e Carias (2021).       | Identificar como os filhos de alcoolistas sofrem com os inúmeros dilemas provenientes da relação conturbada com o progenitor, destacando-se a violência doméstica, a desqualificação moral, a insegurança e as dificuldades financeiras. | Descreve o lugar ocupado pelo pai na cena familiar; o do campo que alude experiência à desorganizadora desencadeada pela imprevisibilidade ambiental; o qual descreve estratégias defensivas as mobilizadas pelos filhos de alcoolistas; e o que alude ao resgate de uma vida autêntica e dotada de sentido .                                                                                                                                                                                                     |
| Uso e abuso de drogas entre universitários e a sua interface com as políticas públicas       | Camargo <i>et al</i> (2019)    | Analisar o significado do uso e do abuso de álcool e/ou de outras drogas entre os universitários em consonância com as políticas públicas brasileiras sobre drogas.                                                                      | O uso e o abuso de drogas iniciam-se na adolescência; estimulado pelos familiares e amigos, e remete à felicidade e à fuga de problemas. É fundamental conhecer o significado desse fenômeno, sob a ótica do universitário para a elaboração e a implementação de políticas públicas.                                                                                                                                                                                                                             |
| Percepção do familiar sobre o tratamento de usuários de drogas: revisão integrativa          | Araújo, Corradi-Webster (2019) | Realizar revisão integrativa da literatura nacional sobre os tratamentos de usuários de álcool e outras drogas a partir da perspectiva de seus familiares.                                                                               | reconheceram os serviços extra hospitalares como importantes para melhorar as relações familiares e as condições de saúde do usuário, sendo importante a inclusão dos familiares nos espaços de tratamento para ajudar os usuários de drogas. Contudo, foram apontados, em estudos, fatores como insuficiência desses serviços em atender a demanda apresentada, as barreiras de acesso ao tratamento e o desconhecimento desses serviços, contribuindo para a busca de internações, algumas, inclusive, a força. |
| Consumo de bebidas alcoólicas por estudantes de escolas públicas na cidade do Recife-PE.     | Aquino <i>et al.</i> (2019)    | Analisar o consumo de álcool entre adolescentes das escolas públicas na cidade do Recife- PE.                                                                                                                                            | O estudo identificou fatores de risco que influenciam consumo o de álcool entre os escolares entrevistados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

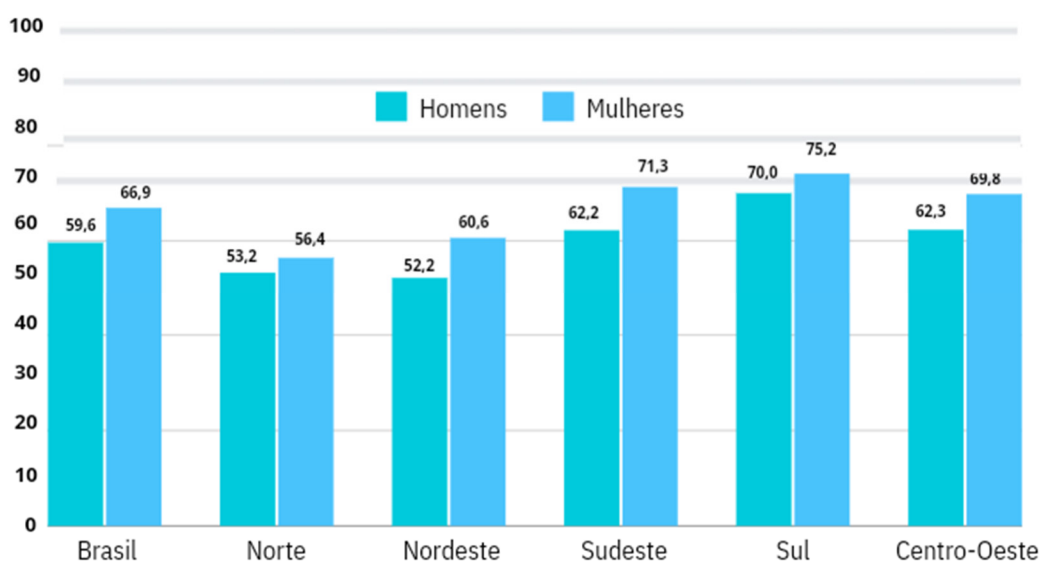
Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

#### 4.1- Categorias De Análise

De acordo com Silva, Lyra e Diniz (2019) a determinação do padrão de consumo destas transcende questões biológicas, como sexo e idade, e são fortemente influenciadas pela estrutura social, fatores locais e regionais, e questões de ordem cultural, como as relativas aos grupos sociais de pertencimento. Com isso essas pessoas na tentativa de passar por tantos obstáculos de forma amenizada, acabam desenvolvendo ainda mais problemas, sendo esses de ordem psicológicas.

É importante o olhar atento ao usuário alcoolista, de forma a avaliar o grau de sua sintomatologia depressiva, e através disso, realizar o tratamento de forma mais eficaz, prevenindo a ocorrência de consequências piores, como comportamentos de risco: uso de drogas mais pesadas, tentativa de suicídio e a eclosão de conflitos familiares insolúveis (Argimon, Terroso, Farina, 2013).

Figura 4 - O percentual de escolares de 13 a 17 anos que experimentaram bebida alcoólica alguma vez na vida com indicação do intervalo de confiança de 95%, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2019



Fonte: IBGE, 2019

#### **4.2- Atuação Profissional Do Psicólogo**

De acordo com Carias e Granato (2023) já diante da Reforma Psiquiátrica e da reestruturação dos serviços de saúde mental, os usuários de substâncias psicoativas e seus familiares puderam contar com atendimentos especializados. Isso demanda que abordemos o cuidado profissional à pessoa que é dependente de álcool para que, na sequência, abordamos as práticas de cuidado aos familiares.

Carias e Granato (2023) ainda ressaltam que a Psicologia como ciência e profissão tem uma responsabilidade ética e política na defesa da cidadania do brasileiro, de sua qualidade de vida, e da existência de serviços públicos de saúde coerentes com a Reforma Psiquiátrica. Isto garantido, permitiria aos serviços o investimento em novas intervenções, adequações e reformulações em seus projetos terapêuticos, se não estivessem todos ocupados com a própria sobrevivência.

Para construir uma sociedade mais saudável e mais equitativa, devemos comprometer-nos urgentemente com ações ousadas para reduzir as consequências negativas para a saúde e para as questões sociais do consumo de álcool e tornar o tratamento para transtornos por uso de substâncias acessível", destacou o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Segundo Camargo, Gonçalves, Felipe et al (2019) ao enfatizar que esse consumo é uma das maneiras de minimizar a dor, o sofrimento, as frustrações e as perdas que ocorrem no cotidiano. Os jovens utilizam essas substâncias na tentativa de aliviar a angústia desencadeada pela fragilidade dos vínculos familiares, contudo o uso e o abuso destas provocam mais conflitos no ambiente familiar.

#### **4.3 Relações Familiares e Políticas Públicas**

A Política Nacional do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas ressalta a importância de a entidade familiar estar preservada e da otimização do contato entre esses membros como forma de proteção ao uso e ao abuso dessas substâncias.

As relações familiares estão intrinsecamente relacionadas com os hábitos e comportamentos, tanto os considerados positivos quanto os negativos, além dos mais variados tipos de adoecimentos. O consumo do álcool é considerado um dos que mais cresce na atualidade, que, muitas vezes, nasce no ambiente familiar ou contorno vizinho.

Segundo os depoimentos dos universitários entrevistados e examinados por Camargo et al (2019) revelaram que, muitas vezes, o álcool é inserido na vida dos jovens em idade precoce

através da família e/ou dos amigos. Segundo os autores, os estudos verificaram que o uso e o abuso de álcool e de outras drogas está associado ao exemplo vivenciados na família e com os pares, o que torna tal hábito um caminho perigoso em que estes podem vir a trilhar, uma vez que o consumo da droga estimulado pelos familiares e amigos faz com que esse processo seja visto como algo natural, e que não trará consequências para suas vidas.

O próprio Ministério da Saúde compartilha a ideia de que o consumo de álcool entre os membros de uma família ou grupos sociais com a mesma faixa etária, constitui fator de risco e retrata a necessidade de assistência aos familiares e dependentes. Concomitante a isso, Camargo, Gonçalves, Felipe et al (2019) enfatiza que é reconhecida, no campo da saúde mental, a necessidade do envolvimento de diferentes atores para alcançar a integralidade do cuidado em saúde das pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas. O envolvimento da comunidade, de familiares, profissionais e serviços contribui para a construção de parcerias e redes de apoio social que se responsabilizam pela atenção ao usuário.

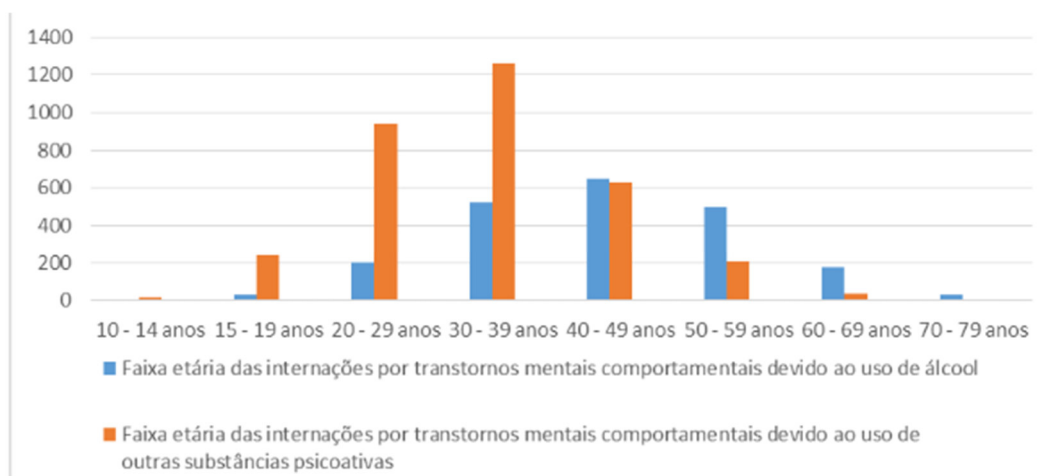
Nesse sentido, em alguns estudos ressalta-se que os familiares entendem como importante sua inclusão no tratamento do usuário de drogas. Argimon, Terroso e Farina (2013) destaca a importância do olhar atento ao usuário alcoolista, de forma a avaliar o grau de sua sintomatologia depressiva, e através disso, realizar o tratamento de forma mais eficaz, prevenindo a ocorrência de consequências piores, como comportamentos de risco: uso de drogas mais pesadas, tentativa de suicídio e a eclosão de conflitos familiares insolúveis.

Figura 5- Total de internações por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool e outras substâncias por sexo em relação ao período de 2018 a agosto de 2023



Fonte: DATASUS, 2023

Figura 6- Faixa etária das internações por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool e outras substâncias em relação ao período de 2018 a agosto de 2023



Fonte: DATASUS, 2023

#### 4.4- Instrumentos de Rastreio

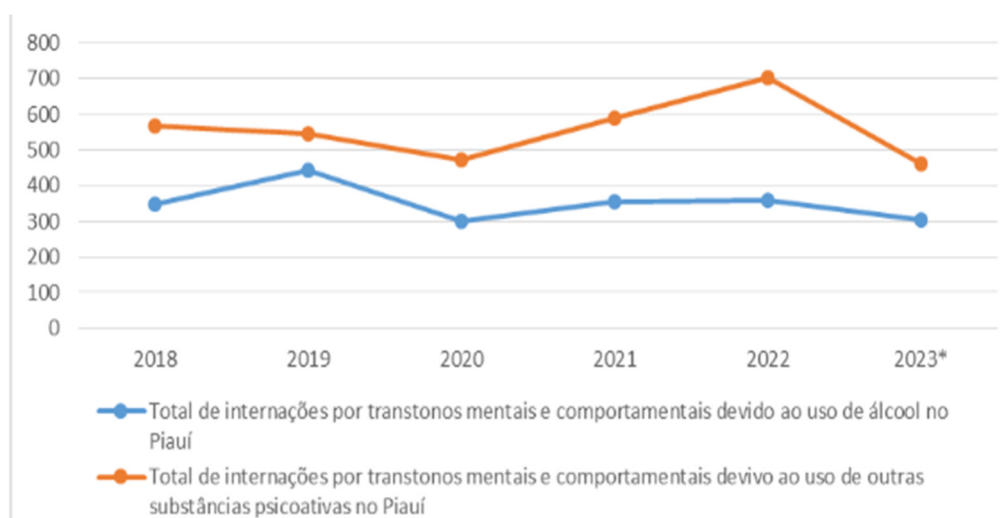
A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o alcoolismo como uma doença crônica que se caracteriza por um conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após o uso repetido de álcool. A OMS define o alcoólatra como um bebedor excessivo que apresenta dependência em relação ao álcool e que sofre perturbações mentais, físicas, sociais e econômicas.

Tendo em vista os diversos problemas associados ao assim chamado uso de risco de álcool, ele é considerado uma relevante questão de saúde pública. Uma das estratégias de prevenção secundária recomendadas é a utilização de instrumentos de rastreamento associados a intervenções breves em serviços de atenção primária à saúde. Uma importante ferramenta para a definição de estratégias de prevenção secundária são os instrumentos de rastreamento (screening).

O principal instrumento de rastreamento para o uso de álcool atualmente em uso é o AUDIT (Alcohol Use Disorders Identification Test), um instrumento de auto-relato desenvolvido para identificar vários padrões de uso de álcool, de fácil aplicação e correção e com validação transcultural. Este instrumento é utilizado para ações de prevenção, realizadas em serviços de diferentes níveis e diferentes contextos.

Quando associado à intervenção breve, o AUDIT facilita a aproximação inicial e permite um retorno (feedback) objetivo para o paciente, possibilitando assim a introdução dos procedimentos de intervenção breve e a motivação para a mudança de comportamento (Ronsani, Ribeiro, Amaral, Formigoni, 2015, p.853). Apesar do instrumento acima citado ser o mais usado, é importante ressaltar que existem outros instrumentos de rastreio, bem como exames de sangue, urina e tomografia computadorizada da cabeça também podem ser utilizados para detectar o alcoolismo.

Figura 5- Total de internações por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool e outras substâncias em relação ao período de 2018 a agosto de 2023



Fonte: DATASUS, 2023

#### 4.5- Prevenção e Tratamento

A prevenção destaca-se como um dos principais fatores na questão que envolve o abuso do álcool e a saúde mental. Neste contexto Silva, Lyra e Diniz (2019) ressaltam que é fundamental trabalhar a prevenção na perspectiva da abordagem de redução de danos diante dos padrões de risco no uso de álcool, compreendendo que o melhor caminho para lidar com o padrão de consumo de bebidas alcoólicas não é o de decidir e definir pelos usuários quais são as condutas mais adequadas e corretas. Muito diferente disto, é construir, junto com eles, possibilidades de escolhas mais confiáveis e livres, diminuindo-lhes os riscos e as vulnerabilidades.

De acordo com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) a prevenção e tratamento do alcoolismo no Brasil podem ser feitos de várias formas, como: Campanhas educativas, tratamento médico, tratamento psicoterápico, grupos de ajuda mútua, terapia familiar, prática de esportes.

Para tratar o alcoolismo, o Ministério da Saúde também recomenda procurar Unidade Básica de Saúde (UBS) ou o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) mais próximo. O Ministério da Cidadania também tem um Mapa Virtual de Localização de Grupos Anônimos, de Ajuda Mútua e de Apoio a Familiares de Dependentes Químicos.

O tratamento do alcoolismo pode incluir: Medicamentos, como dissulfiram, naltrexona e acamprosato, psicoterapia, suporte social, terapia familiar, atividade física. O alcoolismo é uma doença considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O uso constante,

descontrolado e progressivo de álcool pode comprometer o funcionamento do organismo e levar a consequências irreversíveis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, diante dos estudos realizados concluímos que o uso abusivo de substâncias é um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns, uma vez que esse uso muitas vezes é usado como uma fuga da realidade, as pessoas buscam no álcool soluções para seus problemas, mas é importante ressaltar que o efeito do álcool é um efeito passageiro e que seu uso demasiado pode desenvolver ou agravar problemas de saúde, principalmente, riscos à saúde mental. Importante ressaltar que o padrão de consumo de álcool faz parte da vida social, sendo assim, beber é um ato social.

A relação que se estabelece entre o uso abusivo do álcool e os transtornos mentais comuns é uma relação significativa, uma vez que o ser humano busca no álcool formas de aumentar o prazer e diminuir o sofrimento, e a depender do nível de sofrimento que essa pessoa se encontre esse uso tende a se intensificar cada vez mais, tornando-se incontrolável e abusivo, de uma forma que a pessoa vai ficando cada vez mais vulnerável ao desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais comuns, como: transtornos depressivos e ansiosos.

Tratando-se de famílias que vivenciam situações de extrema vulnerabilidade social, esse problema tende a se intensificar. Portanto, essa é uma problemática que atinge uma parcela significativa da sociedade, no entanto, ainda muito invisível para grande parcela da própria sociedade e principalmente das políticas públicas.

Ressaltamos a importante em se ter uma maior discussão sobre essa temática, trazendo as possibilidades de futuras novas pesquisas, mais aprofundadas, tendo como base o presente estudo bibliográfico, bem como, ações que visem não apenas o tratamento, mas, especialmente, a prevenção e o cuidado com os usuários de álcool, pacientes com transtornos mentais comuns e indivíduos em vulnerabilidade social.

Levando em consideração os pontos trazidos anteriormente, pode-se ampliar as informações aqui trazidas, na forma de estudo de caso ou de campo, com a utilização de entrevistas com usuários ou funcionários de CAPS As, bem como a coleta de dados dos

históricos de indivíduos que usufruíram dos serviços ofertados pelo instrumento de saúde mental citado, avaliando assim, pontos importantes que não puderam ser estudados devido a limitação do tipo de pesquisa utilizada.

### AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos vão para o nosso orientador e professor, o Dr. Itamar de Almeida Carneiro, pela aceitação e dedicação na orientação, a nossa professora, a Dra. Jeane Denise de Souza Menezes, pelas suas orientações, correções e dedicação desde o início do sétimo semestre com a disciplina Trabalho de Graduação Interdisciplinar I até a conclusão do oitavo semestre, com a disciplina Trabalho de Graduação Interdisciplinar II, e aos nossos familiares e amigos pelo apoio durante essa árdua jornada que vai além da construção desse artigo, mas do curso como um todo.

### REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. V. 5. ISBN 978-85-8271-089-0.

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

ARGIMON, Irani I. de Lima; TERROSO, Lauren Bulcão; FARINA, Marianne. **A intensidade da depressão e a internação de alcoolistas**. Canoas, RS, 2013.

BRUCHÊZ, D'ávila, Fernandes, Castilhos, Olea. **Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação: análise bibliométrica**. Programa de Pós Graduação em Administração – UCS.

CAMARGO, Elisa Carneiro Pereira; GONÇALVES, Jamila Souza; FELIPE, Adriana Olimpia Barbosa; FAVA, Silvana Maria Coelho Leite; ZAGO, Márcia Maria Fontão; DÁZIO, Eliza Maria Rezende. Uso e abuso de drogas entre universitários e a sua interface com as políticas Públicas. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**, v. 15, n. 4, p. 1-9, out.-dez. 2019.

CARIAS, Antonio Richard; GRANATO, Tânia Mara Marques. Atenção Profissional a Familiares de Dependentes de Álcool no CAPS AD. **Estud. Pesqui. Psicol.** (Impr.) v.23, n. 2, p. 689-706, julho 2023.

CARMO, Dilce Rejane do; SIQUEIRA, Daiana Foggiano de; MELLO, Amanda de Lemos. Relação entre o uso de substâncias, ansiedade, depressão e estresse por trabalhadores de universidade pública. **Revista brasileira de enfermagem**, São Paulo, 2020.

CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL CISA - **Centro De Informações Sobre Saúde e Álcool**. Disponível em: <https://cisa.org.br/>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

CURRY, Andrew; FINKE, Brian. **A história do consumo do álcool ao longo dos tempos**. National Geographic Portugal. 2020, Portugal. Disponível em: [https://www.nationalgeographic.pt/historia/a-historia-do-consumo-do-alcool-ao-longo-dos-tempos\\_1180](https://www.nationalgeographic.pt/historia/a-historia-do-consumo-do-alcool-ao-longo-dos-tempos_1180).

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERREIRA, Luciano Nery; JÚNIOR, José Patrício Bispo; SLLES, Zenilda Nogueira et al. Prevalência e fatores associados ao consumo abusivo e à dependência de álcool. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 18, Jequié -BA, 2013.

GARCIA. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica – uma discussão necessária. *Revista línguas e letras*. V. 17, n. 35.

GIGLIOTTI, Analice; BESSA, Marcos Antônio. Síndrome de dependência do álcool: critérios diagnósticos. **Rev. Bras Psiquiátrica**, Rio de Janeiro, 2004.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Grupo Anima Educação, Belo Horizonte, 2014.

IBGE. Diretoria de Pesquisa da População e Indicadores Sociais. **A Saúde dos Adolescentes**. 2019. Pesquisa Nacional do Escolar. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21457-a-saude-dos-adolescentes.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

JUST, A. P; ENUMO, S. R. F. Problemas emocionais e de comportamento na adolescência: o papel do estresse. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 35, n.89, p. 350-370, 2015.

KAPLAN, H.I; Sadock, B.J. **Compêndio de Psiquiatria – Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. 11ª ed. Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 2017.

KING, Anna Lucia Spear; NARDI, Antônio Egídio; CRUZ, Marcelo Santos. **Risco de suicídio em paciente alcoolista com depressão**. Rio de Janeiro, 2005.

LARANJEIRA, Ronaldo. **Depressão, abuso e dependência do álcool**. Departamento de Psiquiatria, São Paulo, 2011.

MARTINS, Otávio Augusto. Efeito do consumo de bebidas alcoólicas no organismo – Uma revisão. **Revista Eletrônica de Educação e Ciência (REEC)**, v. 3, São Paulo, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Estatísticas mundiais de saúde 2018: Monitoramento da saúde para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Genebra, Suíça, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Manual De Intervenções para transtornos mentais, neurológico por uso de álcool e outras drogas na rede de atenção básica à saúde**. Versão 2.0. Brasília: OPAS, 2018.

RAUPP, Beuren. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. Teoria da contabilidade: teórica e prática. Academia.edu. São Paulo 2006.

RONSANI, Telmo Mota; RIBEIRO, Mário Sérgio; AMARAL, Michaela Bitarello do et al. Implantação de rotinas de rastreamento do uso de risco de álcool e de uma intervenção breve na atenção primária à saúde: dificuldades a serem superadas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, Publicado: 2005.

SANTOS, Islane. **Prevalência do risco de suicídio entre adolescentes com sintomas depressivos e com problemas decorrentes do uso do álcool**. Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez Editora, São Paulo, 2017.

SILVA, Maria das Graças Borges; LYRA, Tereza Maciel *et al.* O padrão de consumo de álcool entre as usuárias das Unidades de Saúde da Família no município do Recife (PE). **Revista Debate**, v. 43, n. 122, Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, Patrícia Santos; STEFANINI, Maria Cristina Bergozoni et al. Desenvolvimento Cognitivo e sintomas depressivos em adolescentes que fazem uso de bebidas alcoólicas. Smad. **Rev. Eletrônica. (ADA)**. Saúde mental álcool e drogas, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report: transforming mental health for all**. Geneva.; 2022. Licence: CC BY-NC-AS 3.0 IGO.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### ALESSANDRA SENA DE JESUS

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atua no Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE) da Prefeitura de Pedrão. É membra ativa do Núcleo de Inclusão do Colégio Destaque e estagiária na Clínica Escola de Psicologia da FSSS. Participou da organização do I Simpósio de Práticas em Psicologia Hospitalar de Alagoinhas. É autora de trabalhos publicados e apresentados nos Anais do V Fórum Baiano de Atenção Primária à Saúde e do I Encontro de Extensão Saúde e Comunidade, promovidos pela Liga de Atenção Primária à Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui interesses voltados à saúde mental e inclusão.

### WILLIAN SOUZA SANTOS

Graduando em Psicologia, apresenta interesse nas áreas da Psicologia Organizacional e do Trabalho e Psicologia Forense. Atualmente é estagiário na Clínica Escola de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento sob a abordagem da análise do comportamento. Atua como

auxiliar administrativo no Recursos Humanos da Prefeitura de Aramari-BA. Pós-graduando em Psicologia Organizacional e do Trabalho pelo Programa de Educação Continuada do Portal da Educação.

### **ITAMAR DE ALMEIDA CARNEIRO**

Doutorando em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (IRR-Fiocruz). Mestre em Saúde Coletiva (PPGSC) pelo Departamento de Saúde (DSAU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Saúde Mental (FSSS) e Gestão em Saúde (UFRB). Concluiu a graduação em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Possui formação em Educação Permanente em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Ministério da Saúde. Aperfeiçoamento em Metodologia do Trabalho Científico em Saúde pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e Metodologias Ativas de Aprendizagem (UFRN) Atuou como Técnico da Proteção Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Alagoinhas (SEMAS) através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na implantação, monitoramento, avaliação, mobilização e articulação com o serviço da rede socioassistencial para Pessoas em Situação de Rua. Esteve à frente de projetos prioritários para mitigar os efeitos da crise sanitária do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como apoiador institucional com o objetivo de realizar intervenções para mitigação dos efeitos do distanciamento social causado pela pandemia na cidade de Conceição do Coité, bem como na elaboração de Plano de Contingência da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social para atuação na situação de emergência em Saúde Pública, mediante gestão e oferta de benefícios eventuais. Possui experiência no contexto hospitalar atuando nos Ambulatórios do Hospital das Clínicas de Alagoinhas (HCA) e Hospital e Maternidade Maria Luiza Laudano. Foi conselheiro e coordenador da Comissão de Saúde do XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) e Conselheiro Municipal de Saúde de Alagoinhas. Foi membro do GT de Políticas sobre Álcool e outras Drogas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Grupo de Referência em Saúde Suplementar. Atualmente é membro do Conselho Editorial Científico da Revista de Saúde Mental e Subjetividade (Qualis CAPES B1) e Revisor dos Cadernos Brasileiros de Saúde Mental / Brazilian Journal of Mental Health, (ISSN 2595-2420), Revista Psicologia e Saúde (ISSN 2177-093X) e Revista Psicologia, Diversidade e Saúde (ISSN 2317-3394). Membro associado da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). Atuou como Docente no Centro de Ciências da Saúde (CCS) no Internato Médico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, experiência técnica e de interesses são: Saúde Mental, Saúde Coletiva e Saúde Pública, Formação em Saúde, Educação Permanente em Saúde e Interprofissional, SUS, Clínica Ampliada, Humanização, Apoio Matricial, Controle e Participação Social.

## **O ECO DO SILÊNCIO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DO TEPT EM MULHERES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

### **THE ECHO OF SILENCE: A LITERATURE REVIEW ON THE IMPACT OF PTSD IN WOMEN VICTIMS OF SEXUAL ABUSE**

DOI: 10.5281/zenodo.16943966

**Noemy Soares da Silva de Araújo<sup>1</sup>**  
noemyaraujo@soumaissantissimo.com.br

**Itamar de Almeida Carneiro<sup>2</sup>**  
docente.itamarcarneiro@fsssacramento.br

#### **RESUMO**

Este artigo examina o impacto do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em mulheres vítimas de abuso sexual, com foco na gravidade das consequências emocionais e psicológicas decorrentes dessa violência, bem como na eficácia das intervenções terapêuticas. A pesquisa indica que o abuso sexual frequentemente resulta em sérios problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e TEPT, os quais afetam profundamente o bem-estar psicológico e a reintegração social das vítimas. A revisão da literatura destaca a importância de intervenções especializadas que promovam habilidades sociais e autoconhecimento como componentes fundamentais para a recuperação das vítimas. Além disso, o estudo enfatiza a necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas e serviços de apoio, a fim de garantir uma resposta mais eficaz e justa à violência contra as mulheres. Conclui-se que uma abordagem integrada, que combine prevenção, apoio especializado e justiça, é essencial para enfrentar e mitigar a violência, criando um ambiente mais seguro e justo para todas.

**Palavras-chave:** Transtorno de estresse pós traumático. Abuso sexual. Mulheres

#### **ABSTRACT**

This article examines the impact of Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD) in women who are victims of sexual abuse, focusing on the severity of the emotional and psychological consequences of such violence, as well as the effectiveness of therapeutic interventions. The research reveals that sexual abuse often leads to serious mental health issues such as depression, anxiety, and PTSD, which profoundly affect the psychological well-being and social reintegration of victims. The literature review highlights the importance of specialized interventions that promote social skills and self-awareness as key elements for the recovery of victims. Furthermore, the study emphasizes the urgent need to strengthen public policies and support services to ensure a more effective and just response to violence against women. It

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia da Faculdade Santíssimo Sacramento

<sup>2</sup> Mestre e Doutorando em Saúde Coletiva -Fiocruz - Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

concludes that an integrated approach, combining prevention, specialized support, and justice, is essential to confronting and mitigating violence, thus creating a safer and more just environment for all.

**Keywords:** Post traumatic stress disorder. Sexual abuse. Women

## 1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual é um problema grave enfrentado por muitas mulheres, acarretando consequências profundas tanto físicas quanto psicológicas. A saúde mental dessas vítimas é frequentemente comprometida, o que pode levar ao desenvolvimento de diversos transtornos psíquicos. A gravidade dessa situação é evidenciada por estudos recentes e a Organização Pan-Americana da Saúde (2023), por exemplo, aponta que o abuso sexual pode desencadear depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtornos de ansiedade, distúrbios do sono e da alimentação, além de tentativas de suicídio. O mesmo relatório revela que mulheres que sofreram violência por parte de seus parceiros apresentam quase o dobro de propensão a desenvolver depressão e problemas relacionados ao uso de álcool. Esses índices são ainda mais elevados quando a violência sexual é cometida por não parceiros.

O Atlas da Violência (2023) também chama atenção para a persistência da violência de gênero no Brasil. Embora a taxa geral de homicídios tenha apresentado queda, os feminicídios aumentaram 0,3% entre 2020 e 2021. Isso demonstra que, além dos impactos individuais, físicos e mentais, a violência contra a mulher também possui implicações sociais alarmantes.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de fortalecer políticas públicas e leis que ofereçam proteção real e eficaz às mulheres, contribuindo para a reversão dessa realidade preocupante. Entre os impactos mais recorrentes e debilitantes está o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), uma psicopatologia que pode surgir após a exposição a um evento traumático, real ou percebido, e que provoca alterações emocionais e neurobiológicas profundas (Knapp, 2003).

O TEPT está frequentemente associado a mulheres vítimas de abuso sexual, tanto no ambiente doméstico quanto em situações externas. Esse trauma pode gerar consequências físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais duradouras. No decorrer deste trabalho, serão analisados os impactos psíquicos do abuso sexual, como frustrações, medos, angústias, depressão, ansiedade, distúrbios do humor e sexuais, infecções sexualmente transmissíveis e insatisfação com a própria imagem.

A violência sexual afeta gravemente a saúde integral da mulher, comprometendo não apenas o bem-estar físico, mas também os aspectos mentais, sociais, profissionais, afetivos e sexuais de sua vida. Esse tipo de abuso figura entre os eventos traumáticos mais intensos que um ser humano pode enfrentar.

A partir da terceira edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-III), a Associação Americana de Psiquiatria passou a reconhecer o TEPT como um transtorno resultante da exposição a eventos traumáticos, cuja gravidade depende da forma como o indivíduo processa a experiência (APA, 1980). Segundo Widiger (2011), os efeitos do TEPT podem ser duradouros ou até mesmo permanentes, impactando profundamente o modo como a pessoa pensa, sente e se relaciona com os outros. Wallace e Cooper (2015) acrescentam que pessoas com TEPT permanecem em constante estado de alerta, apresentando hipervigilância e reações exageradas a estímulos que não seriam considerados ameaçadores por outras pessoas.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura a fim de explorar os impactos emocionais resultantes de traumas vivenciados por mulheres vítimas de abuso sexual. Busca-se compreender os principais fatores relacionados ao desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) nesse grupo, bem como discutir sua prevalência, manifestações comportamentais, implicações psicológicas e sociais. Além disso, pretende-se abordar as intervenções terapêuticas descritas na literatura e apresentar dados relevantes sobre feminicídios e a violência sexual contra mulheres, com o intuito de contribuir para a reflexão crítica sobre a complexidade e gravidade dessa problemática.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Transtorno de Estresse Pós-Traumático**

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático é ainda entendido como um distúrbio da memória, correspondente os defeitos no processo da noção do evento traumático, que podem estar ligadas ao encadeamento seletivo da capacidade do trauma e à globalização dos estímulos explícitos e implícitos da memória traumática. O DSM-IV (1995) retrata o que:

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático pode incluir a amnésia acerca de algum aspecto do evento ou mesmo anestesia emocional, falta de interesse ou prazer nas atividades desenvolvidas, além de redução de emoções e relações com a vida e com outras pessoas. Reações fisiológicas ocorrem em

situações ativadoras do evento sofrido ou sintomas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1995, cap 5).

Segundo APA 2024, o Transtorno de Estresse Pós-Traumático pode ocorrer em qualquer idade e os sintomas geralmente se manifestam dentro dos três primeiros meses depois da exposição ao evento traumático, embora, em alguns casos, possa haver um atraso de meses ou até anos antes de os critérios serem atendidos.

As mulheres vítimas de abuso sexual estão propícias para mencionar os sintomas de depressão e transtorno de estresse pós traumático. Vale salientar que as vítimas do abuso sexual o TEPT está agrupado com práticas incomuns que causam um efeito emocionalmente incontrolável no indivíduo que deixam consequências afetando também a sua saúde física. Desta maneira, (Silva; Donat; Lorenzonni; Souza; Gauer e Kristensen, 2016) discutem o trauma “como uma classe generalizada das experiências humanas, implicando eventos tematicamente diferentes de uma cultura para outra”.

## 2.2 Sinais e sintomas do TEPT

O TEPT é um transtorno de ansiedade que aparece através de uma apresentação a respeito de um evento traumático. Esse tipo de transtorno é mencionado como um quadro psicopatológico relacionado ao abuso sexual, e é estabelecido habitualmente por meio de estresse, medo, ansiedade angústia, intitulado pela vivência traumática, induzindo a sequelas estruturais em áreas cerebrais relacionadas com o sistema de feedback ao estresse, e detém a habilidade de predeterminar os déficits cognitivos e de memória visual e verbal. APA (2002) traz alguns critérios importantes sobre o TEPT:

Os critérios de TEPT são agrupados em três categorias de sintomas, a saber: a) reexperiência intrusiva do trauma; b) esquiva persistente de estímulos associados com o trauma e entorpecimento da reatividade geral; e, c) sintomas persistentes de excitabilidade fisiológica (APA, 2002, p. 373).

As mudanças nos comportamentos das mulheres vítimas de abuso sexual podem ser resultado da violência sexual na infância, conforme Lira *et.al* (2017) esclarece:

As alterações emocionais e comportamentais podem estar associadas a violência sexual sofrida na infância, entre eles a autora destaca que o medo contribui para a modificação de comportamento nas mulheres, sendo que estas modificações podem estar ligadas à forma de relacionar-se, onde provocam reações inesperadas, como paralisação, entrega ou agressão (LIRA, 2017, p. 56).

O Transtorno de Estresse Pós Traumático foi empregado pela Associação Americana de Psiquiatria entre as classificações de distúrbios psiquiátricos a partir da terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-III).

No Brasil, o Ministério da Saúde (2011) delinea os impactos que a violência sexual acarreta para as vítimas. Entre as principais consequências estão lesões físicas, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e impactos psicológicos diversos, incluindo transtornos como ansiedade, depressão e até comportamentos suicidas. Além desses efeitos, autores como Mattar *et al.* (2007) destacam ainda a presença de sentimentos intensos, como medo da morte, solidão, vergonha e culpa, que agravam o sofrimento das vítimas.

### 2.3 Alterações comportamentais e físicos

De acordo com o DSM-V (APA 2014) o diagnóstico do TEPT, traz algumas alterações negativas nas cognições e no humor que estão ligadas ao evento traumático que é o abuso sexual, piorando no início ou após o evento. Existe também a presença de um ou mais sintomas intrusivos interligados ao trauma, como: lembranças que causam angústias involuntárias, sonhos ou sentimentos recorrentes ao evento traumático, reações nas quais a vítima sente ou vai agir como se o episódio estivesse acontecendo novamente, aflição psicológica a sinais internos ou externos que simule o abuso sexual e por último as reações fisiológicas e além de todos esses sintomas podemos enfatizar essa vivência traumática de acordo com (Souza, 2013; Souza *et al.*, 2013; Levine e Frederick, 1999):

O estupro leva muitas mulheres a almejam a invisibilidade social por meio de ganho de peso, do desleixo pessoal e da remoção de elementos que possam torná-las sexualmente atraentes. Essas tentativas de desvalorização da imagem pessoal e de anulação da feminilidade intensificam a diminuição da autoestima da mulher e dificultam a sua reorganização emocional. (SOUZA, 2013, LEVINE e FREDERICK, 1999, p. 185).

Os sintomas da ansiedade podem trazer um medo constante de sair de casa quando o abuso é sofrido no ambiente doméstico ou de reencontrar o abusador. (Villela e Lago, 2007) explicam esse medo. “Nos primeiros momentos, a ansiedade da mulher relaciona-se à sua integridade física, ou seja, o medo de perder a vida, de contrair doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo HIV, e de engravidar”.

Em um tempo de médio e longo prazo, vale ressaltar sintomas como depressão, nervosismo, falta de prazer nas relações sexuais, distúrbios psicossomáticos, sentimento de insegurança, isolamento social e o medo existente de ocorrer um novo abuso.

## 2.4 Intervenção Psicológica

A psicoterapia de orientação cognitivo-comportamental com as vítimas de abuso sexual recomenda uma intervenção diretiva onde será estruturada e direcionada para diminuição dos sintomas agudos do sofrimento psíquico com objetivo de uma autonomia para obter uma qualidade de vida. (Samudio e Arévalo, 2012); (Lucânia; Miyazaki e Domingos, 2008) destacam que:

Existe uma importância do processo de reestruturação cognitiva por meio de técnicas de autodiálogo, dessensibilização sistemática, parada de pensamento, desempenho de papéis, respiração profunda para relaxamento, treino em solução de problemas e treino de habilidades sociais (SUMUDIO e ARÉVALO, 2012, LUCÂNIA, MIYAZAKI e DOMINGOS, 2008, p. 186).

Lucânia *et al.* (2008) propõe que a técnica terapêutica compreenda as fases da análise primária, a intervenção, e a avaliação final, realizando uma assistência após a alta.

Respeitar os limites da vítima é fundamental para promover um ambiente seguro e de confiança entre profissional e cliente, para que ela possa se sentir confortável em expor seus sentimentos, experiências e vulnerabilidades. Respeitar os limites é uma questão de ética do Psicólogo fazendo com que o indivíduo se sinta seguro para explicar todo o trauma sofrido. Bessoles e Lago, 2010 afirmam que:

Em razão da natureza da violência, o psicólogo precisa respeitar os limites da mulher e aceitar que nem tudo pode ser dito sobre o evento traumático. Deste modo, o trabalho da psicoterapia necessita preservar a intimidade da vítima, entender que os seus limites não sejam invadidos, pois, se não houver esse sigilo a terapia pode simbolizar uma reprodução da violência e um amedrontamento ao seu sistema psíquico (BESSOLES e LAGO, 2010, p. 186).

A sobrevivente deste trauma, ao ter o seu corpo violentado, tenta dar início a novos limites para si e para o mundo. Entretanto, existem algumas limitações que tentam ser construídas pelo processo do trauma, o desleixo pessoal, a falta de cuidado consigo, ou por não ser mais atraente sexualmente. Com isso, pode gerar dificuldades ou obstáculos no comportamento.

A compulsão de acontecer novamente o mesmo episódio pode surgir em diversas formas, como podem vincular o sexo com algum recurso vivido no decorrer da violência sexual. Uma oportunidade seria um tratamento psicológico que pode oferecer à vítima a possibilidade de estruturar essa experiência.

Choudhary *et al.* (2008), investigam a ligação entre o abuso sexual e a saúde do comportamento por meio de diferentes variáveis. Uma mulher que enfrenta ou sofreu esse

evento traumático tem a maior incidência de saúde mental enfraquecida e vontade de não viver, levando a depressão e a deficiência nas atividades e consumo constante de bebida alcoólica. “A associação entre saúde mental e física debilitada e a violência sexual foi mais prevalente em mulheres, com consequências que persistem ao longo do tempo”.

## **2.5 Pensamento Freudiano**

De acordo com Freud (1920/2010), no texto “Além do Princípio de Prazer”, o trauma é resposta de uma incompetência do Ego, onde o sujeito dá conta de um episódio real. Isso pode acontecer por causa da sua força, impressionando assim o Ego que é pego de surpresa (Kloss, 2023). Portanto, o trauma refere-se a uma abundância de excitação que se apossa do aparato psíquico de forma intensa, fazendo com que o ego do indivíduo não tenha como se defender. Essa circunstância foi denominada por Freud de “situação de desamparo”, sendo ela traumática. Nessa proporção do trauma, o Ego se faz ausente de estímulo suficiente para se juntar a quantidade de energia da descarga enfática na qual foi manifestada. (Kloss 2023).

Freud e Kalshed (1996) discutem como experiências que provocam alta ansiedade podem levar à desintegração ou alienação da personalidade do indivíduo. Eles explicam que, quando tais eventos ocorrem na infância, antes do desenvolvimento de um ego bem estruturado, podem resultar na formação de mecanismos de defesa adicionais, que buscam evitar que a experiência traumática se repita.

O evento traumático existente na condição de abandono por conta da violência sofrida, seja por um único episódio ou em vários momentos violentos invadem a intervenção do Eu. Mas a insaturação do trauma, depende de quanto intenso foi o sofrimento da firmeza do Eu e a veracidade biopsicossocial das mulheres vítimas de abuso sexual que por algum motivo não conseguem encontrar suporte tem a ver com a via traumática.

## **2.6 A necessidade de buscar uma ajuda**

Os motivos psicológicos e sociais que atrapalham uma mulher vítima de abuso sexual doméstica ou por um desconhecido a buscarem ajuda, são: vergonha, culpa, medo, barreiras econômicas, a cultura, falta de conhecimento sobre os tipos de violência, entre outros. Outros fatores que podem contribuir para a evolução do Transtorno de Estresse Pós-Traumático ou que de alguma forma possa agravar, estão relacionados com a escolaridade da vítima, à ameaça durante o ato da violência sexual e as reações agressivas do abusador no momento em que a vítima faz uma divulgação ou queixa do abuso sofrido.

Além das consequências à saúde mental sofridas pelas mulheres existe uma grande sequela na saúde física. As queixas associadas ao físico estão em maior escore do que o TEPT e Depressão. O Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) oferta as vítimas de abuso sexual um tratamento instantâneo com o objetivo de tratar às Doenças sexualmente transmissíveis, como a DST virais e bacterianas. O acolhimento por uma equipe multidisciplinar tem uma durabilidade de 6 meses, pois é um tempo necessário para a detecção de soroconversão das infecções e entendem que é o suficiente para o restabelecimento psíquico e social das vítimas.

O Ambulatório de Atendimento Especial do CAISMUNICAMP (2012) aponta que as vítimas de violência sexual apresentam uma variedade de queixas físicas, uma percepção mais negativa sobre sua saúde e um risco elevado de problemas psicológicos. Além disso, observam-se maiores taxas de utilização de serviços médicos, com destaque para os sintomas gastrointestinais, que estão entre as principais queixas.

Ao passar por esse evento traumático, a vítima tem três opções para escolher: fugir, lutar ou se estagnar perante o perigo. A opção de congelamento seria uma possível sobrevivência entrando em um estado mudado da consciência, ou seja, a vítima não sentirá dor.

Levine (1999) explica que, quando as respostas de luta ou fuga são bloqueadas, o organismo recorre instintivamente à resposta de congelamento, que é considerada a última alternativa. A violência sexual é um problema que alcança diversas mulheres atingindo várias classes sociais, como a cultura, religião e etnias, tornando um problema a Saúde Pública, conforme com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (2012) explica:

Embora a violência sexual insira-se no macro contexto epidemiológico de violências e traumas - homicídios, violência urbana, violência de trânsito, violência doméstica, violência de gênero etc. -, ela guarda particularidades e requer aportes diferenciados. Trata-se de um problema social sem fronteiras ou delimitação de raça e classe social, além disso, tem alta prevalência na infância e adolescência em ambos os sexos. Via de regra, a violência sexual vem acompanhada da violência física e psicológica empregadas como forma de subjugar a vítima e com consequências sociais. (SECRETARIA DE SAÚDE 2012, p. 42).

## 2.7 A alteração sistêmica do cérebro

O que se pode observar no trauma é que após enfrentar o episódio traumático ou de ameaça, a vítima não consegue eliminar toda a energia que foi liberada para enfrentar o episódio, fazendo com que esse ciclo se torne autoperpetuante e complexo envolvendo uma ameaça constante podendo levar uma hiperativação do sistema nervoso. Esse sistema nervoso

tenta neutralizar esse desequilíbrio que pode se tornar uma ameaça, já que para descarregar por completo essa energia é fundamental enfrentar essas vivências das quais tenta fugir.

Existem alguns eventos de defesa, sendo elas a cisão, idealização, estados de transe, múltiplas identidades e entorpecimento psíquico. Portanto, por mais que na fase adulta essas defesas possam se adaptar pouco no decorrer do percurso elas podem ser fundamentais para a mulher em situação pós-traumática.

Para Levine (1999, p. 134), ele chama atenção para alguns aspectos dos sintomas.

[..] Aqueles (sintomas) produzidos pelo trauma são de período prolongado. Os sintomas do trauma podem ser estáveis (sempre presentes), instáveis (aparecem e desaparecem), ou podem se ocultar por décadas. Em geral, esses sintomas não aparecem de modo isolado, mas em grupos. Essas “síndromes” frequentemente ficam cada vez menos ligadas à experiência original do trauma. (Levine, 1999, p. 134).

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura que contemplou etapas adaptadas por Mendes *et al* (2008), identificação do tema a ser pesquisado, categorização de critérios de inclusão e exclusão, a saber, artigos na língua portuguesa que estivesse com o texto completo disponível, publicados entre os anos de 2019 e 2024, interpretação dos resultados encontrados e apresentação da revisão. Foram critérios de exclusão os estudos repetidos e/ou duplicados nas bases de dados e estudos relativos a outras áreas temáticas.

Para Gil (2002 p. 44), a pesquisa bibliográfica, "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Esse método foi selecionado devido à necessidade de coletar e integrar informações de várias fontes, oferecendo uma perspectiva ampla e unificada. Para condução dessa revisão, considerou-se, a seguinte estratégia de busca de documentos científicos: Transtorno do Estresse PósTraumático, Violência contra a mulher e Abuso Sexual.

Para essa etapa foram selecionados artigos científicos, monografias, revistas, dissertações e sites oficiais governamentais. A escolha dos materiais foi feita com base em critérios de pertinência, atualidade e qualidade das publicações. A revisão bibliográfica foi conduzida utilizando renomadas bases de dados acadêmicos, incluindo, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Os dados coletados foram agrupados em categorias temáticas que correspondem às principais seções do estudo, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, sinais e sintomas do TEPT, alterações

comportamentais e físicos, intervenção psicológica, pensamento freudiano, a necessidade de buscar uma ajuda e a alteração sistêmica do cérebro.

Portanto, a metodologia deste trabalho é definida pela busca por particularidades, com múltiplas fontes de evidências e ênfase na interpretação individual, com o objetivo de identificar os fatores que são importantes para a ocorrência. Este presente artigo de natureza explicativa e descritiva, com método bibliográfico, empregou dados de fontes confiáveis para apresentar uma questão- problema que serve de base para estudos futuros. Por se tratar de uma revisão narrativa, não foram aplicados instrumentos sistemáticos de avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos. No entanto, foi priorizada a utilização de fontes confiáveis, com reconhecimento acadêmico e científico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão narrativa sobre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), violência contra a mulher e abuso sexual revelou um corpo de literatura que evidencia as relações diretas entre o abuso sexual e o desenvolvimento de sintomas psicopatológicos, com destaque para o TEPT. As pesquisas revisadas apontam que a violência sexual contra a mulher tem um impacto significativo na saúde mental, sendo uma das principais causas do desenvolvimento de transtornos de estresse pós-traumático (APA, 1980; Widiger, 2011). Este processo, como discutido em estudos recentes, envolve não apenas uma resposta emocional imediata, mas também alterações a longo prazo no funcionamento psicológico e emocional da vítima.

A tabela abaixo apresenta informações de levantamento preliminar organizada para facilitar a leitura e compreensão dos autores, objetivos e principais resultados:

Tabela 1: Dados de feminicídio e estupro

| <i><b>Autores</b></i>                   | <i><b>Objetivos</b></i>                                                                                                                                                                                                                                                     | <i><b>Principais Resultados</b></i>                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i><b>ONU (2021)</b></i>                | Adequar a resposta de indivíduos e instituições aos assassinatos de mulheres, a fim de assegurar os direitos humanos das vítimas à justiça, à verdade e à memória.                                                                                                          | 45 mil feminicídios cometidos por familiares das vítimas. Distribuição: 17,8 mil na Ásia, 17,2 mil na África, 7,5 mil na América, 2,5 mil na Europa e 300 na Oceania.                                               |
| <i><b>Kloss (2023)</b></i>              | Compreender os processos de subjetivação das mulheres na sociedade patriarcal e analisá-los de forma crítica, juntamente com a teoria do trauma desenvolvida na psicanálise, para buscar subsídios teóricos que explicassem a complexidade presente na violência doméstica. | Em 2021, o Brasil testemunhou a morte violenta de 3.858 mulheres, com uma média de mais de 10 óbitos diários.                                                                                                       |
| <i><b>Atlas da Violência (2023)</b></i> | Apresentar as mulheres como o maior grupo impactado pela violência doméstica.                                                                                                                                                                                               | Enquanto a taxa de homicídios da população geral diminuiu, os homicídios femininos aumentaram 0,3% de 2020 para 2021.                                                                                               |
| <i><b>Bueno et al. (2023)</b></i>       | Documentar os casos de estupro de vulnerável envolvendo mulheres e meninas.                                                                                                                                                                                                 | No primeiro semestre de 2023, o Brasil documentou 34.428 casos de estupro e estupro de vulnerável, com aumento de 16,3% em comparação ao mesmo período de 2022, representando uma média de 1 caso a cada 8 minutos. |

Fonte: Elaborado pelos autores

A tabela apresenta dados preocupantes sobre o aumento da violência contra a mulher, incluindo homicídios e estupro, com ênfase em algumas das principais fontes que abordam esse tema: a ONU, Kloss (2023), o Atlas da Violência (2023) e Bueno et al. (2023). Ao explorar os resultados, é possível observar um padrão alarmante de violência crescente contra as mulheres, mesmo em contextos em que a violência de gênero é discutida abertamente e medidas para combatê-la estão em andamento.

Diante disto os dados descritos mostram a falta de uma resposta eficaz levando automaticamente a uma consequência de pensamentos da sociedade como uma injustiça e do esquecimento perante as vítimas. A violência doméstica é um problema que exige uma investigação referente às estruturas patriarcais da sociedade.

A ONU (2021) destaca um dado crucial: 45 mil feminicídios cometidos por familiares das vítimas, com uma distribuição geográfica que chama atenção para o contexto social e cultural de diferentes regiões do mundo. A maior parte dos feminicídios ocorre na Ásia e na África, com 17,8 mil e 17,2 mil mortes, respectivamente. Esse dado sugere que as mulheres nesses continentes enfrentam formas estruturais de violência intrafamiliar, refletindo questões profundas de desigualdade de gênero, normas culturais de submissão feminina e padrões de masculinidade tóxica.

Na América, com 7,5 mil feminicídios, a situação também é crítica, com países como o Brasil e o México apresentando índices alarmantes de violência doméstica e feminicídios. Já na Europa e na Oceania, apesar de as taxas serem menores (2,5 mil e 300, respectivamente), a situação ainda é preocupante, especialmente considerando as desigualdades de gênero que persistem nesses contextos, apesar das políticas públicas mais robustas.

O aumento dos feminicídios ao longo do tempo sugere que, além da luta por justiça, há a necessidade urgente de intervenções mais eficazes, incluindo ações preventivas, educação sobre igualdade de gênero, e campanhas de conscientização.

Tabela 2: Impactos emocionais consecutivos de traumas em mulheres vítimas de abuso sexual

| <i><b>Autores</b></i>                  | <i><b>Objetivos</b></i>                                                                                                                   | <i><b>Principais Resultados</b></i>                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i><b>Ourenço e Costa (2020)</b></i>   | Impactos predominantes psicológicos da Violência Psicológica e Intrafamiliar (VPI) que podem levar ao desenvolvimento de psicopatologias. | Tristeza, solidão, baixa autoestima, medo, comportamentos agressivos e, em termos de psicopatologias, Síndrome do Pânico, quadros de ansiedade, depressão, abuso de substância e tentativas de suicídio.                                                              |
| <i><b>Dye (2020)</b></i>               | Estudo de experiência sobre os efeitos psicológicos da violência sexual.                                                                  | As consequências incluem ansiedade, depressão, impactos negativos no cognitivo e emocional, raiva, medo de abandono, relacionamentos instáveis e dificuldade em confiar em outras pessoas.                                                                            |
| <i><b>Lima e scortegagn (2022)</b></i> | Relacionar autoimagem com base nos critérios de Zulliger no sistema compreensivo, especialmente no contexto da violência sexual.          | A primeira hipótese afirma que a vítima de violência sexual apresentará indicadores de danos em suas relações interpessoais. A segunda hipótese sugere problemas na autoimagem. A terceira hipótese sugere que o teste de Rorschach indicará os efeitos da violência. |
| <i><b>Conceição et al. (2022)</b></i>  | Avaliar os impactos da violência sexual, incluindo avaliações médicas e psicológicas minuciosas.                                          | O estudo destaca a profunda influência da violência sexual no desenvolvimento físico e emocional das vítimas, podendo causar danos permanentes que podem persistir ao longo da vida.                                                                                  |

Fonte: Elaborado pelos autores

O estudo de Ourenço e Costa (2020), expõe uma série de impactos psicológicos profundos em vítimas de violência psicológica, como tristeza, solidão, baixa autoestima e medo. Esses sintomas não são apenas reações momentâneas, mas podem levar ao desenvolvimento de psicopatologias graves, como síndrome do pânico, ansiedade, depressão, e até mesmo tentativas de suicídio. Esse dado é fundamental para ressaltar que as consequências da violência psicológica não se limitam a uma dor momentânea, mas têm um impacto duradouro e devastador na saúde mental das vítimas. A relação entre violência psicológica e o desenvolvimento de transtornos mentais deve ser uma preocupação constante, exigindo intervenções eficazes e sensíveis às necessidades das vítimas.

A pesquisa de Dye (2020) revela as consequências emocionais da violência sexual, que incluem ansiedade, depressão, raiva e medo de abandono, além de dificultar a formação de vínculos afetivos saudáveis e duradouros. As vítimas frequentemente apresentam dificuldade em confiar em outras pessoas, o que pode afetar suas relações interpessoais e a capacidade de estabelecer novos relacionamentos.

A instabilidade emocional observada pode ser uma das principais barreiras para que as vítimas consigam retomar suas vidas e se reintegrarem à sociedade. Esse estudo evidencia a necessidade de apoio psicológico contínuo para que as vítimas consigam superar esses traumas e estabelecer um novo equilíbrio emocional.

Os dados destacados conforme a tabela 2, mostra os impactos psicológico sofridos em mulheres vítimas da violência sexual ocasionando como consequência o transtorno de estresse pós-traumático, ressalta a gravidade persistente a longo prazo esses efeitos. Essa coleta de dados

ênfatisa o impacto avassalador na saúde mental e física dessas mulheres que colabora para um quadro psicológico severamente debilitado.

Esses achados sublinham a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, serviços de apoio especializados e intervenções terapêuticas que possam mitigar os efeitos devastadores da violência e promover a recuperação das vítimas.

Tabela 3: Compreender as características comportamentais ocasionado pelo TEPT

| <i><b>Autores</b></i>            | <i><b>Objetivos</b></i>                                                                                                                                                             | <i><b>Principais Resultados</b></i>                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i><b>Cruz et al. (2021)</b></i> | Analisar o comportamento da vítima em consequência do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e como isso afeta seu dia a dia.                                                 | O comportamento introspectivo é apontado como responsável pela revitimização, seja pelo próprio abuso ou por outras formas de violência, ocorrendo devido à dificuldade para revelar o agravo, deixando a vítima vulnerável a novos eventos traumáticos.                                |
| <i><b>Vilalva (2019)</b></i>     | Avaliar como o repertório de história de vida (HS) de adolescentes vítimas de abuso sexual (AS) se relaciona com a manifestação e intensidade de quadros depressivos e de estresse. | Entre os efeitos observados estão aborto, fugas do lar, delinquência, prejuízo nos estudos, abandono da escola, além de medo, pânico, agressividade, irritabilidade, raiva, culpa, vergonha, e outros sintomas como distúrbios do sono, do apetite, e ideação ou tentativa de suicídio. |

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados dos estudos analisados destacam a complexidade e profundidade dos impactos psicológicos da violência sexual, tanto em adultos quanto em adolescentes. As vítimas frequentemente enfrentam dificuldades em expressar seus traumas, o que as coloca em uma posição vulnerável para revitimização. Além disso, o estudo de Vilalva (2019) revela como os efeitos emocionais de tais traumas podem se estender para comportamentos autodestrutivos e prejudicar áreas essenciais da vida da vítima, como a escola e relações interpessoais.

Isso reforça a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar no cuidado das vítimas de violência sexual. Além de intervenções psicológicas para lidar com os traumas emocionais, é essencial que as vítimas recebam apoio social e educacional contínuo para prevenir revitimizações e garantir que possam retomar suas vidas com dignidade e saúde. Portanto, é fundamental que os profissionais de saúde mental, educadores e as políticas públicas de proteção à criança e adolescente trabalhem de forma colaborativa para mitigar os efeitos da violência sexual e do Transtorno de Estresse Pós-Traumático, promovendo ambientes mais seguros e solidários para as vítimas.

Tabela 4: A eficácia das intervenções terapêuticas oferecido a essas vítimas

| <i>Autores</i>                      | <i>Objetivos</i>                                                                                                                                         | <i>Principais Resultados</i>                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Bolsoni-Silva e Josua (2019)</i> | Permitir a replicabilidade da intervenção, analisando o efeito da psicoterapia na redução de comportamentos-alvo e na aquisição de novos comportamentos. | O efeito da psicoterapia não se limita apenas à redução de comportamentos-alvo, mas também promove a aquisição de novos comportamentos que são funcionalmente equivalentes e mais adequados para o paciente.                                                          |
| <i>Moron (2022)</i>                 | Relembrar ao paciente as evoluções que teve no processo terapêutico, esclarecendo os meios para que essas mudanças ocorram.                              | A intervenção permite aumentar o autoconhecimento do paciente ao descrever as contingências que influenciam seus comportamentos. Isso ajuda a identificar as variáveis que controlam seus comportamentos e torna o paciente mais capaz de agir sobre essas variáveis. |

Fonte: Elaborado pelos autores

Os estudos de Bolsoni-Silva e Josua (2019) e Miron (2022) sugerem que a psicoterapia, quando bem conduzida, pode ser muito mais do que uma simples ferramenta para redução de sintomas. Ela pode promover mudanças significativas, tanto em termos de redução de comportamentos problemáticos quanto na aquisição de novos comportamentos adaptativos, que capacitam o paciente a lidar com desafios futuros de forma mais eficaz. Além disso, o aumento do autoconhecimento por meio de reflexão sobre o processo terapêutico oferece ao paciente a capacidade de agir de forma mais autônoma e consciente sobre as variáveis que influenciam seu comportamento.

Esses estudos ressaltam a importância de intervenções terapêuticas que não apenas tratam os sintomas, mas também capacitam os pacientes a compreenderem melhor suas próprias dinâmicas comportamentais e a agir sobre elas, o que leva a um processo terapêutico mais eficaz e sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados evidenciam a extensa gama de consequências psicológicas e emocionais causadas pela violência sexual e psicológica. Desde o desenvolvimento de psicopatologias até a alteração da autoimagem e relações interpessoais, os efeitos são profundos e duradouros. Isso demonstra a necessidade de abordagens multidisciplinares no cuidado às vítimas, que integrem psicoterapia, tratamentos médicos e suporte social, além de uma atenção contínua para as vítimas ao longo do tempo. A intervenção deve ser realizada de forma holística, levando em consideração tanto os aspectos psicológicos quanto físicos da violência, visando a recuperação e reintegração das vítimas à sociedade de forma saudável.

Conclui-se que existe uma profundidade e gravidade de violência contra mulheres, evidenciando um cenário alarmante que exige atenção urgente e ações eficazes. Podemos

destacar falhas em respostas institucionais e sociais, refletindo uma crise sistêmica na proteção dos direitos das mulheres e a necessidade de uma abordagem mais robusta para garantir justiça e memória para as vítimas.

A análise dos impactos emocionais e psicológicos da violência sexual, conforme apresentado neste artigo, evidencia que as vítimas frequentemente enfrentam problemas graves, como depressão, ansiedade, e transtornos relacionados ao estresse pós-traumático (TEPT). Os estudos demonstram que essas consequências podem persistir ao longo da vida, afetando não apenas a saúde mental, mas também o bem-estar físico e a capacidade de reintegração social. A gravidade desses impactos sublinha a importância de intervenções especializadas e contínuas para auxiliar na recuperação das vítimas.

Além pode-se considerar que a compreensão dos sintomas associados ao TEPT e suas manifestações comportamentais ressalta a necessidade de estratégias de intervenção que abordem de forma eficaz os traumas. Estratégias terapêuticas que promovam habilidades sociais, autoconhecimento e suporte contínuo são essenciais para ajudar as vítimas a superarem os traumas e a reintegrar-se na sociedade de maneira saudável e sustentável.

Por fim, pode-se destacar a necessidade de reformular e fortalecer as políticas públicas, os serviços de apoio e as intervenções terapêuticas baseadas em evidência científica. Somente por meio de um enfoque abrangente e integrado, que combine a prevenção, o apoio especializado e a justiça eficaz, será possível enfrentar e mitigar a violência contra mulheres, garantindo um ambiente mais seguro e justo para todas.

### **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho só foi possível graças ao apoio, incentivo e colaboração de muitas pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para que este percurso fosse possível.

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me sustentado até aqui, me dado forças e ter suprido todas as necessidades. Agradeço também, ao meu orientador, professor Itamar Carneiro, por sua paciência, dedicação e pelas valiosas orientações acadêmicas que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Sua disponibilidade e conhecimento foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Estendo meus agradecimentos à professora Jeane Menezes, responsável pela disciplina Trabalho de Graduação Interdisciplinar II, que sempre demonstrou compromisso com a formação dos alunos, oferecendo suporte, incentivo e sugestões pertinentes durante todo o processo.

Aos meus familiares e principalmente aos meus pais e irmãos, expresso minha mais profunda gratidão pelo suporte emocional, compreensão e incentivo incondicional nos momentos de dificuldade. Sem o apoio de vocês, este trabalho não teria se concretizado.

Aos amigos que estiveram presentes nos momentos mais desafiadores, oferecendo palavras de apoio, motivação e carinho, deixo meu sincero reconhecimento. A amizade de vocês foi um alívio nos momentos de tensão e um estímulo nos momentos de desânimo.

À instituição de ensino, por proporcionar os recursos necessários para o desenvolvimento acadêmico, bem como aos professores do curso, que ao longo dos semestres contribuíram com conhecimentos que foram base para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada e deixaram sua contribuição para a construção deste artigo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cavalcante, Lopez, Martins, Texeira, Zanuzzi e Oliveira. **Repercussões psicológicas de adultos que sofreram abuso sexual na infância**. J. Health Biol Sci. 2024; v. 12, 1, p.1-13.

BESSOLES, R., & Lago, L. A ética do psicólogo no atendimento a vítimas de violência: O respeito aos limites e à intimidade da vítima. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivo Comportamentais**, v. 29, n.4, p. 281-295. 2010.

BORGES, Dell'Aglio. **Relações Entre Abuso Sexual na Infância, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e Prejuízos Cognitivos**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379, abr./jun. 2008.

BRUCHÊZ, D'avila, Fernandes, Castilhos, Olea. **Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação: Análise Bibliométrica**. Programa de Pós Graduação em Administração – UCS.

CASTRO. **Processos de resiliência, fatores de risco e proteção na vida adulta de mulheres Manauaras que sofreram abuso sexual na infância**. Universidade Federal do Amazonas Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2022.

CHOUDHARY, N., Kumar, R., & Singh, S. A ligação entre o abuso sexual e o comportamento de saúde: Consequências para a saúde mental e física em mulheres. **Revista de Psicologia da Saúde**, v. 13, n. 4, p. 522-531. 2008.

DALGALARRONDO. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Associação Brasileira de Psiquiatria. 3ª edição, DSM-5 e CID-11. São Paulo, 2019.

DIAS, Canavez, Matos. Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Mulheres Vítimas de Violência Dômestica: Prejuízos Cognitivos e Formas de Tratamento. **Revista Valore**, Volta

Redonda, v. 3, n.2, p.597-622, Jul/Dez/2018. Faculdade Sul Fluminense, Volta Redonda – Brasil.

FELIPPE, Jesus, Silva, Lourenço e Grincenkov. Violência praticada pelo parceiro íntimo e o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). **Revista Psique**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 95111, ago./dez. 2016.

GARCIA. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica - uma discussão necessária. **Revista línguas e letras**. v. 17, p. 35.

HABIGZANG, Borges, Dell’Aglia, Koller. Caracterização dos Sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em Meninas Vítimas de Abuso Sexual. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.27 – 44, 2010.

KLOSS. **O Trauma Resultante da Violência Doméstica: Fatores Sociais e Psicológicos que Contribuem na Dificuldade de Mulheres em Busca de Ajuda**. Universidade Federal de Santa Maria, Centro Social de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Especialização em Estudos de Gênero. Santa Maria RS 2023.

LOPES, Pires, Braga, Arão, Machado. Anais do I Simpósio Brasileiro de Saúde Mental na **Medicina**. Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH. São Luís: Editora Pascal, 2023.

MACHADO. **Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Depressão e Desesperança em Mulheres Vítimas de Violência Sexual no Primeiro e no Sexto Mês de Avaliação**. Unicamp, 2010, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

MORON. **Terapia Analítico-Comportamental: Análise de Processos e Resultados em Estudos de Sujeito Único (N=1)**. Universidade Federal de São Carlos de Educação e Ciências Humanas Curso de Graduação em Psicologia. São Carlos, São Paulo. Setembro, 2022.

OPAS. **Violência Contra as Mulheres**. Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Todos os direitos reservados 2023.

PINHEIRO. **Habilidades sociais, depressão e estresse: um estudo com adolescentes vítimas de abuso sexual**. Universidade Federal do Maranhão Centro de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Psicologia. São Luís 2022.

RAUPP, Beuren. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. Teoria da contabilidade: teórica e prática. Academia.edu. São Paulo 2006.

RODRIGUES, Joelma de Araujo; SANTOS, Rafaela Nogueira Bernardo dos. **Violência sexual contra crianças e adolescentes e o trabalho do assistente social**. São Paulo: Centro Universitário FMU, 2014.

SANTO. **ONU: mais de 81 mil mulheres foram assassinadas em 2021, diz relatório**. Agência Brasil. 2022.

SILVA, Erick, Vagostello, Lucilena. **Intervenção Psicológica em Vítimas de Estupro na Cidade de São Paulo**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 69, n. 3, 2017, p. 183-198. Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.

SOUZA, Drezett, Meirelles, Ramos. **Aspectos Psicológicos de Mulheres que Sofrem Violência Sexual**. v. 27, set-dez 2012, p. 98-103.

SOUZA, L., Silva, M., & Oliveira, R. O impacto do trauma na autoestima e comportamento social de vítimas de abuso sexual. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 4, n. 2, p.123-134. 2013

**SOUZA. A violência Contra Mulher como Fator de Risco para Desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático**. Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação, Brasil. São Bernardo do Campo 2017.

**SOUZA. Consequências Emocionais de um Episódio de Estupro na Vida de Mulheres Adultas**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

VALLEJO Samudio, M., & Córdoba Arévalo, R. Psicoterapia cognitivo comportamental em vítimas de abuso sexual: Técnicas e intervenções para o tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 44, n.3, p. 123-137. 2012.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### NOEMY SOARES DA SILVA DE ARAÚJO

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), atualmente cursando o 10º semestre. Durante a formação acadêmica, realizou estágio no Centro de Especialidades de Itanagra, atuando em parceria com psicólogos e psiquiatras na realização de atendimentos psicológicos e atividades educativas em saúde mental. Participou de campanhas de conscientização como "Janeiro Branco", "Setembro Amarelo", "Violência Contra a Mulher" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência", além de integrar reuniões do Sistema Único de Saúde (SUS) voltadas à implementação de políticas públicas em saúde. Atuou também na área clínica durante a pandemia de COVID-19, oferecendo acolhimento psicológico e escuta ativa a indivíduos em situação de vulnerabilidade. Estagiou no Instituto Hemovida, na Clínica de Nefrologia e Hemodiálise de Alagoinhas, onde prestou apoio emocional a pacientes e acompanhantes e desenvolveu ações de sensibilização, como a campanha "Setembro Amarelo" com o tema "Seja o Sol de Alguém". Participou de diversas atividades complementares, incluindo a Semana Acadêmica de Psicologia com o tema "Sexualidade e Diversidade", o curso "Saúde Física e Mental na Internet", o I Simpósio de Práticas em Psicologia Hospitalar de Alagoinhas, além de ações voltadas à conscientização sobre a invisibilidade da comunidade LGBTQIAPN+. Possui interesse acadêmico e profissional nas áreas de saúde mental, prevenção do suicídio, políticas públicas em saúde, inclusão social e abordagens interdisciplinares na Psicologia. Busca constante aprimoramento para atuar de forma ética e comprometida com o bem-estar psicológico e a promoção de práticas integradas e humanizadas em saúde.

**ITAMAR DE ALMEIDA CARNEIRO**

Doutorando em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (IRR-Fiocruz). Mestre em Saúde Coletiva (PPGSC) pelo Departamento de Saúde (DSAU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Saúde Mental (FSSS) e Gestão em Saúde (UFRB). Concluiu a graduação em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS). Possui formação em Educação Permanente em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Ministério da Saúde. Aperfeiçoamento em Metodologia do Trabalho Científico em Saúde pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e Metodologias Ativas de Aprendizagem (UFRN) Atuou como Técnico da Proteção Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Alagoinhas (SEMAS) através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na implantação, monitoramento, avaliação, mobilização e articulação com o serviço da rede socioassistencial para Pessoas em Situação de Rua. Esteve à frente de projetos prioritários para mitigar os efeitos da crise sanitária do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como apoiador institucional com o objetivo de realizar intervenções para mitigação dos efeitos do distanciamento social causado pela pandemia na cidade de Conceição do Coité, bem como na elaboração de Plano de Contingência da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social para atuação na situação de emergência em Saúde Pública, mediante gestão e oferta de benefícios eventuais. Possui experiência no contexto hospitalar atuando nos Ambulatórios do Hospital das Clínicas de Alagoinhas (HCA) e Hospital e Maternidade Maria Luiza Laudano. Foi conselheiro e coordenador da Comissão de Saúde do XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) e Conselheiro Municipal de Saúde de Alagoinhas. Foi membro do GT de Políticas sobre Álcool e outras Drogas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Grupo de Referência em Saúde Suplementar. Atualmente é membro do Conselho Editorial Científico da Revista de Saúde Mental e Subjetividade (Qualis CAPES B1) e Revisor dos Cadernos Brasileiros de Saúde Mental / Brazilian Journal of Mental Health, (ISSN 2595-2420), Revista Psicologia e Saúde (ISSN 2177-093X) e Revista Psicologia, Diversidade e Saúde (ISSN 2317-3394). Membro associado da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). Atuou como Docente no Centro de Ciências da Saúde (CCS) no Internato Médico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, experiência técnica e de interesses são: Saúde Mental, Saúde Coletiva e Saúde Pública, Formação em Saúde, Educação Permanente em Saúde e Interprofissional, SUS, Clínica Ampliada, Humanização, Apoio Matricial, Controle e Participação Social.



REDE EDUCAMISSAMI  
**Faculdade  
Santíssimo Sacramento**  
ALAGOINHAS-BA